



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BRASILEIRA

NERICILDA BEZERRA DA ROCHA

**A IDEOLOGIA DO ESCOLA SEM PARTIDO À LUZ DO MARXISMO:
CONCEPÇÃO AUTORITÁRIA DE EDUCAÇÃO EM SINTONIA COM O
NEOFASCISMO/BOLSONARISMO**

FORTALEZA

2025

NERICILDA BEZERRA DA ROCHA

A IDEOLOGIA DO ESCOLA SEM PARTIDO À LUZ DO MARXISMO:
CONCEPÇÃO AUTORITÁRIA DE EDUCAÇÃO EM SINTONIA COM O
NEOFASCISMO/BOLSONARISMO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira. Linha de Pesquisa: Humanidades e Educação. Eixo: Marxismo, Teoria Crítica e Filosofia da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas.

FORTALEZA

2025

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R574i Rocha, Nericilda Bezerra da.
A ideologia do escola sem partido à luz do marxismo : concepção autoritária de educação em sintonia com o neofascismo/bolsonarismo / Nericilda Bezerra da Rocha. – 2025.
192 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2025.

Orientação: Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas .

1. Escola Sem Partido. 2. ideologia. 3. extrema-direita brasileira. I. Título.

CDD 370

NERICILDA BEZERRA DA ROCHA

A IDEOLOGIA DO ESCOLA SEM PARTIDO À LUZ DO MARXISMO:
CONCEPÇÃO AUTORITÁRIA DE EDUCAÇÃO EM SINTONIA COM O
NEOFASCISMO/BOLSONARISMO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em: 26/11/2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Sylvio de Sousa Gadelha Costa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Fábio José Cavalcanti de Queiroz
Universidade Regional do Cariri (URCA)

Prof.^a Dr.^a Raquel Dias Araujo
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Prof. Dr. Antonio Marcondes dos Santos Pereira
Universidade Estadual do Ceará (UECE)

À minha mãe, Terezinha.

Aos que lutam e sonham por um mundo
socialista.

AGRADECIMENTOS

Quando ingressei no doutorado, vivíamos o momento da pandemia da covid-19, e a vida havia mudado em todos os sentidos. O “distanciamento social” ainda prevalecia, as relações sociais não eram as mesma, aulas *on-line* e incertezas. Agradeço aos docentes que, mesmo em momento adverso, seguiram o curso “normal” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará. Em particular, sou grata ao Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas, pela disposição em ser meu orientador nesta pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo financiamento desta pesquisa.

Ao amigo, camarada e mestre, Prof. Dr. Fábio José Cavalcanti de Queiroz, pelo apoio, orientações e parceria de lutas e de projeto de dedicar a vida à luta da classe trabalhadora. Gentilmente, substituiu-me em algumas responsabilidades para que eu pudesse me dedicar a escrita desta tese.

À minha mãe, pelo apoio de sempre.

Aos professores que compuseram a banca de qualificação e defesa, pela generosidade e pelo acolhimento dedicados a esta pesquisa: Dr. Eduardo Ferreira Chagas (UFC), Dr. Sylvio de Sousa Gadelha Costa (UFC), Dr.^a Raquel Dias Araujo (UECE), Dr. Antonio Marcondes dos Santos Pereira (UECE) e Dr. Fábio José Cavalcanti de Queiroz (URCA). Muito obrigada!

[...] uma vez livre do exército permanente e da polícia, elementos da força física do antigo governo, a Comuna estava desejosa de quebrar a força espiritual de repressão, o ‘poder dos curas’, pelo dismantelamento e expropriação de todas as igrejas enquanto corpos possuidoras. Os padres foram devolvidos aos retiros da vida privada, para terem aí o sustento das esmolas dos fiéis, à imitação dos seus predecessores, os apóstolos. Todas as instituições de educação foram abertas ao povo gratuitamente e ao mesmo tempo libertas de toda a interferência de igreja e Estado. Assim, não apenas a educação foi tornada acessível a todos, mas também a própria ciência liberta dos grilhões que os preconceitos de classe e a força governamental lhe tinham imposto (Marx, 2015, p. 407-408).

RESUMO

Esta tese assumiu como objetivo central analisar criticamente o Escola Sem Partido (ESP) como movimento e programa, identificando se estamos diante de um projeto de (des)ideologização da atividade docente, portador de neutralidade ideológica, ou de uma ofensiva ideológica conservadora contra a educação que favorece a ascensão do bolsonarismo. O ESP surgiu como um movimento em 2004, mas ganhou força política e social a partir de 2014, quando as suas proposições começaram a adquirir respaldo após o deputado estadual do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro, solicitar ao advogado Miguel Nagib, criador do movimento, a elaboração de um anteprojeto de lei sintetizando as ideias do ESP. Em seguida, ele protocolou o Projeto de Lei (PL) n.º 2.974/2014 na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro. Seu irmão, o então vereador Carlos Bolsonaro, protocolou o segundo, o PL n.º 867/2014 sobre o ESP, na Câmara de Vereadores. Ainda em 2014, o deputado federal Erivelton Santana (PSC/BA) apresentou o PL n.º 7.180/2014, que propunha alterar o artigo 3.º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, acrescentando um novo inciso em que propõe incluir entre os princípios do ensino a precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa. A esse PL foram apensados vários outros PLs do ESP e acrescentado a possibilidade de penas como detenção de dois a quatro anos a professores e servidores públicos, em ambiente escolar, transformando-o em um PL substitutivo em 2024, que recebeu parecer favorável do relator e tramitou na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família em 21 de outubro de 2025, sendo ele o foco da investigação. Identificamos que a trajetória de crescimento e do fortalecimento do ESP coincide com o período de crise política aberta, com o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, atingindo seu auge a partir de sua implementação no MEC, durante o governo de Jair Bolsonaro. Nossa tese, fundamentada na análise marxiana e meszariana da categoria de ideologia, é de que o ESP defende e propaga uma ideologia burguesa reacionária (neofascista), que objetiva impor uma concepção de educação conservadora, acrítica, a serviço da reprodução da sociabilidade do capital, tendo como centralidade a criminalização dos professores e constituindo-se, desse modo, em um importante movimento ideológico da extrema-direita bolsonarista. Trata-se de uma pesquisa teórica, documental e bibliográfica, constituída sobre o arcabouço teórico marxista, cuja opção metodológica segue a síntese de múltiplas determinações que nos permite o materialismo histórico-dialético. Nosso recorte temporal foi de 2014 a 2025. Utilizamos como técnicas de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental, empreendida em projetos de lei, pareceres judiciais e redes sociais. Os aportes teóricos principais tratam sobre: ideologias

(Marx, 2004, 2005, 2008, 2011, 2013; Marx e Engels, 2007; Mészáros, 2004, 2016, 2011, 2009, 2008; Lukács, 2013; Gramsci 2007; Eagleton, 1997; Löwy, 2015; Iasi, 2014; Konder, 2020); neofascismo/bolsonarismo e educação (Löwy, 2016, 2019; Mattos, 2020; Leher, 2020, 2023); e Escola Sem Partido (Frigotto, 2017, 2018; Miguel, 2016; Penna, 2016, 2018).

Palavras-chave: Escola Sem Partido; ideologia; extrema-direita brasileira.

ABSTRACT

The central objective of this doctoral thesis was to critically analyze *Escola Sem Partido* (ESP) as a movement and program. The thesis aimed to determine if ESP is a project of (de)ideologization of teaching activity that promotes ideological neutrality or a conservative ideological offensive against education that favors the rise of Bolsonarism. ESP emerged as a movement in 2004 but gained political and social strength after 2014, when its proposals began to gain support. This occurred after Rio de Janeiro state representative Flavio Bolsonaro asked Miguel Nagib, the movement's creator and a lawyer, to draft a bill summarizing ESP's ideas. Nagib then filed Bill No. 2,974/2014 in the Rio de Janeiro Chamber of Deputies. His brother, councilman Carlos Bolsonaro, filed a second bill, No. 867/2014, on the ESP in the city council. In 2014, federal deputy Erivelton Santana (PSC/BA) introduced Bill No. 7,180, which proposed amending Article 3 of the Guidelines and Bases of National Education Law by adding a new provision that prioritizes family values over school education in matters of morality, sexuality, and religion. Several other bills from the ESP were appended to this bill, adding the possibility of penalties, such as two to four years' imprisonment, for teachers and public servants in a school environment. This transformed it into a substitute bill in 2024. The bill received a favorable opinion from the rapporteur and was processed by the Social Security, Social Assistance, Childhood, Adolescence, and Family committee on October 21, 2025. The bill was the focus of an investigation. We found that the ESP's growth and strengthening coincided with the period of open political crisis and the impeachment of former President Dilma Rousseff. It reached its peak after implementation in the MEC during the Jair Bolsonaro administration. Based on Marxian and Meszarian analyses of ideology, our thesis is that the ESP defends and propagates a reactionary (neo-fascist) bourgeois ideology that aims to impose a conservative, uncritical conception of education. This conception serves to reproduce the sociability of capital and focuses on criminalizing teachers. Thus, the ESP constitutes an important ideological movement of the far-right Bolsonaro regime. This theoretical, documentary, and bibliographic research is based on a Marxist theoretical framework. Our methodology follows the synthesis of multiple determinations allowed by historical-dialectical materialism. Our timeframe was from 2014 to 2025. We used bibliographic and documentary research to collect data from bills, judicial opinions, and social networks. The main theoretical contributions deal with ideologies (Marx, 2004, 2005, 2008, 2011, 2013; Marx and Engels, 2007; Mészáros, 2004, 2016, 2011, 2009, 2008; Lukács, 2013; Gramsci, 2007; Eagleton, 1997; Löwy, 2015; Iasi, 2014; Konder,

2020), neofascism/Bolsonarism and education (Löwy, 2016, 2019; Mattos, 2020; Leher, 2020, 2023), and *Escola Sem Partido* (Frigotto, 2017, 2018; Miguel, 2016; and Penna, 2016 and 2018).

Keywords: *Escola Sem Partido*; ideology; Brazilian far right.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Deveres do professor	115
Figura 2 - Projetos de Lei Escola Sem Partido	124
Figura 3 - Substitutivo ao PL n.º 7.180/2014, apresentado na CPASF em 21/10/2025.....	130

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Substitutivo ao PL n.º 7.180/2014.....	131
---	-----

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais
AIE	Aparelho Ideológico do Estado
APHe	Aparelhos Privados de Hegemonia empresariais
BA	Bahia
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior
Cepal	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CPASF	Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família
CSI	<i>Creation Studies Institute</i>
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
Eceme	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
ESP	Escola Sem Partido
EUA	Estados Unidos da América
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IL	Instituto Liberal
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBGT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais,
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer/Questionadores, Intersexo, Assexuais e mais
LSN	Lei de Segurança Nacional
MBL	Movimento Brasil Livre
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MDE	Movimento Educação Democrática
MEC	Ministério da Educação
MESP	Movimento Escola Sem Partido
MPCESP	Movimento Professores contra o Escola sem Partido
MPF	Ministério Público Federal

MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OLB	Observatório do Legislativo Brasileiro
ONU	Organização das Nações Unidas
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PECs	Propostas de Emenda Constitucional
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
Pisa	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PL	Projeto de Lei
PNE	Plano Nacional de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNPCDH-LGBT	Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT
PP	Partido Progressista
PPGEB	Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira
PR	Paraná
PR	Partido Republicano
PSC	Partido Social Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
RJ	Rio de Janeiro
STF	Supremo Tribunal Federal
TOEFL	<i>Test of English as a Foreign Language</i>
TPE	Todos Pela Educação
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UnB	Universidade de Brasília
UFPR	Universidade Federal do Paraná
URSS	União da República Socialista Soviética
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Situando a problemática	16
1.2	Ideologia como categoria analítica do Escola Sem Partido	21
1.3	Educação e ideologia: o caso do Escola Sem Partido	26
1.4	Metodologia da pesquisa.....	29
2	A QUESTÃO DA IDEOLOGIA EM MARX	34
2.1	As primeiras elaborações	36
2.2	A Ideologia Alemã.....	46
2.3	Fetichismo e reificação	57
2.4	À guisa de conclusão.....	72
3	O PODER DA IDEOLOGIA EM MÉSZÁROS	76
3.1	A natureza e o papel ativo da ideologia	78
3.2	O mito da neutralidade ideológica e o papel da ciência como legitimadora de interesses ideológicos	89
3.3	Imperialismo, crise estrutural do capital, implosão do sistema soviético e as implicações para a ideologia.....	95
4	A IDEOLOGIA DO ESCOLA SEM PARTIDO	103
4.1	Origem e trajetória do Escola Sem Partido	108
4.1.1	<i>Parecer favorável do relator do PL nº 7.180/2014 em outubro de 2024.....</i>	<i>126</i>
4.1.2	<i>Tramitação do PL n.º 7.180, apensados e substitutivo em outubro de 2025 na CPASF.....</i>	<i>130</i>
4.1.3	<i>À guisa de conclusão</i>	<i>134</i>
4.2	Escola Sem Partido, crise política e avanço da ideologia de extrema-direita ...	140
4.2.1	<i>À guisa de conclusão</i>	<i>155</i>
4.3	O Escola Sem Partido no governo Bolsonaro	157
4.4	ESP: concepção autoritária de educação em sintonia com a ideologia neofascista/ bolsonarista	172
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	181
	REFERÊNCIAS	184

1 INTRODUÇÃO

1.1 Situando a problemática

Esta tese assumiu como objetivo central analisar criticamente o Escola Sem Partido (ESP) como um movimento e um programa, a fim de identificar se estamos diante de um projeto de desideologização da atividade docente, portador de neutralidade ideológica, ou de uma ofensiva ideológica conservadora contra a educação que favorece a ascensão do bolsonarismo.

O ESP surgiu como um movimento em 2004, a partir da iniciativa do advogado paulista Miguel Francisco Urbano Nagib¹. O mito de origem, que o próprio movimento divulga, diz que ele é fruto da indignação de um pai (Bedineli, 2016). Nagib teria ficado indignado quando a sua filha lhe contou que o professor de História havia comparado o revolucionário argentino Ernesto Che Guevara (um dos líderes da Revolução Cubana) ao santo católico Francisco de Assis. Para divulgar as ideias do movimento, Nagib organizou uma associação de pais e criou um site² e redes sociais nos quais difunde uma variedade de textos, vídeos, entrevistas e livros com uma série de argumentos que fundamentam a defesa do ESP, bem como denúncias de pais e alunos contra professores ditos “esquerdistas”, “comunistas”, “petistas” e “doutrinadores”.

Em linhas gerais, o ESP reivindica como objetivo combater a suposta doutrinação ideológica e política de alunos, no ambiente escolar, por professores esquerdistas ou simpatizantes da esquerda. Segundo o advogado, os professores estariam se aproveitando da audiência cativa de seus alunos em sala de aula para propagar os seus ideais político-partidários. O site em questão se refere aos docentes como “doutrinadores petistas” e “esquerdistas” que têm o educador Paulo Freire como principal referência teórica e empírica de doutrinação nos ambientes escolares. Nosso ponto de partida para esta pesquisa foi, desse modo, a análise criteriosa do conteúdo disponível nessa página eletrônica.

Consta no referido site que o ESP (2019) é uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária. Considerando que, segundo o site, a maioria dos educadores e das autoridades, quando não promove ou apoia a doutrinação, ignora culposamente essa situação ou se recusa a admiti-la,

¹ Miguel Nagib é advogado, procurador do Estado de São Paulo desde 1985 e foi assessor no Supremo Tribunal Federal (STF) de 1994 a 2002.

² O endereço eletrônico do site é este: www.escolasempartido.org/. É importante registrarmos que, no período final de redação desta tese, em 2025, as redes sociais do movimento ESP – Instagram e X antigo Twitter) – seguem ativas e administradas por Nagib, contudo, o site está desativado.

por cumplicidade, conveniência ou covardia, o movimento teria sido criado para mostrar que esse problema não apenas existe, como está presente em praticamente todas as instituições de ensino do país, escolas e universidades.

Entretanto, o que a história contada pelo Movimento Escola Sem Partido (MESP) não diz é que Nagib foi membro do Instituto Liberal (IL) de Brasília e articulista do Instituto Millenium³, para o qual escreveu em 2009, entre outros, um artigo intitulado *Por uma educação que promova os valores do Millenium*, em que seu alinhamento com o ideário ultraliberal ficava patente. Os problemas da educação brasileira, segundo o artigo, seriam a falta de deferência pela propriedade privada, pela meritocracia e pelo princípio da responsabilidade individual.

Os defensores do projeto ESP partem do pressuposto de que a escola atual é doutrinadora e disseminadora das ideias de esquerda e de uma ideologia de gênero. Os divulgadores dessas ideias, segundo eles, são os professores e as professoras. Há que se destacar que temas relativos à violência contra a mulher e ao feminicídio, ao gênero, à diversidade sexual, ao racismo, à LGBTfobia, entre outros concernentes às opressões que marcam a nossa sociedade legatária de um conservadorismo histórico e estrutural, são considerados pelo MESP com um doutrinação.

Até 2014, o ESP era pouco conhecido em nível nacional. As proposições começaram a adquirir respaldo após o deputado estadual do Rio de Janeiro, Flávio Bolsonaro, do Partido Social Cristão, do Rio de Janeiro (PSC/RJ), solicitar a Nagib a elaboração de um anteprojeto de lei sintetizando as ideias do Escola Sem Partido. Feito o documento, o deputado protocolou o Projeto de Lei (PL) n.º 2.974, em 13 de maio de 2014, na Câmara dos Deputados do Rio de Janeiro. Ele foi o primeiro parlamentar a apresentar um projeto desse tipo, e seu irmão, Carlos Bolsonaro (PSC/RJ) protocolou o segundo – o PL n.º 867/2014 – na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro.

Em 2014, o deputado Erivelton Santana, do PSC da Bahia (PSC/BA) protocolou o PL n.º 7.180/2014, que propôs alterar o artigo 3.º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), incorporando um novo inciso: “Respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou

³ O IL é o *think tank* fundado em 1983 por um rico empresário de origem canadense. Uma organização sem fins lucrativos voltada à difusão do ideário pró-mercado. A partir de 2007, a semente plantada pelo trabalho de décadas do IL gerou formidáveis frutos, com a criação de diversos outros institutos autônomos em defesa da liberdade e do mercado, como o Instituto Mises Brasil, os Institutos de Formação de Líderes, o Instituto Millenium e o Instituto Liberal do Nordeste, todos suportes para a nova direita emergente e defensora do ultraliberalismo-conservador (Rocha, C., 2021).

técnicas subliminares no ensino desses temas”. Esse projeto, que condensa as propostas de 36 PLs apensados, foi arquivado, mas, em seguida, reativado, quando, em 27 de fevereiro de 2024, recebeu despacho de distribuição à Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família (CPASF), e, em 15 de outubro do mesmo ano, seu relator, o deputado Allan Garcês, do Partido Progressista do Maranhão (PP-MA), entregou parecer favorável, apresentando um substitutivo, tramitando na CPASF em 21 de outubro de 2025. Assim sendo, o PL n.º 7.180/2014 (composto pelos PLs apensados e pelo substitutivo) foi nosso foco de análise.

Miguel (2016) salienta que o crescimento da importância do MESP no debate público ocorreu quando seu projeto confluiu para o de outra vertente da agenda conservadora emergente, o combate à chamada “ideologia de gênero”. Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição ao “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças e jovens, contribuindo para que as ideias do ESP ganhassem apoio popular.

A trajetória de crescimento e do fortalecimento do ESP coincide com o período de crise política aberta com o *impeachment* da ex-presidenta Dilma, alcançando o seu auge a partir de sua implementação, por meio do Ministério da Educação (MEC), durante o governo de Jair Messias Bolsonaro, eleito em 2018. Contudo, é importante destacar que, desde 2011, quando ainda era deputado federal, Jair Bolsonaro já havia se pronunciado agressivamente contra uma proposta do MEC, do governo Dilma, de distribuir nas escolas públicas um material de educação para a cidadania, intitulado *Escola sem homofobia* – proposta, aliás, da qual o governo recuou por pressão da bancada evangélica no Congresso. Especialmente a partir de 2016, passou a associar as suas críticas ao governo petista a esse episódio, tratado como um combate seu contra um inventado “kit gay”.

Para Saviani (2018), após o golpe contra Dilma Rousseff, houve uma investida da classe dominante contra a educação, resultando em cortes no seu financiamento e retomando o espírito autoritário que foi a marca do período da ditadura militar. Segundo o autor, tal autoritarismo se faz presente no MESP, merecidamente chamado por seus críticos de “lei da mordaza”, pois explicita uma série de restrições ao exercício da docência, negando o princípio da autonomia didática consagrado nas normas de funcionamento do ensino básico e superior.

Em 2016, o MESP decidiu influir mais abertamente nas eleições e divulgou, em seu site, onde listava seus anteprojetos de lei, santinhos de candidatos que assinaram um termo de compromisso com o movimento. Assim, com representantes eleitos, o ESP se espalhou ainda

mais por todo o país, registrando seu ápice de PLs apresentados em 2017. No dia 15 de agosto de 2017, o Movimento Brasil Livre (MBL)⁴ criou um dia nacional de mobilização pelo ESP, que potencializou o número de PLs sobre o tema naquele ano.

Na campanha presidencial de 2018, já havia mais de 150 projetos ESP (Moura; Silva, 2020) em todo Brasil, e o tema foi parte da plataforma eleitoral de Jair Bolsonaro, ocupando centralidade na pauta de sua campanha. Penna (2016) destaca que o então candidato à presidência, Jair Bolsonaro, reeditou a estória do falso “kit gay” em sua entrevista de maior audiência na campanha do primeiro turno das eleições de 2018. Nesse mesmo ano, o ESP declarou em suas redes sociais apoio a um candidato à Presidência, Jair Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), mesmo havendo outros dois postulantes que também defendiam seus ideais: Henrique Meirelles, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e Cabo Daciolo (Patriota). Ainda durante a campanha e nos dias imediatamente posteriores à eleição do candidato do PSL, houve uma enxurrada de denúncias contra professores.

No que diz respeito aos apoiadores nas representações políticas e partidárias, o ESP tem encontrado apoio e adeptos em políticos da denominada “Bancada da Bíblia” – evangélicos de igrejas neopentecostais e políticos católicos ligados à Renovação Carismática –, militares, do MBL, Revoltados Online⁵, partidos de direita, extrema/ultradireita, muitos pais e até mesmo alguns professores da Educação Básica e Ensino Superior.

Ao analisar a crise estrutural do capital, Mészáros (2009) afirmou que a sua novidade histórica se explicita por ser uma crise universal e destrutiva. A crise estrutural não significa que o sistema esteja prestes a colapsar, e sim que ele não tem mais nada de positivo a proporcionar à humanidade, havendo um esgotamento dos potenciais civilizatórios do capital e o crescimento da barbárie social cotidiana. Essa crise estrutural tende a se manifestar periodicamente com desdobramentos no conjunto do metabolismo societal do capitalismo.

Corroborando com essa análise, Mattos (2020) subscreve que a extrema-direita, as suas políticas e seus ideias ganharam fôlego com a crise social decorrente das políticas neoliberais desde o final do século XX, e sua ascensão recebeu novas dimensões após a crise capitalista global de 2008. O autor trabalha com a categoria de análise do *neofascismo*, estabelecendo analogias e descontinuidades com o fascismo histórico para explicar movimentos,

⁴ O MBL se denomina um movimento político liberal-conservador, vinculado à direita, ativo desde 2014, e apoiou o Jair Messias Bolsonaro em 2018; conta um deputado federal eleito pelo União Brasil, Kim Kataguirí. Apresentam suas ideias em suas redes sociais e em seu site, disponível em: <https://mbl.org.br/>. Acesso em: 16 out. 2024.

⁵ Fundada por Marcello Reis em agosto de 2010, a página reunia mais de dois milhões de seguidores e foi retirada do ar pelo Facebook em agosto de 2016. A plataforma se autointitulava de direita e tinha como pautas o anticomunismo, a intervenção militar, o *impeachment* de Dilma Rousseff, o antipetismo e a prisão de Lula.

organizações e lideranças de extrema-direita em sua concretude na atualidade. Com efeito, examinou as condições de emergência do neofascismo bolsonarista, inferindo que o ESP é uma das iniciativas importantes na construção ideológica do bolsonarismo, por ter sido capaz de interpelar os valores conservadores predominantes na sociedade.

Mattos (2020) lançou luzes ao fato de que os impactos da crise no Brasil começaram a ser sentidos com força a partir de 2013, o que contribuiu para o processo de impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff e levou ao governo uma nova coalizão de partidos políticos ao redor de Michel Temer, desencadeando uma série de contrarreformas⁶ contra a classe trabalhadora⁷. Nesse cenário, como parte de um conjunto de retrocessos, há uma materialidade que nos propomos a analisar: o fortalecimento das ideias conservadoras representadas no ESP.

É fato que as ideias conservadoras nunca estiveram ausentes do cenário brasileiro, mas, conforme nos lembra Mészáros (2004), em tempos de crises e acirramento dos conflitos sociais, coloca-se em xeque o pluralismo ideológico tão alardeado pelos representantes da classe dominante. Quando as lutas sociais se acirram, “a ideologia desempenha papel importante nos processos de reajustes estruturais. A reprodução bem-sucedida das condições de dominação não poderia ocorrer sem a participação ativa de poderosos fatores ideológicos para a manutenção da ordem existente” (Mészáros, 2004, p. 327). Nesse sentido, o ESP com seu discurso de combate à “doutrinação marxista” e à “ideologia de gênero”, parece atuar como um desses poderosos fatores.

Entretanto, diante de um contexto tão adverso para a educação e do fato de sermos uma professora e militante no setor da educação desde a graduação, fomos movidas a intenção de investigar estas questões: O que é de fato o MESP? O que caracteriza a ideologia do MESP? Quais os desdobramentos do ESP no campo educacional? E, como não pode ser diferente em uma análise marxista, quais conexões o MESP guarda com a dinâmica da luta de classes no país, em um contexto de ascensão da extrema-direita bolsonarista? O que a categoria de ideologia ainda tem a nos oferecer ao fim e ao cabo do primeiro quartel do século XXI?

⁶ Contrarreformas seria oposto ao que Behring (2003) identificou como reforma, isto é, um processo de conquista de soberania nacional, como um avanço social em benefício de muitos, no sentido de promover a equidade e a ampliação de direitos sociais.

⁷ Sobre o conceito de classe trabalhadora, utilizamos como é chamada tradicionalmente desde o Manifesto do Partido Comunista de Marx e Engels, “a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver”.

1.2 Ideologia como categoria analítica do Escola Sem Partido

O conceito de ideologia é historicamente polissêmico e muito polêmico. Com frequência, Francis Bacon (1561-1626) é tido como ponto de partida da preocupação com o fenômeno ideológico, ainda que, em seu tempo, não tenha recebido essa denominação. Ao desenvolver a famosa doutrina das *ídola*, Bacon pretendia o pleno desenvolvimento do conhecimento humano. Para ele, era preciso evitar as falsas visões de mundo que as *ídolas* podiam acarretar para se chegar ao conhecimento verdadeiro, o científico. Desse modo, em Bacon, a questão da ideologia estaria remetida única e exclusivamente ao campo da preocupação científica. A questão da *falsidade* foi examinada e combatida no terreno propriamente teórico ao passo que, com os materialistas franceses, a questão do falso ultrapassa o campo estritamente científico para se tornar um alvo da luta política (Vaisman, 2010).

Significativamente, as primeiras teorizações diretas da ideologia, explicitamente sob o nome de ideologia, emergiram no contexto histórico do iluminismo francês, sob o signo de uma contradição chave da sociedade moderna, a saber, a contradição estabelecida entre razão e liberdade. O termo foi cunhado na França, em 1804, pelo filósofo francês Antoine Destutt de Tracy, em sua obra *Éléments D'Idéologie (Elementos da Ideologia)*, com a intenção de propor uma ciência que, segundo ele, seria um exame científico da natureza das ideias. Segundo Chauí (2025), Tracy e alguns outros adeptos das mesmas ideias constituíram um grupo conhecido como os ideólogos franceses, com características antiteológicas, antimetafísicas e antimonárquicas. Eram críticos a toda explicação sobre uma origem invisível e espiritual das ideias humanas e inimigos do poder absoluto dos reis, pois eram materialistas, isto é, admitiam apenas causas naturais físicas (ou materiais) para as ideias e as ações humanas, aceitando somente conhecimentos científicos baseados na observação dos fatos e na experimentação.

Os ideólogos foram partidários de Napoleão Bonaparte, que, de início, foi tomado como um liberal seguidor dos ideais da Revolução de 1789. Todavia, logo depois, romperam com Napoleão quando esse passou de defensor da república democrática à autocracia bonapartista. Os decretos napoleônicos para a fundação da nova Universidade Francesa deram plenos poderes aos inimigos dos ideólogos, que migraram, então, para o partido da oposição. Após a ruptura, Napoleão, em um discurso ao Conselho de Estado, em 1812, afirmou: “todas as desgraças que afligem nossa bela França devem ser atribuídas à ideologia, essa tenebrosa metafísica que, buscando com sutilezas as causas primeiras, quer fundar sobre suas bases a legislação dos povos” (Tracy, 1970). Com isso, Napoleão invertia a imagem que os ideólogos tinham de si mesmos. Eles, que se consideravam materialistas, realistas e antimetafísicos, foram

cunhados de “tenebrosos metafísicos”. Foi desse modo que surgiu e se propagou o sentido pejorativo do termo ideologia, entendida como a falsa consciência do mundo humano.

A acusação de Bonaparte foi infundada com relação aos ideólogos franceses, mas não o seria caso se fosse dirigida aos ideólogos alemães criticados por Marx. Esse teórico, por sua vez, utilizou o termo ideólogo como aquele que inverte as relações entre as ideias e real (Chauí, 2025, p. 30). Não obstante a isso, como discutimos no segundo capítulo, a categoria de ideologia, para Marx, tem um sentido fulcral em sua obra de desvelamento das determinações e funcionamento da sociedade capitalista de sua época.

Segundo o filósofo britânico, Terry Eagleton (1997), em seu livro *Ideologia – uma introdução*, o termo contém diversas definições e existe uma grande variedade de concepções a respeito, inclusive no campo do marxismo, o que torna o tema muito complexo. Contrapondo-se às formulações dos intelectuais contemporâneos denominados por ele de pós-modernistas e pós-estruturalistas, que esvaziam, neutralizam ou afirmam a inutilidade do conceito de ideologia, ele elenca algumas definições para ideologia: processo de produção de significados, signos e valores na vida social; um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social; ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante; ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante; comunicação sistematicamente distorcida; aquilo que confere certa posição a um sujeito; pensamento de identidade; ilusão socialmente necessária; a conjuntura de discurso e poder; o veículo pelo qual, atores sociais conscientes entendem o seu mundo; a confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal; oclusão semiótica; conjunto de crenças orientadas para ação; e formas de pensamento motivadas por interesses sociais.

O próprio Eagleton (1997), no entanto, sugere que a visão da ideologia como falsa consciência não parece convincente, pois implica considerar que homens e mulheres vivam as suas vidas com base em ideias simplesmente absurdas. Para o teórico, “a ideologia não é inerentemente constituída de distorção, sobretudo se considerarmos o conceito em sua acepção mais ampla, denotando qualquer conjuntura mais ou menos central entre discurso e poder” (Eagleton, 1997, p. 24). O autor considera ainda que a sociedade capitalista avançada requer sujeitos autodisciplinados, cumpridores de seus deveres e inteligentemente conformistas. A ideologia, desse modo, se constitui em uma necessidade (histórica) tal como o ar que respiramos; em uma sociedade totalmente justa onde nada devesse ser explicado, racionalizado ou justificado, a ideologia, em seu sentido pejorativo/negativo, se tornaria supérflua.

Nessa direção, trabalhamos nesta tese com a categoria marxiana de ideologia, examinando algumas obras de Marx, e com a categoria de ideologia em Mészáros. Os dois

autores compreendem a questão da ideologia a partir das suas inter-relações recíprocas com a totalidade do ser social, ou seja, a produção da vida material e as relações de sociabilidade estabelecidas. A consciência do homem e, portanto, os fenômenos ideológicos da vida social estão enraizados na vida humana real, e a categoria ideologia não recebe um tratamento autônomo com relação à base material da produção da vida humana. Na perspectiva marxiana e marxista, reivindicada por Mészáros, as ideologias não têm história própria, quer dizer, autônoma, separada da vida concreta dos homens reais. Por conseguinte, a questão da ideologia não é identificada como uma mera questão do saber, e sim como uma questão do ser com implicações no saber.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2007) destacam que a produção de ideias e de representações da consciência está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. “Não se pode partir daquilo que os homens pensam, dizem, imaginam ou representam, mas dos seres humanos de carne e osso, da vida real para compreender, inclusive, o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos deste processo de vida” (Marx; Engels, 2007, p. 94).

Em *A crítica da filosofia do direito de Hegel: uma introdução*, Marx afirma que “o Estado e a sociedade produzem a religião, uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido” (Marx, 2005, p. 145). Não é a ideologia que inverte o mundo, mas ela expressa o que lhe serve de base. Os homens, que vivem em uma realidade invertida, produzem representações dessa realidade, como ideias, conceitos, teorias etc. Essas representações captam a realidade de modo invertido, porque a realidade se manifesta de modo invertido. Os homens, por meio da religião, acreditam que Deus criou o homem, quando, na realidade, é o oposto. No caso do Estado burguês, ele é abstratamente universal no direito, mas impossível de ser universal na base da sociedade porque existe uma cisão entre os indivíduos na sociedade civil e os interesses antagônicos das classes sociais.

Na concepção marxiana de ideologia, as ideias dominantes são as ideias da classe dominante em cada período histórico, porque seu poder (inclusive no campo das ideias) vem do fato de serem “materialmente dominantes”. Uma classe não é dominante porque universalizou suas ideias, e sim universalizou suas ideias porque é a classe dominante. Por isso, para Marx, na sociedade capitalista, a ideologia opera ocultando, naturalizando, fazendo aquilo que é histórico e social parecer natural e impossível de ser mudado, legitimando e, principalmente, universalizando os interesses particulares da classe dominante. Em Marx, a função da ideologia na sociedade do capital, ao atuar dessa maneira, significa a manutenção da dominação da burguesia sobre o proletariado. E o Estado é a máquina por meio da qual o

interesse particular se apresenta como geral. Marx deslinda como o capital subordina o trabalho e toda a subjetividade humana a partir do fetiche da mercadoria, produzindo uma sociabilidade da reificação e da alienação onde a ideologia opera.

Para Iasi (2017), toda a análise de Marx sobre o fetichismo da mercadoria demonstra que estamos diante de valores, de ideias e de juízos que expressam as relações sociais fundamentais em determinada sociedade cujas funções particulares são ocultar o caráter social e histórico dessa relação, inverter as determinações, apresentando características humanas como se fossem das coisas, e características das coisas como se fossem humanas, levando a uma relação social entre seres humanos, e apresentar-se como uma relação fantasmagórica entre coisas, naturalizando e justificando essas relações como se fossem eternas e imutáveis. Nisso opera o ocultamento, a inversão, a naturalização, característica da ideologia em uma sociedade cindida por conflitos sociais antagônicos.

Mészáros (2004) alerta que nunca será demasiado insistir no papel preponderante que a ideologia dominante pode desempenhar na determinação da orientação de toda a sociedade, impondo o seu discurso até sobre seus adversários políticos. Para o teórico, isso explica uma das maneiras mais óbvias pelas quais a relativa autonomia da ideologia – sob a forma da ideologia dominante que afeta diretamente outras ideologias – se afirma com tal eficácia. Tal poder não se explica simplesmente em razão da força material esmagadora e do correspondente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes. Esse poder só pode prevalecer graças à vantagem da *mistificação*, por meio da qual as pessoas que sofrem as consequências da ordem estabelecida podem ser induzidas a endossar “consensualmente” valores e políticas práticas que são de fato absolutamente contrários a seus interesses vitais.

Para o filósofo húngaro, em nossas sociedades, tudo está “impregnado de ideologia”, quer a percebamos, quer não. Além disso, em nossa cultura liberal-conservadora, o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar – ou desvirtuar – as suas próprias regras de seletividade, de preconceito, de discriminação e até de distorção sistemática, como “normalidade”, “objetividade” e “imparcialidade científica”.

Ainda conforme salienta Mészáros (2004), as ideologias pretensamente “não ideológicas” que, com tanto sucesso, exercem a sua função apologética sob o disfarce da metodologia neutra são duplamente mistificadoras. A tarefa da desmistificação ideológica é inseparável da investigação do inter-relacionamento dialético complexo entre os métodos e os valores. É por isso que a crítica da ideologia se torna inseparável da busca por autonomia e por emancipação. Com efeito, o autor adverte que “os representantes da ideologia dominante na sociedade capitalista não hesitaram em se apropriar do poder da ideologia, denunciando apenas

o outro lado como repreensivelmente ‘ideológico’” (Mészáros, 2004, p. 461).

O ESP se circunscreve nesse cenário de disputas ideológicas conflitantes e de pretensas ideologias “não ideológicas”, como citado por Mészáros (2004), constituindo-se um dos principais ataques aos professores e, conseqüentemente, à educação. Exatamente por isso parece-nos fundamental investigar se, verdadeiramente, trata-se de um movimento isento de ideologia ou se, ao contrário, é uma expressão da ideologia da extrema-direita e opera para que seu projeto neofascista se imponha, quebrando a parca democracia e tornando escassas as liberdades democráticas.

O uso do conceito de ideologia, tanto nas diversas postagens do site oficial do MESP e em outras mídias digitais, jornais e revistas quanto nos diferentes PLs apresentados nas diferentes casas legislativas em diversas localidades do Brasil, tem um sentido negativo, uma conotação de ser algo ligado à esquerda, aos “doutrinadores”, enquanto os defensores do movimento apregoam a neutralidade ideológica.

Apesar de o MESP não deixar nítida a sua compreensão do conceito de “ideologia”, esse aparece frequentemente com a função de qualificar o ato de educar como doutrinar (tal prática seria ideológica), entendendo ideologia como algo negativo e pejorativo, que deve ser evitado a fim de garantir a legitimidade do conhecimento, condicionando essa legitimidade a um imperativo de neutralidade.

Penna (2017, p. 95), ao analisar o discurso proferido pelo Prof. Dr. Bráulio Porto⁸, em uma audiência pública sobre o tema da doutrinação, transcreve a definição de ideologia que o professor diz ter chegado após 30 anos de trabalho sobre o tema:

Um discurso ficcional e simplista que se apresenta como verdade a ser assegurada em última instância pelo controle total do poder governamental. [...] O paulo-freirianismo é profundamente ideológico no sentido da definição por mim proposta anteriormente. Se Paulo Freire era, ele próprio, paulo-freireano. Ele era. Mas isso nos levaria a discutir uma questão análoga à relação entre Marx e o marxismo (que recusou a paternidade do marxismo... e do filho que teve com a empregada doméstica dele). E nem se Paulo Freire e os paulo-freireanos são aquilo que Lenin chamou de ‘idiotas úteis’ da causa comunista⁹.

Este é o nível das discussões divulgadas pela organização Escola Sem Partido, desqualificando o trabalho complexo de pensadores importantes através do recurso não da crítica, mas da calúnia e da difamação de cunho pessoal. Penna (2017, p. 96) chama a atenção para a grande conclusão à qual chega Bráulio:

⁸ Sociólogo, professor da Universidade de Brasília (UnB), pós-doutor pela University of Sussex, vice-presidente da associação Escola sem Partido.

⁹ O texto foi publicado no site do ESP. Disponível em: www.escolasempartido.org. Acesso em: 1 ago. 2019.

Parece-me, que a doutrinação político-ideológica em nossas escolas é um problema muito real em nosso país. Eu diria até que o cartaz que causou tremenda indignação nas redes sociais ao conter os dizeres ‘Chega de doutrinação marxista! Basta de Paulo Freire!’, expressa um dos diagnósticos mais lúcidos da crise política que o país está vivendo neste momento.

A utilização de termos que não têm uma definição precisa é uma marca registrada do ESP, sendo necessária uma investigação que conecte seus pressupostos teóricos, políticos com a sua prática a fim de revelar, para além de seus discursos, sua verdadeira ideologia.

1.3 Educação e ideologia: o caso do Escola Sem Partido

Sabemos que a educação constitui um complexo social carregado de processualidades, contradições e disputas que expressam a totalidade da vida social em seu contexto político, cultural, econômico, ideológico etc. Considerando o contexto de crise em que ganhou força o ESP, também se acirrou a disputa de projetos educacionais.

A educação é um processo de humanização, podendo ser um fator decisivo para uma sociedade na qual a vida com dignidade seja o fator mais importante, com igualdade econômica, social e cultural. Entretanto, desde o surgimento do excedente, e com ele a propriedade privada e as classes sociais, o conhecimento (a educação) passou a ser algo controlado pelos grupos detentores do controle social (Ponce, 2001).

O capitalismo se fundamenta em um modo de produção mercantil em que tudo, sobretudo a força de trabalho, assume a forma de mercadoria. Em um mundo desumano, fetichizado, dominado pela lógica do capital, a educação também é vista como uma mercadoria. Mészáros (2008), referindo-se à educação formal, resgata que as instituições de educação tiveram de ser adaptadas no decorrer do tempo, de acordo com as determinações reprodutivas em mutação do sistema do capital. O autor aponta ainda que um dos principais objetivos da educação formal ou institucional em nossa sociedade é justamente a produção de conformidade e de consenso, com a transmissão de valores que legitimam os interesses da classe dominante, mas que, em períodos de crise aguda, “[...] prevalece o arsenal de brutalidades e violência” (Mészáros, 2008, p. 44).

Nesse sentido, Leher (2023) destaca que, no contexto de crise no Brasil, que resultou na eleição de Jair Bolsonaro presidente, a educação foi concebida como uma importante casamata da chamada guerra cultural propagada pela extrema-direita mundial e seguida pelo bolsonarismo. Com os repertórios que dispunham, frágeis e muitas vezes toscos e ridículos, os operadores do governo Bolsonaro na área tentaram desconstruir as bases do

patrimônio herdado do Iluminismo, como a liberdade de cátedra, incentivando ataques cibernéticos e ameaças a professoras/es, retaliando orçamentariamente as universidades e alterando o financiamento da pesquisa, em detrimento das ciências sociais e das humanidades.

Assim como no período da ditadura militar, resguardadas as devidas diferenças, buscou-se fortalecer a militarização da educação, instaurando as escolas militares e indicando centenas de militares para o MEC. Leher (2023) sublinha ainda que, associadas ao governo, iniciativas como o ESP assumiram inegável influência no executivo e no parlamento.

Mas o que é o ESP? Não arguimos sobre aquilo que os ideólogos e apologetas advogam e que se apresenta apenas na aparência do fenômeno, aquilo que é notável de imediato e superficial, e sim sobre a essência de um programa que defende, em última análise, a não política, a neutralidade ideológica nas escolas e universidades. Qual a sua verdadeira ideologia? E, nesse sentido, qual a sua concepção de educação? Consideramos relevante, além de tais questões, até mesmo para melhor apreensão dos elementos determinantes e determinados do ESP, identificar qual o lugar do ESP na ascensão da extrema-direita liderada pelo bolsonarismo. Tais problematizações guiaram a tessitura desta tese.

Apesar dos ataques que a educação e os professores têm amargado desde o surgimento do ESP, houve e segue havendo muita resistência a ele. Exemplos como o Movimento Professores contra o Escola sem Partido (MPCESP)¹⁰, o Movimento Educação Democrática (MDE), um desdobramento do primeiro, e a Frente Nacional “Escola Sem Mordça”¹¹ reuniram diversos sindicatos e docentes contrários ao ESP e solidários aos professores vítimas de perseguições. Ambas as iniciativas organizaram um portal com canal de apoio aos docentes vítimas das perseguições, diversos estudos sobre o ESP, um observatório de vigilância e acompanhamento de como se desenvolviam projetos de mesmo conteúdo nos diversos estados e municípios e manuais de defesa¹² contra a censura nas escolas, elaborados como instrumentos de apoio aos professores.

Organismos internacionais também se manifestaram. Em 2019, a Organização das Nações Unidas (ONU) manifestou preocupação com a proposta. Em relatório enviado ao governo brasileiro, diz entender que o projeto viola compromissos do Brasil com a educação e com a liberdade. Para a ONU, o projeto representa uma “restrição indevida ao direito de liberdade de expressão de alunos e professores no Brasil”. A organização alertou ainda para o

¹⁰ O site do MPCESP está disponível em: <https://profscontraoesp.org/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

¹¹ A Frente Nacional Escola Sem Mordça foi criada em 2016 contra o PL n.º 7180/2014e relançada em 2019 na Câmara dos Deputados em Brasília (DF).

¹² Os documentos técnicos para se defender da censura podem ser localizados em: <https://profscontraoesp.org/documentos/>. Acesso em: 18 abr. 2023.

risco de se impedir discussões sobre gênero e diversidade sexual, “fundamental para prevenir estereótipos de gênero e atitudes homofóbicas por estudantes”.

Já são duas décadas de atuação do MESP, percurso no qual sofreu alguns revezes, como a decisão do STF, de 21 de agosto, de 2020, que considerou o ESP inconstitucional (Gaspar, 2020), e, seguramente, o principal foi a derrota do governo Bolsonaro, com características neofascistas, por meio da eleição do Lula, que assumiu a presidência em 2023, enfraquecendo temporariamente o movimento. Tais reviravoltas táticas para nada implicam uma derrota estratégica, visto que é parte constitutiva de um processo mais amplo diretamente vinculado à ascensão das ideias de extrema-direita e de seu projeto de sociedade. E uma vez mais, trazemos a lume que essa ascensão não é um fenômeno nacional, conforme já descrito. A vitória de Donald Trump para uma segunda gestão à frente da presidência dos Estados Unidos da América (EUA) é um fortalecimento e farol para a ação organizada da extrema-direita internacionalmente.

É importante observar, pois, a centralidade que os ataques às universidades, à ciência e à educação têm na agenda do trumpismo, que desatou uma campanha sem precedentes contra diversas universidades do país, como Harvard, Columbia, Princeton e outras 59. O governo americano está usando verbas destinadas à pesquisa científica para pressionar universidades a concordarem com uma série de demandas da administração Trump. O caso mais emblemático é o de Harvard, que teve o repasse de US\$ 2,2 bilhões suspensos depois de se recusar a acatar uma lista de medidas que dariam à Casa Branca a prerrogativa de intervir sobre diversos aspectos de gestão da instituição, a exemplo do direito de auditar a contratação de docentes, da admissão de alunos e da origem e alocação de recursos por parte da universidade.

Trump busca ocultar as suas ideias reacionárias justificando a ofensiva com a falsa acusação de que as universidades se transformaram em redutos da esquerda e do antissemitismo. As acusações se referem principalmente à resposta que essas universidades deram à onda de protestos pró-Palestina e anti-Israel que ocorreram entre abril e maio de 2024, em conexão com o massacre que Israel e Estados Unidos cometem contra o povo palestino na Faixa de Gaza. A professora Lorena Barberia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), em reportagem de Hertton Escobar (2025), opina que, para além da questão ideológica, essa pressão sobre as universidades tem como pano de fundo uma frustração mais antiga da base política de Trump (majoritariamente branca, de classe média e conservadora), que se ressentida da estagnação socioeconômica e do fato de não ter acesso a essas instituições de elite, tanto por conta dos altos custos quanto das políticas de diversidade e equidade, que são interpretadas como uma forma de discriminação racial contra brancos.

Segundo ela, “as universidades são símbolos de um problema muito grave da crise econômica americana” (Escobar, 2025).

Isso posto, consideramos que o trumpismo fortalece o bolsonarismo e, por conseguinte, propostas como a do ESP, que segue sendo uma grave ameaça à educação no Brasil, requerendo das classes trabalhadoras e dos intelectuais orgânicos, na acepção gramsciana, que sigamos com o compromisso de enfrentamento a seus pressupostos políticos e ideológicos. Afinal, como nos lembra Frigotto (2018), o ESP avança em um território que historicamente desembocou na insanidade da intolerância e da eliminação de seres humanos sob o nazismo, o fascismo e similares. Uma proposta que é absurda e letal pelo que manifesta e pelo que esconde.

1.4 Metodologia da pesquisa

Esta tese é resultado da pesquisa de doutorado inserida na rede de produções teóricas desenvolvidas pelo eixo de pesquisa Marxismo, Teoria Crítica e Filosofia da Educação, integrado à linha de pesquisa Humanidades e Educação do Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira (PPGEB), da Universidade Federal do Ceará (UFC). **Esperamos contribuir** com uma produção teórica e científica que possibilite aos setores que defendem o fortalecimento das universidades e escolas públicas, socialmente referenciadas nos interesses das classes despossuídas, a seguirem em frente. Nos achados desta tese, fica evidente que a proposição do ESP é um momento de disputa ideológica, o que ilustra bem que a discussão sobre ideologia não está superada e, portanto, não estamos em uma sociedade pós-ideológica. Logo, o nosso propósito não é extemporâneo. Longe disso! Entendemos ser relevante trazer a lume a categoria de ideologia como campo de investigação em um curso de pós-graduação em educação, malgrado os diferentes entendimentos que se tenha acerca desse conceito-chave.

Nosso objetivo geral, em diálogo com a concepção marxiana e meszariana da ideologia, foi desvelar as características da ideologia do ESP, como esse movimento e projeto se relaciona com a emergência das ideias da extrema-direita brasileira, identificando seus principais desdobramentos para a educação nacional entre os anos de 2014 e 2025. Para guiar esse percurso investigativo, estabelecemos os seguintes objetivos específicos: a) apreender o conceito de ideologia em Marx e Mészáros e seus desdobramentos na sociedade do capital; b) analisar o projeto e o movimento ESP em seus pressupostos teóricos, políticos e ideológicos; e c) desvelar a ideologia do ESP e seus nexos com a emergência das ideias da extrema-direita entre os anos de 2014 e 2025. Trata-se de uma pesquisa teórica, documental e bibliográfica, constituída sobre o arcabouço teórico marxiano e meszariano.

Nossa tese, fundamentada na análise marxiana e meszariana da categoria ideologia, é a de que, sob a prerrogativa da desideologização da atividade docente e da pretensa neutralidade ideológica, o ESP defende e propaga uma ideologia burguesa reacionária, que objetiva impor uma concepção de educação conservadora, acrítica, a serviço da reprodução da sociabilidade do capital, tendo como centralidade a criminalização dos professores. Constitui-se, portanto, em um importante movimento ideológico da extrema-direita bolsonarista.

Trata-se de uma pesquisa teórica, documental e bibliográfica, constituída sobre o arcabouço teórico marxista, cuja opção metodológica segue a síntese de múltiplas determinações que nos permite o materialismo histórico-dialético. Nosso recorte temporal é 2014 a 2025. Utilizamos como técnicas de coleta de dados a pesquisa bibliográfica e documental, empreendida em projetos de lei, pareceres judiciais e redes sociais. Os aportes teóricos principais tratam sobre: ideologias (Marx, 2004, 2005, 2008, 2011, 2013; Marx e Engels, 2007; Mészáros, 2004, 2008, 2009, 2011, 2016; Lukács, 2013; Gramsci 2007; Eagleton, 1997; Löwy, 2015; Iasi, 2014; Konder, 2020); neofascismo/bolsonarismo e educação (Löwy, 2016, 2019; Mattos, 2020; Leher, 2020, 2023); ESP (Frigotto, 2017, 2018; Miguel, 2016; Penna, 2016, 2017, 2018).

No segundo capítulo desta dissertação, resgatamos algumas das elaborações de Marx sobre a questão da ideologia para subsidiar a pesquisa. As suas primeiras elaborações de polêmica com Hegel acerca da alienação lhe permitiram chegar ao tema da ideologia. Abordamos as suas discussões desde *A crítica da filosofia do direito de Hegel*, os *Manuscritos econômicos-filosóficos de 1844*, *A ideologia alemã* e o capítulo 1 de *O capital*. Esse conjunto de textos foi nosso ponto de partida para diálogos com Terry Eagleton, Mauro Iasi, José Paulo Netto, Leandro Konder, Michel Löwy e Eduardo F. Chagas. Vimos que a análise de Marx sobre a ideologia deriva de suas elaborações sobre a alienação, e o seu esforço, com o que o século XIX lhe permitia, era a conexão entre universo ideal, as ideias e a base material da sociedade. Isso lhe possibilitou não ignorar o lastro de classe que embasa o fenômeno da ideologia, indo na direção oposta do idealismo de sua época.

Veja-se o caso do fetichismo das mercadorias. Em uma sociedade em que o capital como relação social é uma força soberana, seguramente, não há como entender o tema do fetichismo separado da ordem social capitalista e, portanto, do seu elemento de classe. Nesse sentido, para Marx, a ideologia não é uma falsa consciência, uma vez que ela é parte do edifício que constitui as relações sociais em sua estrutura e dinâmica. A sua linguagem metafórica, os seus tropos, as suas fantasias, de feito, constituem uma roupagem que não está separada da realidade em sua complexidade e em suas necessidades. A linguagem é um produto social e a

ideologia, como portadora de uma linguagem própria e particular, também é um produto social. Consequentemente, não vem do céu à terra, mas da terra ao céu. A tentativa de inverter essa relação é inerente ao escopo ideológico que serve de alvo da crítica marx-engelsiana, a chamada “ideologia alemã”.

No terceiro capítulo, apresentamos o poder da ideologia em István Mészáros e toda a arcabouço teórico que ele desenvolveu, aprofundando as elaborações de Marx e Lukács, constituindo um aporte fundamental para compreendermos a localização histórica do nosso objeto de pesquisa em tempos de crise estrutural do capital. Mészáros enfrenta toda a polêmica com os pós-modernos acerca da teoria do fim da ideologia e reafirma o quanto o mundo segue e seguirá enquanto houver conflitos sociais, sendo impregnado de ideologia. Nesse capítulo, também foram de suma importância os aportes que buscamos em Lukács.

No quarto capítulo, analisamos o movimento ESP em seus pressupostos teóricos, políticos, e ideológicos trilhando o seguinte percurso: na seção 4.1, denominada *Origem e trajetória do ESP*, apresentamos algumas notas explicativas sobre o movimento, a sua origem, os seus principais expoentes, a sua dinâmica, as propostas e os principais PLs, buscando os dados relativos ao discurso de doutrinação ideológica neles contidos, além de outras informações que nos permitiram ampliar e aprofundar nossas reflexões.

Quanto aos PLs a centralidade de nossa análise se concentra no PL n.º 7.180/2014, de autoria do deputado Erivelton Santana (PSC-BA), que propõe mudar a legislação educacional, alterando o artigo terceiro da LDBEN de 1996, ao incluir um inciso chave do ESP. Esse PL incorporou, posteriormente, praticamente todos os demais que foram apresentados desde 2014 com as propostas do ESP, haja vista terem sido apensados a ele mais de 35 projetos. Importa saber que, em 15 de outubro de 2024, o relator indicado para esse projeto, deputado Allan Garcês (PP-MA), apresentou um Substitutivo ao projeto de Lei n.º 7.180/2014, com outros 36 projetos do ESP apensados a ele, o qual, podemos afirmar, é uma espécie de síntese do PL n.º 7180/2014 original, do PL n.º 867/2015, do deputado Izalci Lucas (PSDB-DF), que, por sua vez, é similar aos dois primeiros projetos apresentados em 2014 por Flávio e Carlos Bolsonaro, filhos de Jair Bolsonaro,.

Além de sínteses dos PLs anteriores, esse substitutivo trouxe um agravante ao propor penalidades como detenção e multas a professores e servidores públicos. É uma proposição que tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação do Plenário da Câmara Federal, ou seja, ainda falta ser aprovado, porém, já recebeu parecer favorável de seu relator, deputado Allan Garcês, na CPASF, em 21 de outubro de 2025.

Na seção 4.2, denominada *ESP, crise política e avanço da ideologia de extrema-*

direita, apresentamos notas explicativas sobre o contexto econômico, político e ideológico em que o ESP é germinado, tendo como referencial de análise as categorias e os elementos fornecidos pelo arcabouço teórico marxista, visto que nossa centralidade é desvelar a ideologia do ESP como um movimento e programa e suas conexões com a ascensão da extrema-direita bolsonarista. Nessa seção, demonstramos a relação direta e de interesse do ESP com as ideias e ação política da extrema-direita, as quais começaram a emergir durante as Jornadas de Junho de 2013, avançaram com as mobilizações da classe média lavajatista em 2015, se fortalecem após a crise de 2016 e adquiriram seu ápice com a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018.

Na seção 4.3 *O ESP no governo Bolsonaro*, a partir da categoria de neofascismo, realizamos uma análise do governo e de sua ideologia bolsonarista, as tensões entre os dois blocos representantes da classe dominante no setor educacional, o bloco liberal aglutinado no Todos Pela Educação (TPE) e o bloco ultraconservador fundamentalista do ESP, assim como um breve balanço do ESP como política educacional a partir do MEC. Esse momento é fulcral na aproximação da determinação da ideologia do ESP.

Por fim, na seção 4.4, intitulada *ESP: concepção autoritária de educação em sintonia com a ideologia neofascista/bolsonarista*, debatemos o significado da proposta de educação sob a perspectiva da neutralidade ideológica defendida pelo ESP, os principais eixos de sua proposta educacional expressos no PL n.º 7.180/2014, seus apensados e substitutivo, com o objetivo de evidenciar a concepção de educação por detrás da “neutralidade ideológica” e sua estratégia. Realizamos essa análise apoiados na concepção de ideologia de Marx e Mészáros.

Nosso ponto de partida foram materiais disponibilizados no site do MESP, algumas de suas redes sociais como o Instagram, por ser uma rede de grande alcance, e principalmente a revisão bibliográfica acerca do ESP. Para a empreitada dessa revisão, nosso foco concentrou-se no trabalho realizado por alguns autores nas coletâneas intituladas: *A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso* (2016); *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade* (2017), da qual participam mais de 10 autores da área educacional debatendo o ESP e organizado por Gaudêncio Frigotto; o Relatório *6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar*, organizado pela Frente Nacional Escola Sem Mordada (Moura; Silva, 2020); o livro *Escola sem partido e ultraliberalismo: reflexões críticas desde Brasil, Argentina e Uruguai* (e-book), organizado por Rodrigo Sarruge Molina e Jorge Fernando Hermida (2023); o livro *Educação no governo Bolsonaro – inventário da devastação*, organizado por Leher (2023); e alguns artigos de Penna

(2016, 2017, 2018) e de Miguel (2016).

2 A QUESTÃO DA IDEOLOGIA EM MARX

Lá se foram algumas décadas desde que Althusser (1996) atribuiu à crítica de Marx à ideologia, manifesta sobremaneira em *A ideologia alemã*, o status de uma tese positivista-historicista, ressaltando, aliás, que, nessa obra, Marx e Engels classificam a ideologia como não portadora de uma história.

A impressão que, em parte, efetivamente permanece é a de que Louis Althusser forçou e quase torturou o texto de Marx e Engels, embora, para ser justo, não faça isso exatamente com o fito de adequar a crítica marxiana da ideologia não só às tenazes do juízo crítico que o intelectual francês dirigiu às elaborações do jovem Marx, mas, em particular, para trazê-la para a questão que, em última análise, o move: o problema dos aparelhos ideológicos do Estado.

Aqui, inicialmente, cabe uma observação: não é que Marx e Engels descartaram a historicidade da ideologia ou que tornaram absoluta – em seu ajuste definitivo com as vertentes filosóficas que, anteriormente, influenciaram a ambos – a ideia de que a ideologia, de fato, é inteiramente desprovida de história.

É quase desnecessário recordar que Marx e Engels estavam sequiosos de fazer o acerto de contas com a antiga “consciência filosófica”, a qual estiveram, ao longo de um breve período, vinculados ou filiados. Para isso, eles se viram obrigados a empregar, ainda que não conscientemente, a teoria da curvatura da vara, envergando-a e dando primazia à crítica ao pressuposto idealista-metafísico no qual a ideologia aparentava pairar no ar, como se estivesse alheia, ou assim o fosse, às condições de produção da vida real. O que era essencial para os dois autores era demonstrar que a ideologia não trazia consigo uma história à parte do desenvolvimento das condições reais de existência.

Podemos, desse modo, afirmar que, em *A ideologia alemã*, os indivíduos, a consciência e a ideologia, tudo isso tem uma história, mas condicionada pelo desenvolvimento das forças de produção. Assim, os indivíduos têm história “e o mesmo acontece com sua consciência” (Marx; Engels, 2007, p. 53). O que Marx e Engels não compartilham é o pressuposto de uma consciência que não seja um produto social, que se apresente de forma totalmente desvinculada da produção material da vida imediata. Em outros termos: as noções de indivíduos isolados e de constructos imaginários “de costas para a história real” (ideologias) não são partes constituintes da refletividade marx-engelsiana. Nessa perspectiva, eles objetam a crença subjetiva em uma ideologia que paira acima dos indivíduos e das classes, criando nesses indivíduos e classes ilusões acerca de sua própria realidade. Em suma, sem negar a

ideologia, inclusive a sua historicidade, Marx e Engels buscaram estabelecer, em última hipótese, a sua base real, habitualmente ignorada.

Por outro lado, e indo mais longe na reflexão, podemos asseverar também que a crítica à ideologia dominante em sua época conduziu Marx e Engels a ressaltarem, em *A ideologia alemã*, não a incondicional positividade do elemento ideológico, mas, declaradamente, a sua negatividade. Com bastante frequência tratava-se também de destacar a importância da reprodução das condições de produção, e, em meio a essa descrição-análise, demonstrar o quanto os idealistas e os metafísicos enfatizavam a autonomia do componente ideológico, e o quanto isso estava equivocado. Ora, é justamente nesse ponto que Marx e Engels se viram obrigados a atribuir uma ênfase desmesurada ao fato de que os “ideólogos” tomaram a ideologia como uma categoria, como um “sistema de ideias” ou mesmo como uma “representação” à parte ou acima da realidade que lhe é externa. É contra essa concepção de mundo que os fundadores do materialismo histórico erguem a sua crítica feroz, avaliando negativamente tudo o que concernia ao mundo da ideologia, cuja gênese, diga-se de passagem, havia se dado poucas décadas antes de Karl Marx e Friedrich Engels escreverem a sua célebre *A ideologia alemã*. Ou seja, eles estavam diante de um fenômeno com pouca idade e com pouca acumulação teórica.

Tratava-se, por conseguinte, de acertar as contas com a compreensão da ideologia à maneira de Hegel, dos neohegelianos (sobretudo) e, de modo geral, dos ideólogos burgueses, que, de maneira mais visível, se manifestava na chamada filosofia alemã, que Marx e Engels, sem deixar de incorporar os seus aspectos mais fecundos, buscaram, de fato, ultrapassar. A ideologia alemã era o exercício necessário nesse esforço de ultrapassagem, “de acerto de contas”. Era preciso evidenciar que a história não era uma história de espíritos, mas uma produzida por homens e mulheres reais, que, ao criarem as suas condições de existência, faziam a sua história, reconstituindo-a, representando-a, dando-lhe forma no pensamento e na imaginação. Esse pensamento e essa imaginação, contudo, não nasciam do nada como cogumelos; eram também, em última instância, produto social.

Feitas essas observações preliminares, já nos parece possível adentrar de modo mais direto e metódico no objeto em torno da construção deste capítulo: a ideologia em Marx (que, de certo modo, remete o pesquisador ou a pesquisadora ao cerne da refletividade engelsiana). Marx é um pensador que desenvolveu o seu estudo científico filosófico não só com o objetivo de apreender o movimento dialético do capital, mas também e principalmente com a mira de demonstrar a possibilidade histórica de sua superação. Juntamente com seu parceiro de estudos e militância, Engels, descobriram a chave do movimento da sociedade civil burguesa na

dinâmica contraditória do capital, quando esse apenas se difundia e se consolidava pela Europa e Estados Unidos. Comprovaram, assim, a historicidade do capitalismo e do capital, apresentando uma explicação que superou a economia política clássica e a filosofia idealista de sua época.

Neste segundo capítulo, explicitamos a concepção de Marx acerca da questão da ideologia. Tomamos como objeto, em especial, a obra *A Ideologia Alemã*, de autoria não só de Marx, mas também de Engels¹³. Além de *A Ideologia Alemã*, no decorrer de nossa argumentação, consideramos outras obras dos autores, ou apenas de Marx, tais como *Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, os *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, os *Grundrisse* e *O Capital*. Julgamos que elas são necessárias para um entendimento do pensamento marxiano sobre ideologia.

O tema da ideologia não é lateral na obra de Marx, mas o autor chega à questão da ideologia como parte de sua teoria da alienação, que adquire a sua expressão mais acabada no fetichismo da mercadoria, desenvolvida em *O capital*. O seu ponto de partida foi a polêmica com Hegel sobre a sua concepção de Estado, sobre como aquilo que é produto dos processos humanos escapa ao controle dos sujeitos humanos e passa a assumir uma existência aparentemente autônoma, exercendo sobre eles um poder imperioso. Para Marx, isso não é uma ideia falsa ou o equívoco de um pensador. Já em *A Crítica da filosofia do direito de Hegel*, as ideias expressam as formas socialmente necessárias de uma certa materialidade, seguindo as pistas de Feuerbach. O nosso pensador, contudo, não é um materialista vulgar; ele não acredita que o real “está ali na materialidade” e a ideia o falsifica ou o encobrem gerando uma percepção incorreta do real. Em suas primeiras obras, como veremos, Marx critica as ideias de Hegel e as de Feuerbach, porém, ele ainda não sabe qual é a base material. Desse modo, a pergunta que Marx perseguiu foi: Qual é a materialidade que, no âmbito das ideias, expressa essa ordem que se alienou, que se estranhou ao ser humano e que se voltou contra ele aparentemente fugindo do seu controle?

2.1 As primeiras elaborações

Podemos afirmar que a reflexão de Marx sobre a questão da ideologia começou a se esboçar na *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, escrita em meados de 1843, na qual Marx se apoiou na crítica à religião de Feuerbach, apesar de já indicar as suas limitações, para se opor

¹³ Nosso objeto é explorar o pensamento de Marx, mas a obra *A Ideologia Alemã* foi escrita em parceria com Engels, motivo pelo qual sempre citamos seu coautor nas referências bibliográficas.

de forma contundente à concepção hegeliana de Estado. As suas formulações mais concretas da problemática da alienação começaram a aparecer associadas às suas investigações sobre a natureza do Estado moderno.

A filosofia idealista alemã é uma filosofia da atividade da consciência ou do Espírito. E em Hegel, o espírito é tudo, é ele que se desdobra não só no mundo propriamente espiritual que culmina na arte, na religião, e na filosofia, mas também na natureza ou na história humana. Hegel não separa espírito e mundo, sujeito e objeto. De acordo com Chagas (2012), nessa obra e nos primeiros textos de Marx, são muito importantes os conceitos de ilusão, de fragmentação e de cisão, que eram também centrais no pensamento de Ludwig Feuerbach. O materialista reconhecia que o homem na sociedade moderna é um ser fragmentado, separado de sua essência, e é precisamente, essa separação que explica o processo subjetivo da fé, da crença religiosa, sendo essa um produto da subjetividade humana marcada pela cisão entre a sua essência, o gênero, o universal, e a sua existência singular e individual. Uma vez cindido entre essência (universal) e existência (singular), logo, sem poder efetivar, na sua existência singular, o gênero, o universal, ele o projeta para fora de si, em um ser exterior a ele (Deus) (Chagas, 2012, p. 28).

Nas obras do jovem Marx, notamos um intelectual ativo se opondo vibrantemente à filosofia idealista e, conseqüentemente, atuando contra as formas ideológicas a ela associadas. Contudo, ele trava esse combate, amiúde, utilizando a linguagem inerente ao seu objeto de crítica, revelando que essa luta era também contra ele e o espólio que herdara. Tomando palavras e conceitos de quem ele pretende criticar, o pensador e militante alemão foi travando o bom combate, acertando as contas com o seu legado.

Pensamos que já é possível ter uma maior nitidez dos limites e das potencialidades da crítica elaborada pelo jovem Marx, nomeadamente no que concerne às duas personagens que mais o influenciaram: Hegel e Feuerbach. Se Marx começou o seu acerto de contas tomando como central a crítica dialética a Hegel, logo ele estendeu esse afã crítico a outro de seus mestres, Feuerbach, cujas elaborações não podem passar despercebidas em nossa análise.

Para Feuerbach, essa concentração das perfeições no objeto religioso realizada pelo homem real não deixa de ter conseqüências negativas. Deus não só se lhe apresenta como algo estranho, já que o homem não tem consciência de que está diante de um produto seu, e, portanto, não se reconhece nele, mas também se empobrece como ser humano à medida que seu objeto se enriquece com as perfeições que ele lhe conferiu. Resulta disso a alienação religiosa que se produz na consciência, e nela há de cancelar-se quando o sujeito (o homem real) for consciente de sua verdadeira natureza, de sua condição de sujeito, reconhecendo em si mesmo os atributos.

Ainda segundo Chagas (2012), a pretensão de Feuerbach foi inverter essa inversão e mostrar que a discórdia, a oposição, entre Deus (o divino, o sagrado) e o homem (o humano, o profano) é ilusória porque o conteúdo da religião é inteiramente humano. Assim, o homem só tomará consciência que Deus é uma projeção de sua subjetividade, de sua própria essência subjetiva, tomada de forma absoluta, quando converter a teologia em antropologia.

Para Feuerbach, a religião seria apenas “a consciência primeira e indireta que o homem tem de si mesmo” e que a projeta para fora de si antes de encontrá-la em si (Feuerbach, 1997, p. 56). Em seu entendimento, “o ser absoluto, o Deus do homem é sua própria essência” (Feuerbach, 1997, p. 56). Ou seja, os seres humanos projetam as suas representações para fora de si mesmos, as quais acabam se voltando contra eles como uma força estranha que os controla.

Marx não se limitou, como fez Feuerbach, a criticar a religião como necessidade subjetiva da ilusão, desconsiderando a base material que a produz, ao contrário, sua preocupação foi estabelecer a base real que gera essa ilusão, como deixa nítido em *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel – Introdução*, ao afirmar que “o homem faz a religião, a religião não faz o homem. E a religião é de fato a autoconsciência e o autossentimento do homem, mas o homem não é um ser abstrato” (Marx, 2005, p. 145). E prossegue: “o homem é o mundo do homem, o Estado, a sociedade. Esse Estado e essa sociedade produzem a religião, uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido” (Marx, 2005, p. 145).

A nosso ver, desde essa obra, o jovem pensador alemão, com apenas 26 anos de idade, já indica que não se trata apenas de transformar uma ideia falsa e mistificadora sobre a realidade, e sim a própria realidade que engendra essa ideia. Ademais, Feuerbach lidou com o problema da alienação no âmbito da crítica à religião, enquanto Marx estendeu tal procedimento ao universo do Direito e do Estado, da vida política. Para Marx, era necessário passar da crítica da religião à crítica do mundo real. Em suas palavras,

A tarefa da história, depois de desaparecido o além da verdade, é estabelecer a verdade do aquém. a tarefa imediata da filosofia, que está a serviço da história, é, depois de desmascarada a forma sagrada da autoalienação [*Selbstentfremdung*] humana, desmascarar a autoalienação nas suas *formas não sagradas*. a crítica do céu transforma-se, assim, na crítica da terra, a crítica da religião, na crítica do direito, a crítica da teologia, na crítica da política (Marx, 2005, p. 146).

A extensão das ideias de Feuerbach aos domínios da vida política e de outras esferas permitiu a Marx enfrentar a teoria do Direito e do Estado de Hegel, reproduzida pelos jovens hegelianos. O tema fundamental da crítica de Marx à filosofia política de Hegel foi o da separação e da oposição modernas entre Estado e sociedade civil e a tentativa hegeliana de

conciliar esses extremos na esfera do Estado, concebido segundo o modelo da monarquia constitucional prussiana.

Hegel se referiu ao Estado como a ideia real, o Espírito, que divide ele mesmo nas duas esferas ideais de seu conceito: a família e a sociedade civil. Para Marx (2005), seria o oposto, a família e a sociedade civil são a força motriz, os pressupostos do Estado: “Em Hegel, os indivíduos como a multidão são apresentados como matéria do Estado, essa sua procedência se expressa como um ato da ideia, como uma distribuição que a ideia leva a cabo com sua própria matéria” (Marx, 2005, p. 31). Contudo, o fato é que o Estado se produz a partir da multidão, tal como ela existe na forma dos membros da família e da sociedade civil. A especulação hegeliana enuncia esse fato como um ato da ideia, invertendo os sujeitos em predicados e os predicados em sujeitos, fazendo, erradamente, da ideia o sujeito e do homem e de suas instituições os predicados. Essa inversão determinativa entre sujeito e predicado é, portanto, a inversão entre a determinação real e a determinação ideal, o conteúdo concreto e a ideia abstrata. A ideia é feita sujeito, na medida em que a ela é conferido o poder de engendrar, a partir de si mesma, suas determinações concretas.

Hegel tomou as instituições, a exemplo da família, da sociedade civil e do Estado, como meras objetivações, corporações de uma ideia. Marx, ao contrário, as considerava comunidades reais, objetivações do sujeito humano, sendo as instituições (família, sociedade civil e Estado) produzidas pelos seres humanos, e nelas ele se objetiva. Segundo Marx, o “misticismo” especulativo de Hegel transparece quando ele toma a família e a sociedade civil como manifestações, fenômenos, atos da Ideia, da ideia subjetivada do Estado.

Como Hegel parte da ideia como sujeito, da ideia como verdadeira realidade, o Estado universal, racional e os seus poderes, na condição de produtos do desenvolvimento da ideia, adquirem um sentido lógico, formal e abstrato. E é esse Estado universal, fundante da sociedade civil, que, por meio do poder soberano (poder do monarca), efetiva o poder da subjetividade como decisão da vontade. O poder do soberano, do monarca (da monarquia constitucional), expressa a universalidade da Constituição e das leis; ele visa a vincular os interesses particulares (sociedade civil) aos interesses universais (Estado); ele é o poder de uma personalidade particular, de um sujeito, que tem a decisão final, como autodeterminação de sua vontade individual. A soberania, para Hegel, residia no poder do soberano (monarca), pois a soberania popular é uma representação inculta do povo, uma totalidade confusa, genérica, uma abstração indeterminada.

É importante destacar que a crítica de Marx à concepção hegeliana de Estado nessa obra trata fundamentalmente, ainda que de modo incipiente/parcial¹⁴, do tema da **alienação política**, a qual tem lugar quando o povo, ao se submeter à sua própria obra, perde o seu estatuto fundante e as posições são invertidas. O que era o todo passa à posição de parte, e vice-versa. O povo, antes o “Estado real”, é privado de seu conteúdo genérico, que se vê então reificado na esfera política. Com isso, dá-se a separação e a oposição entre Estado (ou constituição) e sociedade civil. Essa oposição, que se encontra nas bases do Estado moderno, esconde-se em Hegel sob o véu da especulação. O Estado, para ele, é a realização da vontade livre, racional. Entretanto, objeta Marx, se o príncipe é a *pessoa* abstrata, que tem o *Estado em si*, isso significa que a essência do Estado é a pessoa abstrata, a *pessoa privada*.

Vejamos como Marx apresenta essa discussão entre o “todo” (universal) e a “parte” (singular) da inversão cometida pelo idealismo hegeliano:

Na democracia, o estado político é ele mesmo um conteúdo *particular*, como uma *forma de existência* particular do povo. Na monarquia, por exemplo, este fato particular, a constituição política, tem a significação do *universal* que domina e determina todo o particular. [...] A constituição se desenvolveu como a razão universal, contraposta às outras esferas, como algo além delas. A tarefa histórica consistiu, assim, em sua reivindicação, mas as esferas particulares não têm a consciência de que seu ser privado coincide com o ser transcendente da constituição ou do estado político e de que a existência transcendente do estado não é outra coisa senão a afirmação de sua própria **alienação**. [...] A monarquia é a expressão acabada dessa alienação (Marx, 2005, p. 51).

Essa alienação consiste em que a vontade geral (o povo) aliena seu poder no Estado político, converte-se em um conteúdo particular exterior ao Estado. Nos parece que já aqui Marx conclui que o próprio Estado representa a alienação dos indivíduos sociais com relação ao poder mais abrangente de tomada de decisões.

Ocorre que, até 1843, a crítica a Hegel é ainda limitada. Marx tinha 25 anos, o que ele conseguiu, e isso já é grandioso, foi o seu ponto de partida para a obra que elaborou posteriormente. Segundo Chagas (2012), já a partir dessa obra, Marx, embora permanecesse fiel ao pensamento central de Hegel, distanciou-se de Hegel e dos jovens hegelianos ao não fazer culto ao Estado, ao negá-lo como uma organização política universal e racional, ao mostrar que o Estado, longe de ser uma esfera do interesse geral, determinante na formação, na organização e no desenvolvimento da sociedade, é, pelo contrário, determinado por essa sociedade; ou seja, ele não é a encarnação da razão, nem uma mera forma mais elevada dos graus sucessivos de exteriorização, de determinação, da Moralidade Objetiva. Anos depois, em

¹⁴ Notamos a limitação de Marx nessa obra.

1851, Marx se referiu a essa obra nesses termos: “O primeiro trabalho que empreendi para dissipar as dúvidas que, então, me assaltavam, foi uma revisão crítica da *Filosofia do Direito* de Hegel, cuja introdução apareceu nos *Anais Franco-Alemães*, publicados em 1844, em Paris” (Marx, 2008, p. 24). A conclusão dessa crítica era a de que as instituições jurídicas e as diferentes formas de Estado não podem se explicar por si mesmas ou por um suposto desenvolvimento do Espírito humano, mas que resultam das condições materiais de vida que Hegel, à imitação dos franceses e dos ingleses do século XVIII, designa com o nome de sociedade burguesa.

Para Iasi (2014), a questão que levou Marx adiante se fundamenta em duas lacunas, em certo sentido impossíveis de serem enfrentadas em 1843 e com os estudos até então realizados. Primeiro, se as expressões ideais se fundamentam nas relações reais que os seres humanos de carne e osso estabelecem, seria essencial compreender a fundo a natureza e o caráter dessas relações para que fosse possível estabelecer o seu nexos com as suas expressões na consciência dos seres humanos. Segundo, só por esse caminho seria possível responder à questão essencial ao tema tratado (o Direito e o Estado): Qual interesse particular se apresenta como universal através do Estado e, principalmente, por que precisa apresentar-se como universal ainda que seja uma particularidade?

Para responder a essas questões, Iasi (2014) afirmou que não bastaria se aprofundar no sistema hegeliano, pondo-o de ponta cabeça ou na posição que desejar, pois faltavam a crítica à Economia Política, o desvendar da anatomia da sociedade civil-burguesa e a compreensão das relações particulares dentro das quais os seres humanos produzem a sua particular forma de existência.

O próprio Marx reconheceu as limitações de suas elaborações iniciadas na *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* e as submeteu a uma revisão crítica à luz dos estudos da economia política que ele havia iniciado¹⁵, o que lhe permitiu conceber os *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, consciente de que, com a incorporação da economia política, encontrou a fundamentação dos temas iniciados na *Crítica*. Além disso, ele leu o esboço de Engels¹⁶, o que também lhe ajudou na empreitada de uma crítica mais incisiva e definitiva à

¹⁵ No prefácio dos *Manuscritos econômico-filosóficos*, Marx anunciou: “Na preparação para a impressão do texto *Crítica da filosofia hegeliana do direito*, evidenciou-se que a crítica dirigida apenas contra a especulação, combinada com a crítica das diferentes matérias particulares, seria completamente inoportuna. [...] Farei, por conseguinte e sucessivamente, em diversas brochuras independentes, a crítica do direito, da moral, da política etc., e por último, num trabalho específico, a conexão do todo, a relação entre as distintas partes, demarcando a crítica da elaboração especulativa deste mesmo material. Assim será encontrado o fundamento, no presente escrito, da conexão entre a economia política e o Estado, o direito, a moral, a vida civil, etc., na medida em que a economia política mesma, *ex professo*, trata destes objetos” (Marx, 2004, p. 19).

¹⁶ Trata-se do esboço de uma crítica da Economia política de Engels escrito entre o final de 1843 e janeiro de

dialética hegeliana.

Nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, Marx (2004) dedicou toda uma seção para uma ainda incipiente crítica da economia política, **tomando o trabalho alienado** como principal objeto, na busca por desvendar o que é ocultado pela economia política: a gênese da propriedade privada. Nessa crítica ao trabalho alienado, a alienação nos é apresentada pela primeira vez em termos verdadeiramente materialistas, por meio dos quais Marx pôde extrair quatro características e determinações do trabalho alienado.

Em *A teoria da alienação em Marx*, Istvan Mészáros (2016) defendeu que o cerne dos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, que estrutura toda a obra, é o conceito de “transcendência da autoalienação do trabalho”. Esse sistema marxiano *in statu nascendi* é simultaneamente uma espécie de balanço, bem como a formulação de um programa monumental para futuras investigações. Ao repensar todos os principais problemas que o ocuparam antes do esboço dos *Manuscritos*, Marx testou a sua ideia sintetizadora em muitas direções, tornando-se plenamente consciente tanto da necessidade de aventurar-se pelas mais variadas disciplinas quanto das dificuldades e perigos envolvidos em tal empresa.

Segundo Mészáros (2016, p. 21), “Marx delineia nos *Manuscritos* uma grande ideia sintetizadora: a alienação do trabalho enquanto a causa que está na raiz de todo o complexo das alienações no sistema societal”. Para o filósofo húngaro, essa obra constitui o primeiro sistema abrangente de Marx, em que cada ponto particular é “multidimensional”, estando conectado com todos os demais pontos do sistema marxiano de ideias. O problema da relação entre *alienação* e *consciência*, por exemplo, nunca é considerado isoladamente, mas como algo que ocupa um lugar determinado dentro do sistema de atividades humanas, apoiado sobre a base socioeconômica e em constante interação com ela.

O conceito-chave desses *Manuscritos* é o de alienação¹⁷, com quatro aspectos principais: a) o ser humano está alienado da natureza (estranhamento da coisa); b) o ser humano está alienado de si mesmo, de sua própria atividade (autoestranhamento); c) o ser humano está alienado do seu ser genérico, do seu ser como membro do gênero humano (alienação da

1844, publicado nos *Anais Franco-alemães* em fevereiro de 1844.

¹⁷ Mészáros (2016, p. 40) alerta para a complexidade do conceito-chave, eminentemente histórico. Se o ser humano está alienado, ele tem de estar alienado de algo, como resultado de certas causas – a interação de eventos e circunstâncias em relação ao ser humano enquanto sujeito dessa alienação – que se manifestam em um quadro de referência histórico. Outro aspecto da complexidade é o problema das traduções e sentidos. Em alemão, os termos “*Entäusserung*”, “*Enfremdung*” e “*Veräusserung*” são usados para traduzir “*alienation*” [alienação] ou “*estrangement*” [estranhamento]. “*Entäusserung*” e “*Enfremdung*” são empregados por Marx com muito mais frequência. Quando o acento está na “exteriorização” ou “objetivação”, Marx utiliza o termo “*Entäusserung*” [objetivação, reificação], ao passo que “*Enfremdung*” é usado quando a intenção do autor é enfatizar o fato de que o ser humano é confrontado por um poder hostil produzido por ele mesmo, de modo que ele faz malograr o seu próprio objetivo (Mészáros, 2016, p. 20).

humanidade); d) o ser humano está alienado do ser humano (dos demais seres humanos).

Concebendo a interconexão essencial entre a propriedade privada, a ganância e a separação de trabalho, de capital e propriedade da terra, de troca e concorrência, de valor e desvalorização do homem, de monopólio e concorrência etc., de todo esse estranhamento (*Enfremdung*) com o sistema do dinheiro, Marx descreveu todos os desdobramentos do estranhamento do trabalho. Partindo da afirmação de que o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz – o próprio trabalhador, por meio do seu trabalho de produzir mercadorias, se torna, ele mesmo, uma mercadoria –, Marx apontou algumas determinações da alienação. A primeira delas é o estranhamento entre o trabalhador e o produto de seu trabalho. O produto do trabalho é a sua objetivação, isto é, o trabalho que se fixou em um objeto que aparece ao trabalhador como um ser estranho, dotado de existência externa e independente do seu produtor. Assim, o trabalhador, por meio do seu próprio desgaste, cria um mundo objetivo que lhe é alheio; esse se torna tanto mais poderoso quanto mais pobre se torna aquele que o criou.

Para Marx (2004, p. 81),

O trabalhador encerra a sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. Ele não é o que é o produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é.

Essa primeira determinação do “trabalho estranhado” expressa a relação entre o trabalhador e o produto de seu trabalho, que, de acordo com Marx, constitui simultaneamente a sua relação com o mundo exterior sensível, com os objetos da natureza.

A segunda determinação da alienação é a do estranhamento que se manifesta não somente com relação ao produto do trabalho, mas também à própria atividade do trabalho, que é a sua exteriorização (*Entäusserung*). A exteriorização consiste no fato de que a atividade do trabalho não pertence ao trabalhador como ser, pois ele não se afirma em seu trabalho, porém, se nega nele, não se sente bem, e sim infeliz, não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica a sua *physis* e arruína o seu espírito. Desse modo, “[...] a externalidade [...] do trabalho aparece para o trabalhador como se [...] não fosse seu próprio, mas de um outro [...]” (Marx, 2004, p. 83). Mais que isso: é como se o trabalhador, no trabalho, não pertencesse a si mesmo, e sim a um outro.

Dessas duas determinações da alienação, Marx extrai uma terceira: a de que o trabalho estranhado também afasta o homem do ser genérico, da sua essência humana. Para Marx, o homem é um ser genérico porque faz do gênero, tanto do seu próprio quanto do restante

das coisas, o seu objeto e porque se relaciona consigo mesmo como um ser universal. A vida genérica do homem consiste fisicamente, em primeiro lugar, que ele vive da natureza inorgânica. Nesse sentido, a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza, e isso não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte dela. “Na medida em que o trabalho estranhado estranha do homem a natureza, [e o homem] de si mesmo, de sua própria função ativa, de sua atividade vital; ela estranha do homem o *gênero* [humano]” (Marx, 2004, p. 84).

Assim sendo, o objeto do trabalho é a objetivação da vida humana genérica do homem, porque o ser humano se duplica não apenas na consciência, intelectualmente, mas também de forma operativa, efetivamente, contemplando-se, por isso, em um mundo criado por ele. Não obstante a isso, o trabalho estranhado faz

[...] do ser genérico do homem, tanto da natureza quanto da faculdade genérica espiritual dele, um ser estranho a ele, um meio da sua existência individual. Estranha do homem o seu próprio corpo, assim como a natureza fora dele, tal como a sua existência espiritual, sua essência humana (Marx, 2004, p. 85).

Se, ao formular a terceira característica, Marx levou em consideração os efeitos da alienação do trabalho – tanto como “estranhamento da coisa” quanto como “autoestranhamento” – no que se refere à relação entre o ser humano e o gênero humano em geral (isto é, a alienação da humanidade no decorrer de sua degradação pelos processos capitalistas), na quarta, ele abordou esses efeitos no tocante à relação do ser humano com outros seres humanos:

Uma consequência imediata de o homem estar estranhado do produto do seu trabalho, de sua atividade vital e de seu ser genérico, é o estranhamento do homem pelo próprio homem. Quando o homem está frente a si mesmo, defronta-se com ele o outro homem. O que vale para a relação do homem com o seu trabalho, com o produto do seu trabalho e consigo mesmo, vale também para a relação do homem com outro homem, bem como com o trabalho e com o objeto do trabalho de outro homem. Em geral, a questão de que o homem está estranhado da sua natureza genérica quer dizer que um homem está estranhado do outro, assim como cada um deles está estranhado da essência humana (Marx, 2004, p. 85-86).

Em seguida, o pensador concluiu que, “se o produto do trabalho não pertence ao trabalhador, um poder estranho que está diante dele, então ele pertence a um outro homem que não o trabalhador. Se sua atividade lhe é martírio, então ela é alegria para um outro” (Marx, 2004, p. 88). Eis o mistério que oculta a economia política: “a propriedade privada no capitalismo, é por um lado o produto, o resultado, do trabalho exteriorizado e, em segundo

lugar, é o meio através do qual o trabalho se exterioriza, a realização dessa exteriorização” (Marx, 2004, p. 88).

Mészáros (2016) destacou que a característica central da teoria da alienação de Marx não foi simplesmente o reconhecimento dos insuportáveis efeitos desumanizantes da alienação, embora isso tenha desempenhado um papel muito importante em termos subjetivos na formação do pensamento de Marx, e sim a compreensão profunda do fundamento ontológico objetivo dos processos que permaneceram ocultos dos seus antecessores¹⁸. A universalidade da visão de Marx tornou-se possível e foi bem-sucedida na identificação da problemática da alienação, a partir da adoção crítica do ponto de vista do trabalho¹⁹, em sua totalidade ontológica complexa caracterizada pelos termos “objetivação”, “alienação” e “apropriação”.

Para Marx (2004), diferentemente de Hegel²⁰, a alienação não coincide com a objetivação enquanto tal, mas com uma realidade econômica precisa e com um fenômeno específico: o trabalho assalariado e a transformação dos produtos do trabalho em objetos que se contrapõem aos seus produtores. Ao contrário de Hegel, que havia representado a alienação como manifestação ontológica do trabalho, Marx concebeu esse fenômeno como característico de um determinado período da produção, o capitalista, considerando possível a sua superação mediante a emancipação da sociedade da propriedade privada. Isso acontece em um determinado momento da história, na sociedade produtora de mercadorias, na ordem do capital,

¹⁸ Mészáros (2016, p. 65) recorda que, nos escritos dos pensadores que antecederam Marx, “objetivação” e “alienação” permaneceram irremediavelmente entrelaçadas, porém, foi Hegel quem abordou essa problemática de uma maneira histórica adequada, ainda que abstratamente.

¹⁹ O conceito marxiano de “atividade” como prática ou “atividade produtiva” – identificada tanto no seu sentido *positivo* (como objetivação e “autodesenvolvimento” humanos, como automediação necessária do ser humano com a natureza) quanto no seu sentido *negativo* (como alienação ou mediação de segunda ordem) – assemelha-se à concepção dos economistas políticos no que se refere ao fato de ser concebido em uma forma sensível. A sua função teórica, contudo, é radicalmente diferente. Marx percebeu que o fundamento não alienado daquilo que se reflete em uma forma alienada na economia política como uma esfera *particular* é a *esfera ontológica fundamental* da existência humana e, por conseguinte, constitui o fundamento último de todos os tipos e formas de atividade. Assim, *o trabalho*, em sua forma sensível, assume importância universal na filosofia de Marx, tornando não apenas a chave para compreender as determinações inerentes a todas as formas da alienação, mas também o centro de referência de sua estratégia prática, visando à suplantação real da alienação capitalista.

²⁰ Não pretendemos analisar a categoria da alienação em Hegel, contudo, é importante resgatar o que Marx escreveu nos Manuscritos a respeito da grandeza e das limitações das conquistas hegelianas: “*A grandeza da Fenomenologia hegeliana e de seu resultado final – a dialética, a negatividade enquanto princípio motor e gerador – é que Hegel toma, por um lado, a autoprodução do homem como um processo, a objetivação como desobjetivação, como exteriorização e supra-sunção (Aufhebung) dessa exteriorização; é que compreende a essência do trabalho e concebe o homem objetivo, verdadeiro, como o resultado de seu próprio trabalho*” (Marx, 2004, p. 123). E abordando algumas de suas limitações, Marx (2004, p. 124) acrescenta: “*Hegel apreende o trabalho como a essência, como a essência do homem que se confirma; ele vê somente o lado positivo do trabalho, não seu lado negativo. O trabalho é o vir a ser para si do homem no interior da exteriorização ou como homem exteriorizado. O trabalho que Hegel unicamente conhece e reconhece é o abstratamente espiritual*”.

gerando o estranhamento: os seres humanos produzem uma sociabilidade que lhe foge ao controle.

Marx adiantou nos *Manuscritos* o que aprofundou em *A ideologia alemã*, em parceria com Engels, o seu ponto de partida ontológico, ou seja, que o ser humano, uma parte específica da natureza, precisa produzir para poder se sustentar e satisfazer as suas necessidades. Entretanto, ele só conseguiu fazer isso criando necessariamente, no decorrer da satisfação delas, mediante a sua atividade produtiva, o trabalho, uma hierarquia complexa de necessidades não físicas que, conseqüentemente, se tornam condições necessárias para a satisfação também de suas necessidades físicas originais. As atividades e necessidades humanas do tipo “espiritual”, no âmbito das ideias, têm seu fundamento ontológico último na esfera da produção material como intercâmbio humano com a natureza, mediado de maneiras e formas complexas.

2.2 A Ideologia Alemã

Em *A ideologia alemã*, de 1845/1846, Marx e Engels aprofundaram a sua crítica à filosofia hegeliana e pós-hegeliana, assentando as bases de sua concepção materialista da história. A obra teve como objetivo desmascarar os jovens hegelianos, “[...] cordeiros que consideram a si mesmos e são considerados por outros como lobos, de mostrar como eles apenas repetem filosoficamente os balidos das representações dos burgueses alemães” (Marx; Engels, 2007, p. 523). Marx e Engels explicaram as formas de consciência a partir das relações sociais reais e não da autonomização dos conceitos, como fizeram Hegel e os hegelianos de esquerda, cuja produção idealista é vista como ideologia, uma construção ideal autonomizada da materialidade do modo de produção. A ideologia alemã²¹ era marcada por um distanciamento do mundo real, e o objetivo de Marx e Engels foi estabelecer a relação entre a base material e a ideologia.

De acordo com Marx e Engels (2007), a consciência do homem e, portanto, os fenômenos ideológicos da vida social estão enraizados na vida humana real (material). Por conseguinte, a categoria ideologia não recebe um tratamento autônomo com relação à base

²¹ O idealismo alemão não se distingue da ideologia de todos os outros povos por nenhuma diferença específica. Também esta última considera o mundo como dominado por ideias, as ideias e conceitos como princípios determinantes, determinados pensamentos como o mistério do mundo material, acessível apenas aos filósofos. Hegel completou o idealismo positivo. Para ele, “não somente todo o mundo material se transformou num mundo de pensamentos e toda a história numa história dos pensamentos [...]. Todos os críticos filosóficos alemães afirmam que as ideias, as representações, os conceitos até agora dominaram e determinaram os homens reais, que o mundo real é um produto do mundo ideal [...]” (Marx; Engels, 2007, p. 524).

material da produção da vida humana, isso porque as ideologias não têm história própria, autônoma e separada da vida econômica dos homens reais.

Os autores apresentaram os pressupostos/momentos constitutivos da singularidade humana, o fundamento do ser social, que inclui uma consciência social: primeiro, a produção dos meios necessários à produção social da existência, a relação com a natureza pela mediação do trabalho denominado pelos teóricos como o primeiro ato histórico dos homens; segundo, a produção social de novas necessidades e o distanciamento das barreiras naturais em direção ao mundo da cultura; terceiro, a reprodução da vida, a procriação, a família e a reprodução social de uma determinada forma de existência; quarto, a relação entre um determinado modo de produção e uma forma determinada de intercâmbio, um “modo de cooperação” determinado que mantém os diferentes seres humanos associados em uma determinada forma da divisão social do trabalho e da cooperação; e o quinto, a linguagem e a consciência como forma de intercâmbio dos seres inseridos em uma divisão do trabalho e como modo de representação ideal dessas relações materiais que constituem o ser associado na produção social da existência e, nesse âmbito, uma complexificação da divisão do trabalho em “trabalho material” e “trabalho espiritual” (Marx; Engels, 2007, p. 32-35).

Diferentemente da ideologia alemã idealista da época, nossos autores não começam pela consciência ou “espírito”, pois ela nasce do carecimento e da necessidade de intercâmbio com outros homens. “Desde o início, portanto, a consciência já é um produto social [...], naturalmente, antes de tudo a mera consciência do vínculo limitado com outras pessoas e coisas exteriores ao indivíduo [...]” (Marx; Engels, 2007, p. 35). Os pensadores sublinham: “a partir do momento em que surge uma divisão do trabalho entre material e espiritual²², a consciência pode imaginar ser outra coisa diferente da consciência da práxis existente, representar algo sem representar algo real” (Marx; Engels, 2007, p. 35), permitindo que a consciência se emancipe do mundo e se empenhe na construção da teoria, da teologia, da moral ou da filosofia pura.

Os autores apresentam as consequências da divisão do trabalho: 1.^a) a propriedade privada dos meios de produção e o surgimento das classes sociais²³; 2.^a) o desenvolvimento da contradição entre o interesse particular dos indivíduos e das classes sociais que se formam e o

²² Marx e Engels (2007) fazem referência aos ideólogos, aos sacerdotes.

²³ Marx e Engels (2007, p. 63) explicam o surgimento da classe burguesa da seguinte forma: “Das muitas burguesias locais das diversas cidades nasceu pouco a pouco a classe burguesa. As condições de vida dos burgueses singulares, pela oposição às relações existentes e pelo tipo de trabalho que daí resultava, transformaram-se em condições que eram comuns a todos eles e, ao mesmo tempo, independentes de cada um individualmente. Os burgueses criaram essas condições na medida em que se separavam da associação feudal, e foram criados por elas na medida em que eram determinados por sua oposição contra a feudalidade então em vigor. [...] Condições idênticas, oposição idêntica e interesses idênticos também tinham de provocar, necessariamente e em todas as partes, costumes idênticos”.

interesse universal do gênero humano²⁴; 3.^a) o aparecimento da vida política e do Estado²⁵, poder alienado da sociedade que se confronta com ela como poder estranho, que realiza os interesses particulares da classe dominante sob a forma aparente e ilusória de interesse universal da sociedade (mais adiante, voltamos a essa questão); e 4.^a) o estranhamento da vida social, isto é, a contraposição entre o desenvolvimento dos indivíduos humanos e o do gênero humano. As forças produtivas sociais não aparecem aos indivíduos como o seu poder unificado, mas como uma força alheia e estranha que os domina.

Para Marx e Engels (2007, p. 93), indivíduos em determinadas relações de produção contraem entre si relações sociais e políticas determinadas. A observação empírica (a análise delas) tem de provar, em cada caso particular e sem nenhum tipo de mistificação ou especulação, a conexão entre a estrutura social e política e a produção. Aqui fica nítido que os teóricos retomam a polêmica iniciada por Marx em *A crítica da filosofia do direito de Hegel*, de que a estrutura social e o Estado provêm do processo de vida de indivíduos, não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, e sim tal como realmente são, como atuam, como produzem materialmente e desenvolvem suas atividades. Em sua perspectiva materialista, era necessário ir além da abstração dos indivíduos inseridos na sociedade civil burguesa da visão hegeliana, buscando compreendê-los, por exemplo, como indivíduos de certa divisão social do trabalho.

Assim, é importante frisar que os nossos autores, ultrapassando a noção idealista da primazia do conceito e a perspectiva transcendental inerente à metafísica, apresentam primeiramente a conexão entre estrutura social e política e a produção da vida material:

A produção de ideias, de representações, da consciência, está em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanação direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo (Marx; Engels, 2007, p. 93-94).

Não se pode partir daquilo que os homens pensam, dizem, imaginam ou

²⁴ A divisão do trabalho implica ainda a contradição entre o interesse do indivíduo singular ou da família singular e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam entre si; mais ainda, esse interesse coletivo não existe apenas, digamos, na ideia, como um “interesse universal”, mas, sobretudo, na realidade como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais é partilhado o trabalho (Marx; Engels, 2007, p. 35).

²⁵ Sobre o Estado aparecer como algo independente, os autores ponderam: “É precisamente esta contradição entre o interesse particular e o interesse coletivo que faz com que o interesse coletivo adquira, na qualidade de *Estado*, uma forma independente, separada dos interesses reais do indivíduo e do conjunto e tome simultaneamente a aparência de comunidade ilusória, mas sempre sobre a base concreta dos laços existentes em cada conglomerado familiar e tribal, tais como laços de sangue, língua, divisão do trabalho em larga escala e outros interesses; e em especial, como desenvolveremos mais adiante, fundada sobre as classes já condicionadas pela divisão do trabalho, que se isolam em cada um desses aglomerados humanos e em meio aos quais há uma classe que domina todas as outras (Marx; Engels, 2007, p. 37).

representam, e sim dos seres humanos de “carne e osso”, da vida real para compreender, inclusive, “[...] o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos deste processo de vida” (Marx; Engels, 2007, p. 94). Os autores prosseguem:

A consciência (*Bewusstsein*) não pode jamais ser outra coisa do que o ser consciente (*bewusste Sein*), e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, *em toda ideologia*, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico (Marx; Engels, 2007, p. 94).

Marx e Engels (2007) indicam que, se há uma inversão que se expressa na representação, nas ideias, a sua determinação deve ser encontrada no terreno próprio das relações presentes em sua base. Recordemos que, em *A crítica da filosofia do direito de Hegel - Uma introdução*, Marx (2005, p. 145) já afirmava que “o Estado e a sociedade produzem a religião, uma consciência invertida do mundo, porque eles são um mundo invertido”. Ora, não é a ideologia que inverte o mundo, pois ela expressa o que lhe serve de base. Os homens, que vivem em uma realidade invertida, produzem representações acerca dessa realidade (ideias, conceitos, teorias etc.), as quais captam a realidade de modo invertido, porque a realidade se manifesta de modo invertido. Por exemplo: os homens, por meio da religião, acreditam que o homem é criado por Deus, quando, na realidade, são os homens que criam Deus, os santos, as religiões etc. O Estado burguês ele é abstratamente universal no Direito, por exemplo, mas impossível de ser universal na base da sociedade porque existe uma cisão entre os indivíduos na sociedade civil, interesses antagônicos impossíveis de serem universais.

Segundo Iasi (2014), fica evidente que os Marx e Engels não tratam a ideologia como mero conjunto de representações ideais ou uma visão de mundo, e sim como uma inversão. A consciência só pode ser a expressão ideal dos seres humanos e suas relações, mas, na ideologia, eles aparecem invertidos, e tal inversão, dado o pressuposto acima anunciado, só pode expressar uma inversão no campo da vida real e das relações que a constituem e não um desvio cognitivo, uma “oclusão semiótica” (Eagleton *apud* Iasi, 1999, p. 15). Para ele, trata-se de duas dimensões interligadas, porém, distintas, do mesmo processo, a formação de valores ideais que representam a vida e suas relações, por um lado, e, por outro, a volta dessas objetivações ideais como uma força hostil e estranha.

A conexão entre a realidade invertida que se expressa no âmbito ideal, nas ideias, é, dessa forma, a chave de Marx e Engels para chamar isso de uma ideologia. Ao nosso ver, os teóricos não estão definindo que todas as formas de consciência são ideologia, mas parecem se referir a uma forma específica de consciência. Vejamos, a seguir, como seguem o raciocínio

quanto aos “reflexos ideológicos”, ou os ecos do processo de vida, que, em sua forma, se apresentam “puros” e mantêm seus vínculos com a produção material da vida de onde partem e se distanciam:

Também as formações nebulosas na cabeça dos homens são sublimações necessárias de seu processo de vida material, processo empiricamente constatável e ligado a pressupostos materiais. A moral, a religião, a metafísica e qualquer outra ideologia, bem como as formas de consciência a elas correspondentes, são privadas, aqui, da aparência de autonomia que até então possuíam. Não tem história, nem desenvolvimento; mas os homens, ao desenvolverem sua produção e seu intercâmbio materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar (Marx; Engels, 2007, p. 94).

Aqui, mais uma vez, fica evidente a distinção apontada entre as formas de consciência, como forma geral, e a ideologia, como forma particular daquela. De um lado, essas formas de representação, como a moral, a religião, a metafísica, os sistemas de regras jurídicas etc., são identificados pelos autores como “ideologias” e, de outro lado, “as formas de consciência a elas correspondentes”. Tal diferenciação, em nossa compreensão, parece indicar que, para os autores, toda ideologia é uma forma de consciência, no entanto, nem toda forma de consciência é ideológica; tal distinção parece ter papel decisivo na polêmica com Hegel sobre a questão da alienação.

O que nos parece é que Marx e Engels indicam que as representações que partem da vida real se exteriorizam e que se objetivam em sistemas de valores e regras morais (religiões, ilusões, normas jurídicas etc.) sofrem um processo de distanciamento (*Distanzierung*) que faz com que se apresentem como formas “nebulosas na cabeça dos homens”, não sendo aleatórias, mas expressando uma necessidade, mesmo e principalmente, por meio de seu caráter de inversão, de ocultamento e de estranhamento. O desafio é constituir os nexos e as determinações que ligam essas representações às necessidades vinculadas ao processo de produção da vida, inclusive a “necessidade” do ocultamento.

Recordemos que, na descrição dos fundamentos da singularidade humana, ao produzirem a vida, os seres humanos, por um lado, criam necessidades; entretanto, ao se associarem a uma determinada forma de produção da vida, a uma certa divisão do trabalho, os seres humanos também produzem representações sobre si mesmo, sobre os outros e sobre o mundo, certas formas de consciência social, assim como formas de linguagem como mediação entre os seres humanos e que objetivam essa consciência. Segundo Iasi (2014), essa mediação, ainda que ideal no caso dos valores e ideias que constituem uma consciência social, ou na objetivação da linguagem, torna-se também uma necessidade sem a qual a produção social da existência no novo patamar alcançado se torna inviável. As objetivações ideais, como os valores

morais, por exemplo, incidem sobre a vida dos seres humanos e, em grande medida, orientam a sua ação no mundo em uma ou outra direção.

Para Marx e Engels (2007, p. 36-37), a divisão do trabalho “[...] se baseia na divisão natural do trabalho na família e na separação da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras [...]”. Com ela estão dadas a propriedade, baseada na distribuição desigual do trabalho e dos seus produtos, e a contradição entre “[...] o interesse dos indivíduos ou das famílias singulares e o interesse coletivo de todos os indivíduos que se relacionam mutuamente [...]” (Marx; Engels, 2007, p. 37). Os autores ressaltam que esse interesse coletivo não existe meramente na representação, como um “interesse geral”, mas, antes, na realidade, como dependência recíproca dos indivíduos entre os quais o trabalho está dividido. E enquanto houver a separação entre interesse particular e interesse comum e enquanto a divisão do trabalho se der de forma natural e não voluntária, a força de produção multiplicada que nasce da cooperação dos diversos indivíduos se constituirá como um poder social que subjuga os próprios homens, estando fora de seu controle. Trata-se de um poder que surge, desse modo,

Como uma potência estranha, situada fora deles [dos homens], sobre a qual [...] não podem mais controlar e que, pelo contrário, percorre agora uma sequência particular de fases e etapas de desenvolvimento, independente do querer e do agir dos homens e que até mesmo dirige esse querer e esse agir (Marx; Engels, 2007, p. 38).

Esse poder social estranhado condiciona a forma de intercâmbio existente, forma essa que os autores denominam de sociedade civil, “[...] o verdadeiro foco e cenário de toda a história, e quão absurda é a concepção histórica anterior que descuidava das relações reais, limitando-se às ações dos príncipes e dos Estados” (Marx; Engels, 2007, p. 39); é um poder que se expande tanto mais quanto a história se torna uma história mundial. Eles exemplificam: se na Inglaterra é inventada uma máquina que, na Índia e na China, tira o pão a inúmeros trabalhadores e subverte toda a forma de existência desses impérios, tal invenção torna-se um fato histórico-mundial, e essa transformação “[...] não é um mero ato abstrato da ‘autoconsciência’, do espírito mundial ou de outro fantasma metafísico qualquer, mas sim uma ação plenamente material, da qual cada indivíduo fornece a prova na medida em que anda e para, come, bebe e se veste” (Marx; Engels, 2007, p. 40). Entretanto, quanto mais se expande a atividade em atividade histórico-mundial, os indivíduos singulares tornam-se cada vez mais submetidos “[...] a um poder que lhes é estranho (cuja opressão eles também representavam como um ardil do assim chamado espírito universal) e que se torna cada vez maior e que se revela, em última instância, como *mercado mundial*” (Marx; Engels, 2007, p. 40), podendo ser dissolvida apenas pela revolução comunista, que é a superação da propriedade privada por meio de um movimento

prático.

Tal visão da história do mundo, concebida como o desdobramento universal do modo de produção mais avançado na estrutura de um mercado mundial, é o oposto da visão hegeliana da história. O que era universalização do espírito para Hegel foi revelado por nossos autores como astúcia não do espírito, e sim do mercado, um poder estranho que aparece como se nenhum indivíduo tivesse controle, mas que tem uma elite da época (a Inglaterra) à sua frente. E aí entra um elemento fundamental na definição de ideologia para os autores do materialismo histórico e dialético: o papel da ideologia na dominação de classe.

Marx e Engels (2007, p. 47) apresentam essa questão considerando uma sociabilidade cindida pelo antagonismo de classe:

As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante [...]. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal (ideológica [variante no manuscrito]) das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação.

Nessa afirmação, os autores introduzem a concepção que desnaturaliza a força imanente dos valores e ideias que constituem determinada consciência social. Eles explicam que as ideias dominantes são as da classe dominante em cada período porque seu poder (inclusive no campo das ideias) vem do fato de serem “materialmente dominantes”. Uma classe não é dominante porque universalizou as suas ideias, mas universalizou suas ideias porque é a classe dominante. Além disso, as ideias dominantes são a expressão ideal das relações sociais dominantes porque o poder dessas ideias deriva das relações de onde provêm. Desse modo, são essas relações (de produção e formas de propriedade) que determinam o poder de uma classe, fazendo-a dominante, e não as suas ideias, que expressam idealmente (ideologicamente) esse poder.

Decerto, não basta que as ideias dominantes sejam expressão das relações dominantes; a questão chave é de como essas relações são apreendidas como ideias, transmutadas em conteúdo e forma ideal de valores, de juízos, de conceitos, de normas de conduta, de preceitos religiosos. Elas não se apresentam diretamente como as relações de onde partiram, mas na mediação ideal que nem sempre revela diretamente seu real conteúdo. Sobre essa questão, Iasi (2017) chama a atenção que a afirmação “A expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante” remete à dimensão prática, não sendo alteradas pela crítica e pelo trabalho da consciência, mas pela ação capaz de modificar as relações que fazem de uma classe a dominante; assim, pode-se trocar a expressão (ideias) e manter a substância (as

relações). Tal qual a asserção “as ideias de sua dominação, enquanto expressão das relações de dominação na forma de ideias”, essas podem agir para garantir, para reproduzir e para reforçar as relações de dominação das quais são expressão; logo, não são meras expressões, mas têm função prática na perpetuação da dominação.

Acrescentamos ainda que, conforme indicam nossos autores, os indivíduos da classe dominante têm, entre outras coisas, consciência e, por isso, pensam. Na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão, pois, entre outras coisas, “[...] dominam também como pensadores, como produtores de ideias, que regulam a produção e a distribuição das ideias de seu tempo” (Marx; Engels, 2007, p. 47). Notamos a referência aos “pensadores da classe dominante”, seus “ideólogos ativos”, “criadores de conceitos”, que, de acordo com Marx e Engels (2007, p. 48), são aqueles homens e mulheres, no interior da própria classe dominante que “[...] fazem da atividade de formação da ilusão dessa classe sobre si mesma o seu meio principal de subsistência”. Dito de outro modo, dominam as condições da consciência e da autoconsciência, visto que controlam as bases materiais das relações de sociabilidade. Isso significa que os pensamentos dominantes constituem uma representação mais ou menos falsa da realidade, pois ela é distorcida quando interesses parciais são representados como interesses gerais.

Não obstante isso, nossos filósofos críticos da ideologia alemã alertam que, se separarmos as ideias da classe dominante dela mesma e as tornarmos autônomas, sem nos preocuparmos com as condições da produção, nem com os produtores dessas ideias, se desconsiderarmos os indivíduos e as condições mundiais que constituem o fundamento dessas ideias, como fazem todos os representantes da filosofia alemã, então poderemos acreditar que, durante o tempo em que a aristocracia vigorou, dominaram os conceitos de honra, fidelidade etc., e que, na vigência da burguesia, dominam os conceitos de liberdade, de igualdade diante do mercado e do Estado. Para os teóricos, isso leva a um fenômeno crescente em que as ideias que dominam são cada vez mais abstratas e que assumem a forma da universalidade. A ideologia, dessa forma, opera racionalizando e universalizando as ideias da classe dominante, fazendo parecer que na história as ideias sempre dominam. Nas palavras Marx e Engels (2007, p. 48),

Toda nova classe que toma o lugar de outra que dominava anteriormente é obrigada, para atingir seus fins, a apresentar seu interesse como o interesse comum de todos os membros da sociedade, quer dizer, expresso de forma ideal: ela é obrigada a dar às suas ideias a forma da universalidade, a apresentá-las como as únicas racionais, universalmente válidas.

Eles vão além, ao exemplificarem que foi assim quando a burguesia francesa

derrubou a dominação da aristocracia. A razão tão enaltecida pelos ideólogos da classe revolucionária na época cumpriu o encargo de racionalização e de universalização das ideias elaboradas pelos ideólogos. “Cada nova classe instaura sua dominação somente sobre uma base mais ampla do que a da classe que dominava até então” (Marx; Engels, 2007, p. 49), ou seja, a ideologia está por trás, aparece transformando o particular em universal, a ilusão de que o todo está contemplado.

Em *A ideologia alemã*, nossos autores respondem contundentemente ao que Marx já contestava na Crítica da filosofia do direito de Hegel, todavia, ainda não dominava as suas determinações, a saber, qual interesse particular se apresenta como universal por meio do Estado e, principalmente, por que precisa apresentar-se como universal ainda que seja uma particularidade. Para os teóricos,

o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e que sintetiza a sociedade civil inteira de uma época, segue-se que todas as instituições coletivas são mediadas pelo Estado, adquirem por meio dele uma forma política. Daí a ilusão, como se a lei se baseasse na vontade *livre* (Marx; Engels, 2007, p. 76).

O Estado é aparentemente esse poder sobre todos, quando a classe dominante faz valer seus interesses por meio da constituição desse poder supremo, porque, assim, a legitima seu poder sobre a classe dominada; as relações sociais, desse modo, parecem correr por intermédio de uma forma política. Marx e Engels (2007) referem-se ao Estado como “comunidade aparente” em que os indivíduos se associaram até agora e que se autonomizou em relação a eles porque é uma associação de uma classe contra outra, sendo para a classe dominada tanto uma comunidade totalmente ilusória como um entrave. E acrescentam: “Esse Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente para a garantia de sua propriedade e de seus interesses” (Marx; Engels, 2007, p. 75), e o fazem dando a seus interesses particular uma forma geral.

Toda essa construção da liberdade e da individualidade do Estado como um poder acima de todos é uma abstração; trata-se da ideologia operando, a ideologia alemã, criticada e combatida por Marx e Engels. Ao terem desvendado a maneira como se expressa a ideologia, por meio de um conjunto de representações, símbolos, linguagem, significados, da construção de um universo ideal que corresponde a uma materialidade dada, nas condições do estranhamento, os autores vão apresentando certas características.

Na obra prescrutada, identificamos formas pelas quais Marx e Engels expressam a ideologia : a *naturalização* – a ideologia acaba por naturalizar aquilo que não é natural, e sim histórico, cultural, social; *ocultamento* – a ideologia oculta as determinações e contradições do

objeto/no caso da sociedade moderna analisada por Marx e Engels; a *inversão* – a ideologia expressa a inversão que está na materialidade que lhe serve de base. A liberdade unilateral, por exemplo, aparece como liberdade plena, em que o indivíduo abstrato – dependente do poder estranho – surge como alguém plenamente autônomo e produtor de si mesmo, e o Estado de dominação de classe como um Estado de direito pleno e acima de todos. Em suma, na sociedade burguesa, o mundo é invertido porque o sujeito do mundo é o trabalho, que cria relações e possibilita a sociabilidade humana, mas, na aparência, é como se o trabalho dependesse do capital, que é alçado à sujeito.

Tais características (naturalização, ocultamento, inversão) se apresentam como uma justificativa do real e operam em uma sociedade fundada na divisão do trabalho, cindida em interesses opostos, de maneira que o interesse particular se expressa na ideologia como se fosse universal. Marx e Engels interligam a *universalização*, a todas as outras características, imputando essa função à ideologia com o interesse de manutenção da dominação de uma classe sobre outra. Conforme já visto, eles associam tal dimensão da ideologia ao Estado, a máquina pela qual o interesse particular se apresenta como geral, mas a ideologia atua junto com a dimensão do Estado e do direito.

É por meio da análise das determinações de uma particular divisão do trabalho e do trabalho estranhado que os autores chegam à divisão da sociedade em interesses econômicos antagônicos, isto é, a divisão da sociedade em classes. Essa, por sua vez, o gera uma sociabilidade humana cruzada por esse antagonismo, produzindo uma alteração fundamental no momento ideal, ou seja, na forma como os seres humanos expressam essas relações na forma de valores, de juízos, de concepções de mundo, em síntese, em uma consciência social.

A partir da exposição, principalmente em *A ideologia alemã*, sobre as ideias dominantes de uma época serem as da classe dominante nesse permanente conflito de classes, entendemos que essa consciência social não é a mera expressão das relações que conformam uma sociedade, mas essa função se agrega outras dimensões essenciais: ocultamento/velamento, inversão, naturalização, justificativa e a apresentação do particular como se fosse universal. Sem elas, o conceito marxiano de ideologia se esvazia.

É importante afirmar que a obra *A ideologia alemã* não é simplesmente uma crítica aos ideólogos Feuerbach, Stirner e Bauer; trata-se de uma crítica à sociedade civil, ao Estado e ao sistema capitalista, aprimorada e aprofundada por Marx pelo resto de sua vida e que tem seu ponto alto em *O Capital*. Os neohegelianos consideravam que o grande entrave para a emancipação humana eram as ideias ilusórias, o entrave na consciência. Marx e Engels divergem dessa opinião. Em nenhum momento, nem mesmo em outra obra, Marx apresenta a

ideologia como falsas ideias. Nas *Teses sobre Feuerbach*, em particular a segunda e a quarta, ele apresenta a questão da seguinte maneira:

A questão de saber se ao pensamento humano cabe alguma verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão *prática*. É na prática que o homem tem de provar a verdade, isto é, a realidade e o poder, a natureza interior de seu pensamento. A disputa acerca da realidade ou não realidade do pensamento – que é isolado da prática – é uma questão puramente *escolástica*. Feuerbach parte do fato do auto-estranhamento religioso, da duplicação do mundo em um mundo religioso e um mundo mundano. Seu trabalho consiste em dissolver o mundo religioso em seu fundamento mundano. Mas que o fundamento mundano se destaque de si mesmo e construa para si um reino autônomo nas nuvens pode ser esclarecido apenas a partir do autoesfacelamento e do contradizer-a-si-mesmo desse fundamento mundano. Portanto, tem de ser compreendido em sua contradição quanto revolucionado na prática (Marx; Engels, 2007, p. 532-533).

Fica-nos claro, portanto, que Marx vê a causa principal do problema na contraditoriedade intrínseca da própria base material alienante, não em falsas ideias. Ele não propõe corrigir o mundo subjetivamente, substituindo falsas ideias por verdadeiras. Em sua visão, a única solução possível seria uma compreensão diretamente ligada às exigências da prática revolucionária. “Não é a crítica, mas a revolução a força motriz da história” (Marx; Engels, 2007, p. 43).

Isso posto, não significa que Marx secundarize a consciência ou que considere que ela seja mero reflexo. A consciência, uma vez constituída, age no real, produz efeitos no real. Na concepção materialista da história, as ideias e os pensamentos expressam uma base material, porém, Marx e Engels, não são mecânicos, não se trata de um determinismo econômico, por isso, alertam para a relação dialética entre o que posteriormente denominaram infraestrutura e superestrutura. As relações sociais nas quais se produzem as ideias, as formas de pensamento, são as que os homens já encontram devido a gerações anteriores e as que são produtos de sua época. O homem é, dessa forma, um ser historicamente determinado, já que “[...] as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias” (Marx; Engels, 2007, p. 43).

Mais tarde, no “Prefácio” à *Contribuição à crítica da economia política* de 1859, Marx escreveu sobre “[...] as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, numa palavra, as formas ideológicas em que os homens adquirem consciência desse conflito [econômico] e lutam para resolvê-lo” (Marx, 2008, p. 48). Tal formulação foi considerada por alguns autores como uma ampliação do conceito de ideologia apresentado por Marx e Engels em *A ideologia alemã*.

Löwy (2015, p. 19), por exemplo, afirma que, em *A Ideologia Alemã*, o conceito de

ideologia aparece como falsa consciência e que “Marx amplia o conceito e fala das formas ideológicas através das quais os indivíduos tomam consciência da vida real”. O autor acrescenta que, “[...] para Marx, claramente, ideologia é um conceito pejorativo, um conceito crítico que implica ilusão” (Löwy, 2015, p. 19). Entretanto, parece-nos que Löwy (2015) partiu de um equívoco cometido por vários autores: mesmo reivindicando o marxismo, eles fizeram uma leitura unilateral e até mesmo mecânica da visão de Marx e Engels em *A ideologia alemã*, defendendo que a ideologia teria o sentido de “*falsa consciência*” como uma mentira, termo que não foi utilizado pelos nossos filósofos nessa obra e em nenhuma outra.

Konder (2002, p. 50) argumenta em favor da acepção marxiana da ideologia, afirmando que “a ideia de uma construção teórica distorcida, porém ligada a uma situação histórica ensejadora de distorção, é, no pensamento de Marx, desde o primeiro momento da sua articulação original, uma ideia que vincula a ideologia à alienação”. O autor problematiza a apreensão exclusiva que foi feita por leitores de Marx sobre a dimensão da falsa consciência. Ele explica que, na época em que os comunistas formularam a sua teoria, o seu conteúdo altamente explosivo era alvo de críticas não só de teóricos conservadores, mas também de escritores progressistas, ligados ao movimento operário. Tais críticas os levavam, por vezes, no debate direto, “[...] a dar mais ênfase em alguns aspectos de suas concepções, deixando de lado outros aspectos, que não eram decisivos no combate ao idealismo, à ideologia alemã de cunho idealista prevalecente” (Konder, 2002, p. 56).

Para Mészáros (2011, p. 142), “as tentativas equivocadamente concebidas de reduzir a ideologia à falsa consciência estão frequentemente associadas a uma visão rígida, fetichista de ciência”. Ideologia e falsa consciência podem ou não estar unidas sob determinadas circunstâncias, mas é a especificidade social e histórica dessas circunstâncias que decide a questão.

Iasi (2017), por sua vez, considera que a questão da “falsa consciência” foi uma interpretação errônea do que Marx e Engels falaram sobre o caráter de inversão da ideologia: “Aquilo que aparece invertido na ideologia é expressão de um mundo invertido. Não se trata de uma ideia que apresenta os seres humanos como coisas, mas de relações reificadoras” (Iasi, 2017, p. 108).

2.3 Fetichismo e reificação

A superação do materialismo vulgar e do idealismo alemão se evidencia com toda força nos *Grundrisse* e em *O Capital*. O nexos entre a expressão ideal e as relações das quais

emergem ganha forma mais acabada em *O Capital*, quando Marx desenvolve seu conceito de fetiche. Ainda que os termos como alienação (em todas as suas dimensões, seja como externalização, objetivação, distanciamento ou estranhamento) e ideologia sejam utilizados com menor frequência e força, o conteúdo dessa discussão está plenamente presente na obra madura de Marx (Eagleton, 1997; Mészáros, 2016; Iasi, 2017). Nesta seção, desse modo, buscamos identificar as conexões entre o caráter fetichista da mercadoria e seu segredo com a alienação e a ideologia.

O termo fetiche, cuja etimologia significa feitiço, é usado por Marx como uma metáfora, uma apreciação irônica para revelar que, por trás da aparente racionalidade da sociedade burguesa, paira algum grau de misticismo que vela a sua verdadeira engrenagem²⁶. Por isso, uma das questões centrais posta por Marx (2013, p. 147) é de onde provém “[...] o caráter enigmático do produto do trabalho, assim que ele assume a forma-mercadoria?”.

Em *O Capital*, Marx (2013, p. 114) descreve que a mercadoria é um objeto externo, uma “coisa” que, por meio das suas propriedades, satisfaz as necessidades humanas independente da natureza dessas necessidades: se, por exemplo, elas provêm do estômago ou da imaginação, não se altera em nada a questão. Tampouco faz diferença como a “coisa” satisfaz a necessidade humana. Em seguida, o autor expõe as partes que compõem o ser da mercadoria: o valor de uso de uma mercadoria é a utilidade que ela carrega no seu conteúdo material, isto é, o próprio corpo da mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é um valor de uso ou um bem que só se efetiva no uso ou no consumo. A sua determinidade é quantitativa e constitui, ao mesmo tempo, os *suportes materiais* do valor de troca e o valor de troca, que, a princípio, aparece como uma relação quantitativa e representa a proporção na qual os valores de uso de um determinado tipo são trocados por valores de uso de um outro tipo qualquer.

De acordo com Marx (2013), essa relação se altera constantemente no tempo e no espaço. Parece algo acidental e puramente relativo, um valor de troca intrínseco, imanente à mercadoria; portanto, uma *contradictio in adjecto* [contradição nos próprios termos]. Contudo, quando observamos mais atentamente o valor de troca, percebemos que as mercadorias, para serem trocadas no mercado, precisam de algo em comum que as tornam intercambiáveis com qualquer outra mercadoria. Disso o filósofo extrai as seguintes conclusões: a) que os valores de

²⁶ Para Jesus Ranieri (2001), no item sobre “o caráter fetichista da mercadoria e seu segredo”, revela-se, ao contrário do que se pode pensar à primeira vista a respeito do fetiche, que não se trata apenas de uma ‘fantasmagoria’ por parte de quem observa o fenômeno, mas que faz parte do próprio fenômeno a consolidação de uma combinação estruturada sobre a impossibilidade de compreender-se de forma imediata o conjunto da relação diretamente produtora de mercadorias, uma vez que ela é embrionariamente dependente da forma dinheiro, justamente o elemento responsável por substituir a particularidade dos trabalhos concretos.

troca vigentes da mesma mercadoria expressam algo igual; b) que o valor de troca não pode ser mais do que o modo de expressão, a “forma de manifestação” de um conteúdo que dele pode ser distinguido.

Esse algo em comum no intercâmbio das mercadorias, afirma Marx (2013, p. 115), “[...] não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer outra propriedade natural das mercadorias, parece claro que a abstração dos seus valores de uso é justamente o que caracteriza a relação de troca das mercadorias”. As mercadorias, como valores de uso, são importantes conforme a utilidade que elas carregam em suas propriedades físicas e são, antes de tudo, de diferente qualidade; e como valores de troca, podem ser apenas de quantidade diferente, sem conter nenhum átomo de valor de uso. Abstraindo-se o valor de uso das mercadorias, “resta nelas uma única propriedade: a de serem produtos do trabalho” (Marx, 2013, p. 116).

Após discorrer sobre todas as partes que compõem o ser da mercadoria (o valor de uso, o valor de troca, o valor e o trabalho diferenciado que constitui cada um desses momentos) em busca de seu caráter misterioso, Marx sublinha que em nenhum desses momentos encontramos algo que faça da mercadoria um ser estranho e misterioso, por isso, indagou: “De onde surge, portanto, o caráter enigmático do produto do trabalho humano, assim que ele assume a forma-mercadoria?”. E ele mesmo responde: “[...] evidentemente, ele surge dessa própria forma” (Marx, 2013, p. 147).

Em seguida, ele reafirma que: a igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material da igual objetividade de valor dos produtos do trabalho; a medida do dispêndio de força humana de trabalho por meio de sua duração assume a forma da grandeza de valor dos produtos do trabalho; e as relações entre os trabalhadores assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho.

Na citação a seguir, consideramos ser uma das melhores descrições de Marx para alienação:

O caráter misterioso da forma-mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato que ela reflete aos homens os caracteres sociais do seu próprio trabalho como caracteres objetivos dos próprios produtos do trabalho, como propriedades sociais que são naturais a essas coisas e, por isso, reflete também a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social entre objetos, existentes a margem dos produtores [...] É apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. Desse modo, para encontrarmos uma analogia, temos de nos refugiar na região nebulosa do mundo religioso. Aqui, os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relação umas com as outras e com os homens. Assim se apresentam, no mundo das mercadorias, os produtos da mão humana. A isso eu chamo de fetichismo, que se cola aos produtos do trabalho tão logo

eles são produzidos como mercadorias e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias (Marx, 2013, p. 147-148).

Nesse excerto, nosso autor retoma as derivações da teoria de alienação religiosa de Feuerbach, o que lhe permite refletir sobre a alienação política (tema abordado no início deste capítulo) e que, mais tarde, conforme vimos em *A ideologia alemã*, buscou na anatomia da sociedade civil-burguesa, na produção e na reprodução social da vida as bases desses fenômenos, porém, agora ele indica o caminho de volta na forma de uma analogia: “região nebulosa do mundo religioso”. Para o autor, “os produtos do cérebro humano parecem dotados de vida própria, como figuras independentes que travam relações umas com as outras e com os homens” (Marx, 2013, p. 147-148). O mesmo ocorreria com os produtos do trabalho humano assim que assumem a forma de mercadorias e permanecem inseparáveis desses produtos enquanto a forma mercadoria persistir.

O fetichismo da mercadoria não é uma “forma de ver” o produto do trabalho que possa ser corrigida pela correta aproximação teórica e por princípios filosóficos esclarecedores, pois ela deriva “[...] do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias” (Marx, 2013, p. 148). Estamos falando de um fenômeno mais complexo: não de um engano corroborado pelos usos e costumes, e sim da forma mesmo como as relações coisificadas (reificadas) se colocam perante os indivíduos. Nosso autor explica que os objetos de uso só se tornam mercadorias porque são produtos de trabalhos privados (devido à propriedade privada) realizados independentemente um dos outros. Assim, a mercadoria supõe produtores privados de distintos produtos que se relacionam por meio da troca dos produtos de seus trabalhos privados. O primeiro efeito direto desse pressuposto é que o ser social precisa apresentar-se como indivíduo, partindo de sua condição de quem “produziu mercadorias como indivíduo privado independente, por sua própria iniciativa”, não como integrante de uma comunidade natural (como na gen, no clã ou na tribo), nem como indivíduo que participa como ser social e para qual seu produto segue sendo uma fonte de satisfação de necessidades imediatas, isto é, um valor de uso. Ele já produziu para a troca, dentro de certas condições de produção e intercâmbio que só existem graças a um grande desenvolvimento histórico. O fundamental aqui é que isso aparece naturalizado.

Na esfera da produção, os trabalhadores são independentes e separados um dos outros. A dependência recíproca só aparece na esfera da troca e sociabilidade só surge na troca. Aí ocorre uma inversão porque a relação social entre as pessoas não aparece como tal, senão como mediada entre as coisas, uma relação entre os objetos, como se tivessem vida própria quando em verdade, são produto das mãos humanas, do trabalho. Como são objetos, a relação

social tem uma cara objetiva, por isso, Marx (2013, p. 147) denomina de uma “relação social natural”.

Assim sendo, a relação social da sociedade capitalista parece que não é histórica, “[...] *apenas uma relação social determinada entre os próprios homens*” (Marx, 2013, p. 147). Com o fetichismo da mercadoria, contudo, desaparece a dissociação entre o valor e o valor de uso, assim como a fronteira entre o elemento histórico das formas sociais e o elemento “natural” das necessidades sociais. Por conseguinte, a representação da forma mercantil torna-se mistificada e enigmática. O valor que parece algo intrínseco à mercadoria não o é; trata-se de uma propriedade social que adere ao produto do trabalho, quando ele é mercadoria que se efetiva na troca. Somente quando a produção de mercadorias, feitas na base da propriedade privada dos meios de produção, é que se dá essa forma social do valor. Vejamos como Marx estabelece essa questão:

As formas que rotulam os produtos do trabalho como mercadorias são pressupostas à circulação das mercadorias, já possuem a solidez de formas naturais da vida social antes que os homens procurem esclarecer-se não sobre o caráter histórico dessas formas – que eles, antes, já consideram imutáveis –, mas sobre seu conteúdo. Assim somente a análise dos preços das mercadorias conduziu à determinação da grandeza do valor, e somente a expressão monetária comum das mercadorias conduziu à fixação de seu caráter de valor. Porém é justamente essa forma acabada – a forma dinheiro – do mundo das mercadorias que esconde sob um véu reificado [sachlich], em vez de revelar, o caráter social dos trabalhos privados e, com isso, as relações sociais entre os trabalhadores privados (Marx, 2013, p. 150).

Essa *forma insana*, assim definida pelo próprio Marx, que oculta a relação humana concreta por trás das relações entre as coisas, constituiu as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas e dotadas de objetividade para as relações de produção desse modo social de produção historicamente determinado, a produção de mercadorias. Entretanto, “[...] todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda a mágica e a assombração que anuviam os produtos do trabalho desaparecem imediatamente, tão logo nos refugiemos em outras formas de produção” (Marx, 2013, p. 151).

O autor se voltou, dessa forma, para a Idade Média e aponta que, em vez do homem “independente” da sociedade burguesa, só encontramos homens “dependentes”, servos e senhores feudais, vassalos e suseranos, leigos e clérigos. Essa dependência pessoal caracteriza-se tanto nas relações sociais de produção quanto nas esferas da vida erguidas sobre elas, e justamente por isso os trabalhos e seus produtos não precisam assumir uma forma fantástica distinta de sua realidade. Eles entram na engrenagem social como serviços e prestações *in natura*; a forma natural do trabalho, a sua particularidade – e não, como na base da produção de mercadorias, sua universalidade – é aqui a sua forma imediatamente social. O teórico

acrescenta que a corveia é medida pelo tempo tanto quanto o é o trabalho que produz mercadorias, mas cada servo sabe que aquilo que despende a serviço de seu senhor é uma quantidade determinada de sua força pessoal de trabalho. Nessa perspectiva, “[...] o fato é que as relações sociais das pessoas em seus trabalhos aparecem como suas próprias relações e não se encontram travestidas em relações sociais entre coisas, entre produtos de trabalho” (Marx, 2013, p. 152).

De igual maneira, Marx aponta para uma associação de homens livres (comunista) que trabalham com meios de produção coletivos e que conscientemente despendem suas forças de trabalho individuais como uma única força social de trabalho. Nesse caso, o produto total da associação é um social e será compartilhado. Uma parte desse produto serve como meio de produção, permanecendo social, e outra parte é consumida como meio de subsistência pelos membros da associação. A sua distribuição socialmente planejada regula a correta proporção das diversas funções de trabalho de acordo com as diferentes necessidades. Em suma, o que Marx está insistindo aqui é que, em uma sociedade como essa, as relações sociais dos homens com seus trabalhos e seus produtos de trabalho seriam transparentemente simples, tanto na produção quanto na distribuição.

O oposto disso ocorre nas formas sociais que se escondem atrás da troca de coisas, das relações reificadas (coisificadas). O trabalhador(a) assalariado(a) não sabe quanto do seu trabalho fica para ele como salário e quanto vai para o enriquecimento do seu empregador. A troca, como já considerado, é uma prática que determina a tendência de os seres humanos não conseguirem dominar, controlar e sequer serem conscientes daquilo que estão fazendo, não percebendo quais são as forças do mercado, como se organiza, como determina as várias variações constantes dos preços ou dos valores de troca das mercadorias. Essas forças todas escapam ao controle dos trabalhadores. Qual a consciência que eles têm desse processo? Para Marx (2013, p. 149),

Os homens não relacionam entre si seus produtos do trabalho como valores por considerarem essas coisas meros invólucros materiais de trabalho humano de mesmo tipo. Ao contrário. Porque equiparam entre si seus produtos de diferentes tipos na troca, como valores, eles equiparam entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano. Eles não sabem disso, mas o fazem.

O fetichismo da mercadoria, assim como as demais modalidades de fetichismo, ocorre independentemente da consciência dos produtores e dos agentes do mercado. É um mecanismo automático, caracterizado pela espontaneidade, haja vista que o desenvolvimento “natural” da divisão do trabalho, de acordo com Marx (2013), significa um desenvolvimento espontâneo e historicamente necessário (e não absolutamente necessário). Os indivíduos são

tomados como suportes das relações econômicas, queiram eles ou não, saibam eles ou não, mas, em geral, não o sabem, o que auxilia o automatismo do funcionamento do mercado. A importância de terem consciência (saberem) é o que se transforma em uma atitude prática, anticapitalista, de destruição do sistema da propriedade privada.

Eagleton (1997), para quem os temas do estranhamento e da alienação desenvolvido por Marx nas obras anteriores foram expandidos em *O Capital*, opina que, em virtude desse “fetichismo da mercadoria”, as relações humanas reais surgem, enganosamente, como relações entre coisas, e isso tem graves consequências de um tipo ideológico. Primeiro, os mecanismos reais da sociedade são, com isso, velados e obstruídos. O caráter social do trabalho é *ocultado* por trás da circulação de mercadorias, não mais reconhecíveis como produtos sociais. Segundo, a sociedade é fragmentada por essa lógica da mercadoria: já não é fácil compreendê-la como uma totalidade, dadas as operações atomizantes da mercadoria, que transmutam a atividade coletiva do trabalho social em relações entre coisas mortas e distintas. Ao deixar de surgir como uma totalidade, a ordem capitalista torna-se menos vulnerável à crítica política. Finalmente, o fato de que a vida social é dominada por entidades *inanimadas* empresta-lhe um ar espúrio de naturalidade e inevitabilidade: a sociedade não é mais perceptível como construto humano e, portanto, como humanamente alterável.

Eagleton (1997, p. 83) prossegue: “É evidente, então, que o tema da inversão presente nas obras iniciais de Marx sobre a ideologia passa para o seu trabalho maduro. Uma inversão inerente à própria realidade social”. Não é uma questão da percepção distorcida dos seres humanos, que invertem o mundo real em sua consciência e, por isso, *imaginam* que as mercadorias controlam as suas vidas. “Marx não está afirmando que sob o capitalismo as mercadorias *parecem* exercer um domínio tirânico sobre as relações sociais; está argumentando que elas efetivamente o fazem” (Eagleton, 1997, p. 83). A ideologia não é uma questão de a realidade tornar-se invertida na mente, pois a mente reflete uma inversão real.

Em outra parte de *O Capital*, Marx argumentou que existe uma disjunção no capitalismo entre como as coisas são e como elas se apresentam ou, em termos hegelianos, “essências” e “fenômenos”, respectivamente. Alguns exemplos disso podem ser: o salário é, na realidade, um negócio desigual, explorador, porém, se apresenta “naturalmente” como uma troca igual e recíproca de um tanto de dinheiro por um tanto de trabalho; a circulação também surge como aquilo que está imediatamente presente na superfície da sociedade burguesa, mas seu ser imediato é pura aparência; o lucro é uma forma fenomenal de mais-valia que tem a virtude de obscurecer a base real de sua existência; a competição é um fenômeno que oculta a determinação do valor pelo tempo de trabalho; a relação de valor entre mercadorias dissimula

uma relação social definida entre os homens; e a forma do salário extingue todos os traços da divisão do dia de trabalho em trabalho necessário e trabalho excedente, e assim por diante.

É importante destacarmos que não é o cérebro do sujeito que capta erroneamente a realidade, e sim a realidade que o ludibria com uma imagem superficial que destoa de sua essência recôndita. O objeto do conhecimento induz seus observadores ao erro. Não nos esqueçamos o próprio alerta de Marx quando indicou que, no início da análise, a mercadoria parece uma coisa trivial, mas que, em seguida, se revela extremamente complexa.

Entendemos que Marx estabeleceu uma conexão precisa entre a forma particular do trabalho produtor de mercadorias (estranhado) na sociedade do capital e a ideologia que lhe é associada e a sua função no campo da dominação de classe. Analisemos essa passagem nos *Grundrisse*:

Essas relações de dependência material (*coisal*), em oposição as pessoais (a relação de dependência material nada mais é do que as relações sociais autônomas contrapostas a indivíduos aparentemente independentes, isto é, suas relações de produção recíprocas deles próprios autonomizadas) aparecem de maneira tal que os indivíduos são agora dominados por abstrações, enquanto antes dependiam uns dos outros. A abstração ou ideia não é, entretanto, nada mais que a expressão teórica destas relações materiais que os dominam. As relações só podem naturalmente ser expressas em ideias, e é por isso que os filósofos conceberam como o peculiar da era moderna o fato de ser dominada pelas ideias e identificaram a criação da livre individualidade com a derrubada deste domínio das ideias. Do ponto de vista ideológico o erro era tão mais fácil de cometer porque esse domínio das relações (esta dependência material que, aliás, se reverte em relações determinadas de dependência pessoal, mas despojadas de toda a ilusão) aparece na consciência dos próprios indivíduos como domínio das ideias e crença na eternidade de tais ideias, isto é, dessas relações materiais de dependência, é consolidada, nutrida, inculcada por todos os meios, é claro, pelas classes dominantes (Marx, 2011, p. 112).

Tais elementos nos levam a compreender que as abstrações que passam a dominar os indivíduos, os quais antes dependiam uns dos outros, apenas expressam relações materiais nas quais a dominação acontece (o que ele e Engels já haviam desenvolvido profundamente em *A ideologia alemã*). A isso se associam dimensões funcionais. A crença na imutabilidade de certas ideias acaba por justificar a imutabilidade das relações das quais derivam, e mesmo na suposta crítica a essas ideias, reforça-se a ilusão de que a substituição de uma ideia por outra, de que o pleno desenvolvimento de um conteúdo julgado incompleto possa resultar na mudança das relações, ou, ainda, o que é pior, prescindir dessa mudança material. A funcionalidade de tal forma é nutrida e inculcada de todas as formas pelas classes dominantes. É o caso, por exemplo, dos economistas políticos a quem Marx com frequência comparou-os aos teólogos²⁷,

²⁷ Os economistas procedem de um modo curioso. Para eles, há apenas dois tipos de instituições, as artificiais e as naturais. As instituições do feudalismo seriam artificiais, ao passo que as da burguesia seriam naturais. Nisso, eles são iguais aos teólogos, que também distinguem entre dois tipos de religiões. Toda religião que não é a deles

concluindo que, por sua consciência burguesa, os melhores economistas chegaram ao máximo do conteúdo do valor, mas não relacionaram o conteúdo a forma:

É verdade que a economia política analisou, mesmo que incompletamente o valor e a grandeza de valor e revelou o conteúdo que se esconde nessas formas. Mas ela jamais colocou a seguinte questão: por que esse conteúdo assume aquela forma, e, portanto, por que o trabalho se apresenta no valor, e a medida do trabalho, por meio de sua duração temporal, na grandeza de valor do produto do trabalho? Tais formas [sociais], em cuja testa está escrito que elas pertencem a uma formação social em que o processo de produção domina os homens, e não os homens o processo de produção, são consideradas por sua consciência burguesa como uma necessidade natural [...] (Marx, 2013, p. 154-156).

Os ideólogos da classe dominante não descobriram ou não revelaram que a forma-valor do produto do trabalho é a mais abstrata e a mais geral do modo burguês de produção, caracterizando-se como um tipo particular e histórico de produção social. Não se trata da universalidade da vida humana, e sim de uma certa forma específica historicamente constituída da sociabilidade humana, a troca de mercadorias. Caso os economistas tivessem revelado isso, teriam que afirmar que esse mundo, nessas bases sociais, pode ser desconstruído. Esse é o cerne da profundidade da investigação marxiana, analisar dialeticamente o funcionamento da sociedade moderna de sua época, não somente como se apresenta, mas como é de fato, para apresentar as suas possibilidades de suplantação.

Os valores são expressão das relações, das expressões ideais dos diversos momentos que constituem estas relações sociais. Esse princípio aparece plenamente desenvolvido no capítulo IV de *O Capital* sobre a compra e a venda de força de trabalho, como lemos a seguir:

No entanto, para que o possuidor de dinheiro encontre a força de trabalho como mercadoria no mercado, é preciso que diversas condições estejam dadas. A troca de mercadorias por si só não implica quaisquer outras relações de dependência além daquelas que resultam de sua própria natureza. Sob esse pressuposto, a força de trabalho só pode aparecer como mercadoria no mercado na medida em que é colocada à venda ou é vendida por seu próprio possuidor, pela pessoa da qual ela é a força de trabalho. Para vendê-la como mercadoria, seu possuidor tem de poder dispor dela, portanto, ser o livre proprietário de sua capacidade de trabalho, de sua pessoa. Ele e o possuidor de dinheiro se encontram no mercado e estabelecem uma relação mútua como iguais possuidores de mercadorias, com a única diferença de que um é comprador e o outro, vendedor, sendo ambos, portanto, pessoas juridicamente iguais (Marx, 2013, p. 242).

Na condição de valores da economia política burguesa – a liberdade, a igualdade –, são apenas valores ideais que constituem esse particular modo de produção, mas, em verdade, são mais que uma ideiação que eleva um momento do real à consciência, operando com função

é uma invenção dos homens, ao passo que sua própria religião é uma revelação de Deus (Marx, 2013, p. 156).

definida, de forma particular, que o faz parte não apenas de uma consciência social, mas de uma consciência social que assume a forma de uma ideologia exatamente por ter uma função²⁸. Nesse caso, os valores de liberdade e de igualdade atuam como ideologia porque tem a função de legitimar as relações sociais de uma sociedade na qual as relações estão estranhadas por uma cisão produzida na própria produção.

Para Iasi (2014), toda a análise de Marx sobre o fetichismo da mercadoria demonstra que estamos diante de valores, de ideias e de juízos que expressam as relações sociais fundamentais em determinada sociedade e tem a particular função de ocultar o caráter social e histórico dessa relação, de inverter as determinações e de apresentar características humanas como se fossem das coisas e características das coisas como se fossem humanas, levando a uma relação social entre seres humanos e coisas que se apresenta fantasmagórica, naturalizando-as e justificando-as como se fossem eternas e imutáveis. Nisso opera o ocultamento, a inversão e a naturalização, características da ideologia em uma sociedade cindida por conflitos sociais antagônicos.

No entanto, concordamos com Marx que isso não implica a “falsidade” da ideologia. Aquilo que aparece invertido na ideologia é expressão de um mundo invertido. Não se trata de uma ideia que apresenta os seres humanos como coisas, mas de relações reificadas, como o filósofo assevera:

A estes últimos (os produtores), as relações sociais entre seus trabalhos privados **aparecem como aquilo que elas são**, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como relações reificadas (coisificadas) entre pessoas e relações sociais entre coisas (Marx, 2013, p. 148).

Das palavras do autor, Iasi (2014) pondera que não caberia contrapor a uma visão de mundo tida como ideológica (no sentido de sua falsidade) a uma concepção de mundo “verdadeira”. A ideologia é a expressão das relações sociais dominantes que conformam um determinado modo de produção, sendo, nesse sentido, uma visão de mundo correspondente. Marx deixou nítido que mesmo a descoberta científica do segredo da mercadoria não resolveria a questão: “Elimina dos produtos do trabalho a aparência da determinação meramente

²⁸ Mészáros (2016, p. 125) nos lembra de que, no mesmo momento em que é afirmada, essa igualdade já é negada, porque os conceitos de alienação e alienabilidade implicam *exclusão*. Assim, a forma concreta em que se realiza o princípio da igualdade é formal-legalista: a posse de direitos iguais de se ter os Direitos Humanos. Isso quer dizer que, estando a ideia de igualdade relacionada com o *direito de posse*, ela é necessariamente transformada em um princípio formal abstrato de *posse de direitos*. A abstratividade e o caráter formal-legalista dos “Direitos Humanos” são determinados pela contradição irreconciliável entre conteúdo e forma: a nova *parcialidade* do conteúdo motivador e a *universalidade* formal do apelo ideológico conceitual que pode ser removida ou melhorada. Trata-se de uma abstratividade objetivamente necessária, determinada pelas contradições internas de uma situação histórica concreta.

contingente das grandezas de valor, mas não elimina em absoluto sua forma reificada” (Marx, 2013, p. 150). Ele acrescentou que, apenas para essa forma particular de produção (produção de mercadorias), seria válido continuar a aparecer, para aqueles que se encontram no interior das relações de produção, como algo definitivo, mesmo depois daquela descoberta, do mesmo modo como a decomposição científica do ar em seus elementos deixou intacta a forma do ar como forma física corpórea.

O que Marx reafirma é que a superação do fetichismo da mercadoria é tarefa de um processo de transformação das relações sociais baseadas em um modo de produção cuja força motriz é a produção mercantil. Em seu entendimento, “a configuração do processo social de vida, isto é, do processo material de produção, só se livra de seu místico véu de névoa quando, como produto de homens livremente socializados, encontra-se sob seu controle consciente e planejado” (Marx, 2013, p. 154). Essa compreensão, de que o caráter alienado das relações sociais só é superado pela livre associação dos homens – ou seja, pelo fim do sistema capitalista de produção, pela destruição do Estado e pela construção de uma outra sociabilidade que não seja ordenada pelo capital –, é a tarefa potencial e histórica da classe trabalhadora na teoria marxiana.

Corroboramos da visão de Netto (1981), de Vázquez (1986), de Mészáros (2004, 2016), de Iasi (2014) e de Eagleton (2017), ao opinarem que Marx não interrompeu a linha de reflexão que percorria ao tratar da questão da alienação e do estranhamento quando expôs o ser do capital com fundamento da sociabilidade contemporânea. Na sociedade capitalista desenvolvida, as condições de trabalho, em suas palavras,

[...] assumem uma autonomia cada vez mais colossal (como expressão de trabalho objetivado), que se apresenta por sua própria extensão, em relação ao trabalho vivo, mas de tal maneira que a riqueza social se defronta com o trabalho como poder estranho e dominador em proporções cada vez mais poderosas (Marx, 2011, p. 705).

O fetichismo e a reificação, desse modo, são as formas mais precisas de apresentar o problema do estranhamento, todavia, a forma de o apresentar não altera, no essencial, aquilo que havia sido afirmado até 1846; pelo contrário, é sua plena afirmação.

Netto (1981) explica que o fetichismo implica necessariamente a alienação, mas não são conceitos idênticos. A alienação é um gênero no interior do qual se pode distinguir espécies: “[...] o conceito de alienação, em si mesmo, cobre fenômenos variados em épocas histórico-sociais diferentes [...]” (Netto, 1981, p. 74). Na sociedade em que o fetichismo se universaliza, a *reificação* é a forma particular da alienação. Para o autor, quando Marx consegue colocar integralmente o problema do fetichismo, “a teoria da alienação torna-se um complexo

teórico-crítico que passa a abarcar um amplo conjunto categorial onde desempenhará papel-chave a noção de reificação” (Netto, 1981, p. 74). E mais, segundo ele, podemos extrair como conclusão que Marx trabalhou com fetichismo como uma modalidade de alienação característica da sociedade burguesa já mais desenvolvida.

Como já visto, a categoria da alienação em Marx, aparece desde a *Crítica da filosofia do direito de Hegel* de 1843, segue em outras obras e é profundamente desenvolvida, juntamente com o estranhamento, nos *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, sendo trabalhada diretamente ao lado da categoria de ideologia em *A ideologia alemã*. Nos *Grundrisse* e em *O Capital*, a categoria alienação continuou sendo trabalhada, ainda que os termos alienação (em todas as suas dimensões, seja como externalização, objetivação, distanciamento ou estranhamento) e ideologia foram utilizados com menor frequência e força, porém, o conteúdo dessa discussão está plenamente presente.

Segundo Vázquez (1986), se comparada com a elaboração nos *Manuscritos*, ela sofre modificações no sentido de ganhar uma forma mais concreta com o conceito de fetichismo: da alienação do operário concreto (nos *Manuscritos*) se passa à fetichização de uma relação social; o produto que, em um caso, é a objetivação de uma atividade concreta, determinada, em outro, é a objetivação de uma relação entre os homens; o caráter estranho do produto do trabalho é agora caráter fetichista de um objeto econômico; do caráter humano exteriorizado em um objeto se passa ao caráter social de um produto que se apresenta como coisa. Para o autor, Marx não abandonou o conceito de alienação, mas, juntamente com o conceito de fetichismo, exprimiu a forma mais desenvolvida da alienação das relações sociais sob o capitalismo, “O que não significa que se esgote o conceito e as formas de alienação: há alienação política (em e pelo Estado), religiosa (em e por Deus), ideológica (em e pelas ideias), etc.” (Vázquez, 1986, p. 453).

Já existem indícios suficientes, conforme procuramos demonstrar, para se entender que a conceituação marxiana de ideologia está estreitamente ligada à crítica das formas fetichistas do capital, tanto na prática econômica como no pensamento econômico. Podemos aferir que um dos desdobramentos ideológicos das relações sociais fundadas no trabalho assalariado, nas relações sociais reificadas, é o ocultamento da essência das relações sociais produzidas a partir do domínio do capital sobre o trabalho, na consciência da classe trabalhadora. Como fecundamente trabalhado em *A ideologia alemã*, a consciência se origina e se desenvolve como expressão de relações que constituem o fundamento da sociabilidade humana; ela não é uma força que se impõe ao humano como é a “ideia hegeliana” ou a sua expressão no “Espírito objetivo” ou no “Espírito Absoluto”. O autor de *O capital*, ao desvelar os “véus que ocultam”

as relações coisificadas, ordenadas pelo capital, afirmou que os trabalhadores não têm consciência de que produzem e reproduzem a mais-valia, a qual permitirá ao capital subsumir o trabalho. A forma imediata da consciência da classe trabalhadora é, desse modo, a expressão da mesma consciência da burguesia.

O proletariado não vive em outras relações, mas naquelas constitutivas do capital. Em vista disso, a primeira expressão de uma consciência social que os trabalhadores tomam como sua é a das relações que eles compartilham com a burguesia, em sua imediatez. Não há uma negação *a priori*. Como acenamos, ao estudar o fetichismo da mercadoria, Marx revelou que as relações sociais são mediadas por mercadorias, o que gera uma desconexão entre os indivíduos. As relações humanas são substituídas por relações mercantis, nas quais o valor das pessoas é determinado pelo seu poder de compra e de consumo, logo, pelo mercado. Esse mesmo fato, porém, permite que os trabalhadores vão além de sua consciência imediata. A sociabilidade que estão inseridos é cindida em interesses de classe opostos, antagônicos e irreconciliáveis. A burguesia se apropriou dos meios de produção, emprega a força de trabalho por meio de um suposto contrato entre “indivíduos livres”, extrai a mais-valia e acumula privadamente a riqueza socialmente produzida. Esse conflito inerente ao modelo de produção capitalista gera também os germes da possibilidade de avanço da consciência imediata.

Tal superação para uma consciência de classe que rompe os obstáculos da ideologia da classe dominante é um processo que se resolve fundamentalmente pela prática, pela luta de classes. Disso decorre um elemento-chave da teoria marxiana: a proposta de revolução proletária. A base material da sociedade que Marx analisou desde seus primeiros textos, por estar cindida em interesses irreconciliáveis, não se explica por si mesma fora da luta de classes. E o filósofo deixou nítido, desde seus primeiros textos, que é nesse processo de luta permanente que a classe se constitui como tal. É nessa luta política, nesse percurso, que os vendedores da força de trabalho constroem laços comuns, comunidades de interesses e forças organizativas determinadas. Em outros termos, começam a se constituir como classe. A sua formação passa por várias etapas: em um primeiro momento, era uma massa dispersa por todo o país e dividida pela concorrência entre si; com o desenvolvimento da indústria, a concentração de mão de obra em empresas que reuniam milhares de empregados, as condições de organização e de luta mais favoráveis foram criadas.

De feito, Marx não escreveu um livro, sequer um texto um pouco mais denso, acerca do que ele entendia sobre a classe social como categoria histórica. Nas palavras de Sergio Silva (2012, p. 65), “Marx não completou O capital, deixando de escrever o prometido livro sobre as classes sociais”.

Em um plano mais geral, a esse respeito, no livro III de *O Capital*, Marx fez uma descrição-análise sumária, uma espécie de modelo das principais classes sociais no âmbito da sociedade capitalista, engendrando ao longo de outros trabalhos um sem-número de pistas em torno desse assunto. Em *O 18 brumário*, ao abordar o tema dos camponeses, ele indicou alguns critérios para definir o que torna esses indivíduos uma classe: vivem em condições semelhantes, conduzindo a uma similitude de seus interesses, e estabelecem entre si relações multiformes, criando um intercâmbio mútuo entre eles, formando não somente uma comunidade, mas também imprimindo a ela uma ligação nacional (Marx, 1997). Em suma, se os indivíduos como agrupamento social não criam entre si relações multiformes, formando uma comunidade, em última análise, eles não constituem uma classe. Diferentemente do que Marx fez no livro III de *O capital*, em *O 18 brumário*, ao descrever o processo social do qual o campesinato faz parte, ele tanto escreveu história no sentido mais específico do termo, como costumava se dizer, quanto esboçou um diálogo entre o modelo e a realidade. Isso sugere, em última análise, o que Thompson (1987) desenvolveu como um processo de formação de classe, proveniente de suas experiências e de suas lutas. Para o historiador inglês, “a classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é a sua única definição” (Thompson, 1987, p. 12).

Evidentemente, a leitura de Thompson, como qualquer outra leitura histórica, é objeto de crítica, sendo as principais delas a de que o historiador britânico mergulhou a sua análise nas águas do subjetivismo e do romantismo, sobretudo ao apresentar certa indiligência no que se refere às interconexões entre as classes e os modos de produção. Malgrado esse fato, os seus estudos, centrados na ideia de que a classe é uma formação social e cultural, evidenciam o quanto a tradição marxiana tem contribuído para o aprofundamento das pesquisas nesse particular.

Isso expresso, compreendemos que toda a produção teórica de Marx e de seu parceiro, Engels, assim como suas militâncias ativas nos combates da classe proletária de sua época, têm a intencionalidade de contribuir para que a classe que se forma objetivamente pelas condições estruturais da indústria se desenvolva em uma classe-para-si, dotada conscientemente de uma estratégia emancipatória, que é o projeto da revolução social. Esse desenvolvimento/reconhecimento como classe de sua condição e da necessidade de mudança ocorre na práxis e pela práxis política, no campo da luta de classes e não no campo do pensamento. Tampouco é um processo linear, e sim uma longa travessia cheio de contradições e de disputas ideológicas permanentes.

Diferentemente daqueles que partem de objetos isolados, que ocultam o todo e tomam a parte à margem da totalidade orgânica, a visão marxiana da alienação e da ideologia, da reificação, assim como a sua superação, requer a articulação com os principais elementos de sua análise da sociedade burguesa em todas as suas dimensões. Nesse sentido, é imprescindível resgatar a centralidade da categoria de totalidade em Marx. Chagas (2011, p. 14, grifo nosso) nos recorda que

A consideração dialética de totalidade, que tanto se afasta em aparência da realidade imediata e que constrói a realidade de um modo aparentemente ‘não-científico’, é, em verdade, o único método que pode apreender e reproduzir a realidade no plano do pensamento. A totalidade concreta é, pois, a categoria fundamental da efetividade. [...]Não é o predomínio dos motivos econômicos na explicação histórica que diferencia decisivamente o marxismo da ciência burguesa, mas o ponto de vista da **totalidade**. A categoria da totalidade, o domínio do todo sobre as partes, que é determinante e se exerce em todos os domínios, é a essência do método, que Marx recebeu de Hegel e transformou originalmente, para dele fazer o fundamento de uma ciência inteiramente nova.

Marx se inspirou em Hegel, mas o que distingue a sua perspectiva é que ela se refere à realidade concreta, ao desenvolvimento da história dos seres humanos de carne e osso, e não ao desenvolvimento autônomo do espírito como pensava Hegel. Por isso, o sentido de totalidade em Marx envolve objetividade e subjetividade, enquanto Hegel ficava apenas na subjetividade. Acerca dessa categoria, Kosik (1995) considera que totalidade significa a realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer ou conjuntos de fatos pode vir a ser racionalmente compreendido. “Acumular todos os fatos não significa ainda conhecer a realidade; e todos os fatos reunidos em seu conjunto não constituem, a totalidade” (Kosik, 1995, p. 36).

A partir da perspectiva da totalidade, de articular diversas partes, trilhamos o caminho de apresentar os elementos centrais de algumas obras de Marx e de seu parceiro Engels, no caso de *A ideologia alemã*, para melhor extrair como ele trabalhou a questão da ideologia. Pelo que expusemos até aqui, inferimos que a linha pela qual Marx compreendeu o fenômeno da ideologia foi como expressão ideal das relações que constituem a sociedade burguesa. Isso significa que uma ideologia não é simplesmente um conjunto de ideias que orienta a ação em uma ou em outra direção; ela orienta obscurecendo, invertendo, naturalizando, legitimando e apresentando um interesse particular como universal. Exatamente pelo vínculo com as relações reais que expressa idealmente, a ideologia, ao naturalizar, inverter e ocultar, opera como um poderoso meio de legitimação e de justificativa das relações sociais existentes. A sua função, portanto, se inscreve na visão de Marx e de Engels como instrumento de dominação de classe,

no quadro de uma cisão na sociedade entre interesses antagônicos do ponto de vista econômico e que se expressam na funcionalidade de outras esferas da sociabilidade.

A contemporaneidade da crítica da ideologia de Marx é evidente. A ideologia segue sendo uma categoria operacional exatamente pela necessidade de o capitalismo em crise, produzir uma subjetividade própria que reforça sua continuidade.

Na seção final deste capítulo, tecemos algumas considerações.

2.4 À guisa de conclusão

Há uma nítida influência do problema de classe sobre a cultura e, particularmente, sobre a ideologia, questão que Marx tomou como objeto de estudo, considerando, evidentemente, o acúmulo dessa discussão no século XIX. Quando Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, e, logo em seguida, no *Manifesto Comunista*, afirmaram que as ideias dominantes de cada época são as ideias das classes dominantes, eles estavam trazendo a lume a influência da questão de classe sobre as ideias que a sociedade soletra e desenvolve.

Há vários motivos para acreditarmos que Marx não ignorou o lastro de classe que embasa o fenômeno da ideologia. De modo mais amplo, para ele, as ideologias estão embebidas das relações sociais. Vejamos o caso do fetichismo das mercadorias. Em uma sociedade em que o capital como relação social é uma força soberana, seguramente, não há como entender o tema do fetichismo separado da ordem social capitalista e, portanto, do seu elemento de classe. Nesse sentido, para Marx, a ideologia não é simplesmente uma ficção, uma vez que ela é parte do edifício que constitui as relações sociais em sua estrutura e dinâmica. A sua linguagem metafórica, os seus tropos e as suas fantasias constituem uma roupagem que não está separada da realidade em sua complexidade e em suas necessidades. A linguagem é um produto social e a ideologia, como portadora de uma linguagem própria, particular, a também é um produto social. Consequentemente, ela não vem do céu à terra, mas da terra ao céu. A tentativa de inverter essa relação é inerente ao escopo ideológico que serve de alvo da crítica marx-engelsiana, a chamada “ideologia alemã”.

Efetivamente, a ideologia não é uma concha oca, mas responde a determinadas necessidades humanas, e, nessa perspectiva, carrega consigo o que Althusser considera uma materialidade. A questão, contudo, é que Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, abordaram o problema com um grau de concretude, que, na hipótese de ser ignorado, desarma o espírito mais crítico que busca desvendar o sentido mais profundo da questão da ideologia no coração da reflexividade marx-engelsiana. A esse respeito, queremos crer que é preciso levar em conta duas

questões: acúmulo do debate no século XIX, como já sugerido, e o foco de Marx e Engels na denominada “ideologia alemã”. Sem essas delimitações, decerto, tenderemos a uma leitura unilateral da noção de ideologia na acepção dos dois intelectuais e militantes comunistas.

Conforme destacamos nesse capítulo, a ideologia, como categoria histórica, é um produto do século XVIII, e o seu desenvolvimento, ao longo do século seguinte, foi indiscutivelmente irregular, escasso e insuficiente. Os estudos que antecederam à escritura de *A ideologia alemã* se pautaram por essa limitação de ordem teórico-histórica. Todavia, há algo mais por trás do livro de Marx e Engels. Com *A ideologia alemã*, os parceiros que recém haviam começado a colaboração comum, tentaram escrever a história, ainda que não fossem historiadores, e a formação filosófica, sobretudo de Marx, também operou no sentido de influenciar o resultado do trabalho. Marx e Engels foram mais longe do que simplesmente tomar de empréstimo a linguagem dos filósofos alemães, fosse ele Kant, Hegel ou os neohegelianos. Em última análise, o que estava em questão era a tarefa de fazer um acerto de contas com esse legado.

Foi sob esse aspecto que Marx e Engels, embasados em uma vigorosa crítica histórica, submeteram o espólio filosófico teutônico ao crivo das novas armas teóricas que *A ideologia alemã* apresentou ao mundo, notadamente a concepção materialista da história, na qual as ideias não eram apresentadas como portadoras de uma história própria e autônoma. Pouco tempo depois, essa concepção foi aplicada rigorosamente nas páginas do *Manifesto Comunista*.

Foi a concepção materialista da história que devassou o entendimento que se tinha até então da palavra ideologia. Ao criticar essa palavra, não apenas como um verbo a mais, e sim como um conceito importante que começava a vibrar nas mãos da intelectualidade europeia, Marx, em particular, buscava demonstrar que, por trás das sombras que os idealistas julgavam dominar naturalmente as relações sociais, existia a realidade objetiva, a produção e a reprodução das condições de existência.

Ao defender, ao lado de Engels, essa posição em “*A ideologia alemã*”, assim como no *Manifesto* e no conjunto de sua obra, Marx criticava o modo idealista, à maneira germânica, de tratar a questão que, de feito, era invertida, uma vez que, por exemplo, os neohegelianos, acreditando que estavam mudando o mundo, não conseguiam ir além de um processo revolucionário que se iniciava e se concluía unicamente no terreno das suas “mentes geniais”.

Para Marx, a transformação histórica que, de fato, aparecia na filosofia de Hegel e de seus legatários, mas em seu invólucro “ideológico” e idealista, deveria se dar na concretude da vida real, isto é, no campo da história. O teórico inverteu toda a lógica dos ideólogos alemães,

pois, em seu entendimento, o ponto de partida não estaria na ideia ou, muito menos, em sua sistematização por meio da ideologia, e sim no terreno corpóreo e tangível das relações sociais ou no plano insubstituível da luta de classes. Dito de outro modo: a transformação social não é uma panaceia imaginada, mas uma questão que afloraria necessariamente da realidade material e sensível, de suas contradições, de suas lutas. Assim, a história humana, desde o surgimento da propriedade privada, é a história da luta de classes. A própria ideologia não pode ser entendida senão em suas inter-relações com a luta de classes.

Mais adiante, Marx realçou que o proletariado é uma classe que precisa da verdade como um fundamento necessário em seu esforço de transformação social. A burguesia, ao contrário, quanto mais se afasta dos processos revolucionários que a conduziram ao topo da ordem social moderna, menos tem necessidade de se apoiar na verdade da ciência, da história e da luta política. Não por acaso, depois de Smith e Ricardo, a economia política se transformou, pouco a pouco e mais e mais, em uma ferramenta apologética do capital. Nesse caso, em especial, a ideologia não tem como não ser instrumentalizada pela classe social e economicamente dominante.

Ainda que jamais tenha sido nítido e peremptório com relação a esse problema, Marx, objetivamente falando, não só deixou as bases sobre as quais os seus continuadores dariam saltos nos estudos acerca do significado da ideologia como marco categorial, mas inspirou uma contraideologia que serviria de amparo histórico e político ao proletariado ao longo das décadas que se seguiram a sua morte. Lênin, em *Que fazer(?)*, ressalta o lugar do socialismo científico como a ideologia do proletariado em sua luta pela transformação histórica da ordem capitalista. Gramsci, algumas vezes, e Mészáros, posteriormente, empregam a expressão contraideologia, vinculando-a ao horizonte socialista.

O que Marx – junto com Engels – escreveu em *A ideologia alemã* foi fundamental não só pelo acerto de contas com o seu passado filosófico e por erigir as bases de uma nova e revolucionária concepção da história, mas também porque estabeleceu os fundamentos de uma crítica que, um pouco de cada vez, avançou em direção aos alicerces das relações sociais inerentes à ordem capitalista.

Por fim, a contribuição de Marx no que se refere a essa temática se torna ainda mais relevante quando, no contexto da contemporaneidade, consideramos o crescimento de movimentos e ideologias que, em lugar de apontar para a direção de uma genuína e legítima transformação histórica, ambicionam e objetivam fazer a história retroceder nos mais distintos campos: economia, política, cultura, educação etc. Portanto, consideramos imprescindível esse arcabouço teórico para nos guiar na análise do nosso objeto de pesquisa, a saber, a ideologia do

ESP. Antes, porém, no próximo capítulo, abordamos a noção ideologia em István Mészáros.

3 O PODER DA IDEOLOGIA EM MÉSZÁROS

A crença de que se possa estar livre da ideologia no mundo contemporâneo – ou mesmo no futuro previsível – não é mais realista do que a ideia do “valeroso companheiro” de Marx que pensava que os homens se afogavam por estarem possuídos pela ideia da gravidade (Mészáros, 2004, p. 65).

Neste terceiro capítulo, tomamos como objeto o pensamento de Mészáros acerca da questão da ideologia na vida social e aquilo que consideramos ser ampliação do conceito em Marx. Mészáros foi um pensador do nosso tempo e, como um bom marxista, o tempo todo nos desafia a enfrentar o real. Empregou enorme esforço intelectual para deixar, à luz dos acontecimentos do século XX que não puderam ser vivenciados por Marx – tais como o imperialismo, a Revolução Russa de 1917, o fascismo e posteriormente todo o impacto da invasão da Hungria em 1956 pelos tanques soviéticos e a derrocada da ex-União da República Socialista Soviética (URSS) e de todos os estados planificados burocratizados – uma atualização dos nexos categoriais presentes em Marx para nossos tempos, por exemplo, a crise estrutural do capital e a afirmação de que, por ser sociometabólico, o sistema do capital engendra e condiciona os vários significados dos elementos que ele determina nos planos abstrato e concreto do conjunto da produção e reprodução da vida humana. Para o autor, há um poder intrínseco do capital sobre as nossas vidas:

[...] antes de mais nada, é necessário insistir que o capital não é simplesmente uma ‘entidade material’ – também não é [...] um ‘mecanismo’ racionalmente controlável, como querem fazer crer os apologistas do supostamente neutro ‘mecanismo de mercado’ (a ser alegremente abraçado pelo ‘socialismo de mercado’) – mas é, *em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico*. A razão principal porque este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, ‘totalitário’ – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu ‘microcosmo’ até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes e contra os fracos. No entanto, é irônico (e bastante absurdo) que os propagandistas de tal sistema acreditem que ele seja inerentemente *democrático* e suponham que ele realmente seja a base paradigmática de qualquer democracia concebível (Mészáros, 2002, p. 96).

Essa percepção é semelhante à de Marx, mas tem elementos de atualização e de aprofundamento, refletindo em grande medida as conclusões de Mészáros sobre a penetração

ardilosa da forma de ser do capital no conjunto do ser social, a partir do que o autor pôde acompanhar em todo o século XX. Marx se aprofundou mais na articulação interna e ontológica da formação do capital, analisando minuciosamente cada elemento constitutivo dessa formação: mercadoria, trabalho, trabalho concreto, trabalho abstrato, valor, forma do valor, valor de uso, valor de troca, força de trabalho e dinheiro. Tais elementos conduzem o leitor ao espaço fechado da noção própria de capital, em que a contradição não é uma esfera externa que dá sentido lógico à unidade, mas o verdadeiro elo e força a partir do qual esses componentes se combinam e formam o novo tecido da produção e reprodução social.

Esse percurso genético aparece bem menos em Mészáros, justamente porque o autor examina a fase atual e mais nefasta daquela constituição. A força da contribuição de Mészáros reside na atualização da análise marxiana, no seu mergulho científico nas entranhas de um sistema cuja fragilidade projeta a sua autoconstituição como crise contínua e, por conseguinte, como obstáculo econômico e político à manutenção e continuidade da vida humana como está hoje constituída. Assim como em Marx, não há dúvida de que, para o autor húngaro, a intensidade do condicionamento material é e será sempre o motor do conteúdo da reflexão, seja em qual sentido for, político ou econômico. A oposição entre capital e trabalho se erige no sentido da determinação do pensamento.

Outro fato que Marx também não viveu e Mészáros sim é o caso dos desdobramentos da Revolução Russa, o que possibilitou ao nosso autor realizar uma análise crítica do que foi o estalinismo e abordar as limitações do regime social e político soviético que, segundo ele, não fugiu jamais à lógica de extração do trabalho excedente, ainda que por via política. Para o filósofo húngaro, o radicalismo de qualquer posição socialista só foi possível na medida em que a percepção desse movimento tenha sentido universal como movimento de massa, global e sem deixar de lado, na leitura da realidade, as potencialidades de reação do próprio capital.

A implosão do sistema soviético em 1991 foi, pare ele, um marco importante, mas, mesmo esse acontecimento não pode ser usado como a “causa original” do recuo político dolorosamente óbvio da esquerda, tanto no Leste quanto no Ocidente. Fato que tem sido frequentemente apresentado nas discussões ideológicas como tentativa ilegítima de justificar o recuo. Na introdução de seu livro *O Poder da ideologia*²⁹, o professor húngaro assevera: “É

²⁹Essa obra s foi originalmente publicada no ano de 1989 com o título original *The Power of Ideology*, sendo traduzida pela primeira vez no Brasil em 1996 pela Editora Ensaio. No ano de 2004, a editora Boitempo fez uma nova edição da obra, seno essa a que utilizamos.

impossível tornar reais as potencialidades socialistas de que está carregado nosso tempo histórico sem ativar o poder da ideologia emancipadora” (Mészáros, 2004, p. 54).

Mészáros é, na atualidade, um dos pensadores mais marcantes no campo do marxismo e um dos mais áduos defensores dessa teoria contra qualquer distorção. De inclinação lukacsiana (de quem, aliás, foi orientando), teve uma produção extensa e conseguiu tratar de assuntos os mais diversos com precisão e originalidade, e o fez com apaixonada convicção da necessidade e da possibilidade de uma formação social que vá para além do capital.

Considerando todos esses elementos, nosso objetivo foi apresentar algumas questões-chave da abordagem do autor quanto à questão da ideologia. Examinamos, em particular *O Poder da Ideologia*, ao mesmo tempo que fizemos referência a outras importantes obras, tais como *Para Além do Capital*, *Transformações materiais e formas ideológicas*, *A Educação Para Além do Capital* etc. Utilizamos essas obras como lupa para a investigação da obra tomada como objeto principal, visto que permitem iluminar o conjunto do pensamento de Mészáros.

Primeiramente, apresentamos como o filósofo húngaro trabalhou o conceito de ideologia, a sua natureza e o papel ativo que ela desempenha na época histórica em que vivemos. Posteriormente, abordamos a sua feroz crítica ao mito da neutralidade ideológica e como ele oculta a ideologia não ideológica. Por fim, discutimos a questão do imperialismo, o colapso da União Soviética, a crise estrutural e seus desdobramentos no âmbito das ideologias.

3.1 A natureza e o papel ativo da ideologia

Mészáros dedicou quase a totalidade da primeira parte do livro *O poder da ideologia* à questão da natureza da ideologia, debruçando-se demorada e cuidadosamente sobre textos das mais diversas correntes – da “modernidade” à “pós-modernidade, e abordando ainda várias ideologias “anti-ideológicas” –, colocando em relevo as circunstâncias sócio-históricas que possibilitaram o surgimento e o predomínio de tal ou qual ideologia.

Assim como em Marx, Mészáros atribui importância decisiva à base material da ideologia. Desse modo, compreendê-la é, antes de tudo, apreender determinações materiais e os interesses sociais antagonicamente estabelecidos sob os quais as ideias produzidas em um determinado período histórico estão ancoradas. As formulações ideológicas estão, desse modo, entrelaçadas nas estruturas materiais da sociedade e somente podem ser compreendidas na medida em que são articuladas às determinações socioreprodutivas do sistema social vigente. Para Mészáros, não existe na sociedade de classes sujeitos ou grupos não ideológicos, isso

porque a ideologia nasce das relações sociais estabelecidas em uma sociedade cindida pelo antagonismo, e permite ou não a compreensão da realidade.

O filósofo húngaro, assim como Marx e Engels, considera que as ideologias não têm história autônoma, separada da vida material dos homens reais, mas

As várias ideologias e formas de consciência a elas correspondentes *não possuem história* própria, não têm uma dinâmica independente de *desenvolvimento*, devendo ser entendidas como ligadas do modo mais íntimo com os processos de desenvolvimento da vida material dos indivíduos reais (Mészáros, 2004, p. 110).

O autor recorda que Marx já argumentava contra as ilusões que desejavam atribuir à ideologia a aparência de independência, e que tais intenções, mesmo que conjugadas com um radicalismo verbal, são características dos conservadores mais inflexíveis. Além disso, destaca que qualquer tentativa de autonomia e autodesenvolvimento das ideias e dos sistemas teóricos é apenas uma bolha de sabão teórica, ou seja, algo que se desfaz rapidamente.

Para o filósofo marxista György Lukács, de quem Mészáros foi discípulo, enquanto em alguma ideia permanecer o produto do pensamento ou a alienação do pensamento de um indivíduo, por mais que seja dotada de valor ou de desvalor, ela não pode ser considerada como ideologia. Nem mesmo uma difusão social relativamente mais ampla tem condições de transformar um complexo de ideias diretamente em ideologia. Lukács (2013, p. 326) complementa:

Para que isso aconteça, é necessária uma função determinada. Essa possibilidade universal de virar ideologia está ontologicamente baseada no fato de que o seu conteúdo (e, em muitos casos, também a sua forma) conserva dentro de si as marcas indelévels de sua gênese. Se essas marcas eventualmente desvanecem a ponto de se tornarem imperceptíveis ou se continuam nitidamente visíveis é algo que depende de suas – possíveis – funções no processo dos conflitos sociais.

Entendemos que esse excerto faz referência à função social da ideologia como um instrumento de luta política e social, e não como uma verdade absoluta ou puramente teórica. A ideologia serve para dar forma à consciência e orientar a ação prática (“o que fazer?”) em um contexto de conflito social, refletindo os interesses de diferentes grupos sociais e classes. Segundo Lukács (2013), a incompatibilidade das ideologias em conflito entre si assume as formas mais díspares no curso da história, podendo se manifestar como interpretação de tradições, de convicções religiosas, de teorias e métodos científicos etc. que, no entanto, constituem, antes de tudo, meios de luta. A questão a ser decidida por eles sempre será um “o que fazer?” social, sendo decisivo para a sua confrontação fática o conteúdo social de “o que fazer?”. Além disso, os meios da fundamentação dessa pretensão de condução da práxis social

permanecem modos cujo método sempre depende do momento presente social do tipo da luta, do tipo de “o que fazer?” contido nele.

Entretanto, como defende Lukács (2013), verdade e/ou falsidade ainda não faz(em) de um ponto de vista uma ideologia, nem um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, nem teoria científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia, mas podem se tornar:

Eles podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos. Não é difícil perceber isso no plano histórico (Lukács, 2013, p. 467).

O autor exemplifica a sua definição destacando que a astronomia heliocêntrica e a teoria do desenvolvimento no âmbito da vida orgânica são teorias científicas e podem ser verdadeiras ou falsas, mas nem elas próprias, nem a sua afirmação ou negação, constituem uma ideologia. Somente quando, depois da atuação de Galileu ou de Darwin, os posicionamentos relativos às suas concepções se converteram em meios para travar os combates em torno dos antagonismos sociais, tornaram-se operantes, nesse contexto, como ideologias. A conexão de sua verdade ou falsidade com essa função de ideologia naturalmente desempenha um papel importante, inclusive ideológico, na análise concreta da respectiva situação concreta, mas, enquanto o tema forem as controvérsias sociais, isso nada muda o fato de que devem ser consideradas como ideologias (ou, pelo menos, também como ideologias).

Para Lukács (2013), o surgimento e a disseminação de ideologias se manifestam como a marca registrada geral das sociedades de classes. A existência social da ideologia, dessa forma, pressupõe conflitos sociais que precisam ser travados, em última instância, em sua forma primordial, isto é, social e econômica, mas que desenvolvem formas específicas em cada sociedade concreta, justamente as formas concretas da respectiva ideologia. A questão principal é, por conseguinte, que o surgimento de tais ideologias presumem estruturas sociais, nas quais distintos grupos e interesses antagonísticos atuam e almejam impor suas preferências à sociedade como um todo como seu interesse geral.

A despeito dos interesses de um modo necessário serem definidos pela estrutura social, essa determinação só pode se tornar um motor da práxis quando os homens singulares vivenciam tais inclinações como suas próprias e tentam impô-las no quadro das relações vitalmente importantes para eles com outras pessoas. Assim, surge, em toda sociedade, não somente o antagonismo de interesses que surge necessariamente em um determinado estágio da divisão social do trabalho, mas também a forma igualmente necessária – essencialmente

ideológica – de seu enfrentamento.

Isso posto, podemos aferir que, para Lukács, as ideologias são definidas como representações da realidade – falsas ou verdadeiras, revolucionárias ou reacionárias – que assumem a função social de instrumento teórico ou prático de conscientização e operacionalização dos conflitos sociais. Mészáros (2004, p. 65), partindo dos estudos de Marx e de Lukács, definiu que “a ideologia não é ilusão, nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada”, que afeta tanto os que desejam negar a sua existência quanto aqueles que reconhecem abertamente os interesses e os valores intrínsecos das várias ideologias. A sua persistência se deve ao fato de ela ser constituída objetivamente e constantemente reconstituída como consciência prática inevitável das sociedades de classe, pelo conjunto de valores e estratégias que controlam o metabolismo social em todos os seus aspectos. Assim sendo, seria impossível a sua superação na sociedade de classes.

Nesse sentido, os interesses sociais que se desenvolvem ao longo da história e que se *entrelaçam conflituosamente* manifestam-se, no plano da consciência social, na grande diversidade de discursos ideológicos relativamente *autônomos*, mas de modo algum *independentes*, que exercem forte influência sobre os processos materiais mais tangíveis do metabolismo social. Uma vez que as sociedades de classes sociais são elas próprias cindidas, de um lado, as ideologias mais importantes devem definir as suas respectivas posições como “totalizadoras” em suas explicações e, de outro, como *alternativas* estratégicas umas às outras. Por isso, Mészáros afirmou que as ideologias conflitantes de qualquer período histórico constituem a consciência prática necessária em termos da qual as principais classes da sociedade se inter-relacionam e se confrontam, podendo ser de modo mais ou menos aberto, mas sempre articulando a sua visão da ordem social correta e apropriada.

O que nosso autor chamou a atenção é que o conflito fundamental na arena social se refere à própria estrutura social, e exatamente por isso ele não será resolvido no domínio da “razão teórica” isolada, independente do nome da moda que lhe seja dado. Esse conflito mais importante encontra as suas manifestações nas “[...] formas ideológicas em que os homens se tornam conscientes desse conflito e o resolvem pela luta” (Marx, 2004 *apud* Mészáros, 2008, p. 48).

Nesse sentido, “o que determina a natureza da ideologia, acima de tudo, é o imperativo de se tornar, na prática consciente do conflito social fundamental, com o propósito de resolvê-lo pela luta” (Mészáros, 2004, p. 66). É essa orientação prática que define o tipo de racionalidade apropriado a cada discurso ideológico. Os interesses desse discurso não devem

ser articulados como proposições teóricas abstratas, e sim como questões práticas, indicadores bem fundamentados e ações mobilizadoras que estimulem, envolvam e sejam vistos como viáveis pelos sujeitos coletivos. Dessa forma, o tipo de racionalidade que opera na ideologia para além das dicotomias entre “racionalidade *versus* irracionalidade” e “ciência *versus* ideologia” explica tanto as potencialidades quanto as limitações das formas ideológicas de consciência social.

Por conseguinte, Mészáros asseverou que é a combinação do ponto de vista adotado em sua postura de afirmação/sustentação ou de crítica/negação diante da rede instrumental/institucional dominante de controle social e da eficácia e legitimidade historicamente mutáveis dos instrumentos disponíveis que define a racionalidade prática das ideologias com relação à sua época. Nessa perspectiva, uma época histórica determina os limites do questionamento acerca da continuidade ou não de determinadas relações socioeconômicas e político-culturais. Situam-se, nesse âmbito, o desafio ideológico e o próprio exercício do controle social. As concepções ideológicas são compatíveis com as épocas históricas às quais pertencem, com a consciência social da prática das sociedades de classe e com o tipo de conhecimento com o qual se vinculam. Consequentemente, toda e qualquer ideologia pode ser determinada pela época histórica basicamente em dois sentidos: no primeiro, trata-se de um tipo de orientação conflituosa “das várias formas de consciência social prática” (Mészáros, 2004, p. 67) que permanecerá presente nas sociedades de classes, isso porque

[...] a realidade dessa orientação conflituosa e estruturalmente determinada da ideologia não é de modo algum eliminada pelo discurso pacificador da ideologia dominante. Este último deve apelar para a “unidade” e para a “moderação” [...] precisamente para legitimar suas reivindicações hegemônicas em nome do “interesse comum” da sociedade como um todo (Mészáros, 2004, p. 67).

No segundo, as ideologias se estruturam em torno do conflito social fundamental na medida em que isso perde gradativamente a sua eficácia histórica no sentido de manter a contradição social, constituindo, portanto, o substrato material do questionamento da ordem social estabelecida e da estruturação pelo controle do metabolismo social. Desse modo, o autor afirmou que, “[...] sem se reconhecer a determinação das ideologias pelas épocas como a consciência social prática das sociedades de classes, a estrutura interna permanece ininteligível” (Mészáros, 2004, p. 67).

Nesse sentido, o filósofo húngaro estabeleceu três posições ideológicas fundamentais, distintas e que têm consequências para os tipos de conhecimentos relacionados com cada uma delas: a primeira apoia indiscriminadamente a ordem social vigente e a formulação de ideias e de comportamentos sociais que a respaldem; a segunda é uma crítica

superficial que identifica as irracionalidades e o anacronismo da sociedade de classes; já a terceira contrapõe-se às duas anteriores, questiona a viabilidade histórica da própria sociedade de classes e apresenta, com o objetivo de sua intervenção prática consciente, a superação de todas as formas de antagonismos de classe.

Entendemos que Mészáros reiterou o que Marx e Engels já haviam revelado sobre a consciência expressar os elementos estruturais e reais da sociedade de classes, ao aferir que mesmo as formas mais positivas de tomada de consciência do conflito social fundamental não deixam de ser afetadas pelas limitações estruturais do confronto de classe. Para ele, “apenas o terceiro tipo de ideologia pode tentar superar as restrições associadas com a produção do conhecimento prático dentro do horizonte da consciência social dividida, sob as condições da sociedade dividida em classes” (Mészáros, 2004, p. 68). Nessa direção, e reivindicando a visão marxiana, nosso autor recordou que a questão da “transcendência” deve ser formulada como a necessidade de se ir além da sociedade de classes como tal, ou seja, não se pode pretender apenas sair de um tipo particular de sociedade de classes para um outro.

Mészáros (2004) rejeitou o discurso equivocado de que as ideias se autonomizaram com relação à base material da sociedade, tanto dos ideólogos alemães que não observaram a relação entre suas formulações e a materialidade quanto dos filósofos e cientistas do nosso tempo que acreditam cegamente na “objetividade científica”, na “neutralidade axiológica” e na “relatividade gnosiológica”. A questão, para o autor, não é opor a ciência à ideologia em uma dicotomia positivista, e sim estabelecer a sua unidade praticamente viável a partir do novo ponto de vista histórico do projeto socialista.

Em *Estrutura social e formas de consciência: a determinação social do método*, Mészáros (2009) atentou-se para o fato da teoria social contemporânea aparecer fortemente condicionada pela estrutura da sociabilidade do capital. Em suas palavras,

A relação entre a estrutura social e as formas de consciência é seminalmente importante. Isso porque a estrutura social efetivamente dada constitui o quadro e o horizonte gerais nos quais os pensadores particulares, em todos os campos do estudo social e filosófico, estão situados e em relação aos quais tem de definir sua concepção de mundo (Mészáros, 2009, p. 67).

Os parâmetros metodológicos e ideológicos das épocas históricas particulares, incluindo a era do capital, são firmemente circunscritos pelos *limites estruturais últimos* de sua força social dominante, em conformidade com o tipo prevalecente de atividade produtiva e a correspondente modalidade de distribuição. Qualquer tentativa teórica de escapar dessas determinações, na equivocada busca de ‘metateorias’ evasivas, pode apenas prejudicar o empreendimento filosófico.

Efetivamente, quanto mais abrangente e mediado for o assunto escolhido, mais óbvio deverá ser seu vínculo com as determinações estruturais ‘totalizadoras’ da época histórica relevante. Isso deve ser verdade diante do fato de que uma concepção apropriada da *mediação* em qualquer campo de análise é impensável sem uma apreensão *abrangente* do campo de estudo em questão, quer pensemos na ‘metaética’ ou na metodologia em geral. A análise legítima dos diversos *discursos* – por exemplo, os discursos moral, político e estético – é inconcebível sem que esteja dialeticamente inserida no quadro estrutural apropriado no que se refere às determinações gerais, haja vista que os discursos particulares não são inteligíveis sem que sejam apreendidos como *formas específicas de consciência histórica*.

Desse modo, indagamos: Mészáros nos conduz à reflexão acerca do que determina que uma tendência cultural ideológica (e não uma tendência alternativa importante) seja escolhida para receber ampla divulgação e possa criar modismos em um dado período histórico? Ora, reafirmando Marx e Engels, que, conforme consideramos, salientam que as ideias dominantes de um período histórico são as ideias da classe dominante, Mészáros responde: a tendência em questão deve ser compatível com os interesses materiais dominantes da ordem estabelecida e deve fornecer uma explicação plausível, a partir da qual se possa projetar a estabilidade da ordem estabelecida.

É por isso que “a ideologia dominante tende a produzir um quadro categorial que busca atenuar os conflitos existentes e eterniza os parâmetros estruturais do mundo social estabelecido” (Mészáros, 2004, p. 69). Um exemplo citado pelo autor é o período do pós-guerra, fase de expansão da economia capitalista, período em que se buscou a atenuação de conflitos, primeiramente rejeitando o projeto socialista e, em seguida, propagandeando o “fim da ideologia”, buscando eliminar até mesmo a possibilidade do conflito hegemônico entre capital e trabalho.

Todavia, em época de crises, as regras que prevalecem são as da competição mais aguda, recorrendo sem pudor a todo tipo de violência em nome da “racionalização”. Nesse sentido, o teórico argumenta que as teorias da “modernidade” e da “pós-modernidade” preenchem as exigências ideológicas das circunstâncias de intensificação dos conflitos, visto que ambas evitam fazer as suas proposições teóricas fundamentais a partir da situação histórica dada. Para o professor húngaro,

A consequência teórica de tudo isso é que, tanto no quadro da “modernidade” quanto no da “pós-modernidade”, não há lugar para um agente de emancipação historicamente identificável, [...] assim, deparamo-nos com teorias gerais de um tipo ou de outro que são muito problemáticas, mesmo em seus termos de referências, pois em sua absoluta *negatividade* elas parasitam as formas rejeitadas de discurso

emancipatório, sem serem capazes de indicar, com base na dinâmica histórica real, algumas forças possíveis de emancipação individual e social, juntamente com as modalidades de sua provável ação, através das quais se poderia superar as condições de dominação (genericamente criticadas) prevalentes hoje em dia (Mészáros, 2004, p. 101).

Mészáros criticou tanto o caráter funcional da categoria “modernidade” como da “pós-modernidade”. Para ele, não surpreende que, quando a recomendada “modernização universal” mostra ser uma fantasia oca, a fase seguinte procure escapar das novas dificuldades falando sobre a “sociedade pós-industrial”, oferecendo a promessa de transcender as contradições ainda remanescentes do capitalismo contemporâneo. Agora que as expectativas desse último se mostraram totalmente ilusórias, uma vez que os importantes problemas que estão nas raízes da ideologia se recusam obstinadamente a desaparecer, defrontamo-nos com as ideologias requentadas da “modernidade e seus dissabores” e com o postulado da pós-modernidade. Assim, ao passo que as contradições do mundo social se tornam mais fortes, manifestando-se em escala cada vez mais global, repetidamente se declara que essas teorias (modernidade e pós-modernidade) foram “superadas” – ou estão prestes a ser –, em uma sucessão interminável de construções ideológicas que metamorfoseiam verbalmente, sob um novo e dessocializado rótulo começado com “pós-”, a mesma racionalização confortadora, tão logo a sua versão anterior tenha perdido a credibilidade.

Eagleton (1993) também é crítico das tendências pós-modernas. Para o filósofo britânico, embora devam ser submetidas a uma crítica de princípios, as tendências pós-modernas não devem ser consideradas apenas meros equívocos teóricos, mas precisam ser entendidas também como expressões necessárias de uma nova situação. O *pós-modernismo*, a seu ver, é, entre outras coisas, “a ideologia de uma época histórica específica do Ocidente” (Eagleton, 1993), que expressa a realidade social atual, extremamente fragmentada, assim como manifesta às vezes insatisfação em face dela. Por conseguinte, segundo o autor, os pós-modernos tendem a uma maneira de enxergar a realidade que resulta na aceitação da fragmentariedade e em um esvaziamento da história. Como não há mais nenhum sujeito coletivo capaz de empreender um processo de transformação da sociedade como um todo (uma totalização), o que se pode esperar da ação dos homens, na ótica pós-moderna, é, na melhor das hipóteses, a realização de modestas reformas, de pequenos reajustes institucionais.

Ainda sobre a relação entre estrutura social e ideologia, Mészáros denunciou que nenhum dos países da Europa ocidental escapou ao impacto da hegemonia norte-americana na economia e na política do pós-guerra, e isso teve um impacto no campo da cultura e da ideologia, particularmente forte no caso dos pensadores que pertenciam ao Instituto de Pesquisa Social de

Frankfurt. Essas mudanças, como asseverou Mészáros (2004, p. 108), “[...] assumiram a forma de viradas clamorosas na posição de importantes intelectuais da Europa ocidental, que passaram de uma rejeição aguda da perspectiva atlanticista para uma completa identificação com ela”. O autor complementou:

Mudanças deste tipo, obviamente, não podem ser compreendidas em seu contexto limitado, pois carregam um significado que vai muito além das motivações imediatas dos protagonistas, sejam eles (na Alemanha) os principais representantes da “teoria crítica” ou (na França) Raymond Aron e Merleau-Ponty. Elas mostram que as relações estruturais historicamente variáveis da economia e da política mais cedo ou mais tarde encontram suas expressões também no domínio da cultura e da ideologia (Mészáros, 2004, p. 109).

O que nosso autor criticou com veemência foi a ideologia predominante entre o final da Segunda Guerra e o início da crise estrutural do capital nos anos 1970, a saber, a tese do “fim da ideologia”. Tal ideologia proclamava que os antagonismos sociais e a luta de classes foram superadas no século XX, que foram suplantadas as formas ideológicas da vida social e que não existiriam mais ideologias. Mészáros (2004, p. 109) desmistificou essa tese de forma contundente, enfatizando que “prever o ‘fim da ideologia’ ou atribuir uma conotação apenas negativa a toda ideologia sempre foi algo totalmente irrealista e continuará sendo por um longo período histórico”. Além disso, em seu entendimento,

É inconcebível que as ideologias murchem por si e muito menos que sejam ficticiamente ‘superadas’ no âmbito fechado de construções teóricas pseudocientíficas, enquanto existirem conflitos sociais importantes com os quais estão inextricavelmente interligadas. Na verdade, proclamar “o fim da ideologia” é em si uma ideologia característica (Mészáros, 2004, p. 109).

Apoiando-se em Marx, o filósofo húngaro inferiu que tais abordagens são completamente idealistas, pois tentam explicar as mudanças no âmbito das ideias, no clima cultural-ideológico dominante como consequência de uma dinâmica teórica das próprias ideias, e conforme já sustentado até aqui, a natureza da ideologia estaria ancorada com os processos de desenvolvimento da vida material dos indivíduos reais. Desse modo, Mészáros sublinhou que uma chamada “crise ideológica” não é jamais apenas ideológica, no sentido de que possa ser resolvida com discussões e esclarecimentos ideológico-teóricos. Uma vez que a ideologia é a consciência prática das sociedades de classe, a solução dos problemas gerados nos confrontos ideológicos não é inteligível sem a identificação de sua dimensão prática, material e culturalmente eficaz.

Não obstante a isso, Mészáros enfatizou o poder e o papel ativo desempenhado pela ideologia no processo de reprodução social. Argumentou que “as ideologias dominantes da

ordem social estabelecida desfrutam de uma importante posição privilegiada em relação a todas as variedades de ‘contraconsciência’” (Mészáros, 2004, p. 233). Em primeiro lugar, as ideologias dominantes, assumindo uma postura positiva com relação ao *status quo*, podem contar, em suas confrontações ideológicas, com o apoio das principais instituições econômicas, culturais e políticas do sistema todo. Em segundo lugar, podem estipular a “*praticabilidade*” como *pré-requisito absoluto* para a avaliação da seriedade ou da inadmissibilidade categórica da crítica, bem como da legitimidade da mudança social (Mészáros, 2004, p. 233).

Dada a sua posição privilegiada na ordem social prevalecente, elas podem ditar as condições e regras gerais do próprio discurso ideológico, gerando desvantagens para os intelectuais que tentam articular alternativas, visto que são obrigados a reagir às condições impostas, em um terreno escolhido por seus adversários. Em outras palavras, sofrem o impacto negativo do fato de se acharem presos pela estrutura e pela problemática do discurso ideológico dominante, levando-os a inevitável desvantagem. Por um lado, como reação à pressão de apresentar alternativas praticáveis³⁰ elas tendem a assumir uma postura completamente negativa em relação às questões. Por outro, opondo-se ao “sistema” e atacando as instituições como representantes desse, são acusadas de impulsos do individualismo anarquista.

Podemos tomar como exemplo a ideologia liberal que mantém uma forte aceitação popular, dentro e fora de movimentos sociais expressivos. Nesse caso, a democracia eleitoral e a cidadania são exaltadas como mecanismos de ampliação de direitos e, em muitas situações, há forte interação com partidos burgueses no sentido de criação de uma realidade de “paz” dentro da ordem. Disso se segue, segundo nosso autor, que a *dialética da negação e da afirmação* é rompida em favor de uma negação unilateral que necessariamente permanece dependente do objeto negado para poder se definir. Dito de outro modo, uma crítica social radical só pode ser articulada em termos dos complexos institucionais e instrumentais do sistema capitalista, do ponto de vista da sua praticabilidade, se houver a identificação de uma força social capaz de se tornar a alternativa hegemônica à classe (ou classes) dominante da ordem estabelecida.

Entretanto, Mészáros (2004, p. 235) sublinha:

O caráter irremediavelmente negativo de uma teoria não é uma questão de escolha intelectual arbitrária (e muito menos resultado de algum ‘erro filosófico’), mas a manifestação necessária de seu centro estrutural: o tipo de agente (ou o ‘Sujeito’, em termos filosóficos tradicionais) a que se refere para a realização da perspectiva defendida.

³⁰ Mészáros chamou a atenção que a “praticabilidade” é sempre definida do ponto de vista dos interesses da classe dominante.

As propostas que negam radicalmente a ordem social prevalecente não podem se libertar nem de sua dependência com relação ao objeto negado, nem do poder da ideologia dominante com a qual tentam competir, a menos que indiquem uma força hegemônica potencial historicamente como seu ponto de apoio.

Ao mesmo tempo, reafirmando a teoria marxiana, Mészáros indicou que esse agente hegemônico potencial em questão, a classe trabalhadora (classe antagônica ao capital), a qual pode propor ideologicamente uma nova alternativa hegemônica viável, não é uma invenção teórica abstrata, e sim uma realidade social tangível, com suas necessidades e condições de existência que devem ser constantemente reproduzidas, conforme os meios e as possibilidades disponíveis. O desenvolvimento da classe trabalhadora como alternativa hegemônica à ordem estabelecida, contudo, não é linear, como salientado pelo teórico:

A maturação das contradições internas do capital não implica, em absoluto, o aparecimento de uma classe trabalhadora misticamente homogênea, com uma igualmente mítica consciência de classe unificada, independente de sua constituição real”; implica apenas a intensificação das contradições em todos os pontos estruturalmente críticos da própria diversidade sócio-histórica em desenvolvimento. Somente esta dialética do surgimento do global a partir da multiplicidade das especificidades tendencialmente coerentes pode estabelecer a validade da teoria geral no quadro de sua orientação temporal (Mészáros, 2004, p. 236).

Mészáros sublinhou que, diferentemente das ideologias apologéticas da ordem que a linha vital de demarcação metodológica entre imediatividade e orientação global é completamente apagada, as estratégias socialistas radicais não podem expressar seus objetivos mais elementares sem desafiar o poder da imediatividade. Assim, a maior desvantagem de todas as formas radicais de contraconsciência socialista consiste na imensa dificuldade de articular as forças sociais de negação disponíveis (as lutas imediatas,) sem abandonar a sua própria orientação temporal global, a saber, a sua estratégia socialista.

Entretanto, sem a intervenção ativa de uma ideologia abrangente, o potencial estratégico das mudanças espontaneamente postas em movimento nas diversas lutas sociais, em diferentes pontos do sistema social, não pode ser articulado, perdendo-se isoladamente. Como resultado, “as mudanças particulares desprovidas de um quadro estratégico de referência (que apenas uma ideologia coerentemente definida pode proporcionar) em geral ficam limitadas à imediatividade de seu impacto potencial estreitamente circunscrito” (Mészáros, 2004, p. 236),

Toda a chave da questão, portanto, depende das necessárias *mediações* para fazer essa ponte, ou seja, estabelecer os pontos de contato com as forças e as condições particulares da negação potencial, sem abandonar a orientação temporal global da estratégia socialista. As

várias formas de revisionismo, definidas por suas múltiplas acomodações com o poder da imediatividade, como alertou o filósofo húngaro, não necessitam de tais mediações, sendo essa a afinidade metodológica entre o “reformismo” revisionista e a “engenharia social gradual” dos apologetas declarados. Não é acidental, desse modo, que os defensores da ordem sejam, geralmente, ligados filosoficamente ao *individualismo atomístico* e que se oponham não apenas à ideia das mediações transcendentais, mas também a todas as abordagens abrangentes que podem quebrar a casca mistificadora da inércia.

3.2 O mito da neutralidade ideológica e o papel da ciência como legitimadora de interesses ideológicos

Em *O poder da ideologia*, Mészáros iniciou com uma crítica ao que aparentemente é neutro, isento de ideologia e deve somente apresentar o significado etimológico das palavras, o dicionário. Com seu humor ácido, o autor apresentou a definição de conservador, de liberal e de revolucionário constante no *Word Finder Thesaurus*, processador de texto do Wordstar Professional³¹. Segundo ele, o dicionário oferece-nos³² muito generosamente uma variedade tão surpreendente de características positivas para “conservador” e “liberal” que nos fazem refletir se os adjetivos “heroico” e “santo” não teriam sido omitidos por descuido. Ao mesmo tempo, o “revolucionário” recebe uma definição extremamente curta e parecendo objeto de atenção do poder judiciário e autoridades policiais. O autor ironiza que é isso que acontece quando as tão ruidosamente proclamadas regras de “objetividade” são aplicadas a um lado do espectro político, em contraposição ao outro.

Mészáros utilizou esse exemplo para afirmar que, em nossas sociedades, tudo está “impregnado de ideologia”, quer a percebamos, quer não. Ele alertou que, na cultura liberal-conservadora, o sistema ideológico socialmente estabelecido e dominante funciona de modo a apresentar ou desvirtuar as suas próprias regras de seletividade, de preconceito, de discriminação e até de distorção sistemática como “normalidade”, “objetividade” e “imparcialidade científica”.

³¹ Dicionário eletrônico fabricado pela Microlytics, Inc., de East Rochester, Nova York, anexado à quarta versão do processador de texto WordStar Professional, da MicroPro.

³² Definições segundo o dicionário *Word Finder*: **Conservador** – comedido, discreto, de bom gosto, despretensioso, inconspícuo, moderado, quieto, sóbrio, econômico, espartano, frugal, parcimonioso, previdente, prudente, regrado, arredo, equilibrado, reservado; **Liberal** – aberto, avançado, despreconceituoso, indulgente, progressista, radical, tolerante, beneficente, generoso, magnânimo, pródigo, amplo, suficiente, exuberante, profuso, repleto, rico, transbordante; e **Revolucionário** – enfurecido, extremista, extremo, fanático, radical, ultra.

Aqueles que aceitam de forma imediata a ideologia dominante, como a estrutura objetiva do discurso “racional” e “erudito”, segundo Mészáros, rejeitam como ilegítimas todas as tentativas de identificar os pressupostos ocultos e os valores implícitos com que está comprometida a ordem dominante. Desse modo, perdem-se qualquer possibilidade de análise crítica e propostas de superação da ordem vigente. O teórico nitidamente advertiu para a necessidade de ultrapassar a barreira da ideologia dominante como critério de uma análise séria da realidade, isso porque, segundo ele, a ideologia dominante, em nome da “objetividade” e da “ciência”, desqualifica até mesmo o uso de categorias vitais do pensamento crítico. O autor exemplificou com o caso de um professor de Oxford que, em um artigo sobre a exploração econômica na África, enfatizou que “exploração” e “imperialismo” não são palavras para estudiosos sérios, porque seus significados há muito vêm ficando confusos por causa de *conceitos ideológicos*.

O discurso ideológico, conforme explicitou Mészáros (2004, p. 58), “[...] domina a tal ponto a determinação de todos os valores que muito frequentemente não temos a mais leve suspeita de que fomos levados a aceitar um determinado conjunto de valores sem ao qual se poderia opor uma oposição oposta bem fundamentada”. Compreensivelmente, o autor indicou que a ideologia dominante do sistema social estabelecido se afirma fortemente em todos os níveis porque detém o controle econômico e político da sociedade. Por conseguinte, ela tem uma grande vantagem na determinação do que pode ser considerado um critério legítimo de avaliação de cada coisa, seja um conflito, seja qualquer outra coisa, visto que controla efetivamente as instituições culturais e políticas da sociedade. Pode usar e abusar abertamente da linguagem, pois o risco de ser publicamente desmascarada é pequeno, tanto por causa da relação de forças existente quanto do sistema de dois pesos e duas medidas aplicado pelos defensores da ordem estabelecida.

A ideologia dominante e o seu complexo institucional excluem radicalmente a legitimidade de uma contestação feita do ponto de vista da classe trabalhadora, apesar de exaltar um “pluralismo” de ideias. Mészáros (2004, p. 243) considerou tratar-se de um *falso* pluralismo, “[...] cuja real substância de classe se revela nas crises importantes, conforme a história do século XX testemunhou amplamente, desde o advento do fascismo e do nazismo das entranhas das sociedades capitalistas liberais até a mais recente ascensão da ‘direita radical’”. Entretanto, as soluções totalitárias periodicamente adotadas são transitórias:

A principal função do intervalo totalitário é reconstituir a estrutura geral do metabolismo social capitalista e, assim, preparar o terreno para um retorno do modo pluralista de legitimação político-ideológica. Por isso, logo após o interlúdio

totalitário, os representantes da ideologia dominante procuram se dissociar do “estado de emergência” historicamente recém-superado, que muitos deles ajudaram a instituir ativamente (Mészáros, 2004, p. 244).

Tal mudança de atitude não é uma questão comportamental pessoal, oportunista às circunstâncias; o ponto é a pressão exercida pela pluralidade dos capitais no que diz respeito às suas exigências objetivas de funcionamento e reprodução, ou seja, trata-se de uma contradição a permanência de um sistema totalitário em escala generalizada com a própria ideologia dominante de uma sociedade de mercado autorregulamentada. Em circunstâncias normais, entenda-se de expansão da economia capitalista e reduzidos conflitos sociais, o modo de legitimação pluralista é de fato mais eficiente, não apenas entre os grupos de interesses concorrentes da classe dominante, mas também como um poderoso instrumento de “cooptação” até mesmo de setores de ideologias críticas. Isso acontece porque é mais fácil ocultar a natureza de classe, por isso, a ideologia dominante pode exercer com muito mais eficácia a sua função mistificadora, por meio da qual os receptores potenciais podem ser induzidos a endossar, “consensualmente”, valores e diretrizes práticas que são, na realidade, totalmente adversas a seus interesses vitais.

Abordando as relações entre ideologia, metodologia e ciência, o filósofo húngaro sublinhou que talvez a mais eficaz das maneiras pela qual os compromissos de valor são apresentados com a pretensão de neutralidade e incontestável objetividade seja o apelo à autoridade da ciência, que pode assumir funções muito diferentes nas confrontações intelectuais e ideológicas, segundo os contextos sociais.

Antes da emergência do positivismo, por exemplo, o que prevaleceu na segunda metade do século XVIII foi o envolvimento positivo da ciência em uma grande luta de emancipação contra as formas anteriores de controle ideológico obscurantista. Com a sua participação ativa nos confrontos ideológicos cruciais, Mészáros apontou que a ciência contribuiu decididamente para a vitória do movimento iluminista e para abrir caminho para o desenvolvimento da Revolução Industrial. Em consequência disso, nasceu um novo tipo de relacionamento entre ciência, tecnologia e indústria, acompanhado de expectativas das potencialidades produtivas da sociedade em uma extensão anteriormente inimaginável. Surgia o mito do “progresso científico” que contribuiu para a destruição da dimensão histórica e crítica da teoria social, trocando-a por referências vazias a uma temporalidade abstrata.

É importante resgatar que as formulações das doutrinas de Auguste Comte e de seus seguidores, o positivismo, consideram que a ciência social deve ser neutra, objetiva e imparcial, totalmente desvinculada de acepções subjetivas e valorativas, pois “[...] todo esse conjunto de

elementos ideológicos, em seu sentido amplo deve ser eliminado da ciência social” (Löwy, 2015, p. 39). A noção positivista remete a esses conjuntos de concepções e valores vistos como prejuízos, preconceitos ou pré-noções. Assim, “a ideia fundamental do método positivista é de que a ciência só pode ser objetiva e verdadeira na medida em que eliminar totalmente qualquer interferência desses preconceitos ou pré-noções” (Löwy, 2015, p. 40).

Mészáros (2004, p. 253) referiu-se a estas características do positivismo (e do neopositivismo) e de suas modas ideológicas como uma caricatura da ciência, um constructo inteiramente anistórico que ganhou força

[...] com a introdução da ciência (interpretada de modo positivista) na concepção geral, uma nova relação de identidade poderia ser estipulada. Tratava-se da identidade entre o ‘progresso’ - representado como ‘progresso científico’, ‘espírito científico’, etc. - e o próprio modo de produção capitalista, porque imaginava-se este último não somente como o equivalente produtivo ideal das determinações naturais originadas diretamente das necessidades básicas, mas também como a única incorporação adequada do ‘espírito científico’ como tal e dos benefícios ‘evidentes’ que ele proporciona às pessoas da ‘sociedade industrial moderna’- isto é, da sociedade que realmente correspondia às exigências internas desse ‘espírito científico’ um tanto mítico - sob a forma de um ‘progresso científico’ infinito.

Não obstante a isso, nosso autor indico que a repetida irrupção de crises capitalistas na segunda metade do século XIX pôs um fim ao “otimismo”, resultando em uma remodelação da ideologia do cientificismo em um molde completamente pessimista. As expectativas das potencialidades produtivas não incluíam resolver os problemas dos males sociais gerados por uma sociedade de classe, ao contrário, a ordem capitalista como ordem vigente tem pela reprodução ampliada do capital, como sistema orgânico, a sua dinâmica, na qual a produção generalizada de mercadorias assume posição fundamental (Mészáros, 2007). Paralelo às contradições inerentes às relações de produção capitalista, expressas na subordinação do trabalho ao capital, o “imperativo fetichista do valor de troca” se sobrepõe às necessidades humanas vinculadas às limitações dos valores de uso não quantificáveis (Mészáros, 2007). Em *O Poder da ideologia*, o autor argumentou que

Foi esta íntima afinidade do cientificismo positivista com as estruturas objetivas da reificação que o habilitou a se tornar a principal corrente da legitimação ideológica: condição que provavelmente permaneça não importa sob forma de quais ‘diferentes’ mudanças estilísticas, enquanto as estruturas capitalistas sobreviverem. Sua metodologia, utilizando diagramas, fórmulas, ‘provas’ estatísticas distorcidas, etc., refletia uma necessidade vital e um imperativo prático da sociedade mercantil. Isto é, assegurar a reprodução do valor de troca em uma escala cada vez maior por meio da manipulação desenfreada dos processos sociais em todas as esferas de atividade, desde a geração de ‘demandas’ materiais pela ‘administração da oferta’ até o exercício de uma fortíssima influência sobre a opinião pública (Mészáros, 2004, p. 257).

Parece-nos que, com essa avaliação, o professor húngaro foi categórico sobre como

a ideologia corta a ciência, ou seja, o mito da neutralidade científica e tecnológica que sustenta há séculos a crença de que o avanço do conhecimento obedece a uma lógica interna, pura e alheia às pressões e determinações do mundo social é uma ideologia funcional à classe dominante. A análise proposta por Mészáros, fundamentada no legado crítico de Marx, desmontou habilmente essa ilusão: ciência e tecnologia não emergem como esferas autônomas, e sim como expressões vivas das contradições e dos interesses que atravessam o metabolismo social do capital.

Em vez de um saber apartado, pairando acima das tensões históricas, a ciência é parte integrante do processo de reprodução do capital. Não há, na visão do autor, espaço para uma “ciência idealizada”, situada em um suposto Olimpo da razão, imune às ideologias ou ao jogo de forças sociais e econômicas. Ao contrário, a ciência é chamada incessantemente a servir aos imperativos do capital, na busca pela produtividade, pelo lucro e, por conseguinte, na instrumentalização para fins de dominação.

Destarte, a militarização da ciência figura como exemplo emblemático desse enraizamento social e político: a fissão do átomo, longe de se limitar ao fascínio teórico, converteu-se em instrumento de poder e ameaça, perpetuando tensões globais. A corrida espacial, os avanços em biotecnologia e inteligência artificial, todos carregam a marca das escolhas políticas, dos investimentos estratégicos e das prioridades ditadas pelos grupos dominantes em cada período. A ilusão da autodeterminação ‘não ideológica’ e da correspondente neutralidade da ciência não é, para o teórico, um erro ou uma confusão.

Do mesmo modo que Marx, Mészáros não negou a ciência e não flertou com o obscurantismo, pelo contrário, reconheceu e reivindicou a sua importância. O que ambos realizaram em períodos históricos distintos foi uma crítica contundente à concepção de ciência apartada dos interesses da reprodução social. A ciência, com certeza, não é *reductível* à ideologia, contudo, pela própria natureza e por sua centralidade na dinâmica da reprodução do capital, ela legitima, valida e serve a funções ideológicas. Decerto, como Marx achava que faziam as obras dos primeiros economistas políticos, e como Lenin entendia que a ciência marxista era a ideologia do proletariado revolucionário, Marx certamente julgava científico o trabalho dos economistas políticos burgueses, capaz de penetrar, até certo ponto, as aparências da sociedade capitalista, mas também avaliava que era inibido em pontos cruciais por interesses ideológicos e, portanto, era científico e ideológico ao mesmo tempo.

Mészáros polemizou com Althusser³³, a quem considerou, embora do campo

³³ Louis Althusser, militante do Partido Comunista Francês, propôs como objetivo central de sua obra evidenciar

marxista, ter sofrido pressões do discurso “anti-ideológico” dominante e terminado por cometer o erro de estabelecer uma distinção rigorosa entre “ciência” (significando, entre outras coisas, a teoria marxista) e “ideologia”. Ao passo que o marxismo sustenta que a teoria é validada ou invalidada pela prática histórica, Althusser defendeu que as teorias sociais, como a Matemática, são verificadas por métodos puramente internos. A função da teoria ou da ciência, antípoda da ideologia, tem no universo althusserianismo a tarefa autoimposta, por sua prática teórica de revelar o real e mostrar os caminhos, porém, sem interagir com os valores e as concepções de mundo a partir das quais os indivíduos concretos e os grupos sociais farão as suas opções no campo resolutivo da luta de classes.

Marx, na ótica do filósofo húngaro, “[...] não vê qualquer utilidade para uma ideia de ciência que pudesse ser separada, ainda que por um momento, de um compromisso social praticamente viável” (Mészáros, 2004, p. 315). Há uma inextricável unidade da ciência e da ideologia na obra de Marx, e isso, longe de ser um obstáculo ao aprofundamento teórico, constituiu a sua motivação, a sua justificação e a sua importância prática. Mészáros (2004, p. 315) acrescentou:

Além disso, quanto à metodologia, o reconhecimento explícito (e aceitação consciente) das inevitáveis determinações ideológicas atuantes na constituição de qualquer síntese teórica representativa permitia a Marx, por um lado, apreender *criticamente* o verdadeiro caráter e a estrutura interna das concepções do passado; e por outro, lhe possibilitava assumir uma posição incomparavelmente mais *autocrítica* em relação a seu próprio trabalho. Na verdade, elevou a *autocrítica* ao *status* de princípio metodológico fundamental precisamente em virtude de seu papel-chave, tanto para o aprofundamento teórico quanto para possibilitar ao movimento social do proletariado superar as inevitáveis contradições e as falhas de sua realização prática.

Dito tudo isso, confirma-se o papel ideológico vital de crítica social que o quadro marxiano sempre teve e tem de desempenhar diante de outras ideologias. Marx assumiu abertamente a sua estratégia, a sua teoria, o seu método e a sua militância, a serviço de revelar as entranhas do funcionamento da sociedade burguesa de sua época e dotar a classe trabalhadora de uma ferramenta teórica que possibilitasse ir se desenvolvendo, se ajustando, a partir da dinâmica do próprio movimento do proletariado.

Nem Marx, nem Lukács, tampouco Mészáros, assim como alguns outros marxistas, como é o caso de Eagleton que também citamos, se escondem atrás da “neutralidade metodológica”. A seu defesa, presente no mito manipulatório da “desideologização”, como

a essência da revolução teórica que Marx introduziu ao criar uma concepção radicalmente nova da filosofia e ao assentar as bases da ciência da história. Ao tomar essa iniciativa, no início dos anos 1960, Althusser almejou dar uma resposta filosófica urgente à tarefa da época: restaurar a natureza científica do marxismo que havia sido distorcida pelo dogmatismo stalinista e pelos reformistas.

observou Mészáros (2004, p. 301), na verdade tem um “forte viés ideológico conservador”. Os favoráveis a essa concepção acreditam que “[...] a mera insistência no caráter puramente metodológico dos critérios estabelecidos legitima a afirmação de que a abordagem em questão é neutra” (Mészáros, 2004, p. 301). Tal modo de encarar a questão crê ser possível a existência de um “**método correto**” supostamente isento de ideologia. Para um exemplo, podemos pensar no engenhoso sistema dos ‘tipos ideais isentos de valor’ de Max Weber. Entretanto, “essas ideologias pretensamente ‘não ideológicas’ que, com tanto sucesso, exercem sua função apologética sob o disfarce da metodologia neutra são duplamente mistificadoras” (Mészáros, 2004, p. 303). O filósofo húngaro complementa: “em períodos históricos de crise, que os antagonismos sociais latentes vêm à tona com grande intensidade, são, em geral, acompanhados por agudas ‘disputas metodológicas’ que só podem ser compreendidas se analisadas à luz das reivindicações hegemônicas das partes envolvidas” (Mészáros, 2004, p. 324).

3.3 Imperialismo, crise estrutural do capital, implosão do sistema soviético e as implicações para a ideologia

Nesta seção apresentamos elementos introdutórios das implicações do fenômeno do imperialismo contemporâneo, incluindo o que Mészáros denominou de crise estrutural do capital, iniciada nos anos 1970 e que se agravou, desde então, coma implosão da União Soviética e com as implicações desses elementos na questão da ideologia.

Salientamos que Mészáros partiu dos mesmos pressupostos que Marx para análise da questão da ideologia, a saber, a base material da sociedade, as relações sociais estabelecidas e os conflitos sociais. Desse modo, a situação da dinâmica da produção e da reprodução do capital, bem como suas crises, têm desdobramentos na luta de classes e, por conseguinte, nas ideologias. Não pretendemos realizar uma incursão na elaboração meszariana acerca das crises sistêmicas do capital, entretanto, parece-nos pertinente a sua análise de maior agressividade do império norte-americano, após décadas do discurso de uma ordem mundial globalizante.

Mészáros recuperou a concepção de Marx de que o capital é uma relação social e não uma coisa material (elemento desenvolvido no ponto fetichismo e reificação), um objeto ou um mecanismo neutro que possa estar em poder ou visar ao benefício de uma classe ou de outra, alternadamente. Por ser uma relação social constituída com base na subordinação e na exploração do trabalho pelo capitalista (uma forma de personificação do capital), que só pode existir operando a apropriação privada da riqueza gerada pela outra classe, inevitavelmente são instituídos interesses de classe antagônicos. Os detentores de capital e a sua tendência à

acumulação crescente não têm como acumular riqueza e atender às necessidades sociais substanciais do trabalho, pois só podem existir como resultado da exploração e da apropriação privadas do resultado do trabalho alheio, produzindo, desse modo, uma desigualdade estrutural.

As relações entre os diferentes Estados nacionais, integrantes do sistema do capital, também são marcadas por grande desigualdade estrutural no que se refere ao desenvolvimento econômico dos diferentes países. Um punhado de nações imperialistas dominantes impõe uma condição de subordinação estrutural à maior parte dos países do mundo, quase sempre com a “[...] cumplicidade subserviente das classes dominantes nativas dos países colonizados” (Mészáros, 2004, p. 22), as quais se associam ao imperialismo internacional para manter o seu lugar de classe dominante nas colônias. Ao mesmo tempo, nos países capitalistas desenvolvidos, imperialistas dominantes, a burguesia local, com poderes internacionais que lhe garantem altos lucros, faz concessões à sua classe trabalhadora para mantê-la sob controle e desorientá-la no que se refere às suas aspirações socialistas.

Esse sistema de subordinação estrutural da maior parte dos países do mundo a um aglomerado de nações imperialistas pode incluir ou não a dominação política e militar. No caso posterior à Segunda Guerra Mundial, houve um processo de desenvolvimento da chamada independência política das nações subordinadas, mas se manteve a subordinação econômica dessas nações por meio do fenômeno do neocolonialismo. Com ou sem dominação político-militar, as relações econômicas entre os países do mundo se mantêm a mesma, baseadas na subordinação estrutural das nações oprimidas com relação aos países “avançados”, quer dizer, imperialistas.

Mészáros (2003) explicou que a história do imperialismo apresenta três fases distintas: i) imperialismo colonial moderno, construtor de impérios, criado pela expansão de alguns países europeus em algumas partes facilmente penetráveis do mundo; ii) imperialismo “redistributivista” antagonisticamente contestado pelas principais potências em favor de suas empresas quase-monopolistas, chamado por Lênin de “estágio superior do capitalismo”, que envolvia um pequeno número de contendores e alguns pequenos sobreviventes do passado, agarrados aos restos da antiga riqueza que terminou logo após o final da Segunda Guerra Mundial; e iii) imperialismo global hegemônico, em que os Estados Unidos são a força dominante³⁴.

³⁴ Mészáros (2007, p. 14) explicou que, no período pós-guerra de expansão econômica do capitalismo e da relativa calmaria na luta de classes, colocou-se em xeque a ideia de continuidade do imperialismo. Isso também teve como complemento a ideologia maciçamente difundida, infectando pesadamente não apenas intelectuais, mas também alguns movimentos organizados da esquerda tradicional, do “fim da ideologia” e de que a partir daquele momento vivíamos no mundo do “capitalismo organizado”.

O fato de ter sido tão bem-sucedido, e de ainda continuar dominante, porém, não significa que o imperialismo hegemônico dos Estados Unidos possa ser considerado estável, muito menos permanente. Em *O desafio e o fardo do tempo histórico* (2007), o marxista húngaro indicou que o início da crise estrutural do capital ocorrida na década de 1970 produziu mudanças importantes na postura do imperialismo. Foi o necessário para adotar uma atitude cada vez mais agressiva, apesar da retórica da conciliação, e mais tarde o absurdo propagandístico de uma “nova ordem mundial”, com sua promessa sempre adiada de um “dividendo da paz”.

Antes de abordarmos esse elemento da crise estrutural, consideramos pertinente pincelar os profundos impactos negativos do desenvolvimento imperialista na organização e na luta da classe trabalhadora, assim como em sua consciência e estratégia socialistas, apontados por nosso autor. Para Mészáros (2004, p. 368), a fase expansionista “[...] fortaleceu muito o poder do capital, adiando por um tempo considerável a maturação de suas contradições imanes”, o que possibilitou a consolidação da socialdemocracia reformista como a principal corrente do movimento dos trabalhadores, surgida no Congresso de Gotha³⁵.

Foi a partir de meados da década de 1870 com as discussões e a elaboração do Programa de Gotha (1875), e, mais tarde, no final do século XIX, com a publicação 1898 das teses revisionistas de Eduard Bernstein, que o movimento socialdemocrata ocidental começou a colocar em prática a estratégia reformista “de lutar por reformas se mantendo no quadro da reprodução do capital”. De acordo com o autor, a adoção dessa estratégia não significava apenas a aceitação das melhorias parciais oferecidas pela expansão lucrativa do capital, mas também a contribuição do movimento social-democrata para a revitalização do sistema capitalista, ou seja, a “aceitação dócil da autoridade do capital”.

Decerto, a socialdemocracia reformista apresentava uma racionalidade ideológica que subordinava as estratégias políticas do movimento da classe trabalhadora ao cenário nacional, em claro contraste com sua antiga orientação internacionalista de Marx e Engels. Além disso, buscavam atenuar o antagonismo de classe em todos os países imperialistas e

³⁵ No Congresso de Gotha, realizado entre 22 e 27 de maio de 1875, uniram-se no Partido Operário Socialista da Alemanha as duas organizações trabalhistas da época: o Partido Operário Social-Democrata, fundado por Liebknecht e Bebel em 1869, e liderado por eles, e a lassalliana Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, conduzida por Ferdinand Lassalle (Nota 1 do Prefácio de Friedrich Engels ao livro de Marx *Crítica ao Programa de Gotha*, publicado pela Boitempo Editorial, 2012, p. 17). Marx e Engels foram contrários a essa união, mas os marxistas eram minoria nesse congresso. Lassalle fez um acordo secreto com Bismarck, garantindo apoio político e financeiro em troca da mobilização da classe trabalhadora alemã em favor das reivindicações reacionárias do “Chanceler de Ferro”. Marx, em carta a Engels datada de 18 de fevereiro de 1865, já desconfiava da relação secreta de Lassalle com Bismarck. Mészáros citou duas cartas, uma de junho de 1863 e outra datada de fevereiro de 1864, enviadas por Lassalle a Bismarck e que, segundo o autor, comprovam essa relação (Mészáros, 2004, p. 370-371).

difundir, entre os trabalhadores “capitalisticamente explorados” dos países desenvolvidos, a ideia de que eles poderiam enriquecer. A sustentação desse discurso, segundo Mészáros (2004, p. 428), contribuía, por um lado, para “[...] apagar a consciência de solidariedade³⁶ das classes trabalhadoras metropolitanas com as classes trabalhadoras dos países subjugados [...]” e, por outro, “[...] tornava aceitável a taxa diferencial de exploração (por maior que fosse) dentro dos próprios países dominantes”. Nosso autor destacou ainda que foi com o surgimento da Primeira Guerra Mundial que a socialdemocracia alemã capitulou “[...] abertamente às demandas do expansionismo nacional burguês [...]”, com a aprovação dos créditos de guerra pelo partido socialdemocrata alemão, e a Segunda Internacional.

Entretanto, Mészáros chamou atenção para o fato de que a tendência ideológica do oportunismo (ou a defesa do revisionismo reformista) não pode ser compreendida em termos *estritamente ideológicos*. Para compreender a sua origem e o seu espetacular sucesso no mundo ocidental, é necessário relacioná-lo a base material-institucional, à concessão de reformas nos países imperialistas e à lógica da acomodação ao parlamento burguês.

O reformismo nacionalista se tornou a tendência geral do movimento da classe trabalhadora, com poucas exceções, que surgiram, como resultado das circunstâncias do desenvolvimento dependente, como no caso da Rússia, que realizou uma revolução. Conforme salientou Mészáros, o desenvolvimento do capitalismo dependente na Rússia, associado ao anacronismo político repressivo do regime czarista que, ao contrário de seus congêneres ocidentais, não oferecia paz e conciliação parlamentar às classes trabalhadoras, proporcionou condições para um movimento socialista revolucionário de uma vanguarda política voltada à massa mais firmemente organizada e teve de se adaptar às especificidades de seu ambiente sócio-histórico.

Mészáros (2002, 2004, 2015a) fez um chamamento para a necessária autocritica do movimento internacional da classe trabalhadora quanto ao reexame crítico da especificidade do sistema do tipo soviético. Crítico do stalinismo, tendo sofrido na pele as consequências da invasão do exército soviético em 1956, na Hungria, quando ele deixou o país, opinou que o modelo soviético era uma espécie de “sistema do capital pós-capitalista³⁷”, que nada tinha em

³⁶ As concessões econômicas dadas aos trabalhadores dos países imperialistas, baseadas na superexploração das classes trabalhadoras das nações oprimidas, segundo a obra de Mészáros, trouxe graves consequências para as forças sociais que aspiram a uma transformação socialista do mundo. Isso porque as diferenças de remuneração das classes trabalhadoras, dos países imperialistas em relação aos países subordinados, quebraram a base da solidariedade internacional da classe trabalhadora, o que implicou um enfraquecimento do internacionalismo proletário, que já era um problema na época de Marx. A quebra da base da solidariedade internacional da classe trabalhadora agravou seriamente o problema da fragmentação da classe trabalhadora (Mészáros, 2004, p. 422).

³⁷ Para Mészáros (2004), a União Soviética não era capitalista, nem mesmo capitalista de Estado. Todavia, o sistema soviético era bastante dominado pelo poder do capital: a divisão de trabalho permaneceu intacta, a estrutura

comum com o socialismo original da elaboração marxiana. Segundo o teórico, o modelo soviético não foi capaz de erradicar o capital do sistema pós-capitalista de reprodução sociometabólica. Assim sendo, essas soluções, em toda e qualquer circunstâncias, só podem ser estritamente temporárias.

Nosso autor destaca que, em seu processo de desenvolvimento, essas revoluções “[...] ou promovem a completa erradicação do capital de seu metabolismo social de reprodução, ou se expõem cada vez mais ao perigo da restauração capitalista³⁸. Expropriar os expropriadores está muito longe de ser suficiente” (Mészáros, 2004, p. 18).

É relevante destacarmos que a análise meszariana refere-se não aos primeiros anos da revolução proletária, mas principalmente ao que ela havia se transformado sob domínio stalinista. Diferente de muitos intelectuais e até marxistas, que, diante da restauração do capitalismo na ex-URSS e no Leste europeu, abandonaram a perspectiva revolucionária e fizeram um balanço de que a experiência da primeira revolução proletária de nada serviu na luta de classes, e, portanto, na luta ideológica, Mészáros reafirmou a radical proposição marxiana da necessidade de realizar uma revolução social como condição para erradicar e

hierárquica de comando do capital subsistiu. O capital é um sistema de comando cujo modo de funcionamento é orientado para a acumulação, que pode ser assegurada de muitas formas diferentes. Na União Soviética, o trabalho excedente era extraído de forma política, e foi isso o que entrou em crise nos anos recentes. Leon Trotsky, teórico marxista e revolucionário russo que, ao lado de Lenin e de toda uma geração de militantes estiveram à frente da Revolução Russa de 1917, apoiando-se na análise que ele e Lenin faziam quando este ainda era vivo, caracterizava como Estados operários burocratizados.

³⁸ Em 1936, quando Mészáros tinha apenas seis anos de idade, Trotsky escreveu *A Revolução Traída*, na qual desenvolveu a tese de que a burocracia stalinista, que havia se apoderado do controle do Estado soviético após a morte de Lenin, preparava a restauração capitalista e, por conseguinte, a derrota da revolução proletária, que havia expropriado a burguesia. Após descrever minuciosamente as condições atípicas da Rússia, capitalismo dependente, atraso cultural, tendo de enfrentar a contrarrevolução dos países imperialistas, isolada porque as possibilidades de revoluções proletárias nos países de capitalismo avançado, em particular na Alemanha, haviam sido derrotadas, Trotsky asseverou: “O Estado atual é uma ponte entre as sociedades burguesas e a socialista. A sua própria essência confere-lhe, pois, um caráter temporário. O Estado que realiza esta transição tem por tarefa derivada, mas absolutamente primordial, preparar a sua própria abolição. Engels escreveu na célebre polêmica contra Dühring: ‘Quando desaparecerem a dominação de classe da produção, os choques e excessos que decorrem dessa luta, mais nada haverá que reprimir. A necessidade de uma força especial de repressão não mais se fará sentir no Estado’. O que Engels nos ensina é que para que o Estado desapareça é necessário que desapareçam a dominação de classe e a luta pela existência individual. Mas a realidade comprovava que a socialização dos meios de produção não suprime automaticamente a luta pela existência individual” (Trotsky, 2005, p. 78-79). Trotsky (2005) explicou que as gerações que arcaram com a revolução sobre os seus ombros se depararam com situações desafiadoras, como o duplo caráter do Estado soviético: “[...] socialista, uma vez que defende a propriedade coletiva dos meios de produção, burguês, já que a repartição dos bens tem lugar segundo padrões de valor capitalistas, com todas as consequências que decorrem desse fato. A fisionomia definitiva do Estado Operário deve definir-se pela modificação da relação entre as suas tendências burguesas e socialistas. [...] Ocorre que o partido bolchevique da época de Lenin apostava inteiramente e sem reservas, numa perspectiva internacional. Entretanto, a crise revolucionária do pós-guerra não conduziu à vitória do socialismo na Europa: a socialdemocracia salvou a burguesia. O período que pareceu a Lênin e aos seus companheiros de armas uma curta ‘trégua’, tornou-se uma época histórica. A estrutura social contraditória da URSS e o caráter ultraburocrático do Estado soviético são as consequências diretas dessa singular dificuldade histórica ‘imprevista’, que conduziu, ao mesmo tempo, os países capitalistas ao fascismo” (Trotsky, 2005, p. 80-83).

superar o sistema de exploração do homem pelo homem.

O filósofo húngaro frisou que, ao contrário de algumas afirmações, seria errado atribuir as mudanças de uma política mais agressiva do imperialismo à implosão do sistema soviético, embora seja verdade que a Guerra Fria e a presumida ameaça soviética tenham sido usadas com muito sucesso no passado para justificar a expansão descontrolada do complexo industrial-militar. Os desafios que justificavam a adoção de uma atitude mais agressiva – e em última análise aventureira –, porém, já existiam muito antes do colapso do sistema soviético, explicando-se pela emergência da crise nos anos de 1970.

O que mudou depois do colapso do sistema soviético foi a necessidade de encontrar justificativas para a postura crescentemente agressiva do imperialismo dos Estados Unidos em diferentes partes do mundo, especialmente depois dos desapontamentos associados às tentativas de revitalizar o capital ocidental por meio da restauração economicamente sustentável do capitalismo. Assim, o colapso do sistema soviético só pode ser entendido como parte integrante da crise estrutural do sistema do capital.

Para Mészáros, a emergência do consenso neoliberal e o colapso soviético, fatos materiais e ideológicos que marcam as últimas quatro décadas, são manifestações do advento da crise estrutural do capital, que, segundo ele, é distinta “[...] das *crises conjunturais* antes enfrentadas e mais facilmente superadas. Trata-se de uma crise sistêmica, que não pode ser medida pelos padrões de crises passadas” (Mészáros, 2004, p. 16).

Recordemos que o fim da União Soviética, em 1991, fortaleceu a ofensiva econômica e ideológica do neoliberalismo como busca pela recomposição da economia mundial. O Neoliberalismo passou a ditar o ideário e o programa a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, contemplando a reestruturação produtiva, a privatização acelerada, o enxugamento do Estado, as políticas fiscais e monetárias sintonizadas com os organismos mundiais de hegemonia do capital como Fundo Monetário Internacional.

A ofensiva ideológica burguesa do neoliberalismo, que ganhou força nos anos de 1990, era uma *ofensiva reacionária* na qual o imperialismo americano buscou, mas não pôde obter, uma vigorosa reconstrução de sua hegemonia. Ao contrário, víamos a postergação das consequências da crise por meio de uma hiperfinanceirização e uma disputa geopolítica por uma nova ordem mundial.

Retomando a questão da crise estrutural, Mészáros (2009) apresentou suas características definidoras: i) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção,

aplicando-se a esse e não aquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade, etc.); ii) seu alcance é verdadeiramente global, em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises do passado); iii) a sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; e iv) em contraste com as erupções e os colapsos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, ao ativar todas as suas tendências destrutivas. Sob o risco de tamanha e crescente destrutividade, provocou de forma contraproducente danos irreversíveis à própria vitalidade do sistema, comprometendo as fontes de recursos fundamentais à sua própria existência na condição capital: o trabalho social e os recursos naturais.

Essa crise afetou a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, assim como a outros aos quais é articulada. Ela fez com que, entre tantas outras consequências, o capital implementasse um vastíssimo processo de reestruturação, com vistas à recuperação do ciclo de reprodução do capital e que afetou fortemente o mundo do trabalho, com desdobramentos negativos para a classe trabalhadora. Portanto, seria um absoluto milagre se ela não se manifestasse – e, certamente, em um sentido profundo e extensivo – no domínio da política, haja vista que a política, juntamente com a sua estrutura legal, ocupa uma posição vitalmente importante no sistema do capital. Isso se deve ao fato de o Estado moderno ser a estrutura política totalizante de comando do capital (Mészáros, 2009).

A crise que atingiu em cheio o coração do sistema financeiro, em 2008, manifestando-se na bancarrota do quarto maior banco de investimentos dos Estados Unidos, o Lehman Brother, não foi só uma crise financeira; as suas raízes, na verdade, encontram-se no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo. O próprio Mészáros (2015b), referindo-se a essa crise em uma entrevista ao jornal *O Globo*, comentou:

É também a crise profunda do Estado. Os defensores do sistema promovem a ilusão e o autoengano de que o Estado resolveu com sucesso a crise, despejando fundos astronômicos de trilhões de dólares no buraco sem fundo do capital quebrado. Mas de onde vieram esses trilhões astronômicos? O Estado como inventor desses fundos não é produtor de nenhum deles. A amarga verdade é que a maioria esmagadora dos Estados está quebrada – a quantia chega a 57 trilhões de dólares de acordo com os números mais recentes –, não importando o quanto consigam dissimular sua falência (Mészáros, 2015b).

Desse modo, confirmam-se na realidade as reflexões acerca do Estado feitas por nosso autor de que a crise estrutural aprofundou a afirmação do Estado como uma estrutura de comando de classe, inclusive sob a bandeira do neoliberalismo, que apregoava um suposto

enxugamento da máquina estatal, visando a garantir a reprodução da ordem sociometabólica, pois “[...] a crise estrutural de nossa época demanda por um envolvimento cada vez mais direto do Estado na sobrevivência direta do sistema” (Mészáros, 2015a, p. 27). O teórico, ao passo que considerava que entramos na fase mais perigosa do imperialismo em toda a história, alertou para processos cada vez mais autoritários, como a tendência de desenvolvimento da crise estrutural, não em regiões subordinadas, mas bem no coração do sistema global do capital, levando ao enfraquecimento da democracia liberal. Asseverou ainda que a preocupação primordial do estado abrangentemente dominante do capital – atualmente, os EUA – é assegurar e reter o controle sobre o sistema global do capital, como poder supremo do imperialismo hegemônico. Contudo, em vista dos proibitivos custos materiais e humanos envolvidos, que precisam ser pagos, de um jeito ou de outro, esse desígnio de dominação global inevitavelmente carrega consigo perigos imensos, bem como a implicada resistência, não apenas internacionalmente, mas também internamente. Por essa razão, as tendências inegavelmente autoritárias e irracionais precisam se intensificar tanto no plano internacional quanto nos países imperialistas dominantes, para subjugar o que quer que se assemelhe à resistência.

Nesse sentido, consideramos que, no plano internacional, a crise estrutural descrita por Mészáros, eclodida em 2018, assim como a resposta dada pelos diferentes Estados nacionais e seus respectivos governos, constitui a base material que colaborou para a eleição de Donald Trump em novembro de 2016 como presidente dos Estados Unidos, e, posteriormente, vários outros governantes ou crescimento de movimentos, adeptos de ideias autoritárias.

Assim sendo, conscientes de que as determinações econômicas, por si só, não explicam fenômenos ideológicos, culturais ou políticos, conforme Marx e Mészáros nos conduziram até aqui, ou seja, são determinantes, mas a arena da luta de classes e dos conflitos sociais é imprescindível para a compreensão dos fenômenos ideológicos, buscamos no capítulo seguinte, os nexos desses fatores objetivos e subjetivos na emergência da ideologia da extrema-direita brasileira, para melhor apreender como nosso objeto de estudo, o ESP, se insere nesse contexto.

4 A IDEOLOGIA DO ESCOLA SEM PARTIDO

O termo ideologia tem ganhado destaque nos debates sobre educação. No entanto, essa discussão não se limita ao âmbito educacional, estendendo-se também à política de um modo geral e a todas as áreas. Conforme consideramos nos capítulos precedentes, que se concentraram nos estudos de Marx e Mészáros, as ideias não têm uma vida autônoma, estando descoladas das relações sociais estabelecidas na sociedade. As formulações ideológicas estão, desse modo, entrelaçadas nas estruturas materiais da sociedade e somente podem ser compreendidas na medida em que são articuladas com as determinações socioreprodutivas do sistema social vigente.

Na teoria marxista, a educação se insere no conjunto da sociabilidade do capital, sendo, por isso, um elemento determinante e determinado das relações de produção historicamente estabelecidas. Já a concepção educacional burguesa retira do campo de análise da educação os seus determinantes econômicos-sociais, a exploração do trabalho, o particularismo do Estado, enfim, suprime a própria concepção de escola como instituição social historicamente determinada. A despeito dessa supressão, Mészáros (2008, p. 42) asseverou que “as instituições de educação tiveram de ser adaptadas no decorrer do tempo, de acordo com as determinações reprodutivas em mutação do sistema do capital”.

Como desenvolvido no segundo capítulo, podemos inferir que Marx e Engels viam a educação como uma dimensão da vida dos homens que se transforma historicamente, acompanhando e articulando-se às alterações dos modos de produzir a existência humana. Assim, ao longo de sua ação nos movimentos do proletariado, apresentam e disputam uma proposta educacional que seja útil na luta pela emancipação da classe subjugada pela lógica do capital. Podemos afirmar que, para os autores, a educação deve organizar o mundo de modo a permitir que o homem se desenvolva plenamente, e isso inclui a superação dessa forma de produção da vida que transforma o próprio homem em mercadoria.

Mészáros (2016) recordou que a questão crucial para qualquer sociedade estabelecida é a reprodução exitosa dos indivíduos. Além de reproduzir em uma escala ampliada as múltiplas habilidades sem as quais a atividade produtiva não poderia ser levada a cabo, o complexo sistema educacional da sociedade é responsável por produzir e reproduzir o quadro de referência dos valores, dentro dos qual os indivíduos particulares definem seus próprios objetivos e fins específicos. O teórico acrescentou:

As relações sociais de produção capitalisticamente reificadas não se perpetuam automaticamente. Elas são bem-sucedidas nisso apenas porque os indivíduos

particulares “interiorizam” as pressões exteriores: eles adotam as perspectivas globais da sociedade de mercadorias como se fossem os limites inquestionáveis de suas próprias aspirações. É procedendo assim que os indivíduos particulares contribuem para manter uma concepção de mundo e uma forma específica de intercâmbio social, que corresponde à concepção de mundo (Mészáros, 2016, p. 265-266).

Observamos nesse excerto que o filósofo húngaro já apresentava a relação entre educação e ideologia. A educação tem a capacidade de influenciar os indivíduos a realizarem escolhas entre alternativas de maneira socialmente direcionada, ou seja, a educação tem uma dupla função ideológica: pode ser a reprodução da ordem social capitalista ou construção de um projeto emancipatório. Nas palavras do pensador polonês Suchodolski (1976), a educação formal também pode ser uma arma na luta contra a opressão, como instrumento moral e intelectual da jovem geração da classe oprimida.

Ora, com a crise estrutural (desenvolvida no capítulo anterior), também vivemos uma crise da educação formal e suas instituições, o que desencadeou as políticas neoliberais com profundas mudanças na educação, principalmente nos países de capitalismo dependente. O neoliberalismo promoveu profundas transformações nas políticas educacionais, intensificando a lógica do mercado na esfera da educação. Essa abordagem reorientou o sistema de ensino para atender às demandas do capitalismo e do mercado de trabalho, com consequências como o aprofundamento do empresariamento da educação, a precarização do trabalho docente e o aprofundamento das desigualdades³⁹. E um banco⁴⁰ foi alçado a assumir o real protagonismo da agenda educacional mundial.

Os governos petistas adotaram algumas políticas importantes no sentido da universalização da escola e ampliação do ensino superior, como as cotas, uma legislação inclusiva sobre questões importantes de nossa cultura afro-brasileira e indígena, historicamente negada nesses espaços, porém, ainda muito limitadas diante dos problemas historicamente acumulados pela prevalência de uma escola e universidade excludentes do ponto de vista das classes populares. A escola, como uma instituição que aponta para a radical socialização do saber universal e para a construção de uma organização social justa, ou, nas palavras de Mészáros, que vá para além do capital, segue sendo parte da luta emancipatória da classe

³⁹ Para mais detalhes sobre as consequências das políticas neoliberais na educação pública no Brasil, sugerimos a leitura do estudo de Shiroma, Moraes e Evangelista (2011).

⁴⁰ Em 1994, o Banco Mundial publicizou um documento que se tornou referência para a sua compreensão sobre a educação superior dos países capitalistas dependentes: *O Banco Mundial e a Educação Superior: Lições Derivadas da Experiência*; em 1995, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) editou documentos sobre a competitividade que, em paralelo a outros do Banco Mundial (World Bank, 1995), pretendiam restabelecer o status da chamada Teoria do Capital Humano, atualizando, desse modo, uma doutrina ideológica capaz de assegurar aos intelectuais coletivos do capital a hegemonia sobre o futuro da educação mundial (Leher, 2019).

trabalhadora. E considerando esse horizonte, devemos questionar se o cenário mundial de avanço das ideias e governos de extrema-direita nos aproxima ou nos distancia desse limiar.

O avanço de projetos/políticas antidemocráticas na educação levados/as adiantes por movimentos e governos de extrema-direita – a exemplo do ESP, no Brasil, das políticas de Donald Trump de cerceamento das liberdades democráticas e controle do conteúdo a ser ministrado e pesquisas a serem realizadas nas universidades norte-americanas, ou ainda do caso das universidades argentinas, que sofrem a interferência de Javier Milei – demonstra que vivemos um período histórico em que as ideologias de extrema-direita do século XXI, com viés profundamente ultraneoliberal (nesse caso, uma continuidade do neoliberalismo), foram acionadas em um contexto de crise estrutural do sistema de controle do metabolismo social a partir de uma contradição entre as estruturas reprodutivas materiais e suas formações estatais (desenvolvemos isso no capítulo anterior) (Mészáros, 2009).

Considerando os efeitos do neoliberalismo, somados às respostas que os imperialismos estão dando à crise estrutural, notoriamente a partir de 2008, as universidades, assim como as escolas, estão sendo chamadas a reordenarem seus papéis no sentido do *ethos empreendedor* e da *indução mercantil* (Leher, 2019, p. 107), principalmente por meio das parcerias público-privadas que dispararam. Esse processo de indução mercantil não ocorre sem contradições, tensões e conflitos, mas seu alcance é inegável, chegando às áreas sociais por meio de políticas de formação de professores à distância ou pelo encaminhamento de programas governamentais de alívio à pobreza e voltados à formação do capital social, ou, ainda, programas de qualificação e treinamento profissional.

Desse modo, em níveis distintos e com graus variados de tensionamento, os valores mercantis permeiam toda instituição, naturalizando o uso de categorias como empreendedorismo, competências, empregabilidade, recursos humanos, competitividade, colaboração, entre outros. Segundo Leher (2019), são as próprias categorias das ciências que vão adquirindo outro conteúdo semântico: o público passa a ser “interesse público”; a sociedade civil assume o lugar da colaboração entre cidadãos desprovidos de classe; luta de classes corresponde aos conflitos a serem institucionalizados; a exploração e a expropriação são ressignificados como exclusão e inclusão.

Assim, descortina-se a concepção burguesa de neutralidade ideológica no âmbito da educação e das ciências, confirmando a assertividade de Mészáros ao destacar como a ideologia corta a ciência, ou seja, o mito da neutralidade científica e tecnológica que sustenta há séculos a crença de que o avanço do conhecimento obedece a uma lógica interna, pura e alheia às pressões e determinações do mundo social; trata-se de uma ideologia funcional à classe

dominante. A análise proposta por Mészáros, fundamentada no legado crítico de Marx, desmontou essa ilusão. Ciência e tecnologia não emergem como esferas autônomas. Em vez de um saber apartado, pairando acima das tensões históricas, a ciência é parte integrante do processo de reprodução do capital. Malgrado toda a situação de dismantelamento da educação pública que o país vem vivenciando devido à ofensiva neoliberal, o MESP tem como centralidade a acusação de doutrinação ideológica, da parte dos professores, no atual sistema de educação brasileiro, e por isso, defende uma neutralidade ideológica na educação. Mas o que é de fato esse movimento? Quais as suas principais ideias e expoentes? Os seus defensores não são portadores de uma ideologia? Quais conexões guarda com a dinâmica da luta de classe no país, em um contexto de ascensão da extrema-direita e do bolsonarismo?

Neste capítulo, apresentamos os principais elementos que circunscrevem o ESP, desde a sua origem, a criação dos primeiros PLs amparados no respectivo movimento e a sua ascensão nacional após a crise política aberta com o *impeachment* da ex-presidenta Dilma Rousseff, que resultou na posse de Michel Temer. A partir disso, um novo bloco político se posicionou à frente do poder executivo, agregando com maior força os setores representantes do agronegócio, da bancada religiosa e a denominada “bancada da bala”. Foi nesse cenário pós-2016 que os PLs do ESP ganham um salto.

Partindo da premissa que a realidade não tem início com a gênese do objeto estudado, e dando continuidade aos passos trilhados até aqui, por meio da análise marxiana e meszariana, trazemos a lume o contexto de gênese e de desenvolvimento do ESP para, assim, identificar, analisar e historicizar outros fenômenos que atuam como seus determinantes. Nessa direção, destacamos a afirmativa de Frigotto (2017), que aponta a necessidade de compreender não só o objeto que estudamos, mas também outros fenômenos que o determinam:

As teses do Escola sem Partido não podem ser entendidas nelas mesmas e nem como algo que afeta apenas a escola e os educadores. Pelo contrário, um olhar na perspectiva da historicidade dos fatos e fenômenos, vale dizer, das **determinações mais profundas e menos visíveis que os constituem**, indica-nos que se trata de algo já sedimentado nas relações sociais (Frigotto, 2017, p. 18).

Nessa perspectiva, analisamos o movimento ESP em seus pressupostos teóricos, políticos e ideológicos, trilhando o seguinte percurso: na primeira seção, *4.1 Origem e trajetória do ESP*, apresentamos algumas notas explicativas sobre o movimento, a sua origem, os seus principais expoentes, a sua dinâmica, as suas propostas e os principais PLs, buscando os dados relativos ao discurso de doutrinação ideológica neles contidos, além de outras informações que nos permitiram ampliar e aprofundar nossas reflexões.

Quanto aos PLs, a centralidade de nossa análise se concentra no PL n.º 7.180/2014,

de autoria do deputado Erivelton Santana (PSC-BA), que propõe mudar a legislação educacional, alterando o artigo terceiro da LDBEN de 1996, ao incluir nela um inciso chave do ESP. Esse PL incorporou, posteriormente, praticamente todos os PLs que apresentados desde 2014 com as propostas do ESP, haja vista terem sido apensados a ele mais de 35 projetos. Em 15 de outubro de 2024, o relator indicado para esse projeto, o deputado Allan Garcês (PP-MA), protocolou um Substitutivo ao PL n.º 7180/2014, com outros 36 projetos do ESP apensados, configurando-se como uma espécie de síntese do PL n.º 7.180/2014 original, do PL n.º 867/2015, do deputado Izalci Lucas, do Partido da Social Democracia Brasileira do Distrito Federal (PSDB-DF), que, por sua vez, é similar aos dois primeiros PLs apresentados pelos filhos de Jair Bolsonaro, em 2014, Flávio Bolsonaro e Carlos Bolsonaro.

Além das sínteses dos PLs anteriores, esse substitutivo traz um agravante ao propor penalidades como detenção e multas a professores e a servidores públicos. Essa proposição tramita em regime ordinário e está sujeita à apreciação do Plenário da Câmara Federal, porém, já recebeu parecer favorável de seu relator, deputado Allan Garcês, na CPASF, em 21 de outubro de 2025.

Na segunda seção, *4.2 ESP, crise política e avanço da ideologia de extrema-direita*, apresentamos notas explicativas sobre o contexto econômico, político e ideológico em que o ESP foi germinado, tendo como referencial de análise as categorias e elementos fornecidos pelo arcabouço teórico marxista, visto que nossa centralidade é desvelar a ideologia do ESP, como movimento e programa, e suas conexões com a ascensão da extrema direita bolsonarista. Nessa seção, demonstramos a relação direta e de interesse do ESP com as ideias e ação política da extrema-direita, as quais começaram a emergir durante as Jornadas de Junho de 2013, avançando com as mobilizações da classe média lavajatista, em 2015, fortalecendo-se após a crise de 2016 e adquirindo seu ápice com a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro, em 2018.

Na terceira seção, *4.3 O ESP no governo Bolsonaro*, a partir da categoria de neofascismo, analisamos o governo e a ideologia bolsonaristas, as tensões entre os dois blocos representantes da classe dominante no setor educacional, o bloco liberal aglutinado ao TPE e o bloco ultraconservador fundamentalista do ESP, assim como um breve balanço do ESP como política educacional a partir do MEC. Esse momento é fulcral na aproximação da determinação da ideologia do ESP.

Por fim, na quarta seção, *4.4 ESP: concepção autoritária de educação em sintonia com a ideologia neofascista/bolsonarista*, debatemos o significado da proposta de educação sob a perspectiva da neutralidade ideológica defendida pelo ESP, os principais eixos de sua proposta educacional expressos no PL n.º 7.180/2014, seus apensados e substitutivo, com o

objetivo de evidenciar a concepção de educação por detrás da “neutralidade ideológica” e sua estratégia. Tal reflexão foi apoiada na concepção de ideologia de Marx e de Mészáros.

Nosso ponto de partida foram os materiais disponibilizados no site do MESP, algumas de suas redes sociais, como o Instagram, e principalmente a revisão bibliográfica acerca do ESP, com destaque para as seguintes coletâneas: *A ideologia do movimento Escola sem Partido: 20 autores desmontam o discurso* (2016); *Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade* (2017); *6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar; Escola sem partido e ultraliberalismo: reflexões críticas desde Brasil, Argentina e Uruguai* (2023); *Educação no governo Bolsonaro – inventário da devastação*, (2023), além de artigos de Penna (2016, 2017, 2018) e Miguel (2016).

4.1 Origem e trajetória do Escola Sem Partido

O ESP emerge como um movimento em 2004, a partir da ação inicial de Miguel Francisco Urbano Nagib, advogado paulistano, sendo fruto da sua indignação como pai (Bedinelli, 2016). Nagib teria ficado indignado porque, segundo sua filha, um docente da disciplina de História teria comparado Ernesto Che Guevara, argentino que foi um dos líderes da Revolução Cubana, ao santo católico Francisco de Assis. Nagib se movimentou e criou uma associação de pais (com site e redes sociais) para difundir textos, vídeos, entrevistas e livros argumentos que fundamentam a defesa do ESP, assim como denunciar pais e alunos contra professores ditos “esquerdistas”, “comunistas”, “petistas” e “doutrinadores”.

No site, no Instagram e no Facebook do MSP, principais suportes de atuação do ESP nas redes sociais, como uma carta de apresentação, declara-se que atualmente, no Brasil, há, de modo generalizado, a prática de “[...] assédio de grupos e correntes políticas e ideológicas com pretensões claramente hegemônicas [...]” (Escola Sem Partido, 2004), que agem de forma a doutrinar os estudantes, o que seria, conforme os autores do ESP, apoiado pelas escolas e autoridades. Desse modo, o ESP “[...] foi criado para mostrar que esse problema não apenas existe, como está presente, de algum modo, em praticamente todas as instituições de ensino do país” (Escola Sem Partido, 2004). Com esse objetivo, “[...] colocamos à disposição de estudantes universitários e do nível médio um espaço no qual poderão expressar suas opiniões sobre professores, livros e programas curriculares que ignoram a radical diferença entre *educação* e *doutrinação*” (Escola Sem Partido, 2004).

Para se compreender a natureza do MESP, é relevante identificar as suas inspirações

e relações com outras organizações. Conforme consta no referido site, Nagib se inspirou em movimentos norte-americanos que se utilizam de websites e páginas em redes sociais para incentivar a realização de denúncias por parte dos alunos sobre casos de doutrinação ideológica feita por professores. O primeiro movimento norte-americano utilizado como base por Nagib é o *No Indoctrination*. De acordo com Espinosa e Queiroz (2017), que descreveram as características dos movimentos nos quais o ESP se espelha, o primeiro grupo foi fundado por Luann Wright, que teve um desentendimento com o professor de literatura de seu filho, pois o docente teria abordado questões de racismo de brancos contra os negros de forma “tendenciosa”. O movimento ficou famoso nos EUA ao incentivar denúncias de alunos contra professores que fizessem críticas aos conflitos árabe-americanos e demonstrassem ser pré-islâmicos.

Espinoza e Queiroz (2017) indicam duas outras importantes organizações que merecem atenção: a *Campus Watch*, que ficou conhecida por incentivar estudantes a fazerem denúncias contra professores universitários com posições ideológicas contra Israel ou que simplesmente fossem simpáticos à causa palestina; e a *Creation Studies Institute* (CSI – Instituto de Estudos da Criação), que diz combater a suposta doutrinação nas escolas públicas americanas, especificamente contra questões de gênero, multiculturalismo e o ensino da teoria da evolução. Em seu site, disponibiliza-se um portfólio de serviços, como o *homeschooling*⁴¹ para pais que queiram formar os filhos de acordo com os princípios religiosos.

Da mesma forma que esses movimentos, além da denúncia, o ESP busca o engajamento e a mobilização, a partir de sua proposta, de textos e principalmente de um canal de denúncia de casos de doutrinação ideológica de professores. Assim, por meio de documentos assinados por Miguel Nagib, o site orienta como os pais e alunos devem proceder para denunciar legalmente professores. Há também um modelo de *Termo de objeção de consciência* que orienta os pais a enviarem à direção da escola solicitando que o filho não faça a leitura e nem assista a aulas sobre determinado tema:

Prezado Diretor, venho, respeitosamente, na qualidade de pai/mãe e representante legal do menor (nome, identificação escolar), com fundamento no artigo 5º, inciso VIII, da Constituição Federal, manifestar em nome do meu filho OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA relativamente à leitura do livro ..., que está sendo exigida pela(o) Professora Fulana de Tal. A presente OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA tem a finalidade de resguardar a liberdade de consciência e de crença e a integridade psíquica e moral do meu filho — asseguradas, respectivamente, pelos artigos 5º, VI, da Constituição, e 17 do ECA —, e o meu direito a que ele receba a educação religiosa e moral que

⁴¹ *Homeschooling* significa educação em casa ou educação domiciliar. O ensino deixa de ser ministrado nas escolas e passa a ocorrer no âmbito doméstico. Desse modo, toda responsabilidade da educação formal fica a encargo de pais e responsáveis. O *homeschooling* surgiu nos Estados Unidos por volta de 1970, a partir de uma proposta de reforma educacional idealizada por John Holt. Desse pensamento, surgiram o *unschooling* e/ou *deschooling* (desescolarização) e o *homeschooling* (educação em casa ou doméstica) (Brandão, 2021).

esteja de acordo com as minhas convicções (Convenção Americana de Direitos Humanos, art. 12, IV). Diante desta manifestação, a escola deverá providenciar, nos termos do inciso VIII do artigo 5º da Constituição, atividade escolar alternativa, em grau de dificuldade equivalente, a fim de que meu filho não sofra nenhum prejuízo em seu aprendizado e em suas notas. Certo(a) de que Vossa Senhoria tudo fará para que a presente manifestação de vontade seja respeitada e para que meu filho não sofra nenhum tipo de retaliação em virtude desta iniciativa, subscrevo-me [...]»⁴².

Além disso, em destaque no site e no Instagram do ESP, encontra-se permanentemente o chamado:

Se você sente que seus professores estão comprometidos com uma visão unilateral, preconceituosa ou tendenciosa das questões políticas e sociais; se percebe que outros enfoques são por eles desqualificados ou ridicularizados e que suas atitudes, em sala de aula, propiciam a formação de uma atmosfera de intimidação incompatível com a busca do conhecimento; se observa que estão engajados na execução de um projeto de engenharia social, que supõe a implementação de uma nova escala de valores, envie-nos uma mensagem relatando sua experiência. Ajude-nos a promover a liberdade de pensamento e o pluralismo de ideias nas escolas brasileiras (Escola Sem Partido, 2004).

Em uma breve descrição do site, antes de sua desativação⁴³, encontramos um título *Educação sem doutrinação*, um menu de seções (Artigos; Corpo de Delito; Doutrinação pelo Mundo; Flagrando o doutrinador; Links de Interesse; Livros Didáticos; Notícias; O Papel do Governo; Síndrome de Estocolmo) e, na parte central, há uma reprodução dos incisos II e III do art. 226 [sic]⁴⁴ da Constituição Federal: “O ensino será ministrado com base nos princípios da liberdade – de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber – e do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”. A mesma citação encontra-se visualizada no Instagram e no Facebook.

A Frente Nacional Escola Sem Mordança (Moura; Silva, 2020) destaca que essa citação tenta dar sentido à ação do movimento, porém, como discutimos ao longo deste capítulo, o ESP se opõe ao pluralismo de ideias. O movimento age primariamente buscando emplacar o conceito de “doutrinação” e fazer valer seu diagnóstico da “contaminação político-ideológica” na educação nacional. Na seção *Artigos*, no site, há textos de Olavo de Carvalho⁴⁵, de Nelson

⁴² Disponível em:

https://drive.google.com/file/d/1KO1bgW45m18dzL2CdnYEt6Qf5dO4JU0/view?fbclid=PAQ0xDSwNM-49leHRuA2F1bQIxMQABp1GW74uXFG2EJXpEm6Gd-bqmiITSr7zplT-6rR5gdfcY3uli9k9GuiNcYd5_aem_cQu4PolTyvw_HsOM8gkvIQ.

⁴³ O site foi desativado a partir de 2020, mas ainda é possível acessá-lo conforme ele era em 2004, assim como seu conteúdo então publicado, por meio da ferramenta Wayback Machine, que mapeia e armazena o site sem periodicidade definida. Ela contém um total de 1.796 capturas feitas entre 2004 e 2025, sendo a primeira do dia 20 de maio de 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20040905071703/http://www.escolasempartido.org/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

⁴⁴ Há um erro na citação utilizada no site e no Instagram. As sentenças que seguem são, na verdade, do artigo 206, parte da seção sobre Educação, que começa no art. 205 e vai até o art. 214.

⁴⁵ Considerado pelo clã Bolsonaro como uma espécie de guru intelectual, Olavo de Carvalho nasceu em 1947,

Lehmann⁴⁶, de Onyx Lorenzoni⁴⁷, de Álvaro Velloso de Carvalho, de Félix Maier⁴⁸, do Prof. Dr. Braulio Porto⁴⁹ e de outros, mas são esses que escrevem e realizam palestras sobre o tema da doutrinação com maior frequência. Uma equipe que reúne militares reformados, alguns poucos professores⁵⁰ e o guru e filósofo da família Bolsonaro, Olavo de Carvalho.

Não pretendemos nos deter nos textos divulgados nas redes do ESP, mas apenas identificar seus principais expoentes e defensores, pois isso contribui para a apreensão da “substância” ideológica do movimento, para além do discurso propagado (retomamos essa análise detidamente na seção posterior). Por ora, importa saber que, em geral, o viés ideológico dos materiais divulgados é de denúncia de uma suposta doutrinação ideológica realizada pelos professores e pela esquerda, com fundamentos no “marxismo cultural”.

Olavo de Carvalho, por exemplo, foi o principal expoente, no Brasil, da tese do “marxismo cultural/guerra cultural” (aspecto mais bem desenvolvido na seção 4.2), que, segundo Miguel (2016), é uma importação do radicalismo de direita anglófono e consiste em considerar que os movimentos feminista, negro e de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais (LGBT) seriam parceiros ou instrumentos na estratégia de subversão da ordem vigente levada a cabo pelo comunismo mundial. Essa estratégia, segundo Olavo, teria sido definida nas obras de marxistas ocidentais da primeira metade do século XX, em especial Antônio Gramsci e os autores da primeira geração da Escola de Frankfurt. Carvalho irrompeu como uma voz agressiva

milidou brevemente no Partido Comunista Brasileiro nos anos 1960, estudou Filosofia, mas logo abandonou, julgando como de péssima qualidade o ensino que recebia. Começou a escrever para grandes jornais conservadores em 1967, durante a ditadura. Consagrou-se na astrologia. Desde o final dos anos 1980, vinha buscando ampliar a audiência para suas ideias inspiradas na ultradireita estadunidense, como Willian S. Lind, Rush H. Limbaugh, que viam estar em curso uma marcha da esquerda para controlar os aparatos de ensino e a produção cultural e midiática. Olavo escreveu alguns livros, um deles como crítica ao pensamento vigente, que, segundo ele, imperava no país desde o fim da ditadura (1964-1984), *O imbecil coletivo: atualidades intelectuais brasileiras*, de 1996.

⁴⁶ Membro do Instituto Liberal de Brasília (um *think tank* cujo objetivo é difundir no Brasil os valores do liberalismo, como livre iniciativa, propriedade privada) e professor colaborador da Universidade de Brasília (UnB) por 25 anos, é autor de alguns dos principais artigos sobre a suposta doutrinação nas escolas trabalhado pelo ESP. Alguns de seus textos publicados no site do MESP são: *A doutrinação ideológica nas escolas* (<https://web.archive.org/web/20040925142201/http://www.escolasempartido.org/>) e *Como se faz a doutrinação* (<https://webbeta.archive.org/web/20041018204929/http://oindividuo.com:80/convidado/lehmann1.htm>).

⁴⁷ Onyx Lorenzoni é um político conservador (PP-RS), médico veterinário e empresário. Foi deputado federal pelo Rio Grande do Sul entre 2003 e 2023, e licenciou-se em 3 de fevereiro de 2019 para assumir o cargo de Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, no governo de Jair Bolsonaro (2019-2023).

⁴⁸ Félix Mayer é ensaísta e militar da reserva, escreveu *Egito – uma viagem ao berço de nossa civilização* (1995). É articulista do Mídia Sem Máscara, disponível em: www.midiasemmascara.org.

⁴⁹ O professor Braulio Porto de Matos é membro do Departamento de Educação da UnB, tido como o vice-presidente do ESP. Atuou em diversas audiências públicas como um especialista no tema da doutrinação nas instituições de ensino (Espinoza; Queiroz, 2017, p. 58).

⁵⁰ Luís Lopes Diniz Filho, professor de geografia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Autor de artigos para o Instituto Millenium e para o *blog* Tomatadas, inspirado no livro *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*, de Leandro Narloch. Diniz também faz críticas ao ensino de Geografia nas escolas e no Ensino Superior, afirmando que os livros utilizados apresentam viés ideológico.

dirigida contra a academia e contra a esquerda. Adaptou-se com sucesso às novas tecnologias, tornando-se um fenômeno primeiro dos *blogs*, depois das redes sociais. Em junho de 2019, seu canal no YouTube contava com mais de 700 mil assinantes, e seus perfis no Facebook e Twitter cerca de 600 mil seguidores cada um.

Em linhas gerais, o ESP reivindica como objetivo combater a suposta doutrinação ideológica e política de alunos, no ambiente escolar, por professores esquerdistas ou simpatizantes da esquerda. Segundo Nagib, os professores estariam se aproveitando da audiência cativa de seus alunos em sala de aula para propagar seus ideais político-partidários. O site do MESP se refere aos docentes como “doutrinadores petistas” e “esquerdistas” que têm o educador Paulo Freire como principal referência teórica e empírica de doutrinação nas escolas.

Consta em site que o ESP (2019) é uma associação informal, independente, sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária. Além disso, afirma que a imensa maioria dos educadores e das autoridades, quando não promove ou apoia a doutrinação, ignora culposamente o problema ou se recusa a admiti-lo, por cumplicidade, conveniência ou covardia. O movimento foi criado para mostrar que esse problema não apenas existe, como está presente em praticamente todas as instituições de ensino do país, escolas e universidades.

No entanto, a história apresentada pelo MESP não menciona que Nagib foi integrante do Instituto Liberal de Brasília e colaborador do Instituto Millenium. Em 2009, ele redigiu para esse instituto o artigo *Por uma educação que promova os valores do Millenium*, evidenciando seu posicionamento ultraliberal. Nesse texto, Nagib aponta como principais problemas na educação brasileira a ausência de respeito pela propriedade privada, pela meritocracia e pelo princípio da responsabilidade individual.

Nagib também declarou em várias ocasiões admiração pelo Movimento Brasil Livre (MBL) e por Jair Bolsonaro, além de ser participante frequente de grupos e debates que se autodeclararam como conservadores ou de direita, como notam Espinoza e Queiroz (2017, p. 55):

Alguns dos eventos que contaram com a participação de Nagib: palestrante do I Congresso de Fundação do Partido Conservador, em Curitiba, junho de 2015; palestrante do I Congresso de Agentes Políticos Evangélicos do Brasil (Capeb), evento organizado pela Frente Parlamentar Evangélica (FPE), que iria se realizar em outubro de 2015, mas que foi cancelado (entre os palestrantes, estavam o Deputado Federal Eduardo Cunha pelo PMDB/RJ e o Pastor Silas Malafaia); entrevistado no programa 'Conexão Conservadora', podcast sem periodicidade que divulga entrevistas e séries de programas sobre conservadorismo e apresentado por Alex Brum Machado; entrevistado no programa virtual 'Papo que Bate', comandado por Bia Kicis; entrevistado no programa 'Terça Livre', conduzido por Allan dos Santos, que faz parte de um projeto que surgiu em 2014 como reação ao que chama de 'fraude' das eleições.

Os fundadores declaram-se seguidores de Olavo de Carvalho.

Há, portanto, na interpretação de Nagib, *doutrinação* quando não são propagados os valores dos grupos dos quais participa, a ideologia como algo negativo e exclusivo dos outros, como se ele e os apoiadores do ESP apenas combatessem a doutrinação exercida pelos professores. Percebemos uma insinuação de que ele, os textos publicados pelos ideólogos do ESP já citados e o MESP são isentos de ideologia. Já os professores são apontados como uma influência negativa, uma contaminação, e, segundo o movimento, nem mesmo se qualificam como professores: “A pretexto de transmitir aos alunos uma ‘visão crítica’ da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores abusa da liberdade de cátedra e se aproveita do segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo” (Escola Sem Partido, 2019).

Vimos em Marx, Lukács e Mészáros que o surgimento e a disseminação de ideologias se manifestam como a marca registrada geral das sociedades de classes, e Nagib, assim como os ideólogos do ESP que divulgam seus materiais com suas concepções políticas nas redes sociais, são conscientes disso. Nagib colabora com um instituto burguês, e Olavo há décadas anima grupos conservadores. A campanha do ESP de combate a doutrinação ideológica pode ser explicada pela definição lukacsiana de como um pensamento ou um ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso pode tornar-se uma ideologia só depois que tiver se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam esses de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos. Lukács (2013) exemplificou brilhantemente com a teoria heliocêntrica de Galileu ao dizer que nem ela própria, nem a sua afirmação ou negação constituem uma ideologia. Só quando os posicionamentos relativos à concepção heliocêntrica se converteram em meios para travar os combates em torno dos antagonismos sociais, ela se tornou operante, nesse contexto, como ideologia. A Igreja Católica, por exemplo, a combateu por ameaçar às suas ideias dominantes. E é o que fazem alguns grupos seguidores de Olavo de Carvalho e apoiadores do ESP, como retomar a absurda ideia de que a Terra é plana como parte da negação da ciência, retirando o sujeito racional para colocar em seu lugar o sujeito atrelado a dogmas evangélicos.

Trazendo para o caso específico, parece-nos que a campanha contra a suposta doutrinação ideológica, nesse primeiro momento, é um “*veículo teórico e prático*” (visto que aciona milhares de ativistas) que responde negativamente, rejeitando a ampliação de direitos nas escolas e universidades à maior participação de jovens negros(as), à maior conscientização e inclusão da juventude de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Queer/Questionadores,

Intersexo, Assexuais e mais (LGBTQIA +), enfim, uma reação contrária aos poucos avanços que o governo petista de Dilma estava apresentando na área.

Como afirma Penna (2018, p. 110), a “homofobia pela lógica da Escola Sem Partido, não deve ser um tema de sala de aula. Que professor presencie um caso de homofobia em sala de aula e não aproveite a situação para discutir uma temática que afeta toda a sociedade”. Esse exemplo demonstra o caráter antidemocrático e autoritário do movimento. Penna (2018) considera reacionário o discurso do ESP porque ele constitui uma reação aos avanços que o Brasil experimentou nas últimas décadas, citando a Lei n.º 10.639/2003 e a Lei n.º 11.645/2008, que tornam obrigatório o ensino de história e de cultura afro-brasileira e indígena. Qualquer livro sobre essas temáticas é passível de ser criminalizado pelo ESP como doutrinação.

Com efeito, os defensores do movimento, como consta em seu site, partem do pressuposto de que a escola atual é doutrinadora e disseminadora das ideias de esquerda e de uma ideologia de gênero, por isso, plasmaram as suas ideias em um guia de ação denominado de programa, que foi incluído nos textos dos inúmeros PLs que se espalharam pelo país, principalmente a partir de 2016.

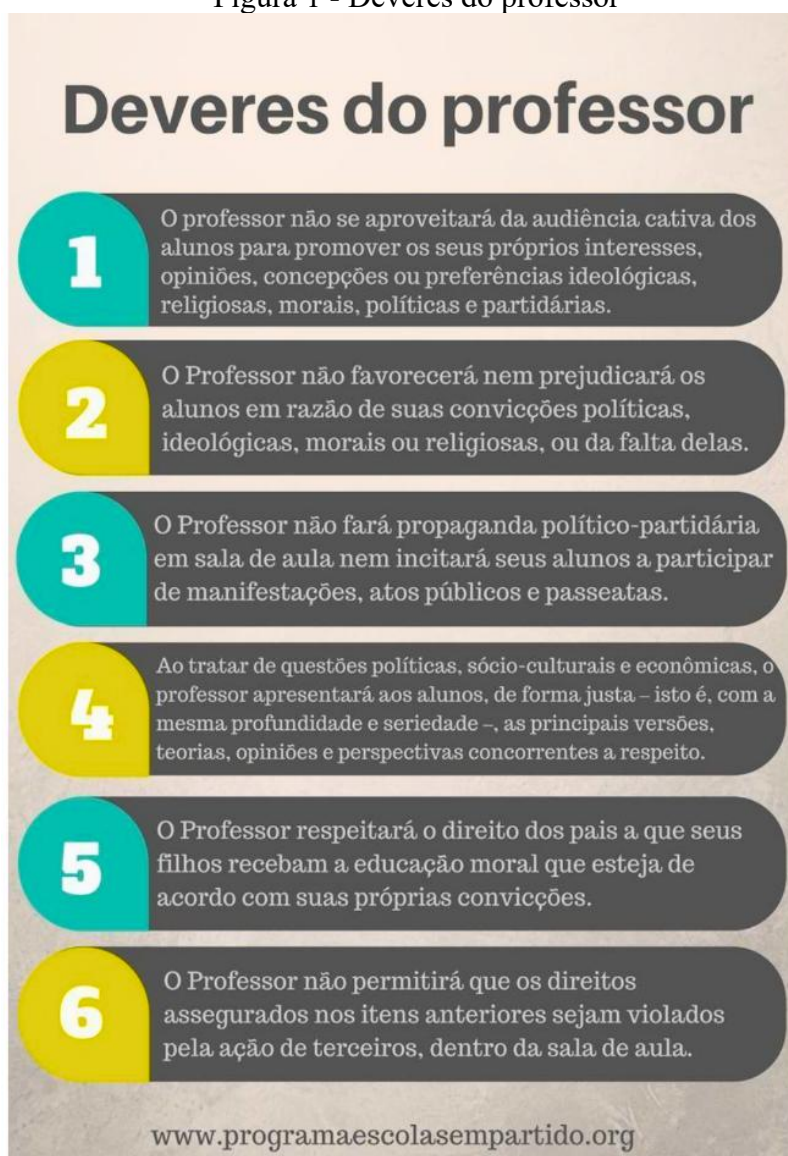
Segundo o movimento, o programa ESP seria disseminado como síntese de suas principais propostas:

[...] é uma proposta de lei-federal, estadual e municipal que torna obrigatória a afixação em todas as salas de aula do ensino fundamental e médio, de um cartaz com os seguintes deveres do professor:

1. O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
2. O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
3. O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
4. Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.
5. O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
6. O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula (Escola Sem Partido, 2020).

Tais propostas deveriam ser institucionalizadas por meio da elaboração e da aprovação de PLs. Além disso, como forma de combater as imposições ideológicas e políticas dos docentes, o ESP propõe a divulgação desse programa por meio de cartazes que deverão ser afixados, em salas de aula, como o que visualizamos na Figura 1.

Figura 1 - Deveres do professor



Fonte: Escola Sem Partido (2020).

As orientações do cartaz, que inclusive constam nos PLs do ESP, demonstram que é parte do programa e da atuação do movimento incitar um comportamento agressivo e persecutório contra indivíduos que não compartilham de sua ideologia, anti-ideológica, em seu ponto de vista. O ESP revela a sua natureza persecutória ao incentivar os alunos a gravarem as aulas dos professores e assim vigiá-los, gerando um clima permanente de denunciismo, ofensas, patrulhamento e criminalização da atividade docente. Isso explica o porquê, em todas as redes sociais do movimento, é disponibilizado um *canal de denúncias*, motivando os alunos a enviarem vídeos de seus supostos “professores doutrinadores” para que o movimento amplifique as acusações em suas redes.

A narrativa que busca disseminar o movimento ESP usa uma linguagem popular,

que simplifica problemas complexos em falsas dicotomias e se baseia em divisões políticas existentes, para intensificá-las no setor educacional. Os ‘memes’⁵¹ e as imagens com frases curtas têm um papel importante nessa narrativa simplista, pois se caracteriza por ser uma linguagem próxima do senso comum, gerando identificação com a massa de usuários das redes sociais. Penna (2016, p. 38) afirma que o discurso em questão representa uma nova configuração, uma mescla de elementos antigos e novos. Para o autor, movimentos autoritários, a exemplo do fascismo, se utilizaram dessa linguagem agressiva, promovendo um discurso de ódio, encontrando no “outro” o inimigo, no caso, os docentes que são depreciados, desumanizados e criminalizados. E o ESP faz isso articulando a novidade da linguagem digital.

Com efeito, a educação é vista como uma ‘contaminação’, um ‘exército de militantes’, algo que precisa ser ‘desinfetado’ das salas de aula (Penna, 2016, p. 45). Na avaliação do pesquisador supracitado,

As analogias desumanizantes são ainda mais agressivas nas redes sociais, na forma de memes. Imagens com vampiros morrendo com estacas no coração são compartilhadas acompanhadas dos seguintes dizeres: “a afixação desse cartaz nas salas de aula – como prevê o PL do Escola sem Partido – terá o efeito de uma estaca de madeira cravada no coração da estratégia gramsciana que vampiriza os estudantes brasileiros há mais de 30 anos (Penna, 2016, p. 45).

O autor considera que a escolha do período de 30 anos não é aleatória, já que coincide com o ano final da ditadura militar (1985), contexto em que educadores críticos de várias orientações teóricas se uniram contra o modelo de educação tecnicista implementado pela ditadura e em defesa da educação pública. “Como se vê, tal periodização dos proponentes do ‘Escola Sem Partido’ revela bem a natureza reacionária por detrás desse projeto” (Penna, 2016, p. 46).

A definição de doutrinação apresentada em alguns materiais do ESP é, juridicamente falando, o abuso da liberdade de ensinar do professor, em prejuízo do direito do aluno ao pluralismo de ideias, à impessoalidade, à laicidade e à liberdade de consciência e de crença. O projeto de combate à “doutrinação”, por vezes, foi estrategicamente utilizado por partidários da extrema-direita e frequentemente normalizado por liberais, analistas políticos e jornalistas em nome de “ouvir os dois lados”. Nesse processo, a discussão pública normalizou e fez valer a concepção reacionária do movimento sobre o que é ensino, educação, aprendizado

⁵¹ Memes são elementos culturais, como imagens, vídeos ou frases que se propagam rapidamente *online*, principalmente em redes sociais e em aplicativos de mensagens. O ESP se utiliza bastante desse recurso para abordar temas populares do momento com humor, ironia ou sátira, refletindo as tendências e o contexto social da internet, engajando principalmente o público jovem. Seu estilo único permite fácil reconhecimento e compartilhamento em massa.

e escola, concepção construída em direta oposição aos sentidos democráticos que esses termos significavam graças ao trabalho dos educadores (Penna; Salles, 2017, p. 19-20). O ESP, desse modo, carregou a discussão educacional para a direita e para a extrema-direita.

O que de fato parece incomodar os ideólogos e defensores do ESP é a liberdade de ensinar, mas principalmente a escola ser um locus de disputa de ideias, de concepção de mundo, de reprodução das relações sociais capitalistas e, sobretudo, de uma educação emancipadora para além da ordem do capital. Essa não é uma disputa entre iguais. A educação se insere no conjunto da sociabilidade do capital, sendo, por isso, elemento determinante e determinado pelas relações de produção historicamente estabelecidas. A diferença é que o marxismo, como ferramenta de análise, revela isso. As teorias burguesas, nas suas várias vertentes, ocultam e naturalizam, como se a escola fosse um espaço de neutralidade ideológica, exatamente como fazem sobre o Estado.

Buscando compreender a dinâmica desse movimento, verificamos haver um consenso que de 2004 a 2011, a principal bandeira do MESP era a do combate à suposta doutrinação marxista/comunista, e o movimento mantinha-se no ostracismo. Contudo, foi ganhando adeptos e visibilidade, especialmente quando, a partir desse período, a ideia de “ideologia de gênero” começou a se tornar popular no Brasil e o movimento ESP a tomou como sua principal bandeira, alimentando a ideia de que os problemas sociais resultam de mudanças comportamentais que precisam ser contidas. O combate à “ideologia de gênero” e ao “kit gay”⁵² assumiu um papel central nas discussões e nas denúncias do movimento.

É importante destacar que, nesse episódio do falso “kit gay”, surgido em 2011, deputados como o Pastor Marco Feliciano (na época PSC-SP e atualmente PL-SP), representante do segmento neopentecostal, e o então deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ), exploraram o tema produzindo falsas notícias nas redes sociais. Aliás, o tema também foi retomado com força por Jair Bolsonaro, na campanha eleitoral de 2018.

Segundo Miguel (2016), o crescimento e a força do MESP no debate público ocorreram quando seu projeto conflui para o de outra vertente da agenda conservadora emergente, a saber,

⁵² No primeiro governo de Dilma Rousseff, seu então ministro da educação, Fernando Haddad, organizava material produzido pelo MEC de combate à homofobia para ser distribuído nas escolas. Tratava-se de uma cartilha, de *Escola Sem Homofobia*, e de materiais anexos desenvolvidos pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais (ABGLT), a Pathfinder Brasil, a ECOS-Comunicação em Sexualidade e a Reprolatina-Soluções Inovadoras em Saúde Sexual e Reprodutiva. O conjunto, que não chegou a ser distribuído, tinha por objetivo orientar professores em atividades de luta contra homofobia a ser desenvolvidas pelos alunos.

[...] o combate à chamada “ideologia de gênero”. Antes, a ideia de uma Escola sem Partido focava sobretudo no temor da “doutrinação marxista”, algo que estava presente desde o período da ditadura militar. O receio da discussão sobre os papéis de gênero cresceu com iniciativas para o combate à homofobia e ao sexismo nas escolas e foi encampado como bandeira prioritária pelos grupos religiosos conservadores. Ao fundi-lo à sua pauta original, o MESP transferiu a discussão para um terreno aparentemente “moral” (em contraposição ao “político”) e passou a enquadrá-la nos termos de uma disputa entre escolarização e autoridade da família sobre as crianças (Miguel, 2016, p. 596).

No Brasil, a entrada do fundamentalismo religioso no campo político data dos anos 1990, com a atuação das igrejas neopentecostais em favor das eleições de pastores para cargos políticos. Genericamente, o que atualmente é conhecido como “bancada evangélica”, engloba uma heterogênea corrente de pensamento religioso, dos neopentecostais aos setores mais conservadores da Igreja Católica. A atuação dos fundamentalistas, geralmente contrários às pautas sociais como o direito ao aborto, a ampliação do conceito de família e a luta pelos direitos da comunidade LGBTQIA+, está baseada na ideia de verdade revelada, de origem divina, suspendendo, portanto, qualquer possibilidade de debate (Miguel, 2016).

Contudo, por trás do “pânico moral” propagado pelos conservadores está, na realidade, a oposição às políticas públicas e educacionais que avançam nos direitos às mulheres e à comunidade LGBTQIA+, as quais caracterizaram os governos petistas, sobretudo o de Dilma Rousseff, assim como a ideia de que isso representa uma dissolução dos valores morais que os conservadores consideram adequados. Essa rejeição à diversidade, visivelmente marcante no ESP, que inclusive influenciou a formulação do Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014, de acordo com Moura e Salles (2018, p. 158), demonstra que a concepção educacional do ESP é tão excludente e incompatível com o respeito à diversidade que “[...] quem não faz parte dos setores brancos, cristãos, heteronormativos da sociedade não teriam lugar na escola defendida pelo ESP”.

Ao buscarmos estabelecer uma análise sobre os PLs inspirados nos anteprojetos do MESP, deparamo-nos com inúmeros deles tramitando nas casas legislativas brasileiras nos âmbitos federal, estadual e municipal. Por serem, muitas vezes, apenas cópias dos anteprojetos, as propostas seguem basicamente a mesma linha, trazendo uma incessante busca por censurar e criminalizar a prática docente. No entanto, faz-se necessário abordarmos alguns desses PLs para que tentemos entender as táticas e os caminhos utilizados pelos adeptos do ESP em sua cruzada contra a liberdade de educar e a criminalização dos educadores.

O que alçou o movimento ao cenário nacional, dando-lhe enorme visibilidade, foram os PLs e, principalmente, a iniciativa, no âmbito da Câmara Federal, de transformar o ESP em uma lei nacional, alterando inclusive a LDEN, experiência que começa no cenário

estadual, por iniciativa da família Bolsonaro. De acordo com o professor Fernando Penna (2016), o movimento ESP apresentou seu primeiro PL em 2014, no Rio de Janeiro, por meio do deputado estadual Flávio Bolsonaro, que solicitou a Nagib desenvolver os argumentos e o programa do movimento em forma de um PL. Assim, o PL n.º 2.974/2014 foi protocolado pela primeira vez na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, no dia 15 de maio, propondo, no âmbito do sistema de ensino do estado do Rio de Janeiro, o “Programa Escola sem Partido”⁵³.

Em seguida, no município do Rio de Janeiro, naquele mesmo ano, em 3 de junho, um projeto com poucas adaptações foi apresentado pelo vereador Carlos Bolsonaro, o PL n.º 867/2014. Desse modo, o estado do Rio de Janeiro foi o primeiro a conhecer, na forma de um LP, o “Programa Escola sem Partido”, sendo os atores políticos de destaque da família Bolsonaro.

No que concerne ao núcleo central do projeto, salvo algumas pequenas alterações, destacamos os seguintes artigos:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Sistema de Ensino do Município, o Programa Escola Sem Partido, atendidos os seguintes princípios:

I - neutralidade política, ideológica do Município;

II - pluralismo de ideias no ambiente acadêmico;

III - liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação, da liberdade de consciência;

IV - reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado;

V - educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência;

VI - direito dos pais a que seus filhos menores não recebam a educação moral que venha a conflitar com suas próprias convicções.

Art. 2º É vedada a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula, bem como a veiculação, em disciplina obrigatória, de conteúdos que possam estar em conflito com as convicções morais dos estudantes ou de seus pais.

Art. 3º No exercício de suas funções, o professor:

I - não abusará da inexperiência, da falta de conhecimento ou da imaturidade dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para esta ou aquela corrente político-partidária, nem adotará livros didáticos que tenham esse objetivo;

II - não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, ou da falta delas;

III - não fará propaganda em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas com finalidade político-partidárias; [...]

Parágrafo único. Para o fim do disposto no *caput* deste artigo, as escolas da rede pública afixarão nas salas de aula, nas salas dos professores e em locais onde possam ser lidos por alunos e professores, cartazes com o conteúdo previstas no Anexo desta Lei (deveres do professor) [...] (Rio de Janeiro, 2014).

Ainda em 2014, o deputado federal Erivelton Santana (PSC/BA) apresentou o PL n.º 7.180/2014, que propunha alterar o artigo 3.º da LDEBEN, acrescentando um novo inciso

⁵³ Disponível em: <https://pesquisandoesp.wordpress.com/pls-municipios-e-estados/>. Acesso em jan. 2024.

ao referido artigo da lei. Vejamos, primeiramente, o conteúdo do artigo 3.º da LDBEN/1996:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - Valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - Gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - Garantia de padrão de qualidade;
- X - Valorização da experiência extraescolar;
- XI - Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - Consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)
- XIII - Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)
- XIV - Respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva (Brasil, 1996, art. 3.º.

Com a proposta original do deputado Erivelton Santana em seu PL n.º 7.180/2014, a LDBEN/1996 passaria a conter mais um inciso, o XV:

Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º: O art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

XV. Respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa, vedada a transversalidade ou técnicas subliminares no ensino desses temas.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação (Brasil, 2014, grifo nosso).

Observamos que o inciso proposto vai na contramão dos princípios já contidos no artigo 3.º da LDBEN/1996, que preza pela liberdade de aprender, de ensinar e de pesquisar e pelo pluralismo de ideias e concepções pedagógicas. O deputado Erivelton propõe que os valores de ordem familiar tenham precedência sobre a educação escolar, ou seja, em verdade, anula todos os princípios da LDBEN, visto que os valores familiares e do aluno são os que devem ser considerados. O deputado justifica seu PL apelando à Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969, ratificada pelo governo brasileiro em 1992. “Para subsidiar a análise da presente proposta, interessa-nos particularmente o inciso IV do art. 12 da Convenção em que se lê: ‘Os pais e, quando for o caso, os tutores, têm direito a que seus filhos e pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções’” (Brasil, 2014).

Esse PL foi rejeitado pelo próprio relator, deputado Ariosto Holanda (Pros-CE), em outubro de 2014, com o argumento de que os princípios constitucionais asseguram o direito do estudante de ter acesso a múltiplas perspectivas sobre o conhecimento, ainda que essas não estejam alinhadas com as suas crenças pessoais. Ariosto Holanda fundamentou a sua decisão nos incisos II e III do artigo 3.º da LDBEN/1996, que reforçam o artigo 206, II e III da Constituição Federal. Com isso, o PL n.º 7.180 foi inicialmente arquivado em janeiro de 2015. Entretanto, foi reativado em fevereiro do mesmo ano e atribuído a um novo relator, o deputado Diego Garcia, do Partido Humanista da Solidariedade (PHS-PR). Em março de 2015, após ser apresentado o PL n.º 867/2015, esse foi apensado ao PL n.º 7.180.

O PL n.º 867/2015⁵⁴, de autoria do deputado federal Izalci Lucas⁵⁵ (PSDB/DF à época, atualmente Partido Liberal (PL)DF), apresentado em março de 2015, posteriormente anexado ao PL n.º 7.180, propõe incluir o Programa Escola sem Partido em âmbito nacional:

Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”.

O Congresso Nacional decreta:

Art.1º. Esta lei dispõe sobre a inclusão entre as diretrizes e bases da educação nacional do “Programa Escola sem Partido”.

Art. 2º. A educação nacional atenderá aos seguintes princípios:

I - neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado;

II - pluralismo de ideias no ambiente acadêmico;

III - liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação, da liberdade de consciência;

IV - liberdade de crença;

V - reconhecimento da vulnerabilidade do educando como parte mais fraca na relação de aprendizado;

VI - educação e informação do estudante quanto aos direitos compreendidos em sua liberdade de consciência e de crença;

VII - direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Art. 3º. São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdo ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes. [...] (Brasil, 2015, grifo nosso).

É relevante ressaltar que o conteúdo programático apresentado pelos filhos do ex-presidente Jair Bolsonaro chegou à Câmara Federal em passos largos e expandido, ao propor, logo de início, a adesão do ESP como programa nacional de educação, como indica o primeiro artigo do PL. A “doutrinação marxista” não aparece de forma objetiva, mas alguns itens do

⁵⁴ O projeto pode ser visto na íntegra, assim como acompanhada a sua situação de tramitação. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>. Acesso em: 10 fev. 2024.

⁵⁵ Izalci Lucas Ferreira atualmente é senador pelo PL-DF, apresenta-se como contador, professor e político. Além de apresentar o PL n.º 867/2015, em sua trajetória, para efeito do que nos interessa nesta pesquisa, votou a favor do p, posteriormente, da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto dos Gastos Públicos, em abril de 2017, da Reforma Trabalhista do governo de Michel Temer, e, em agosto de 2017, do arquivamento da denúncia de corrupção passiva do presidente Temer.

artigo 2.º ajudam a corroborar a argumentação, quando, em seu primeiro inciso, propõe: “I-neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado”.

O movimento busca intervir na Constituição Federal a partir de mudanças sutis, como a redação do PL n.º 867/2015, que apresenta como princípio o “pluralismo de ideias no ambiente acadêmico” (Brasil, 2015), ainda que na Constituição Federal, artigo 206, inciso III, conste o “[...] pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistências de instituições públicas e privadas de ensino” (Brasil, 1988). A remoção do “pluralismo de concepções pedagógicas” leva à exclusão da diversidade de abordagens existentes no cotidiano escolar.

No inciso III do mesmo LP, aparece a “[...] liberdade de aprender, como projeção específica, no campo da educação, da liberdade de consciência” (Brasil, 2015, p. 2), o que difere, também, da Constituição Federal, cujo Inciso II, do artigo 206, é assim vertido: “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar, divulgar o pensamento, a arte e o saber” (Brasil, 1988). A proposta, portanto, exclui a liberdade de ensinar, buscando cercear a liberdade do docente na sala de aula, no tocante aos conteúdos e às abordagens que ele pode escolher.

O PL n.º 867/2015 circunscreve qual o local em que o suposto *crime* é cometido: a escola, mais precisamente a sala de aula. Nesse entendimento, trata-se de um problema localizado e que pode ser resolvido, como sugere o PL n.º 867/2015, quando propõe, logo em seu primeiro artigo, a adesão do ESP como um programa nacional de educação. O terceiro artigo desse PL é uma boa demonstração de como ele é uma aberração e, no limite, se levado a sério e aplicado como previsto, inviabiliza a educação:

Art. 3º São vedadas, em sala de aula, a prática de doutrinação política e ideológica bem como a veiculação de conteúdo ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes (Brasil, 2015, art. 3.º).

Consideramos que esse artigo inviabiliza a educação porque *vedar* significa *impedir* qualquer conteúdo em sala de aula ou atividade escolar que não comungue com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis. Desse modo, dá um passo adiante na perniciosidade do PL n.º 7.180/2014, que estabelece que “[...] os valores de ordem familiar têm precedência sobre a educação escolar [...]”, mas sem “vedar”. Aqui está em debate o papel da escola e do professor, que, pelo proposto, não podem fazer nada que não esteja em harmonia com os valores religiosos dos pais ou responsáveis.

Prosseguindo na revisão dos principais PLs, de acordo com um levantamento realizado pelo portal Educação e Participação, em 2017, dezenove estados brasileiros tinham

62 PLs em tramitação inspirados no ESP. Um dos destaques é a tentativa de aprovação em maio de 2016, no estado de Alagoas, do PL n.º 7.800/2016, que instituía o “Programa Escola Livre”, estabelecendo a proibição à “[...] prática de doutrinação política e ideológica em sala de aula bem como a veiculação, em disciplina obrigatória, de conteúdos que possam induzir aos alunos a um único pensamento religioso, político e ideológico” (Alagoas, 2016, p. 84). No mesmo ano, foi aprovado na Câmara de Vereadores de Teresina – PI, o PL n.º 20/2016, que proíbe o debate sobre as questões de gênero nas escolas de Educação Básica da rede municipal. No Ceará, Brandão (2021) nos fornece alguns dados⁵⁶.

São vários projetos nas esferas municipais, estaduais e federais que ganharam força entre 2015 e 2019, todos buscando alterar a legislação educacional e criar mecanismos de criminalização e punição de professores e professoras, considerados doutrinadores. Em 2017, ano que antecedeu às eleições gerais de 2018, presidenciais e proporcionais, houve um aumento do número de projetos do ESP assustador, conforme demonstra a Figura 2.

⁵⁶ O senador Luís Eduardo Girão (Podemos), os deputados federais Jaziel Ferreira (PL) e Heitor Rodrigo Pereira Freire (PSL), a deputada estadual Silvana Oliveira (Partido Republicano - PR) e a vereadora Priscila Costa (PSC) se destacaram na defesa do ESP e de outras pautas conservadoras em “favor da família cristã e dos bons costumes”. Na Assembleia Legislativa, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) aprovou o projeto do ESP protocolado pela deputada Silvana Oliveira (no mesmo dia em que a Comissão Especial da Câmara dos Deputados arquivou o ESP em Brasília). O PL cearense continuou tramitando na Comissão de Educação, mas a deputada que o submeteu à aprovação o retirou de pauta. No dia da votação, havia na Assembleia muitos representantes de movimentos sociais, estudantes, professores, sindicatos, entre outros, posicionando-se contra o PL. Ao retirar o projeto de pauta, Silvana exclamou: “Sei perfeitamente o que estou fazendo, retiro de pauta para que ele na próxima legislatura esteja apresentando junto com o meu marido lá na Câmara Federal, porque agora o presidente é Jair Messias Bolsonaro. Milhões e milhões de digitais que consagraram um presidente conservador. Um presidente que colocou o ministro da educação que é a favor do Escola sem Partido”. Para mais informações, sugerimos a leitura da tese de Brandão (2021).

Figura 2 - Projetos de Lei Escola Sem Partido



Fonte: Frente Nacional Escola Sem Mordação (Moura; Silva, 2020).

Todo esse processo de aprovação de PLs, de ações legais contra professores e de perseguição nas redes sociais não ocorreu sem resistência. Em 2020, a Frente Nacional Escola sem Mordação⁵⁷ divulgou um mapeamento de PLs relacionados ao ESP e apresentados nas câmaras e assembleias legislativas: um total de 237 PLs em 214 municípios e estados e 23 na Câmara Federal. O estudo teve como objetivo levantar a quantidade de PLs para ter noção do local em que eles foram protocolados, o teor, o partido, a ementa e se foram ou não aprovados. Essa investigação consubstanciou a defesa de centenas de professores vítimas de perseguição nas redes sociais e locais de trabalho, auxiliando nas ações que os sindicatos de docentes apresentaram junto ao STF.

Registramos que, em agosto de 2019, o criador do movimento, Miguel Nagib, comunicou a decisão de encerramento⁵⁸ oficial das suas atividades, alegando falta de apoio do Presidente da República, acúmulo de funções e sufocamento financeiro. Apesar do anúncio, o ESP segue ativo e ainda aglutina muitos seguidores nas redes sociais, principalmente no Instagram. Recentemente, o ESP moveu uma ação judicial (Escola [...]. 2025) contra a lei estadual de São Paulo, que proíbe o uso de celulares nas escolas, a partir da decisão do MEC,

⁵⁷ A última atualização junto com o relatório que a acompanha pode ser consultada em: <https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2021/01/relatocce81rio-6-anos-de-projetos-de-censura-frente-nacional-escola-sem-mordacca7a.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2024.

⁵⁸ “Por absoluta falta de apoio, suspenderemos nossas atividades neste perfil a partir de 1º de agosto. Daí pra frente, denúncias, pedidos de socorro e orientação deverão ser dirigidos ao MEC, secretarias de educação, Ministério Público e políticos que se elegeram com a bandeira do ESP”. Disponível em: <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/posts/1356649304486057>. Acesso em: 4 set. 2019.

que restringiu o uso de celulares nas escolas desde a promulgação da Lei n.º 15.100/2025 (Brasil, 2025). E como discutimos adiante, o PL do ESP ainda está em trâmite; **logo, o movimento segue atuante ainda que tenha perdido força.**

O que enfraqueceu, parcialmente, o ESP foi a decisão unânime do STF que julgou inconstitucional, em 24 de abril de 2020, uma Lei de 2015 do município de Novo Gama – GO, que proibia materiais didáticos com informações sobre “ideologia de gênero” em suas escolas. E em 8 de maio, em outro julgamento, o STF declarou inconstitucional parte semelhante de uma legislação de 2018, de Foz do Iguaçu – PR, que vetava políticas de ensino, materiais e atividades escolares com tendência a aplicar a ideologia de gênero, o termo gênero ou orientação sexual. Nos dois casos, o STF entendeu que os conteúdos das leis violavam de modo formal e material princípios e dispositivos constitucionais.

Tais decisões foram muito importantes. O STF sinalizou que os municípios não podem interferir nos PNEs e que as proibições municipais violavam os direitos à igualdade, à educação e à liberdade de expressão. Como noticiado por Cabrera (2020), no caso de Novo Gama, a decisão do ministro Alexandre de Moraes, apoiada por toda a corte, ressaltou que a referida lei impunha o silêncio, a censura e, de modo mais abrangente, o obscurantismo. No caso de Foz do Iguaçu, a decisão da ministra Carmen Lúcia sustentou que “a supressão de conteúdo curricular é medida grave que atinge diretamente o cotidiano dos alunos e professores e prejudica parte indispensável de seu direito ao saber” (Cabrera, 2020).

Em uma outra decisão, de 26 de junho do mesmo ano, o STF voltou a considerar inconstitucional, novamente por unanimidade, um artigo do Plano Municipal de Educação de Cascavel – PR, de 2015, que vedava a adoção de políticas de ensino que tendessem à ideologia de gênero, ao termo gênero ou à orientação sexual. Dessa vez, o relator da matéria, o ministro Luiz Fux, explicitou em seu voto: “A proibição genérica de determinado conteúdo, supostamente doutrinador ou proselitista, desvaloriza o professor, gera perseguições no ambiente escolar, compromete o pluralismo de ideias, esfria o debate democrático e prestigia perspectivas hegemônicas por vezes sectárias” (Saldanha, 2020).

Segundo o Ministério Público Federal (MPF), houve, por parte do legislativo municipal, a invasão da competência privativa da União, legislando sobre as bases nacionais da educação, além de contrariar os princípios constitucionais relativos à igualdade de gênero, ao direito à educação plural e democrática e à laicidade do Estado. Existem outras 15 ações tramitando no STF sobre o mesmo tema. Com essa decisão inquestionável, é bastante provável que as demais legislações aprovadas em outros municípios e estados do país obtenham resultado semelhante (Hermida; Lira, 2023).

A despeito de ter perdido força, o ESP, como programa e movimento, segue tramitando na Câmara Federal, representando um risco à educação, principalmente a educação pública. Em 27 de fevereiro de 2024, o PL n.º 7.180/2014, que condensou as propostas dos PLs apensados (36 PLs, incluindo o PL n.º 867/2015), recebeu despacho de distribuição à CPASF, e, em 15 de outubro de 2024, seu Relator, o deputado Allan Garcês (PP-MA), entregou parecer favorável, embora tenha apresentado um substitutivo.

O PL n.º 7.180/2014, a partir do substitutivo apresentado em 15 de outubro de 2024, que condensa as propostas dos demais PLs apensados, constitui-se, desse modo, o foco de nossa análise. A seguir, inicialmente, importa saber que se trata de uma proposta mais perniciosa que a original e que o PL n.º 867. Nessa perspectiva, examinamos a justificação do parecer favorável do relator para, posteriormente, apresentarmos os novos elementos do substitutivo.

4.1.1 Parecer favorável do relator do PL n.º 7.180/2014 em outubro de 2024

Consideramos importante destacar o parecer do então relator do PL n.º 7.180/2014 e seus 36 PLs apensados, Allan Garcês (PP/AM), ocorrido em 15 de outubro de 2024, para que tenhamos uma dimensão da retomada da tramitação do ESP, mesmo durante a presidência de Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026). O ESP, como movimento e programa (PLs), segue atuante e tenta avançar na Câmara Federal, de composição majoritariamente conservadora. Basta dizer que o Partido Liberal (PL), que abriga o clã Bolsonaro, tema maior bancada. Além disso, o deputado federal, Nikolas Ferreiras (PL-MG), um dos defensores do ESP, eleito adotando como uma de suas pautas o combate à “suposta doutrinação” dos professores, das escolas e das universidades, foi escolhido, em março de 2024, como presidente da Comissão de Educação da Câmara Federal. Nessa posição, priorizou a discussão de temas como o PNE, *homeschooling* e o combate à “ideologia de gênero” e à linguagem neutra. Embora o projeto ESP não tenha sido explicitamente listado como uma prioridade direta por ele, as suas pautas tiveram pontos de convergência com o ESP. Nikolas permaneceu na presidência da Comissão até março de 2025, e sua passagem foi vista por alguns setores como responsável pelo atraso da tramitação do PNE.

Foi nesse contexto que o PL n.º 7.180/2014 e seus apensados com substitutivo voltaram a tramitar em 2024. Agora, detemo-nos sobre o parecer favorável do então relator da matéria, Allan Garcês (PP-MA). Como primeiro elemento, Garcês reconhece que a proposição principal e seus apensos, apesar da diversidade de textos apresentados, “[...] pretendem incluir entre os princípios do ensino o respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis,

dando precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa” (Garcês, 2024, p. 2).

Esse conteúdo já estava presente no projeto original, mas, diferentemente do primeiro relator de 2014, que rejeitou a proposta argumentando que ela fere os princípios constitucionais, o atual relator deu parecer favorável em 2024 e 2025 na CPASF. Os incisos II e III do artigo 206, da Constituição Federal, garantem a “II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino” (Brasil, 1988, art. 206, incisos II e III). Tais dispositivos são reforçados pelos artigos 2.º e 3.º da LDBEN/1996. Portanto, o parecer do relator ao PL n.º 7.180/2014 se contrapõe à atual legislação educacional e à lei máxima brasileira, a Constituição Federal.

Para impor a sua proposta, que subverte a atual concepção de liberdade de ideias e teorias pedagógicas no processo educacional de ensino, e a sua concepção individual religiosa e moral dos pais e/ou responsáveis, o ESP precisa alterar a legislação, por isso, propõe mudar a LDBEN, contudo, para isso, será necessário também modificar a Constituição Federal. Determinar restrições de ordem moral aos objetos a serem ou não abordados em sala de aula, ou mesmo em um sistema de ensino inteiro, tem o evidente propósito de forçar apenas uma visão de mundo. Tal objetivo move a difusão de tantas leis parecidas com a que agora se aprecia, buscando estabelecer precedência aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar quanto aos temas relacionados à moral, à sexualidade e à religiosidade.

Um segundo elemento do parecer favorável do relator concerne à qualidade do ensino brasileiro. Garcês (2024) se limitou a afirmar que “nosso ensino não vai bem” porque em um estudo elaborado pelo *IMD World Competitiveness Center*, que comparou a competitividade de 64 países, em uma pesquisa que analisou como está o ambiente econômico e social do país para gerar inovação e se destacar no cenário global, o Brasil teve a pior avaliação, alcançando exatamente a última posição (64.ª). Em outras avaliações citadas pelo político, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa) e o *Test of English as a Foreign Language* (TOEFL), Brasil ficou, respectivamente, nas 54.ª e 43.ª posições. Para ele, não há problemas de investimentos na educação, pois, “Apesar desse resultado péssimo, o Brasil não investe pouco em educação, considerando a relação com o seu Produto Interno Bruto (PIB), já que destina uma porcentagem bem acima da média de 4,4% das nações da OCDE” (Garcês, 2024, p. 3).

Essa é uma apreciação extremamente superficial para uma constatação peremptória que só se justifica caso se queira insinuar que a responsabilidade de a educação não ir conforme

os padrões de produtividade é do professor. Os cortes no investimento da Educação Básica e no Ensino Superior a partir da redemocratização têm ocorrido com a adoção do neoliberalismo no país, intensificando-se, contudo, nos últimos anos. Saad Filho e Lecio Moraes (2018) relacionam a atual condução do ajuste fiscal brasileiro com o período antidemocrático pelo qual o país passou depois do golpe de 2016. Após a deposição da presidenta Dilma Rousseff, foi aprovada uma série de emendas constitucionais que restringem a implementação de políticas públicas e que garantem a política de ajuste fiscal.

Na mesma direção, um estudo apresentado por Dweck (2020) considera que o mais perverso da Emenda Constitucional (EC) n.º 95/2016 (Brasil, 2016)⁵⁹ foi a redução permanente nas despesas primárias federais *per capita*, tendo em vista que o Brasil já tem um gasto cidadão muito baixo, correspondente a menos de metade do valor médio praticado nos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Aponta-se que as despesas discricionárias da educação tiveram aumento de 6,2% no período de 2010 a 2016, mas decaíram 11,9% nos três primeiros anos de vigência da emenda (2016-2019). Ainda segundo a pesquisa, as despesas da União em investimentos na área da educação, que já estavam em queda, tiveram uma abrupta redução de 17%, após a EC n.º 95/2016.

Quanto ao período do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), o Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB), um núcleo de pesquisa ligado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), apresentou um estudo em dezembro de 2022 (Cafardo; Castro, 2022) que constatou que o governo Jair Bolsonaro (Partido Liberal - PL) foi o que mais fez cortes no MEC e no Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) desde 1999. Os bloqueios ou os contingenciamentos foram feitos por meio de decreto presidencial e cancelaram parte dos recursos previstos pelo orçamento anual. Nos quatro anos da gestão bolsonarista, o MEC teve 20% de suas verbas cortadas e o MCT 44%. O argumento do relator, que ignora ter ocorrido nos últimos anos de ultraneoliberalismo um agravamento da situação da educação brasileira e que tenta insinuar que o problema é de gestão e dos professores, justificando o modelo de educação proposto pelo ESP, é, portanto, insustentável diante da realidade.

O terceiro elemento do parecer favorável ao ESP é de que “[...] é preciso aprimorar o ensino e focar em matérias do conhecimento universal, tais como matemática, física, química, empreendedorismo, tecnologia, entre outras, deixando o que é superficial e de cunho ideológico” (Garcês, 2024, p. 3). Aqui, o relator revela mais pelo que não diz. O que não é pragmático,

⁵⁹ A EC n.º 95, de 15 de dezembro de 2016, aprovada após Michel Temer assumir a presidência, em decorrência do *impeachment* de Dilma Rousseff, alterou o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal, além de estabelecer outras providências.

produtivo aos valores do mercado, que não se enquadra na concepção mercantil de educação, é superficial e ideológico. Eis porque uma questão fulcral ao ESP é desqualificar o papel do professor na relação com o aluno no processo de produção do conhecimento, na reflexão e criticidade acerca do mundo. Em essência, trata-se de anular o papel da escola e do professor, como se a função da escola fosse ser uma agência de empreendedorismo e o professor um instrutor.

Um quarto elemento utilizado para sustentar o seu voto favorável é que o ESP “[...] está aprimorando aspectos essenciais para a valorização do professor e do seu nobre trabalho em sala de aula” (Garcês, 2024, p. 2). Contudo, essa assertiva não se sustenta quando, logo em seguida, reafirma a acusação do professor agente de doutrinação política. Vejamos:

[...] é fato conhecido que professores e autores de livros didáticos, por exemplo, se utilizam de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas, notadamente de cunho moral e sexual, as quais, em muitos casos, são diretamente contrárias com os princípios ensinados por seus pais ou responsáveis (Garcês, 2024, p. 4).

O relator repete o que os autores e apologetas do ESP usaram como justificativa para os vários PLs, porém, sem apresentar nenhuma pesquisa realizada por algum instituto sério ou fatos que comprovem tal acusação, para, mais uma vez, defender a sua ideia de que não cabe à escola a tarefa de educar, e sim à família: “E não adiante proclamar, de forma equivocada por muitos, que o ensino é um dever da escola, somente. Pois a Constituição Federal também assevera claramente que a educação é um direito de todos e dever do Estado **e da família**” (Garcês, 2024, p. 4).

Percebemos, nesse caso, uma confusão sobre as funções sociais da educação. A família também educa, e isso não é negado em nenhum momento histórico desde a educação republicana. A questão é o que cabe à família e o que compete à escola como educação formal. Por trás dessa abordagem, há uma concepção de escolarização. Penna (2017, p. 38) enfatiza que essa é uma concepção de escolarização, e não de educação, pois os idealizadores desse movimento não acreditam que o professor seja um educador. O autor destaca que isso fica explícito quando, no site do ESP, um dos livros indicados, o primeiro da lista na verdade, é o *Professor não é educador*, escrito por Armindo Moreira, cuja ideia central é a distinção entre o ato de educar e o de instruir. Educar seria responsabilidade da família e da religião, sendo reservada ao professor a tarefa de simplesmente instruir.

A segunda característica da concepção de escolarização, ainda segundo Penna (2017), é: não se pode falar sobre a realidade do aluno. No discurso do ESP, isso “[...] equivale a transmitir conhecimento neutro, sem envolver valores e sem discutir a realidade do aluno”

(Penna, 2017, p. 38). Como isso é possível? A afirmativa de que o professor não pode abordar a realidade mais ampla em que se insere o conteúdo ministrado é, na prática impossível, porque dialogar com a realidade do aluno é um princípio educacional estabelecido para tornar o ensino das disciplinas mais significativo.

A terceira e última característica dessa concepção de escolarização é a proibição de mobilizar valores de qualquer natureza. Concordamos com Penna (2017), mas nos parece que essa concepção do ESP não pode ser confundida simplesmente como uma falta de inclinação intelectual para refletir sobre a dimensão dialética da realidade. Isso expressa uma concepção ideológica do ESP, que visa a um conhecimento por meio da eliminação da pluralidade de ideias, e de tudo o mais que colocaria em xeque uma certa visão de verdade, reforçando a ideologia da racionalidade tecnológica. Em suma, trata-se do retorno das ideias conservadoras positivistas sobre a suposta imparcialidade.

Feita a análise do parecer do relator Allan Garcês (PP-MA), em 2024, a seguir, detemo-nos na tramitação do PL n.º 7.180, seus apensados e substitutivo na CPASF.

4.1.2 Tramitação do PL n.º 7.180, apensados e substitutivo em outubro de 2025 na CPASF

O deputado Allan Garcês (PP/AM) apresentou, em outubro de 2025, à CPASF, seu parecer favorável ao PL n.º 7.180/2014, seus apensados e substitutivo. Na Figura 3 e no Quadro 1, a seguir, sistematizamos os pontos centrais do substitutivo, que conforme já anunciamos, é ainda mais pernicioso que o original:

Figura 3 – Substitutivo ao PL n.º 7.180/2014, apresentado na CPASF em 21/10/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA, ADOLESCÊNCIA E FAMÍLIA.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 7.180, DE 2014.

(PLS NºS 7.181/2014, 867/2015, 6.005/2016, 502/2019, 246/2019, 1.859/2015, 5.487/2016, 10.577/2018, 10.659/2018, 1.176/2022, 2.415/2022, 4.546/2023, 8.933/2017, 2.829/2023, 1.158/2024, 4.844/2023, 304/2024, 9.957/2018, 5.854/2019, 3.168/2020, 10.997/2018, 1.189/2019, 2.692/2019, 5.039/2019, 4259/2023, 258/2019, 1170/2023, 5.082/2023, 3.252/2023, 375/2019, 3.674/2019, 3.741/2019, 4961/2019, 80/2021, 3123/2023, E 3.338/2024, APENSADOS)

6

Apresentação: 21/10/2025 14:43:39.193 - CPASF
 PRL 2 CPASF => PL 7180/2014
PRL n.2

Fonte: Portal da Câmara Legislativa Federal.

Quadro 1 - Substitutivo ao PL n.º 7.180/2014

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 7.180/ 2014	
Mantém o PL n.º 7.180 (original) e seus 36 Projetos de Lei apensados	O que acrescenta:
	<p>Art. 5º. O art. 3º da Lei nº 9.394/1996, LDBEN, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XV (isso já estava no PL original) e dos parágrafos 1º e 2º:</p> <p>“Art. 3º.</p> <p>XV - respeito às convicções do aluno, de seus pais ou responsáveis, tendo os valores de ordem familiar precedência sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa.</p> <p>§1º. A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, nem mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo “gênero” ou “orientação sexual.”</p> <p>§2º. Fica assegurado aos pais ou responsáveis o direito de vedar a participação de seus filhos e tutelados em atividades pedagógicas de cunho político, ideológico, de gênero, moral ou religioso, realizadas em instituições de ensino públicas e privadas.</p>
	<p>Art. 8º. Os estudantes poderão, para fins pedagógicos, gravar vídeos ou áudios relativos às aulas ministradas e demais atividades de ensino, independentemente de autorização do docente”.</p>
	<p>Art. 7º. Os Sistemas de Ensino devem incluir dispositivos que prevejam sanções e ou penalidades previstas em códigos de ética funcional ou similares que possam garantir a efetividade desta norma.</p>
	<p>Art. 9º. A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), passa a vigorar acrescido do seguinte art. 241-F.</p> <p>Art.241-F. Divulgar, dar publicidade, promover, entregar ou fornecer ainda que gratuitamente, de qualquer forma e por qualquer meio de comunicação, conteúdo de educação sexual a menor de 14 (quatorze) anos.</p> <p>Pena - detenção de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.</p> <p>AUMENTO DE PENA</p> <p>Parágrafo único. A pena é aumentada de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se o crime é praticado por agente público ou funcionário público, no ambiente escolar, público ou privado.</p>

Fonte: organizado pela autora (2025).

Como observamos, além de manter os pontos que já pontuamos em nossa análise dos primeiros PLs – apresentados no Rio de Janeiro, pelo deputado estadual Flávio Bolsonaro e pelo vereador Carlos Bolsonaro, em 2014, passando pelo PL n.º 7.180/2014, de Erivelton Santana, e o PL n.º 867/2015, de Izalci Lucas – do parecer favorável do relator Allan Garcês e de seu substitutivo, entendemos que o PL do ESP, que aguarda votação em plenário da Câmara,

ficou ainda mais prejudicial à educação brasileira. O Projeto avança significativamente na perseguição, na criminalização e na penalização dos professores, prevendo multas e detenção de dois a quatro anos e, no caso dos servidores públicos, acrescida em um terço. Podemos assim sistematizar os eixos centrais do ESP, apesar dos seus vários PLs: o professor é tratado como inimigo, por isso, a sua criminalização; há a precedência dos valores morais sobre a educação escolar, devendo ela ser neutra; orientação sexual, ideologia de gênero e gênero são temáticas proibidas em sala de aula e em ambiente escolar.

Chama-nos a atenção a judicialização abusiva e reacionária das relações escolares. Para o jurista e professor de direito Salomão Ximenes (2016), o ESP promove uma campanha de estímulo ao litígio e à responsabilização de professores, com o objetivo de disseminar, em todo o país, o medo e o controle ideológico sobre escolas e docentes. Ele alerta para o fato de que “neutralidade” não é um valor constitucional, já que é incompatível com a própria definição de Estado Democrático de Direito, que tem, no estabelecimento de objetivos políticos, como “construir uma sociedade livre, justa e solidária” e “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (Brasil, 1988, art. 3.º), o eixo central de sua própria justificação. Por conseguinte, do ponto de vista constitucional, é sobre esses objetivos que se deve construir todas as instituições públicas, inclusive o sistema educacional e as escolas.

Ximenes (2016) considera que o direito de escolha dos pais não pode ser interpretado como absoluto e que se sobreponha aos objetivos educacionais públicos definidos nas normas educacionais, nos projetos pedagógicos e na abordagem didática dos docentes. Como jurista, ele opina que há inconstitucionalidade e inconsistências no ESP, representando, na realidade, “[...] um estágio avançado de desenvolvimento do conservadorismo sobre as políticas educacionais e o controle ideológico sobre professores e estudantes” (Ximenes, 2016, p. 57).

Esse fomento à judicialização da relação pedagógica é liderado por integrantes do próprio movimento ESP. Também é conhecido o posicionamento da ofensiva que estimula a denúncia de professores nas redes sociais, incentivando a gravação audiovisual das aulas e a difusão do seu conteúdo sem maiores cuidados quanto aos impactos pessoais e coletivos, já obtendo-se inúmeros registros. Como já mencionamos, Miguel Nagib move uma ação judicial contra a lei estadual de São Paulo, que proibiu o uso de celulares nas escolas, com base na Lei n.º 15.100/2025.

O PL n.º 7.180/2014 e seus apensados, com o substitutivo, é mais nocivo porque avança na criminalização dos professores e servidores, porque propõe alterar a LDBEN/1996,

quando, na verdade, seria preciso alterar a Carta Magna, e porque as suas propostas retroagem ao mais básico direito da laicidade da educação e da liberdade de ensino. Não é o professor um doutrinador, e sim o ESP, que retrocede ao período em que a educação era de controle da ordem religiosa, anterior ao iluminismo, quando a ciência emergente era criminalizada. Assim como os professores, basta recordar que Galileu Galilei, professor de matemática e física nas universidades de Pisa e de Pádua, muito respeitado, foi obrigado a negar publicamente as suas teorias, como o heliocentrismo, diante da Inquisição Romana, em 1633, para evitar punições mais severas como tortura e a morte.

Quase 400 anos separam esse episódio da pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha, em 2019, em que 7% dos brasileiros declararam acreditar que a Terra é plana (Vaiano, 2019). Diria Galileu novamente: “*Eppur si muove*”! O filósofo autodidata, impulsionador do ESP, Olavo de Carvalho, estimulava o terraplanismo em sua visão anticiência. Não o afirmava categoricamente, mas não o refutava. Em um *post* no antigo Twitter, escreveu: “Não estudei o assunto da terra plana. Só assisti a uns vídeos de experimentos que mostram a planicidade das superfícies aquáticas, e não consegui encontrar, até agora, nada que os refute” (Vaiano, 2019). Dois aspectos chaves do ESP se relacionam com esse episódio de Galileu: de um lado, a criminalização, de outro, o negacionismo e a anticiência.

Quando o ESP pretende alterar a legislação educacional para institucionalizar que **os valores de ordem familiar devem ter precedência sobre a educação escolar**, não nos parece ser somente uma questão de fundamentalismo religioso. Os ideólogos do ESP, conscientemente, estão dando margem e estimulando o crescente movimento que tem como pano de fundo o conspiracionismo da chamada era da pós-verdade, na qual cresce um discurso anti-intelectual, anticientífico e negacionista com relação ao clima, à saúde, à educação. O exemplo que tivemos na pandemia da covid-19 foi trágico.

O substitutivo também avança a sua ofensiva contra a chamada “ideologia de gênero”, elemento presente desde o início nos PLs do ESP, ao estabelecer **que a educação escolar não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias**, nem mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a **ideologia de gênero**, o termo “**gênero**” ou “**orientação sexual**”. Ora, ao não tematizar as relações desiguais de gênero, acaba-se por manter e perpetuar a dominação masculina ou naturalizar a inferioridade feminina, revelando a seletividade de sociedades e instituições. Assim, as práticas identificadas como antigênero, presentes nos 36 PLs apensados ao PL n.º 7.180, partem de uma noção distorcida de igualdade de gênero, de orientação sexual e de identidade de gênero. Confundem esses conceitos, entendendo-os equivocadamente como

apologia ou campanha, encabeçada pela comunidade LGBTQIA+, para uma suposta supressão da heterossexualidade e até mesmo de destruição da família.

Para Carreira e Lopes (2022), entretanto, esse raciocínio leva a uma educação que não previne e não combate à violência de gênero, quando nossa realidade é a de um país com elevado índice de violência de gênero, inclusive dentro das próprias famílias. Além disso, a prevenção da violência de gênero está associada à prevenção da violência racista, que também já foi objeto de apreciação pelo STF, em julgamentos históricos sobre a constitucionalidade das cotas raciais no país. Em outras palavras, todas as propostas que se opõem ao gênero terão impactos em questões de “raça e etnia”, mesmo quando não estejam em suas expressões textuais, mesma situação quanto à “identidade de gênero” e à “orientação sexual”.

Apenas a título exemplificativo, em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo, a escola é apontada como o local em que mais pessoas LGBTI+ afirmaram já terem sido discriminadas (Venturi; Bokany, 2011). De acordo com outra pesquisa, realizada pelo Projeto de Estudo sobre Ações Discriminatórias no Âmbito Escolar, das 18.599 pessoas participantes, 93,5% delas relataram algum nível de preconceito em relação a gênero, e 87,3% em relação à orientação sexual (Mazzon, 2009). Logo, a exclusão da discussão pedagogicamente dirigida sobre as experiências distintas às da cisgeneridade e da heterossexualidade em instituições de ensino significa um agravamento da desigualdade social e o beneficiamento da discriminação.

Considerando todos os elementos analisados até aqui, é possível afirmarmos que o ESP se constitui como uma revisão profunda, no sentido regressivo, do modelo educacional brasileiro, como uma proposta conservadora e autoritária de educação, que, para se impor, propõe alterar a legislação educacional do país, que já contém enormes limitações.

A seguir, sistematizamos alguns elementos trabalhados nesta seção e subseções relacionando o ESP com a concepção de ideologia marxiana e meszariana, além das contribuições de Lukács.

4.1.3 À guisa de conclusão

Nesta seção, elaboramos breves notas de alguns elementos que podemos extrair até aqui. Dedicamo-nos a apresentar nosso objeto e a leitura que ele faz de si, porém, como Marx alerta, não se pode partir da análise do que os homens são, pelas ideias que fazem de si mesmo; partimos do que o ESP e seus ideólogos dizem de si mesmo, para perscrutá-lo com as chaves analíticas do marxismo.

Sistematizando algumas questões iniciais sobre o pressuposto da neutralidade ideológica do discurso do ESP (mais bem desenvolvido na seção 4.4), vimos que, ainda que o ESP não apresente um conceito de ideologia nítido, o sentido que dá a ela é pejorativo, “tão ruim que só o outro tem”, a esquerda e os professores. Recordamos o humor refinado e ácido de Terry Eagleton (1997, p. 16), quando afirma que “[...] a ideologia, como o mau hálito, é [...] algo que a outra pessoa tem”; é isso o que querem fazer crer os ideólogos do ESP e seus defensores.

Essa não é a primeira vez que uma ideologia é rotulada como prejudicial, como algo a ser removido da vida em sociedade. Abordagem semelhante foi adotada pelo nazismo, pelo positivismo e pelo neopositivismo, sendo agora retomada pelas ideologias da extrema-direita. Se nos fixarmos no conteúdo dos PLs do ESP, principalmente no PL n.º 7.180/2014, em seus apensados e no substitutivo, mesmo que não encontremos definições conceituais, subjaz a eles uma ideologia, embora manipulem no sentido de fazer parecer que o movimento e o programa ESP se situam fora do campo ideológico. O PL do ESP, ao tentar se sustentar a partir de um imaginário de “educação neutra”, cumpre uma função ideológica bem determinada, institucionalizando sentidos que marcam posições na luta de classe.

Resgatamos o que já vimos em Mészáros, que, em nossas sociedades, tudo está “impregnado de ideologia”, quer a percebamos, quer não. Não há neutralidade possível em uma sociedade cindida por interesses de classes antagônicas. Os ideólogos do ESP são conscientes desse fato, inclusive, ao usar a campanha da neutralidade ideológica, estão sendo profundamente ideológicos. É como asseverou Mészáros, nada é mais ideológico que os discursos anti-ideologia, pois não existe na sociedade de classes, sujeitos ou grupos que não sejam ideológicos. A ideologia nasce das relações sociais estabelecidas em uma sociedade cindida pelo antagonismo, e permite ou não a compreensão da realidade.

Outro elemento a ser considerado é que, embora em *A ideologia alemã* sobressaia a negatividade da ideologia, porque Marx e Engels estavam tratando de uma forma especial de ideologia – aquela presente nos textos dos jovens hegelianos que, em seu idealismo especulativo, invertiam as relações entre a realidade e o pensamento – as ideologias também podem ser conhecimentos e ideias que cumprem a função social de organizar como conjuntos de indivíduos atuam sobre os conflitos do seu dia a dia. Ideologias como um conjunto de ideias ancoradas na materialidade da sociedade, conforme analisaram Marx e Mészáros, podem revelar ou ocultar.

Quando o ESP quer impor, por meio de PLs, que os estudantes não tenham acesso à análise crítica, é profundamente autoritário e ideológico, ocultando a intenção de impor a

visão e as ideias da classe dominante. É por isso que Mészáros afirmou que aqueles que aceitam de forma imediata a ideologia dominante como a estrutura objetiva do discurso “racional” rejeitam como ilegítimas todas as tentativas de identificar os pressupostos ocultos e os valores implícitos com que está comprometida a ordem dominante. Longe de oferecer um espaço adequado para a investigação crítica, a cobrança de uma abordagem pretensamente neutra equivale, de fato, a não levantar as questões que realmente importam.

A despeito da pretensa neutralidade, em vez de uma educação que ofereça todas as teorias aos estudantes e que, a partir delas possam refletir criticamente, construindo a sua própria opinião e fazendo suas escolhas, o que a proposta do ESP realmente faz é impor uma única “teoria”, uma única leitura da realidade, balizada pelos preceitos religiosos e morais dos pais. Isso se confirma no PL n.º 7.180/2014, em seus apensados e em seu substitutivo de 2024. Ora, a essência desse PL do ESP é o impedimento de que a escola e as universidades exerçam a sua função social de apresentarem todas as teorias científicas aos estudantes. E seus proponentes buscam impor esse impedimento por meio da judicialização e da criminalização dos professores e servidores públicos, no caso das universidades, com a possibilidade de penalização com detenção de dois a quatro anos ou pagamento de multas.

Malgrado pretender impor, por meio da lei, que os preceitos religiosos e morais dos pais têm precedência sobre os conteúdos científicos ministrados nas escolas, tais proposições têm desdobramentos regressivos para a educação das crianças e jovens. Primeiro, representa uma regressão à época em que a primazia da educação era de ordem religiosa, fosse nos mosteiros, nas cortes ou nas casas da nobreza. Esse período foi superado com os caminhos desbravados pelas revoluções burguesas e pela afirmação da ciência. Segundo, se considerarmos a definição de doutrinação, fornecida pelo dicionário, sendo “a ação ou efeito de doutrinar, de instruir alguém numa doutrina, de passar os preceitos formais que compõem uma ideia”, entendemos que os professores, as escolas e as universidades não são doutrinadores, e sim o ESP, por sua visão de pensamento único. Não se trata de uma convivência entre saberes e teorias em que a ciência e a concepção religiosa dos pais e responsáveis convivem cada qual no seu espaço e com sua função, em que à escola cabe a função social de educar, mas sim, de uma imposição em que o estudante é impedido de acessar conteúdos e atividades que não esteja em conformidade com os valores religiosos e morais dos pais e/ou responsáveis.

Segundo Mészáros (2004, p. 303), a condição elementar de um discurso verdadeiramente racional estaria em reconhecer a legitimidade de contestar a própria substância da ordem social vigente, o que exige a rejeição explícita de toda ficção da

neutralidade metodológica e metateórica. Por isso, ele considera que discursos anti-ideologia ou desideologização são expressões do irracionalismo. Nessa perspectiva, podemos afirmar que o projeto do ESP, por meio do PL n.º 7.180/2014, composto pelo PL n.º 867/2015 e mais 35 PLs de similar conteúdo, tramitando na Câmara Federal e com parecer favorável de seu relator, Deputado Allan Garcês (PP-MA), na CPASF, é irracional porque nega a legitimidade de contestação da ordem vigente da qual discorreu Mészáros, ao impedir o acesso dos estudantes aos conteúdos e às atividades escolares que não estejam de acordo com os preceitos religiosos dos pais ou responsáveis.

O autor nitidamente fez um alerta para a necessidade de ultrapassar a barreira da ideologia dominante como critério de uma análise séria da realidade, algo que Marx já indicava sobre ir além da aparência da sociedade burguesa. O filósofo húngaro foi categórico ao afirmar que a ideologia dominante, em nome da “objetividade”, desqualifica até o uso de categorias vitais do pensamento crítico. É exatamente isso o que faz o ESP. Essas ideologias pretensamente “não ideológicas”, nos termos de Mészáros, que, com tanto sucesso, exercem a sua função apologética sob o disfarce da neutralidade, são duplamente mistificadoras nas metodologias adotadas e nos valores.

Se, na concepção marxista, a neutralidade ideológica em uma sociedade cindida em classes sociais inconciliáveis não existe, parece-nos, portanto, que a pretensão dos ideólogos e defensores do ESP em usar a legislação para “erradicar” as ideologias das escolas, em pleno século XXI, são um irracionalismo e um autoritarismo gigantescos. Esses fatores são muito eficientes porque é profundamente ideológico dizer-se anti-ideológico, sendo essa uma forma de esconder a própria base ideológica (nesse caso, conservadora, religiosa, defensora da ordem do capital) subjacente, perpetuando o *status quo* e a hegemonia da classe dominante. Uma concepção de educação nesses termos se desdobra em uma formação humana acrítica, neopositivista, em que os alunos não são protagonistas de sua própria história, críticos e defensores de uma educação emancipadora. A pretensa neutralidade ideológica é, em verdade, conforme analisamos, a ideologia da manutenção da ordem da sociabilidade e da subjetividade do capital.

Um segundo elemento complementar é a desideologização. Sobre essa questão Lukács (2013), debatendo o tema da intensificação do estranhamento no capitalismo contemporâneo, exemplificou como a publicidade manipula as necessidades humanas e, por conseguinte, o consumo, aprofundando o estranhamento, já que os homens estão mais reféns de necessidades que, na realidade, nem são efetivamente, e sim incentivadas pela indústria do consumo. Isso conduz a uma maior diferença entre o indivíduo singular e o ser genérico porque

o consumo se transforma cada vez mais em uma questão de prestígio, de “imagem”, que o indivíduo conquista ou preserva, por meio daquilo que ele demanda para o seu consumo (Lukács, 2013, p. 559).

Lukács (2013) denominou isso de manipulação do consumo, porém, alertou que ela não é apenas econômica, criando mercados de consumo para as empresas capitalistas, mas também é política, cultural, social e científica. De acordo com o autor, o fascismo, por exemplo, utilizou essa manipulação da publicidade para se firmar como ideologia. Por isso, a ideologia da desideologização floresceu, aparentemente, no ambiente de reprovação ao fascismo como ideologia. O problema é que, ao reprovar o fascismo como ideologia, o raciocínio é generalizado em direção a um pensamento que recusa toda ideologia: “[...] o mito fascista enquanto forma ideal de uma ideologia é rejeitado com desprezo. Essa rejeição, como pudemos ver muitas vezes, é generalizada num sentido que visa levar à rejeição por princípio de toda ideologia, **à desideologização como princípio**” (Lukács, 2013, p. 569).

Para Lukács (2013), a intenção disso é precipuamente difamar de antemão toda ideologia, todo dirimir de conflitos sociais com o auxílio de ideologias. Os homens singulares devem agir de modo “puramente racional”, assim como as suas formas de integração social. Nesse caso, não haveria mais nenhum conflito autêntico, nenhum campo de ação para ideologias. As diferenças puramente “fáticas” poderiam ser reguladas de modo puramente “fático” por meio de acordos racionais. A desideologização equivale, desse modo, à manipulação ilimitadas de toda a vida humana.

Lukács (2013) argumentou que o rechaço vitorioso na guerra, as aspirações e os métodos de Hitler, foram capitalizados pela liderança dos EUA, o que significa que se substituiu um império mundial pelo outro, sendo a manipulação brutal contraposta a uma mais refinada. A consequência disso foi que nela, ainda mais intensamente do que no caso do próprio Hitler, a publicidade de negócios se converteu em modelo da propaganda política, do sugestionamento da ideologia “desideologizada” com o propósito de dominar. Contudo, isso ocorreu de um modo que aparenta ser incomparavelmente mais livre, pois se pretende que o método de manipulação justamente simule para o homem manipulado a aparência consciente de sua liberdade plenamente realizada. A eficiência dessa ideologia da desideologização é que ela consegue passar, em última análise, supostamente desprovida de ideologia.

Com efeito, Lukács (2013, p. 587) asseverou que “[...] o sistema de manipulação se apoia ideologicamente de modo imediato na onipotência de um determinado método (neopositivista), declarado como o único científico – a ideologia da desideologização é a formulação mais estrita dessa situação”. Isso nos leva a concluir que a teoria da

desideologização é o fundamento do predomínio do neopositivismo na filosofia e na ciência contemporâneas, servindo como base da manipulação dos fatos que interessam aos homens na prática, com o objetivo de reproduzir a sociedade da ordem do capital.

Na mesma direção, Mészáros (2004) nos forneceu, conforme abordamos no terceiro capítulo desta tese, que foi exatamente a afinidade do cientificismo positivista com as estruturas objetivas da reificação que o habilitou a se tornar a principal corrente de legitimação ideológica da classe dominante. A crença de que o avanço do conhecimento obedece a uma lógica interna, pura e alheia às pressões e às determinações do mundo social é uma ideologia funcional à classe dominante. Recordemos que, segundo o autor, em vez de um saber apartado, pairando acima das tensões históricas, a ciência é parte integrante do processo de reprodução do capital. Não há espaço para uma “ciência idealizada”, imune às ideologias ou ao jogo de forças sociais e econômicas. O nosso teórico é categórico ao afirmar que a ilusão da autodeterminação “não ideológica” e da correspondente neutralidade da ciência não é erro, nem confusão, mas um instrumento teórico e prático da reprodução do capital.

Seguindo os passos de Lukács, Mészáros (2004) considerou a ideologia da desideologização, que ele denominou de mito manipulatório da desideologização, fortemente conservadora, ainda que apresente metodologias aparentemente neutras, como é o caso de Max Weber e todos aqueles autores que exortam o tal rigor científico anti-ideológico. Mészáros (2004) recordou que essas teorias se relacionam com a fase descendente do capitalismo. Em contraste com a anatomia da sociedade civil retratada na economia burguesa científica pelos maiores representantes da economia política clássica do século XVIII e do primeiro terço do século XIX, e generosamente louvada por Marx como “genuína investigação científica”, a defesa acrítica do sistema do capital tornou-se lastimavelmente a regra geral, configurando-se uma verdadeira degradação da abordagem teórica.

Isso posto, é inequívoco que a desideologização pretendida pelo ESP é uma ideologia com uma conotação pejorativa, que serve para resolver conflitos sociais a partir do ponto de vista da classe dominante. Portanto, os apologetas do ESP primeiro se encarregam de disseminar ideologia como uma coisa quase demoníaca, o tal “mal hálito” de que nos falou Eagleton (1997), para em seguida, se apresentar como um PL (algo supostamente neutro e objetivo), manipulado como isento de ideologia com o escopo de impor uma concepção de educação que não se oponha aos preceitos religiosos e morais dos pais e/ou responsáveis. Nisso reside outro elemento eficiente da manipulação da desideologização. Apoiando-se na influência dos valores religiosos e morais da ampla massa da população brasileira, e no mais recente crescimento das igrejas evangélicas neopentecostais e sua influência na política com

parlamentares do setor, o ESP faz com que uma grande parcela de pais e responsáveis, e até mesmo de estudantes, sujeitos diretos que sofrerão as consequências de uma educação autoritária, caso o ESP seja aprovado, apoie algo que se voltará contra si.

A ideologia da desideologização estimula o individualismo, trata o indivíduo como elemento que se basta, coloca em movimento quase que exclusivamente o ser humano singular/particular e, com isso, consegue mover até mesmo fortes setores dos estudantes que passariam a ser indivíduos “delatores de doutrinadores”, ou seja, protagonistas na perseguição aos professores. O celular e as redes sociais toram-se instrumentos de destaque e de ação individual de milhões de jovens que, ao invés de se preocuparem com os conteúdos e com o tipo de educação que lhes é oferecida, “caçarão professores” como se esses fossem o problema da educação.

Portanto, quando o ESP apresenta o cerne de sua existência e ação, a partir do objetivo de (des)ideologização da atividade do professor, e com esse argumento propõe uma gama de medidas que criminaliza os docentes, está ocultando uma ideologia, e isso não se constitui em um problema; a grande questão é os ideólogos do ESP negarem isso para estabelecerem como critério do aceitável somente a sua visão de mundo. Nesse sentido, o discurso do ESP, que tenta se sustentar em um imaginário de educação neutra, cumpre uma função ideológica bem determinada, institucionalizando sentidos que marcam posições na luta de classe. Mészáros se referiu a isso como ideologia da “anti-ideologia”.

Nas próximas seções aprofundamos mais a relação entre ideologia e ciência. Antes, porém, debruçamo-nos a compreender o que levou o ESP a crescer significativamente entre 2014 e 2020, quais elementos explicam as suas ideias ganharem força social. Buscamos esses elementos na seguinte seção, estabelecendo os nexos entre a dinâmica do ESP e a luta de classe, afinal, quando Marx e Mészáros chamaram a atenção de que a ideologia está ancorada em uma materialidade, essa por sua vez não se explica sem a luta de classes.

4.2 Escola Sem Partido, crise política e avanço da ideologia de extrema-direita

Para Marx e Mészáros, as formulações ideológicas estão entrelaçadas nas estruturas materiais da sociedade e somente podem ser compreendidas na medida em que são articuladas com as determinações socioreprodutivas do sistema social vigente. A ideologia nasce, dessa forma, das relações sociais estabelecidas em uma sociedade cindida pelo antagonismo, permitindo ou não a compreensão da realidade. No caso da ideologia alemã criticada por Marx e Engels, ela não permitia, pois estava marcada por um distanciamento do mundo real, e o

objetivo dos autores era estabelecer a relação entre a base material e a ideologia; ao fazê-lo, puderam demonstrar que o núcleo central da ideologia da classe dominante é a distorção, a inversão e a ocultação da verdadeira essência das relações de produção da sociedade burguesa.

Marx não apreendeu a ideologia como alheia à dinâmica da luta de classes, ao contrário, já no século XIX, alertava que as ideias não podem, nem devem, ser tomadas pelo seu significado manifesto, mas analisadas em termos das forças sociais que as subjazem. E esse é nosso propósito nesta seção, identificar quais forças sociais impulsionam o movimento ESP para nos aproximarmos de uma opinião mais precisa acerca da sua ideologia. A seção anterior nos possibilitou conhecer o que o ESP diz e propõe, ou seja, como ele se apresenta. Nosso percurso agora é estabelecer as conexões, o motivo (ou motivos) o porquê “ele” diz.

Apesar de surgir em 2004, o ESP começou a ganhar destaque no cenário nacional a partir de 2014, alcançando um crescimento vertiginoso em 2017, às vésperas das eleições presidenciais e pós-*impeachment* da primeira presidenta eleita, Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), e da prisão do ex-presidente Lula, também do PT. Nossa empreitada buscou identificar as condições que possibilitaram o desenvolvimento de um movimento com propostas tão retrógradas no âmbito da educação, como é o caso do ESC. Nesse caso, estabelecemos como recorte para a análise o período que vai de junho de 2013 a outubro de 2018, com a vitória eleitoral de Jair Bolsonaro.

Trazendo a lume a definição que trabalhamos no terceiro capítulo, da fase atual do imperialismo e da crise estrutural do sistema do capital, fornecida por Mészáros, entendemos que ela tem caráter universal, alcance verdadeiramente global e é permanente, ao invés de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital, e com desdobramentos rastejante, ao ativar todas as suas tendências destrutivas. A crise estrutural não significa que o sistema esteja prestes a colapsar, mas que ele não tem mais nada de positivo a proporcionar à humanidade. Há um esgotamento dos potenciais civilizatórios do capital e um crescimento da barbárie social cotidiana.

A crise afeta a totalidade do complexo social, e faz com que, entre tantas outras consequências, o capital implemente um vastíssimo processo de reestruturação, com vistas à recuperação de seu ciclo reprodutivo, afetando fortemente o mundo do trabalho, com desdobramentos negativos para a classe trabalhadora e se manifestando no domínio da política. Dito de outro modo, a crise se alastra sobre as instituições políticas, e diante das incertezas presentes nas condições socioeconômicas, o Estado capitalista não consegue garanti-las por si só. Nesse sentido, a crise estrutural é uma verdadeira crise de dominação em geral (Mészáros, 2011), cada uma resultando em novas estratégias para usurpar os direitos dos trabalhadores e

aumentar os lucros.

Além disso, tal crise intensifica as disputas no âmbito do complexo sistema educacional. Tanto para Marx quanto para Mészáros, as relações sociais de produção capitalistas reificadas não se perpetuam automaticamente, mas há um papel ativo desempenhado pela ideologia no processo de reprodução social, como diz Mészáros (2016, p. 265): “elas são bem-sucedidas nisso apenas porque os indivíduos particulares ‘interiorizam’ as pressões exteriores da sociedade de mercadorias como se fossem aspirações suas”. Principalmente no campo educacional, a disputa ideológica em uma sociedade em crise estrutural acompanhará a dinâmica da luta de classes. O núcleo central da compreensão marxiana de ideologia é que ela não tem história autônoma, separada da vida material dos homens reais.

Nesses termos, necessitamos apreender como as disputas de projetos educacionais de natureza conservadora e características autoritárias se cruzam com cenários de crises da democracia e golpes políticos de novo tipo. É pertinente recuperar o que Mészáros nos forneceu no terceiro capítulo, sobre como a classe dominante opera com a ideologia em tempos de crescimento econômico e de crise. A ideologia dominante tende a produzir um quadro categorial que busca atenuar os conflitos – e foi assim que surgiu no contexto do pós-guerra/crescimento capitalista, a ideologia do “fim da ideologia” –, mas em época de crises, as regras que prevalecem são as da competição mais aguda, recorrendo sem pudor a todo tipo de violência em nome da “racionalização” (Mészáros, 2004).

Isso posto, iniciamos considerando que, no plano internacional, a crise do capitalismo, eclodida em 2008, assim como a resposta dada pelos diferentes Estados nacionais (socialização dos prejuízos do sistema financeiro, através do endividamento dos Estados) e, na sequência, o aprofundamento das políticas e reformas neoliberais nos países periféricos (a partir da crise da Zona do Euro em 2010), constituem-se a base material dessa ascensão da nova direita e da extrema-direita em escala mundial. Elas conseguiram capturar a raiva e o ressentimento dos “perdedores” do processo de mundialização do capital dos últimos 40 anos (conduzido pelas finanças e o neoliberalismo) e direcioná-los contra inimigos imaginários e o *establishment* em geral (a democracia liberal). Essa raiva e ressentimento são derivados do desemprego, da pobreza, da insegurança e da precarização do trabalho e da vida. Segundo Filgueiras e Druck (2019), a incapacidade do liberalismo clássico e da socialdemocracia em apresentar alternativas ao ultraneoliberalismo e às suas consequências sociais facilitou o crescimento da extrema direita.

Na mesma direção, Mattos (2020, p. 147) sublinhou que “[...] a crise é a chave para

entender os últimos anos da política brasileira. Melhor ainda seria falar de crises”. Compartilhamos dessa ideia e consideramos que, no Brasil, o momento de inflexão que deu início à situação política que possibilitou a emergência dos setores mais conservadores e da extrema direita foram os desdobramentos das Jornadas de Junho de 2013, as mobilizações no lastro da Lava Jato, de 2015, o golpe parlamentar-jurídico do *impeachment* de Dilma Rousseff e a prisão de Lula.

No segundo capítulo, discutimos que, em *A ideologia alemã*, Marx e Engels defenderam, que, em cada momento histórico, as ideias da classe dominante são as que prevalecem, pois ela detém a força material e espiritual da sociedade. Isso acontece porque quem controla os meios de produção material também domina os meios de produção espiritual, influenciando a maneira de pensar daqueles que não detêm esses meios. E nisso contém um elemento fundamental na definição de ideologia para os autores do materialismo histórico e dialético: o papel da ideologia na dominação de classe. Não basta que as ideias dominantes sejam uma expressão das relações dominantes, a questão-chave é como essas relações são apreendidas e transmutadas em conteúdo, em valores, em juízos, em conceitos, em preceitos religiosos etc., a fim de garantir, de reproduzir e de reforçar as relações de dominação das quais são expressão. Nesse sentido, não são meras expressões, mas têm função prática na perpetuação da dominação.

É nesse cenário que precisam ser interpretadas as novas e as velhas ideias utilizadas pela classe dominante brasileira para retomar uma fórmula própria de dominação, sem o PT, e, desse modo, ter condições de aplicar uma agenda de austeridade mais intensa que a do governo petista, de modo a permitir a tentativa de recuperar as suas taxas de lucros diante dos efeitos da crise. Como uma das características da ideologia, na visão marxiana, é a de obscurecer, de ocultar e de distorcer a real natureza das relações de dominação, a burguesia brasileira e seus defensores erigiram as ideias que lhes permitiram, em um determinado contexto, adquirir condições favoráveis para ganhar força social e avançar sobre a classe trabalhadora.

Diante desse panorama, indagamos: Qual lugar o MESP, com a sua pauta de combate à “doutrinação comunista” e à “ideologia de gênero”, com “guerra cultural” e suas relações com a família Bolsonaro, sendo inclusive os primeiros a apresentarem os PLs do ESP, ocupará nesse conflito? Será portador da neutralidade ideológica que apregoa ou será parte fundamental na agregação dos grupos de direita e de extrema-direita? Quais relações sociais defendem de fato? Na análise da situação concreta, a sua verdadeira ideologia é revelada.

Desde 2009, o Brasil sofreu o impacto mais imediato da crise econômica com queda brusca na taxa de crescimento econômico, porém, aparentemente, recuperou-se rapidamente

graças ao fluxo comercial com a China e aos estímulos ao mercado interno, pela via de um crescimento real do salário-mínimo, de políticas sociais focalizadas, de crédito (e endividamento) das famílias e de subsídios a determinados setores do capital também tiveram importância. Todavia, tais fatores compensatórios perderam efetividade gradativamente e, a partir de 2014, os indicadores econômicos começaram a apresentar uma trajetória descendente, indicando que os impactos da crise econômica se fariam sentir de forma mais profunda no período seguinte. A crise econômica representou fortes abalos nas bases de sustentação social do governo, exercido, naquele momento, no plano federal, pelo PT.

As Jornadas de Junho de 2013 tiveram uma composição social heterogênea: a classe trabalhadora e os setores médios pauperizados, de natureza político-ideológica progressiva, foram motivados contra o aumento das tarifas dos transportes urbanos, contra a violência policial, em defesa dos serviços públicos, como educação e saúde, mas, ao final, terminaram sendo redirecionados ao combate à corrupção. Em sua esteira, vieram a desqualificação e a demonização da política, dos partidos políticos e dos políticos, sintetizadas na “luta contra a corrupção”, que se desdobrou, posteriormente, no ataque ao Estado em geral, sobretudo ao Estado social e a tudo que é público e coletivo, tendo como contraposição o individualismo e a meritocracia. Vemos nisso que a semente da conjunção entre neofascismo e neoliberalismo, que se desenvolveu rapidamente nos anos seguintes, ganhando as ruas com pautas de combate à corrupção, foi plantada (Filgueiras; Druck, 2019).

Há várias leituras sobre o caráter das Jornadas de Junho de 2013, todavia, não restam dúvidas que as organizações dos movimentos sociais e de esquerda não dirigiram aquele processo. O que ocorreu a certa altura foi que as direitas, animadas por um sentimento difuso dos setores médios cada vez mais exasperado e incentivado pela imprensa, passou a disputar o sentido das manifestações, terminando por dirigir os atos a partir de determinado ponto. Para Sena Júnior (2022, p. 39-40),

[...] as direitas, ou melhor, a extrema direita que emergiu em contradição direta com a experiência do lulismo e que jamais tinha tido presença importante na vida política do país, ao menos desde as células da Ação Integralista Brasileira nos anos 1930, ou das Marchas da Família na década de 1960, estimuladas por grupos católicos e entidades empresariais, ganharam protagonismo, formaram organizações políticas e conquistaram adeptos, milhares de adeptos.

E foi justamente esses milhares de adeptos que ocuparam as ruas nos anos seguintes, muito especialmente em 2015 e depois, quando o tema da corrupção, a partir das sucessivas etapas da operação Lava Jato ⁶⁰, foi amplamente noticiado em uma dimensão de

⁶⁰ O jornal eletrônico *Intercept Brasil* revelou o verdadeiro caráter político da operação Lava Jato por meio de

espetacularização jamais vista. Nesse quadro de instabilidade persistente, acrescido da chegada da crise econômica ao país, as bases políticas do governo de Dilma Rousseff começaram a ser solapadas. Rocha (2021, p. 223) opina que a Operação Lava Jato, apesar de difundida para toda a população, diariamente, em horário nobre e a cores, provavelmente não teria tido força e capilaridade sem o legítimo sentimento antissistêmico derivado das denúncias de uma corrupção sistêmica no interior do estado brasileiro.

Decerto, os governos petistas, incluindo o de Dilma, não interromperam a prática da corrupção incrustada no estado e no governo há décadas. Também tiveram limitações no geral, por serem governos de colaboração de classes, reformistas, inclusive “quase sem reformas” e sem nenhuma intenção de romper com o capital. Nas Jornadas de Junho, as classes trabalhadoras e setores da classe média enfrentavam as medidas de austeridade adotadas pelo próprio governo, que logo após vencer as eleições de 2014, por pequena margem de diferença, adotou medidas antipopulares. Além disso, em seus ministérios estavam figuras como Joaquim Levy, ex-executivo do Bradesco, Armando Monteiro, ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Kátia Abreu, ex-presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e Gilberto Kassab, ex-prefeito de São Paulo, com relações íntimas com empreiteiros.

Entretanto, apesar de os governos petistas terem garantido lucros recordes à burguesia e a paz social, conforme Lula mesmo admitiu diversas vezes, Frigotto (2017) destaca que, com a crise econômica, a classe dominante não admitiu abrir mão do lucro e dos privilégios, portanto, tornou-se insuportável para ela

[...] o aumento real do salário mínimo pelo qual se efetivou distribuição de renda; a criação de quase duas dezenas de universidades públicas e centenas de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; que negros, quilombolas, índios e pobres tenham políticas públicas que lhes permitam ter acesso ao ensino básico e, uma significativa parcela, à universidade; que haja políticas públicas para a educação do campo e cotas para negros, indígenas e grupos de baixa renda; que se mantenha e amplie o Bolsa Família, que garante os filhos na escola pública e o complemento da parca comida de cada dia a 14 milhões de famílias; que as escolas públicas não apenas adestrem e ensinem o que os organismos internacionais, sentinelas do mercado e do lucro, querem que aprendam, mas também as eduquem para uma leitura autônoma da realidade social, econômica, cultural e política do país. Mas também imperdoável à classe dominante brasileira, sempre caudatária e associada aos centros hegemônicos do grande capital, são os significativos passos que foram dados nas relações internacionais, reforçando o continente latino-americano, participando no conjunto de países que constituem o BRICS e a correlata diminuição da submissão ao império norte-americano (Frigotto, 2017, p. 23).

Parece-nos relevante uma reflexão sobre alguns elementos nucleares da questão da ideologia tanto em Marx como em Mészáros, iniciando-se pela confirmação das ideologias ancoradas na base material da sociedade dividida em classes antagônicas. Em tempos de condições econômicas que possibilitaram crescimento econômico, ainda que pequeno, e no caso dos países de capitalismo dependente como na América Latina, vimos emergir, como resultado de revoltas populares e processos revolucionários, governos ditos “progressistas” que foram tolerados pela burguesia, desde que lhes fossem funcionais, garantissem as suas taxas de lucratividade implementassem as políticas neoliberais. Em tempos de crise econômica, esses governos deixaram de ser toleráveis para a classe dominante, por mínimo que tenham sido ou sejam as suas políticas sociais.

Outra vez, a classe dominante se voltou aos velhos álibis ideológicos, de qualificar as mobilizações populares e até mesmo as medidas brandas de governos como os petistas, de “ameaça comunista”, como antecedeu no contexto que antecedeu ao golpe civil-militar de 1964, ainda que aquela era uma situação da luta de classes absolutamente distinta do momento político pós-Jornadas de Junho de 2013. Nesse contexto, a esquerda, os movimentos sociais os sindicatos amargavam, além dos efeitos das profundas mudanças no mundo do trabalho, uma inércia resultante dos 13 anos de governos petistas, apostando em uma concertação governamental de colaboração de classes.

Nesse sentido, consideramos pertinente a observação de Mészáros (2004) acerca das três posições ideológicas fundamentais distintas que se expressam na sociedade e que incidem nos conflitos sociais e nos tipos de conhecimentos relacionados com cada uma delas: a primeira apoia indiscriminadamente a ordem social vigente e a formulação de ideias e comportamentos sociais que a respaldem; a segunda é crítica e identifica as irracionalidades e o anacronismo da sociedade de classes, mas ainda é superficial; já a terceira contrapõe-se às duas anteriores, questiona a viabilidade histórica da própria sociedade de classes e apresenta, com o objetivo de sua intervenção prática consciente, a superação de todas as formas de antagonismos de classe. Para filósofo húngaro, somente o terceiro tipo de ideologia, a socialista, pode tentar superar as restrições associadas à produção do conhecimento prático da consciência social dividida, como se manifesta na sociedade de classes.

Disso se desdobra uma segunda questão referenciada na crítica marxiana e meszariana das limitações de qualquer ideologia que não vá além do capital. Essa é a essência do Manifesto Comunista, igualmente do 18 brumário de Luís Bonaparte, das lições que Marx extraiu da Comuna de Paris e das conclusões que Mészáros fez das tentativas de experiências socialistas do século XX, a saber, as restrições objetivas da interdependência das ideias e da

estrutura da sociabilidade do capital que não desaparecem por encanto por meio de apelos políticos. Mészáros (2004) foi categórico: qualquer ideologia que não vá além do capital, com efeito, insere-se no campo da burguesia, até porque a sociedade objetivamente existente é de caráter burguês, e, ao não a extrapolar, a ideologia se converte em uma ideologia burguesa. É isso o que ele explicou ao considerar que o século XX acrescentou uma nova dimensão qualitativamente às concepções socialistas de ideologia. Ainda que existam alterações significativas na superestrutura das sociedades que tentam romper com o capital (e os governos do PT passaram longe disso), e enquanto a divisão social do trabalho continuar a dominar o metabolismo das sociedades civis, até as realizações mais limitadas serão ameaçadas.

Portanto, os problemas da ideologia, sejam eles grandes ou pequenos, não podem ser resolvidos dentro da própria ideologia. O acirramento da luta de classes vai incidindo sobre as dinâmicas ideológicas e vice-versa. Para André Singer (2013, p. 32), por exemplo, há um mosaico ideológico em que não se pode, de maneira clara, distinguir qual ideologia o movimento das Jornadas de Junho de 2013 tinha. De acordo com o autor, assim como houve um cruzamento de classes (classes populares e classe média), o mesmo pode ser notado com relação ao aspecto ideológico das manifestações. Nesse cruzamento ideológico e de disputas acirradas e apaixonadas entre esquerda e direita, vermelhinhos e verde-amarelos, sindicalistas e empresários, classe média e trabalhadores, o que prevaleceu foi a nova direita.

O abalo no apoio social de setores da classe trabalhadora ao governo do PT, evidenciado pelas manifestações de 2013, veio acompanhado de um início do descolamento de frações da classe dominante com relação ao mesmo governo, uma vez que os protestos de massa demonstravam que aquela administração já não era mais eficiente em entregar o que prometia (e efetivamente havia realizado nos anos anteriores): a paz social baseada na lógica da conciliação de classes. A avaliação das diversas frações da burguesia parece ter sido de que o governo do PT não só já não era capaz de garantir a paz social, mas também não teria capacidade de levar adiante uma agenda de maior austeridade fiscal e contrarreformas sociais no ritmo e na profundidade que exigiam diante da crise mundial. Desse modo, operaram com a ideologia de que era necessário limpar o país do mal da corrupção “revelada” pela lava jato, organizada por eles mesmos como classe dominante e reverberada por meio das mídias, também controladas por eles. E a corrupção⁶¹, uma característica incrustada no processo de dominação

⁶¹ “A vantagem da bandeira anticorrupção é que ela penetra em todas as camadas sociais, pois flui com facilidade pelo senso comum. Quem pode ser a favor da corrupção? As camadas médias tradicionais nutrem o preconceito de que a falta de instrução das camadas populares as levaria a aceitar a corrupção (o que é duvidoso) em troca de benefícios. Em todo caso, o ‘rouba, mas faz’, com o qual se procurou caracterizar nos anos 1940 a ação de Adhemar de Barros, na última quadra, mais ou menos sutilmente, tem servido para enquadrar o lulismo. Ao mesmo tempo,

da classe burguesa, elemento estrutural da máquina estatal, foi conscientemente trabalhada como uma exclusividade petista.

Assim, foi sendo trabalhado como parte da consciência social de amplos setores da população que o problema do país era a esquerda, sendo a sua maior representação o PT. A ideia do antipetismo encontrou condições favoráveis para ganhar força social, e como dizia Marx (2005), a ideologia também se torna força material quando se apodera das massas. Dessa forma, é importante uma análise que não despreze os múltiplos fatores objetivos que possibilitaram o uso mais intenso de uma ideologia moralista, conservadora e reacionária, por parte de setores da classe dominante, e como essa ideologia ganhou multidões e foi intensificando a crise gestando a deposição da primeira presidente eleita. Em um sentido lukacsiano, o antipetismo figurou como poder realmente operante, justamente como poder ideológico (Lukács, 2013, p. 347).

Recordemos que, Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, exemplificaram as formas de consciência social a partir das relações sociais reais. Opinamos que o antipetismo foi a forma de consciência social mais eficaz que a burguesia brasileira logrou impulsionar em uma situação objetiva de debilitamento do governo petista (crise econômica) e de desgaste junto às suas bases sociais, também em função de suas limitações reformistas. E parece-nos que a ideologia do ESP, pelo conteúdo que apresenta, profundamente moralista e religioso, assim como pelos agentes que move, colaborou decididamente para os objetivos da classe dominante; logo, faz parte da ideologia burguesa.

Vejamos como esse cenário potencializou o ESP, dando-lhe projeção nacional, e como o movimento fortaleceu publicamente aqueles que o abraçam com afinco, isto é, como o contexto do golpe parlamentar contra a ex-presidenta e o movimento e programa do ESP se inter-relacionam, visto que entre 2015 e 2017, registrou-se seu maior crescimento.

Tanto o tema da “doutrinação marxista” como o da “ideologia de gênero”, explorados principalmente pela Frente Parlamentar Evangélica, antes das Jornadas de Junho de 2013, já vinham custando popularidade ao governo Dilma. Na elaboração do PNE, em 2010, o termo ideologia de gênero teve de ser retirado. E em 2011, Dilma teve que recuar do kit anti-homofobia, explorado pela bancada evangélica e por outros parlamentares conservadores como o “kit gay”, que, segundo eles, perverteria crianças e jovens nas escolas. O efeito das *fake news*

a direita estabelece uma relação entre a corrupção e as carências sociais, buscando convencer os setores populares de que se ela fosse varrida para fora da casa haveria recursos para todos viverem bem. Trata-se de um argumento falacioso, mas intuitivo” (Singer, 2013, p. 14).

nesse episódio teve um enorme impacto para o governo e para o PT de um modo geral. O então deputado federal, Jair Bolsonaro (PP/RJ), já em 30 de novembro de 2010, fez um discurso no plenário da Câmara, com inverdades (como a de que o material seria distribuído a alunos de sete anos) e distorções associando o tema à pedofilia. Foi ele quem criou o “Informativo do Kit Gay”⁶² e passou a explorar essa falácia desde então, inclusive nas eleições presidenciais de 2018.

Em 2012, o líder da Assembleia de Deus, Silas Malafaia, publicou no site *Verdade Gospel* um manifesto denominado *O governo e o PT querem controlar a mídia*, após o executivo ter anunciado disposição para regulação midiática. Esse episódio, caracterizado ainda por outras manifestações críticas de parlamentares e da mídia evangélica contra Dilma Rousseff, marcou, de acordo com Alves (2016), o momento inicial do afastamento dos pentecostais do governo federal, com seu apogeu no amplo apoio do grupo à destituição de Rousseff.

Conforme frisamos na seção anterior sobre a historicização do ESP, em maio e junho de 2014, ano eleitoral, e já com um início da reorganização da extrema-direita, após as Jornadas de Junho 2013, os filhos de Jair Bolsonaro apresentaram o primeiro PL do ESP e usaram isso em suas campanhas eleitorais, assim como o próprio Jair Bolsonaro, que teve sua primeira eleição a deputado federal em 1990, com cerca de 67 mil votos. Em 2010, alcançou mais de 120 mil, e, em 2014, a sua votação quadruplicou, sendo eleito como o mais votado no estado do Rio de Janeiro, com mais de 464 mil votos. Flávio Bolsonaro, por exemplo, foi reeleito deputado estadual com 160.359 mil votos, sendo o terceiro mais votado, enquanto em 2010 havia obtido 58.322. Em 2014, uma de suas bandeiras já era o ESP. Em 2016, ano do *impeachment*, Flávio disputou a prefeitura do Rio de Janeiro, tendo a defesa desse projeto uma centralidade em sua campanha.

Ao longo de 2015 e 2016, cresceram, com o apoio burguês, as manifestações anticorrupção e contrárias ao governo, convocadas e mobilizadas por novas organizações de direita. O perfil dos manifestantes que foram às ruas para respaldar a derrubada de Dilma Rousseff era, entretanto, muito distinto do que caracterizara as Jornadas de Junho de 2013. Os atos de 2015-2016 atraíram pessoas mais velhas, com ensino superior e rendimentos de médios a elevados; basicamente pequenos burgueses e de classe média, em seus estratos mais bem-remunerados.

⁶² Em maio de 2011, Jair Bolsonaro produziu e divulgou um boletim, que ficou conhecido como “Informativo do Kit Gay”, no qual realiza uma série de distorções ao criticar o conteúdo do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (PNPCDH-LGBT). Isso ocorreu por meio de “[...] uma série de adjetivações pejorativas (‘República Gay’, ‘MST Gay’, ‘Programa Primeiro Emprego Gay’, entre outras) que reforçam um discurso normativo e conservador” (Grespan; Goellner, 2011, p. 106). Bolsonaro tentou, assim, criar o “pânico moral”. O Informativo pode ser acessado em <https://goo.gl/ERS5Lc>.

No primeiro semestre de 2016, com base em acusações frágeis de ilegalidade na matemática orçamentária, o Congresso Nacional, sob a liderança de um presidente da Câmara dos Deputados que, meses depois foi preso por corrupção, votou o *impeachment* de Dilma e abriu caminho para a posse de seu vice, Michel Temer. Löwy (2016), avaliando esse episódio, opina que foi um governo interrompido vítima de um golpe de Estado parlamentar, pois não houve crime de responsabilidade.

Leher e Santos (2023) também se referem ao processo de ruptura do governo Dilma como um golpe, mas, segundo eles, a sua preparação e efetivação não foi liderada pela extrema-direita. A operação foi mais dissimulada:

É uma obra do bloco de poder manejado pelos principais Aparelhos Privados de Hegemonia empresariais (APHe) e pelas frações burguesas dominantes, em meio a crises que se intensificaram especialmente em 2014. Tratando-se de um movimento de ruptura que teve a participação popular e o suporte do Congresso Nacional, o bloco no poder e seus principais meios de comunicação, como a Rede Globo, legitimaram as mobilizações convocadas pela extrema direita com consignas explicitamente antidemocráticas como uma festa da democracia, respaldando desse modo, as suas iniciativas que ganhariam forma no bolsonarismo (Leher; Santos, 2023, p. 10).

Os autores acrescentam ainda que a eficácia do acionamento das disposições ideológicas reacionárias no senso comum popular por APHe da direita e da extrema-direita foi decisiva para o êxito dos acontecimentos que seguramente concorreram para a vitória eleitoral de Bolsonaro. Aqui, evidentemente, Leher e Santos (2023) se referenciam na definição althusseriana de ideologia, que também contribui para entendermos o contexto.

Na mesma direção, resgatamos as palavras de Mészáros (2004), ao destacar que o poder da ideologia dominante é imenso e não se dá simplesmente em razão da força material esmagadora e do correspondente arsenal político-cultural à sua disposição, “[...] mas principalmente graças à vantagem da *mistificação*, por meio da qual as pessoas que sofrem as consequências da ordem estabelecida podem ser induzidas a endossar ‘consensualmente’, valores, e políticas práticas que são absolutamente contrários a seus interesses vitais” (Mészáros, 2004, p. 472). Assim, o processo de deposição de uma presidente legitimamente eleita ocorreu sob a fachada de legalidade. E, mais uma vez, o medo do comunismo foi invocado; maioria dos deputados que votaram pelo *impeachment* de Dilma citou Deus, a Família e a Pátria como razões para seu voto.

Analisando a declaração de voto de alguns deputados que, desde 2014, estiveram à frente da defesa do ESP e trabalharam para aprová-lo na câmara federal, encontramos o voto do deputado Izalci (PSDB-DF), aquele que apresentou o PL do ESP em 2015, que invocou os

seus, “[...] em homenagem à minha família e aos meus eleitores; voto sim. Fora, Dilma! Impeachment já!”. O pastor Marco Feliciano (Bloco/PSC), da Comissão de Educação, um dos responsáveis pela *fake news* do “kit gay” e fervoroso defensor do ESP, votou invocando Deus, a sua família e Olavo de Carvalho: “pelo povo brasileiro, pelos evangélicos da Nação toda, pelos meninos do MBL, pelo Vem Pra Rua Brasil — dizendo que o Olavo tem razão, senhor presidente, dizendo tchau para essa querida e para o PT, Partido das Trevas —, eu voto sim ao impeachment”. O deputado Eduardo Bolsonaro (PSC-SP), que ajudou a levar o ESP para as redes sociais, votou “[...] em respeito aos 59 milhões de votos contra o Estatuto do Desarmamento, em 2005; pelos militares de 1964, hoje e sempre; pelas polícias e, em nome de Deus e da família brasileira, é sim! E Lula e Dilma na cadeia”. Outro deputado, que havia apresentado PL do ESP e depois o retirou, Rogerio Marinho (PSDB-RN), também invocou o combate à suposta doutrinação: “[...] contra aqueles que se utilizam da educação para doutrinar e assediar as nossas crianças..., voto sim!”. Por fim, o voto de Jair Bolsonaro (2016) também fez menção, entre outras coisas, ao tema da sala de aula, em referência à campanha que faziam sobre o PT, à suposta doutrinação comunista e à ideologia de gênero:

[...] perderam em 1964. Perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula, que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra a Folha de São Paulo, pela memória do Cel. Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff!⁶³

A partir do golpe, o governo de Michel Temer assumiu com uma nova coalizão de partidos políticos, de caráter mais conservador, desencadeando uma série de contrarreformas⁶⁴ contra a classe trabalhadora. Em pouco mais de dois anos, o novo bloco político implementou as contrarreformas trabalhista, previdenciária, os cortes no orçamento do país, como a EC n.º 95/2016, que estabeleceu o teto dos gastos públicos, a medida provisória da reforma do Novo Ensino Médio, as medidas de austeridade e a retirada de direitos, acompanhadas de uma forte ofensiva ideológica conservadora, da qual o projeto ESP é parte das políticas adotadas com força a partir do golpe, o que explica seu meteórico crescimento entre 2016 e 2017.

É pertinente acrescentar que, após o *impeachment*, ocorreram as eleições municipais de 2016, que contou com um forte engajamento do movimento ESP. A campanha pela suposta neutralidade ideológica cobrada aos professores em sala de aula, mas que nunca

⁶³ Todas as declarações de voto estão disponíveis em: chrome-extension://efaidnbmninnkpbcajpcgglefindmkaj/https://estaticog1.globo.com/2016/04/18/EV1704161400.pdf?_ga=2.16257526.1730126878.1760133652-2012506378.1753468365. Acesso em: 11 jul. 2025.

⁶⁴ Contrarreformas seriam o oposto ao que Behring (2003) identificou como **reforma**, um processo de conquista de soberania nacional, como um avanço social em benefício de muitos, no sentido de promover a equidade e a ampliação de direitos sociais.

foi adotada por nenhum de seus expoentes, tampouco pelas redes sociais do movimento, foi substituída pela campanha política e ideológica no pleito municipal. O movimento decidiu influir mais abertamente nas eleições e divulgou, em seu site, onde listava seus projetos de lei, santinhos de candidatos que assinassem o termo de compromisso com o movimento. Assim, o ESP atuou organizadamente para eleger vereadores e prefeitos. No Rio de Janeiro, por exemplo, o bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, Marcelo Crivela, foi eleito se comprometendo a combater a “ideologia de gênero”. Com representantes eleitos, o ESP se espalhou ainda mais por todo o país. No dia 15 de agosto de 2017, o MBL criou um dia nacional de mobilização pelo ESP, que potencializou o número de PLs sobre o tema naquele ano (Moura; Silva, 2020).

De acordo com Frigotto (2017, p. 24), “no campo da educação, o núcleo empresarial golpista e seus intelectuais aninharam-se sob a aparência cívica do Todos pela Educação e do Escola sem Partido”. Para esse autor, apesar de haver diferenças no interior do bloco dominante acerca do projeto de educação, um setor mais liberal ao redor do TPE e um outro mais conservador, fundamentalista, ao redor do ESP, ambos são coniventes com o desmanche da escola pública. O teórico acrescenta que o ESP é portador de um discurso reacionário, de sentido autoritário, afirmando-se na criminalização das concepções de conhecimento histórico e de formação humana que interessam à classe trabalhadora e em posicionamentos de intolerância e ódio com os movimentos sociais, particularmente o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), além dos movimentos de mulheres, de negros, de lésbicas, de *gays*, de bissexuais, de travestis e de transgêneros.

Compartilhamos dessa opinião e acrescentamos que, corretamente, a defesa desses setores tem ganhado força nas lutas de resistência por serem também a materialização dos corpos e sujeitos que essas novas direitas e extrema-direita querem eliminar do acesso à educação, ao se constituírem em sujeitos mais vulneráveis na estrutura de formação social de nossa sociedade.

Uma análise interessante de como o ESP atua desde sempre em conexão com as ideias e os interesses da classe dominante nos é fornecida por Saviani (2018), que salienta haver uma investida da classe dominante, após o golpe, sobre a educação, retomando aspectos autoritários, com destaque ao ESC. Vejamos como o professor apresenta elementos de retrocessos:

A inviabilização das metas do Plano Nacional da Educação é apenas um dos aspectos pelos quais as reformas regressivas do governo Temer procuram neutralizar os limitados avanços dos governos Lula e Dilma, retomando o espírito autoritário que foi a marca do período da ditadura militar. Esse autoritarismo fica evidente na reforma do ensino médio, baixada por medida provisória sem sequer dar conhecimento prévio

às Secretarias de Educação e aos Conselhos Estaduais de Educação que, pela Constituição e pela LDB, são os responsáveis pela oferta pública desse nível de ensino. Tal autoritarismo se faz presente, ainda, no movimento “escola sem partido”, merecidamente chamado por seus críticos de “lei da mordaça”, pois explicita uma série de restrições ao exercício docente negando o princípio da autonomia didática consagrado nas normas de funcionamento do ensino (Saviani, 2018, p. 41).

O período do governo de Michel Temer foi decisivo para o aprofundamento do empresariamento da educação de novo tipo, representada por grupos como o TPE e a Fundação Lemann, com relação cada vez mais pacífica com os conservadores/fundamentalistas (Andrade, 2020). Os ataques à educação compunham o conjunto de ataques gerais às condições de existência dos trabalhadores. O grau de devastação social (desemprego galopante, crescimento da miséria, crises nos serviços públicos etc.) e a impopularidade das medidas de austeridade do governo de Temer, entretanto, não deixaram espaço para que os partidos políticos tradicionais da classe dominante conseguissem criar uma alternativa eleitoral forte para o pleito de 2018. E apesar de toda a campanha política-ideológica contra o lulismo, o PT, a esquerda, de um modo geral, e o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, como candidato do partido, encabeçavam as intenções de voto nas pesquisas eleitorais. Esse fator levou a classe dominante a operar um segundo ato do golpe, com a condenação em tempo recorde, em segunda instância, e prisão de Lula, por uma acusação de corrupção com provas muito frágeis. Mesmo com Lula impedido de concorrer, as candidaturas dos partidos da ordem não se viabilizaram eleitoralmente e Bolsonaro avançou, arregimentando os principais setores da burguesia ao redor de sua candidatura, uma vez que se comprometia com a intensificação da agenda ultraneoliberal iniciada por Temer. Assim, a extrema-direita chegou ao poder no Brasil. Nas palavras de Sena Júnior (2022, p. 41),

A ascensão de Bolsonaro e a emergência do bolsonarismo é aquilo que foi tornado possível em função da catarse provocada pelas Jornadas de Junho, as mobilizações de 2015, a experiência golpista de 2016, e a profunda desorganização institucional que tomou o país nesses anos tumultuados.

Não obstante a isso, não foi um processo simples, ao contrário, após 33 anos do término do ciclo de governos autoritários no país, um capitão reformado do Exército, sem expressão política, mas com nítidas ideias fascistas, assumiu a presidência do Brasil, por meio do voto popular.

Conforme vimos, e corroborando com a visão de Sena Júnior, foi uma combinação de crises no plano econômico, político e social, na qual a legitimidade de um determinado padrão de “gestão” da dominação de classes se viu profundamente abalada, o que explica a ascensão da principal figura, não a única, da extrema-direita ao executivo. Consideramos

pertinente a categoria de análise de “crise orgânica”, de Antônio Gramsci para explicar esse fenômeno. No Caderno 13 de seus escritos carcerários, Gramsci (2007, p. 60) assim definiu a crise orgânica:

Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos.

Ainda que a saída brasileira não seja a mesma que a italiana da época do revolucionário sardenho, a saber, a ascensão do fascismo, até porque as situações não se repetem na história, mas guardam similaridades, a crise orgânica, como se manifestou no Brasil, expõe a profunda fratura social do país e mostra que não é passageira, uma vez que afeta o sistema como um todo, não apenas as instituições republicanas e as organizações políticas, mas toda a estrutura econômica, social e cultural. Nesse sentido, a crise é um sinal de novos tempos nas condições de dominação. A classe dirigente tradicional, ou melhor, o bloco político dirigente tradicional, se desfez do PT no pacto de governabilidade, retomou o controle político com o novo bloco ao redor do governo de Michel Temer (a direita) e implementou uma agenda de intensificação do neoliberalismo e de ataques aos direitos da classe trabalhadora. Entretanto, não conseguiu se firmar com suas próprias lideranças, abrindo caminho para a vitória do “homem providencial” na acepção gramsciana.

Esse processo não é uma particularidade do Brasil. Michel Löwy (2019) explicou que a ascensão da extrema-direita reacionária, autoritária e/ou denominada por ele como “neofascista” é um fenômeno internacional. Entretanto, alertou que essas novas aparições de governos da extrema-direita não são iguais à vaga histórica de 1930, mas contêm elementos de continuidade e de descontinuidade. Por isso, propôs “[...] designar como neofascistas líderes, partidos, movimentos ou governos que têm semelhanças significativas com o fascismo clássico, mas que não sejam uma reprodução idêntica do passado” (Löwy, 2019).

Retomamos e desenvolvemos esse tema na seção 4.3. Por ora, a seguir, extraímos algumas notas iniciais a partir do que esse processo de crise, que resultou na eleição de Jair Messias Bolsonaro, revela sobre o lugar do movimento ESP nesse contexto, assim como seus desdobramentos em sua estratégia de PLs que institucionalize o seu programa educacional.

4.2.1 À guisa de conclusão

Para Marx, a ideologia não pode ser entendida senão em suas inter-relações com a luta de classes, o que se confirma na análise realizada de como a ideologia cruzou os principais conflitos sociais no Brasil entre 2013 e 2018 (a análise de 2019 a 2022, durante o governo Bolsonaro, está na seção 4.3). Isso, por si, já nos permite constatar o grande acerto de Mészáros em polemizar com a teoria do fim das ideologias. Aliás, para ele, nada mais ideológico que a teoria do “fim das ideologias”, produzida pelos ideólogos da burguesia em tempos de crescimento econômico com o objetivo de colaborar para inércia da classe que vive do trabalho, atenuando os conflitos sociais. Essa teoria, segundo o filósofo (como abordamos no terceiro capítulo), exerceu influência nos paradigmas pós-modernos que incentivam uma leitura da realidade cada vez mais fragmentada e esvaziada de historicidade, contribuindo para retirar do horizonte a perspectiva de superação da sociedade de classes.

O projeto do ESP reflete as particularidades da luta de classes em determinado momento do século XXI, no qual todas as características do estranhamento, da alienação e da individualização e se exacerbam, e a ideologia, conforme apontou Marx, está em operação. O ESP é a consciência prática de um projeto mais global que nega a admissibilidade ou a legitimidade da mudança social. A consciência não é mero reflexo, pois, uma vez constituída, age e produz efeitos no real. Como já salientamos, o ESP é parte integrante dos fatores que contribuíram para a emergência da extrema-direita e da ideologia que ela propaga. O movimento ESP contribuiu para isso e, ao mesmo tempo, foi potencializado.

A “ameaça comunista” foi requentada em uma sociabilidade dominada pelo neoliberalismo cujas parcas políticas sociais do governo Dilma aguçaram o ódio de classe. A operação lava jato foi responsável por construir a ideia de que a corrupção do governo do PT é o problema do país e que, portanto, bastaria se livrar do governo, prender Lula, combater qualquer coisa vermelha, sindicatos, movimentos, e glorificar o verde e amarelo. E o juiz que, do mais absoluto ostracismo, apresentado como paladino da imparcialidade, foi alçado à herói e, posteriormente, escolhido ministro do governo da extrema-direita.

Evidentemente, esse processo está repleto de mediações, de contradições e de complexidades. O que faz qualquer ideia se tornar ideologia é uma função social bem determinada, não sendo elemento caracterizador do fenômeno ideológico a simples expressão ideal de um indivíduo ou a sua difusão mais ampla. Por isso, as principais ideias que a classe dominante, ou setores dela, lançou mão durante os conflitos sociais desde as Jornadas de Junho de 2013 até a vitória de Jair Bolsonaro, em 2018, tiveram como função social derrotar a classe

trabalhadora e, no caso, sua principal representação, o PT. Parece-nos a confirmação do papel da ideologia em processos de reajustes estruturais da qual se referiu Mészáros (2004), ou seja, a capacidade da ordem socioeconômica estabelecida de constantemente se ajustar às condições mutáveis de dominação. Dito de outra forma, “a reprodução bem-sucedida das condições de dominação não poderia ocorrer sem a participação ativa de poderosos fatores ideológicos” (Mészáros, 2004, p. 327).

Se as causas identificáveis de mistificação ideológica fossem primariamente ideológicas, “elas poderiam ser contrapostas e revertidas na esfera da própria ideologia” (Mészáros, 2004, p. 479). Bastaria combater a ideologia da extrema-direita do antipetismo, do lava-jatismo etc., no entanto não é assim que funciona. A “adesão ou não adesão da massa” às ideologias alternativas à ordem do capital não depende de ações voluntárias; não se pode subestimar o peso das determinações estruturais materiais.

Por fim, partimos das três posições ideológicas fundamentais, abordadas por Mészáros, e de suas consequências para os tipos de conhecimentos relacionados com cada uma delas. A primeira apoia indiscriminadamente a ordem social vigente e a formulação de ideias e de comportamentos sociais que a respaldem, sendo a ideologia que defende a sociedade burguesa, por exemplo, a liberal ou a fascista. A segunda, por sua vez, seria uma ideologia crítica que identifica as irracionalidades e o anacronismo da sociedade de classes, contudo, ainda é superficial; incluímos nela, por exemplo, toda a classe de reformismo, como o modelo petista e tudo que representam historicamente. Mesmo que identifique o anacronismo do capital, não o extrapola, mantendo-se nos marcos da ideologia burguesa. Por fim, a terceira contrapõe-se às duas anteriores, questiona a viabilidade histórica da própria sociedade de classes e apresenta, com o objetivo de sua intervenção prática consciente, a superação de todas as formas de antagonismos de classe, haja vista que só ela pode atuar na tentativa de superar as restrições associadas com a produção do conhecimento prático dentro do horizonte da consciência social dividida, sob as condições da sociedade dividida em classes.

Em qual das três ideologias podemos localizar o ESP por tudo que acumulamos acerca desse movimento e sua ideologia até aqui? Em nossa opinião, na primeira. O ESP se constitui disseminador de uma ideologia reacionária, que atua praticamente para a perpetuação da sociedade do capital. Contudo, ao realizarmos uma avaliação acerca do ESP no aparto do Estado, durante o governo de extrema-direita, podemos aprofundar nossa investigação sobre a ideologia do ESP.

4.3 O Escola Sem Partido no governo Bolsonaro

O crescimento do ESP, como consideramos até agora, se insere no cenário do avanço das ideias da extrema-direita que ganhou força no contexto da crise política e social entre 2015-2016, mas adquiriu robustez com o golpe que afastou a ex-presidenta Dilma Rousseff. Logo, esteve alinhado e imbricado com os movimentos e agentes políticos que organizaram o golpe. Assim, já identificamos a atuação organizada do ESP nos principais conflitos sociais ao lado dos grupos conservadores e de extrema-direita.

A aplicação do ESP foi potencializada na campanha presidencial de 2018, momento em que já havia mais de 150 PLs do ESP (Moura; Silva, 2020) em todo Brasil, e as ideias centrais do movimento consubstanciaram-se com a plataforma eleitoral de Jair Bolsonaro, ocupando centralidade como parte de sua pauta ideológica.

Nesta seção, aprofundamos nossas reflexões sobre as conexões ideológicas do ESP com a extrema-direita, ou, nas palavras de Löwy (2019), com o neofascismo brasileiro. Assim, apresentamos as principais características do bolsonarismo, tais como a ideologia, a guerra cultural como elemento de coesão e de mobilização desse movimento, como se deu a participação do ESP no governo de Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) e quais as suas consequências para a educação brasileira.

Retomamos, inicialmente, a categoria sugerida por Michel Löwy (2019), de neofascismo, para designar os governos, os movimentos e as lideranças que têm semelhanças com o fascismo clássico, mas que não são uma reprodução idêntica do passado. As chaves explicativas que o autor apresenta para o que considera um fenômeno planetário são: a crise financeira, iniciada em 2008, e suas consequências como a depressão econômica, desemprego, marginalização, citados na seção anterior; e as mudanças no âmbito da cultura, da ideologia, como efeitos da globalização capitalista. Tais elementos, para Löwy (2019), geraram um processo de brutal homogeneização cultural, produzindo e reproduzindo, em escala mundial, formas de “pânico identitário”, alimentando expressões chauvinistas e de variadas formas de intolerância (religiosa, étnico-racial, nacional).

A realidade é mais complexa, porém, os elementos apresentados pelo autor contribuem para entender o caso brasileiro, que o próprio Löwy (2019) ressaltou haver diferenças com neofascismo europeu. Contudo, ele aponta duas semelhanças entre ambas as realidades: i) a ideologia repressiva, expressa pelo culto à violência policial, a qual, no Brasil,

é representada institucionalmente pela denominada “Bancada da Bala”⁶⁵; ii) a intolerância com as minorias sexuais, com forte referência católica, na França, e evangélica, no Brasil⁶⁶.

Löwy (2019) apresenta uma inquietação que nos parece determinante: “Ainda falta uma explicação convincente do incrível sucesso, da candidatura de Bolsonaro, a despeito de sua pregação da violência, da truculência, da misoginia, da ausência de programa e da apologia descarada da ditadura e da tortura”. O autor identifica a força da ideologia neofascista bolsonarista, dialogando com Boito (2019) e Marilena Chauí (2019):

Uma das mais importantes contribuições do ensaio de Boito é sua caracterização da **ideologia** neofascista de Bolsonaro: ‘fascismo e o neofascismo são movidos por um discurso superficialmente crítico e ao mesmo tempo profundamente conservador sobre a economia capitalista e a democracia burguesa – crítica ao grande capital e defesa do capitalismo; crítica à corrupção e à ‘velha política’ combinadas com a defesa de uma ordem autoritária. A ideologia de ambos é heterogênea e pouco sistemática; nela se destacam a designação da esquerda como o inimigo a ser destruído (Bolsonaro proclamou abertamente em discurso transmitido nos telões da Avenida Paulista que a esquerda em seu governo deveria emigrar ou iria para a prisão); o culto da violência; seu caráter principalmente destrutivo, negativo; o irracionalismo (a terra é plana e o aquecimento global uma invenção, certo?); um nacionalismo autoritário e conservador (culto da homogeneidade da sociedade nacional e rejeição dos ‘desviantes’) e a politização do racismo e do machismo, ervas que brotam espontaneamente no solo da sociedade capitalista – na desigualdade de classe, na organização patriarcal da família, no autoritarismo da empresa capitalista – e que o fascismo alça, com o seu programa partidário, para a cena política (Löwy, 2019, grifo nosso).

O teórico incorporou também a análise do discurso desses governos autoritários, incluindo naturalmente Bolsonaro, feita por Chauí (2019), que destaca:

Ideologicamente, com a expressão ‘marxismo cultural’, os gestores perseguem todas as formas e expressões do pensamento crítico e inventam a divisão da sociedade entre o bom povo, que os apoia, e os diabólicos, que os contestam. Por orientação dos *consiglieri*, pretendem fazer uma limpeza ideológica, social e política e para isso desenvolvem uma teoria da conspiração comunista, que seria liderada por intelectuais e artistas de esquerda. Os conselheiros são autodidatas que se formaram lendo manuais e odeiam cientistas, intelectuais e artistas, aproveitando-se do ressentimento que a extrema direita tem por essas figuras. Como tais conselheiros estão desprovidos de conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos, empregam a palavra ‘comunista’

⁶⁵ Faganello (2015, p. 150) explica que a “Bancada da Bala é a representante política de um conjunto de ideias e atitudes, que se fundamentam na percepção de que o contexto social está marcado por uma crescente e constante insegurança e desordem pública radical”. Nesse sentido, “concebe-se uma apreciação da autoridade policial como uma força portadora de uma autonomia radical, a exaltação das virtudes guerreiras e do heroísmo da figura policial se conjugam com um discurso [securitário-autoritário] que entende a violência como ferramenta purificadora, legitimadora e resolutive dos problemas sociais” (Faganello, 2015, p. 151).

⁶⁶ Para Villazón (2015, p. 164), “a América Latina tem uma longa tradição de presença evangélica, mas nas últimas décadas houve um salto significativo, especialmente em sua versão pentecostal. Esse crescimento fortaleceu a sua capacidade de influência na agenda pública através de partidos evangélicos ou, mais frequentemente, por meio de associações ‘pró-vida’ e ‘pró-família’. Enquanto no início do século XX a agenda evangélica lutava pela separação entre Igreja e Estado, hoje suas posturas contra o avanço da ‘agenda gay’ e da ‘ideologia de gênero’ aproximam esses grupos aos conservadores católicos na luta contra as mudanças liberalizantes na família e na sociedade”.

sem qualquer sentido preciso: comunista significa todo pensamento e toda ação que questionem o *status quo* e o senso comum (por exemplo: que a terra é plana; que não há evolução das espécies; que a defesa do meio ambiente é mentirosa; que a teoria da relatividade não tem fundamento etc.) (Chauí, 2019).

A filósofa brasileira acrescenta que “são esses conselheiros (ideólogos) que oferecem aos governantes os argumentos racistas, homofóbicos, machistas, religiosos etc., isto é, transformam medos, ressentimentos e ódios sociais silenciosos em discurso do poder e justificativa para práticas de censura e de extermínio” (Chauí, 2019).

Debatendo a natureza do governo Bolsonaro, Sena Júnior (2022, p. 41) começa por definir a expressão bolsonarismo associada à ideologia:

Chamamos de bolsonarismo a um tipo de comportamento político surgido nos últimos anos, ao qual se vinculam pessoas ou grupos de pessoas que se organizam ou apenas se mobilizam em torno de ideias como antipetismo e o anticomunismo, o vitimismo e o pânico moral, a mobilização política e o culto da violência, o ultra neoliberalismo e o ataque aos direitos dos trabalhadores e a tudo o que se relaciona ao Estado de bem estar social oriundo de políticas públicas e de inclusão praticadas pontualmente desde a Constituição de 1988.

Acrescentamos que esse movimento ao qual se refere o autor tem uma forte capacidade de mobilização de massas, por sua capacidade de “manipulação” no sentido lukasciano que desenvolvemos e por outros fatores que trabalhamos na seção anterior. Além disso, o neofascismo bolsonarista reúne: o “olavismo” como suporte teórico para justificar todo tipo de teoria conspiratória e anticientífica (do negacionismo climático ao terraplanismo); um nacionalismo chauvinista que, de algum modo, mantém a sua ligação com um setor do militares; uma forte ligação com os evangélicos neopentecostais; e outra ponta do fio que liga a sua ideologia a discursos e articulações internacionais da direita e dos neopentecostais é o seu empenho em denunciar a difusão da “ideologia de gênero”, decorrendo disso sua associação com o ESP, desde o episódio do suposto kit gay difundido por Bolsonaro (Mattos, 2020).

Löwy (2019), consubstanciado pelas contribuições de Boito (2019) e de Chauí (2019), assim como as definições de Mattos (2020) e de Sena Júnior (2022), acerca do bolsonarismo, apresentou dois elementos nucleares, recorrentes a todos os casos, como explicação para o fenômeno do neofascismo: a crise econômica e as mudanças no âmbito da cultura e da ideologia. Julgamos ser pertinente nos determos sobre o elemento do poder da ideologia nesse processo, ou seja, a eficácia do neofascismo brasileiro em mover a classe média e amplos setores populares.

Consideramos que a reflexão de Lukács sobre a eficaz manipulação ideológica do nazifascismo sobre as grandes massas pode lançar luzes para nos ajudar a compreender o caso do bolsonarismo. Lukács (2013), partindo de Marx, refletiu sobre a natureza do estranhamento

no modo de produção capitalista plenamente desenvolvido, enfatizando que a forma mais específica (ou particular) do ser social sob o capitalismo tende a fragmentar a sua dimensão genérica. No raciocínio de Marx, o ser social aparece como indivíduos isolados na sociedade civil, genéricos somente na alienação do Estado e do Direito.

Nessas circunstâncias, a massificação ou as formas que buscam homogeneizar os indivíduos na sociabilidade burguesa terminam por intensificar o indivíduo particular e obscurecer o ser genérico, fortalecendo o individualismo. As consequências disso “[...] na vida privada dos homens é que a particularidade deve dominar o ser do homem, mediada pela manipulação consumada de todas as manifestações vitais” (Lukács, 2013, p. 572). Dessa forma, todas as manipulações econômicas, sociais e políticas dominantes se convertem em instrumentos mais ou menos conscientes para acorrentar o homem à sua particularidade e ao seu ser estranhado. Lukács (2013, p. 572) denominou isso de princípio da influenciabilidade extrema:

Não foi para menos que Hitler, como vimos, já comparou a propaganda política correta com uma peça publicitária de sabonete que ele tomou como modelo. Se considerarmos essa publicidade num país capitalista altamente desenvolvido em sua totalidade social, ela pressupõe, por um lado, como Hitler já havia constatado, uma **influenciabilidade** quase **ilimitada** dos homens, da crença de que qualquer coisa lhes poderá ser sugerida, desde que se descubra o método correto de fazê-lo (Lukács, 2013, p. 572).

Trata-se, antes de tudo, de influenciar de tal maneira o desejo das pessoas que aquilo que o homem considera como sua personalidade, geralmente, é apenas a sua singularidade que assumiu feição social. O objetivo, tratando-se da extrema-direita, no caso do nazifascismo, era, por um lado, a orientação de influenciar, de formar os homens em um determinado sentido, e, por outro lado, aprimorar o cultivo da particularidade dos homens. Desse modo, o hitlerismo liberou em seus asseclas e subordinados todos os maus instintos da particularidade. A sua realização social efetiva consistiu meramente em que essa “libertação” fosse canalizada para os rumos designados pelo hitlerismo como unidade de “pisar e ser pisado”, de “brutalizar outros e o temor de ser brutalizado”. A mistura predominante que surgiu desse processo tinha de ser a da crueldade desenfreada.

De tudo isso, Lukács (2013, p. 565) conclui que,

[...] quanto mais a transformação dos homens é operada não mais de modo essencialmente espontâneo, mas pela práxis social consciente ou por sua caricatura em forma de manipulação, tanto mais significativa se torna a função da ideologia também para os fundamentos sociais objetivos do estranhamento.

O autor acrescentou que aquilo que é chamado de “concepção de mundo do

hitlerismo” constituiu o produto gradativamente amadurecido de um desenvolvimento socioideológico reacionário secular, que se converteu em força de choque política e em ideologia no sentido literal do termo, ou seja, um meio para dirimir um conflito socioeconômico. No caso do hitlerismo, foi bem-sucedido em conferir ao ideário pronunciadamente reacionário uma aparência de uma revolução.

Entendemos que a reflexão lukasciana traz a lume a relação estrutura social e as formas ideológicas de consciência social. O estranhamento, o fetichismo, a reificação, desvelados por Marx como elementos chaves das relações sociais de produção e reprodução do capital, são esferas em que operam as ideologias, constituídas e reconstituídas objetivamente. E pela práxis social elas podem ir em uma ou outra direção, progressiva ou reacionária, por exemplo. Mészáros (2004, p. 67) se referiu a isso ao afirmar que, “sem reconhecer a determinação das ideologias pela época como a consciência social prática das sociedades de classe, a estrutura interna permanece completamente ininteligível”. Mesmo as formas mais positivas de tomada de consciência do conflito social fundamental são afetadas pelas limitações estruturais do confronto de classes.

Para Mészáros, assim como para Marx e Lukács, faz diferença que o indivíduo tome consciência do porquê as relações sociais dos seres humanos aparecem (e realmente são) invertidas, deslocadas em relações entre coisas, que dão ao mundo das mercadorias um caráter natural, que só se perde quando se consideram ou se avaliam outras formas de relações sociais, como fez Marx em *O capital*. O que eles nos ensinam é que não basta tomar conhecimento disso, pois não é apenas uma luta entre ideias.

A chave analítica da categoria ideologia nos clássicos do marxismo, que estamos nos amparando – Marx, Engels, Lukács e Mészáros –, a despeito de suas nuances, é o reconhecimento da relação dialética entre estrutura social e formas ideológicas, sem resvalar em um objetivismo exacerbado como os estruturalistas, e tampouco um subjetivismo extremado em que as ideias quase adquirem independência. Recordamos que relativa autonomia não pode ser confundida com independência.

Podemos sugerir que a eficácia da ação do neofascismo bolsonarista reside justamente nisso, em manipular, principalmente pelas mídias sociais, a “construção do inimigo”, reforçando a fragmentação individualizante e alienada da sociabilidade em que vivemos. Não são quaisquer ideias, mas aquelas que encontram “solo fértil no cotidiano das pessoas”, em um mundo dominado pelo fetiche e pela reificação (elementos que trabalhamos no segundo capítulo). O medo das famílias evangélicas e católicas, por exemplo, de que seus filhos se tornarem gays ou lésbicas, “por meio de uma suposta doutrinação e de uma ideologia de gênero”

ministrada pelos professores, pode explicar o massivo apoio a movimentos como o ESP, por exemplo.

Atualmente, já sabemos que ninguém escolhe a sua orientação sexual, mas o discurso da extrema-direita quer fazer acreditar que a escola (o professor) tem como objetivo transformar os jovens em gays e lésbicas, destruído, conseqüentemente, a família tradicional. Isso justifica a aceitação do temor à suposta “ideologia de gênero”, que sequer existe, mas que é utilizada como uma poderosa ferramenta política para manipular o pânico moral em troca de ganhos eleitorais.

Frigotto (2017, p. 29), discorrendo sobre como o bolsonarismo usa da manipulação para ganhar apoio de massas, argumentou “[...] que as ideias defendidas pelo movimento, por mais absurdas que sejam, têm adesão de setores da população, por um lado pela negação do conhecimento e, concomitantemente, pela manipulação moralista. Assim, juntam-se os fundamentalismos político e religioso”.

Isso posto, trazemos ao debate elementos mais concretos que caracterizam a ideologia bolsonarista e buscamos identificar se o ESP é ou não defensor e adepto dela, para, em seguida, analisar como isso se manifestou durante o governo Bolsonaro e quais as consequências disso para área educacional.

De acordo com Melo (2020, p. 34), o ESP é uma iniciativa absolutamente central na construção ideológica do bolsonarismo:

É propriamente o movimento Escola Sem Partido uma das iniciativas que deram forma ao bolsonarismo como alternativa política para as massas populares, por ter sido capaz de interpelar os valores conservadores predominantes no senso comum das classes subalternas, dando uma explicação para a natureza da crise brasileira que transcende a velha narrativa de combate à corrupção mais direcionada às classes médias

Corroborando com o autor, acrescentamos que esse tema teve centralidade na agenda eleitoral do então candidato Jair Messias Bolsonaro, em 2018. Em sua entrevista de maior audiência na campanha do primeiro turno, Bolsonaro reeditou essa estória e apresentou o exemplar de um livro para crianças sobre aparelho sexual, que nunca fora sequer indicado pelo MEC. Ademais, a relação entre Bolsonaro e a chamada “Bancada da Bíblia” no Congresso iniciou-se por esse combate comum às políticas de educação sexual. Com efeito, adotando o ESP como uma de suas agendas morais (ideologia de gênero), Bolsonaro conseguiu apoio de massas oriundo das estruturas do fundamentalismo neopentecostal, gozando de influência nos rumos do governo ao passo que mantinha a sua base social mobilizada contra o “marxismo cultural”, requalificando os propósitos do ESP.

Para Leher e Santos (2023, p. 14), assim como na tradição fascista, a guerra cultural é concebida como uma guerra a quente, que não pode ser confundida com a batalha das ideias no espaço público visando à predominância do melhor argumento. Mesmo em um nível simbólico,

[...] a lógica da guerra cultural nada tem a ver com o agir balizado pela razão, pois se vale das pós-verdades, da mentira reiterada (cujos exemplos mais destacados são a eficácia da cloroquina para a Covid-19 e a fraude das urnas eletrônicas urdidas na sala secreta do Tribunal Superior Eleitoral), dos diversionismos, de “teorias” conspiratórias, da identificação dos inimigos internos que ameaçam a segurança e a civilização cristã e da reiteração frenética de mensagens falsas e desabonadoras dos inimigos internos (Leher; Santos, 2023, p. 14).

Dessas ações resultam a repetição de formas simplistas e irreais sobre questões sociais complexas, tais como as desigualdades sociais, a inflação, a fome, o preço de combustíveis e a queda no ranking das maiores economias globais. Os autores também ressaltam o impacto significativo e potencialmente prejudicial das redes virtuais, uma vez que os algoritmos favorecem a propagação da pós-verdade em detrimento de estudos científicos. Os teóricos resgatam uma declaração de Steve Bannon (assessor político de Trump no primeiro governo), na qual ele descreve a ciência como mera ficção verbal, para, em seguida, relacioná-la à ideologia defendida pelo governo Bolsonaro. Ainda, segundo eles, “o governo Bolsonaro é um governo de destruição dos valores civilizatórios e democráticos erigidos a partir do Iluminismo e da Revolução Francesa, por meio da chamada guerra cultural” (Leher; Santos, 2023, p. 15).

Em *A guerra cultural e a retórica do ódio*, o professor João Cezar de Castro Rocha (2021) nos ajuda com o conceito de guerra cultural, primeiro ao abordar a sua origem e, depois, apontando como o movimento bolsonarista o incorpora. Segundo o autor, a guerra cultural é um fenômeno muito anterior à emergência do bolsonarismo, e a noção dominante de compreensão do fenômeno começa com o livro *Culture wars: The struggle to define America* (1991), de James Davison Hunter, um momento decisivo na caracterização intelectual desse fenômeno, que se articulou ao longo de décadas, especialmente a partir de 1960 e do impacto do movimento da contracultura. *A luta pela definição da América* abrange os temas dominantes dos últimos tempos, estabelecendo a pauta de costumes que se tornou decisiva em muitas eleições. O minucioso subtítulo do ensaio é esclarecedor: *Making sense of the battles over the family, arts, education, law, and politics*. De fato, na ascensão internacional da direita e da extrema-direita, as guerras culturais somente são inteligíveis no âmbito de autênticas batalhas ideológicas pelo estabelecimento de modelos normativos (reacionários até) de família,

de arte, de educação, de lei e de política.

Segundo Rocha, J. C. (2021), o movimento bolsonarista incorporou e ressignificou o conceito de guerra cultural a partir do que ele nomina de sistema de crenças Olavo de Carvalho: um conjunto de elementos organizados e dispostos de forma relacional que, uma vez internalizado, resiste às contestações externas. E como um sistema de crenças, não tem compromisso com o factual, apenas com sua coerência interna. A guerra cultural nessa acepção é o grito de guerra bolsonarista, o verdadeiro eixo do projeto autoritário de poder encabeçado por Jair Messias Bolsonaro, é o “[...] desejo de eliminação do outro. A intolerância é sua marca d’água; o ódio, o núcleo duro de sua retórica” (Rocha, J. C., 2021, p. 214).

Para o professor, a mentalidade bolsonarista foi intrinsecamente moldada pela atmosfera draconiana da Lei de Segurança Nacional (LSN) de 1969, que postulou o princípio de guerra total, segundo o qual todo e qualquer cidadão de bem deve assumir para si a incumbência de combater antagonismos, que, na época da LSN, no contexto da Guerra Fria, era o comunismo, a ameaça da União Soviética. No entanto, alerta o professor, na prática, a LSN serviu como instrumento legal para a caça ao inimigo interno, sendo a justificativa para as atrozidades práticas realizadas por militares durante a ditadura. Para o autor, a “[...] mentalidade bolsonarista é a tradução insensata para tempos democráticos da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) em sua expressão mais violenta, a LSN de 1969” (Rocha, J. C., 2021, p. 245).

Na mesma direção, Melo (2020) explica que essa teoria da conspiração do “marxismo cultural” difundida no Brasil por Olavo de Carvalho e seu círculo é parte central do conteúdo ideológico do bolsonarismo, que requentou uma paranoia já usada pelos golpistas em 1964. Tal noção é um dos muitos delírios na DSN, ideologia central da ditadura militar que continua a influenciar o pensamento militar atualizado com novas tendências do pensamento anticomunista importadas do Atlântico Norte. Esse conspiracionismo ganhou novos contornos na narrativa do “marxismo cultural”, e a suposta nova estratégia dos marxistas não seria mais o ataque à propriedade privada, e sim “a destruição da família tradicional”. Essa teoria recebeu as cores da corrente antigramscista já desenvolvida na América do Sul desde os anos 1980, dando o tom no Brasil daquilo que, para o contexto estadunidense, James Davison Hunter chamou de *guerra cultural*.

Segundo Melo (2020, p. 33-34), a guerra cultura justifica elementos centrais da ideologia bolsonarista:

[...] a partir da publicação de textos como o livro *A nova era e a revolução cultural* (1994), Olavo de Carvalho penetrou nos meios conservadores e até em setores militares, elegendo Gramsci como o grande demônio do comunismo, e

disseminando tal teoria. Ajudou nessa circulação o livro *A revolução gramscista no Ocidente* (2002), do general Sergio Coutinho. A afinidade eletiva da leitura da extrema direita militar e Olavo de Carvalho no campo do revisionismo histórico sobre a ditadura, é o de que o grande problema da ditadura foi o de não ter dado a devida importância para a luta cultural, deixando a esquerda se reorganizar e empreender, a aplicação da estratégia gramscista de conquista do poder. Acabam se combinando nessa síntese a normalização do Terror de Estado com o propósito de empreender uma guerra cultural capaz de eliminar a possibilidade da existência da esquerda e qualquer adversário. Há uma guerra a ser travada e o líder mítico, comanda e tem sempre razão. Aí reside o núcleo mítico do neofascismo bolsonarista, elemento explicativo para a importância que a guerra cultural possui nesse projeto.

Esse é o cerne de movimentos como o ESP, com iniciativas do governo para “armar a população” e criar um ambiente propício a uma guerra civil. A base neofascista/bolsonarista necessita estar permanentemente mobilizada por meio de um agressivo aparato “tecnológico” de propaganda. A adoção de Gramsci como o grande comunista a ser combatido justificou-se, segundo eles, porque o pensador marxista pretendia chegar ao socialismo mudando os valores culturais e morais⁶⁷. É preciso entender o discurso bolsonarista como uma mistura de preceitos disso que eles denominam “guerra cultural” com a pauta da ideologia de gênero ardorosamente defendida pelo movimento ESP.

Consideramos pertinente trazer uma reflexão acerca de como se apresenta a concepção de ideologia em Gramsci e como ele articula isso com a cultura. Para esse autor, a cultura e a ideologia são ferramentas cruciais para a hegemonia cultural, ou seja, a capacidade de uma classe dominar outra não pela força, mas pelo consentimento. Evidentemente que a sua proposta nuclear foi munir as classes subalternas para, por meio da filosofia da práxis, transformar a sociedade. Gramsci construiu seu conceito de cultura como “expressão da sociedade” (Gramsci, 2007, p. 121), “relação entre a humanidade e a realidade com a mediação da tecnologia” (Gramsci, 2007, p. 174), capacidade crítica-reflexiva folclore, formas determinadas de saber e modos de pensar a realidade concreta e intervir em sua transformação. Em sua obra teórica, sistematizada nos *Cadernos do Cárcere*, a aceção mais acentuada da cultura converge com a noção de “concepção de mundo”.

A concepção de ideologia adotada em Gramsci está ligada a uma certa unificação das superestruturas em torno dos valores históricos do conhecimento e da cultura. Para ele, ideologia indica a totalidade das formas de consciência social ou, de maneira mais direta, visões e concepções de mundo dominantes transformadas em “senso comum”, e que

⁶⁷ A extrema-direita assim apresenta Gramsci: Antonio Gramsci foi um filósofo marxista, e a sua guerra foi silenciosa, não armada. Não tinha força física, e sim força intelectual. Para uma sociedade se tornar socialista gradativamente, seria preciso mudar os valores culturais e morais, até finalmente chegar aos valores políticos. Em outras palavras, Gramsci pensou que subvertendo a cultura, conseguiria implementar os ideais revolucionários do marxismo (A estratégia [...], 2020).

concorrem para a coesão (“cimento”) social. Assim, as ideologias (no plural) funcionam, na teoria gramsciana, como forças organizadoras e não como concepções intelectuais que podem ser verdadeiras ou falsas por si mesmas. São elas que, no limite, circunscrevem o espaço social no qual os agentes “[...] atuam, lutam e adquirem consciência de suas posições sociais” (Eagleton, 1997, p. 109).

Nessa perspectiva, a ideologia tem elementos unilaterais e fanáticos, assim como aspectos de conhecimento rigoroso e até mesmo de ciência. Nisso nos parece que o marxista italiano reconheceu os caracteres negativo e positivo da ideologia. Por isso, a partir da sua compreensão de que é a hegemonia o ordenador da ideologia, que empresta o cimento mais íntimo à sociedade civil e, portanto, ao Estado, compreendeu que as classes populares também disputam todos os espaços na construção de uma contra hegemonia. Nessa tarefa, a história pressupõe, então, não só a ação dos líderes e dos de *cima*, mas também a ineliminável possibilidade da intervenção ativa e consciente dos de *baixo*. Fortalecer essa intervenção era a meta e o ideal de Gramsci. A sua perspectiva revolucionária o incitava a tentar contribuir para a criação de organizações capazes de atuar em um sentido político-pedagógico, de modo tornar as pessoas cada vez mais críticas/conscientes para a realização de um programa que resultasse em aumento da liberdade e em diminuição da coerção na sociedade.

Isso posto, fica evidente que os nexos entre cultura, educação, ideologia em uma perspectiva gramsciana são absolutamente o oposto das distorções e das falsificações propagadas pelo neofascismo bolsonarista, que usam desses artifícios para justificar uma guerra cultural pela defesa dos valores da família tradicional e de uma educação isenta de ideologia que estariam ameaçadas pelo “marxismo cultural” gramsciano. Leher (2020) considera que o movimento original do ESP, nesse sentido, foi em grande parte fagocitado pelo aparato da guerra cultural, orientado pelo objetivo estratégico mais ousado da construção de rupturas que propiciam o neofascismo. Assim sendo, o ESP foi tragado pela nova dinâmica ideológica, alavancado pelas ferramentas de comunicação do bolsonarismo e impulsionado por inequívoco poder material.

O autor supracitado destaca ainda que a pauta do ESP – anticientificista, dogmática, fundamentalista, formada por preceitos das alas mais reacionárias da “Bancada Evangélica” e de segmentos empresariais de extrema-direita – assume, a partir do governo Bolsonaro, outra configuração, visto que o MEC passou a ser um *bunker* da “guerra cultural”; isto é, um *Aparelho do Estado*, e não mais apenas um *Aparelho Ideológico do Estado (AIE)*. Na acepção althusseriana, poderíamos considerar que o ESP agora se potencializa na utilização da coerção/repressão e da ideologia. Lembremos que, para o filósofo francês, as

ideologias devem ser sempre pensadas a partir dos aparelhos que as viabilizam e das práticas que as concretizam. Uma ideologia, advertia ele, existe sempre em um aparelho e em sua(s) prática(s) (Althusser *apud* Konder, 2020, p. 133).

Isso fica explícito em um breve exame sobre o papel do MEC durante o governo Bolsonaro, visto que é por meio desse Ministério que o governo garantiu as principais linhas de força ideológica, como o ESP e o combate à ideologia de gênero⁶⁸, que lhe deram apoio e sustentação; em outras palavras, o ESP se tornou oficialmente uma política do governo federal.

Andrade (2023) descreve que a relativa harmonia dos grupos empresariais da educação ao redor do TPE e dos fundamentalistas ao redor do ESP que vigorou durante o governo de Temer teve dinâmica diferente após a eleição de Bolsonaro:

Deve-se lembrar que antes do segundo turno das eleições, Viviane Sena, que integra o TPE e dirige desde os anos 1990 o Instituto Ayrton Senna, aceitou o convite de Bolsonaro para discutir ‘os desafios da educação no Brasil’. Apesar do encontro amigável, Bolsonaro, pressionado sobretudo pela bancada evangélica, entregou o MEC à ala olavista (Andrade, 2023, p. 63).

Houve um descontentamento do empresariado educacional do TPE, que, já em 2019 se afastou do MEC, passando a fazer críticas públicas ao então ministro da educação, de matriz olavista, Ricardo Vélez Rodríguez⁶⁹, que seguia os caminhos do ESP. As divergências predominaram, especialmente no que tange à laicidade, à diversidade e a o combate à chamada “ideologia de gênero” e à secularização da vida social. As convergências de agendas entre os TPE e a extrema-direita, ou seja, com o ministro defensor do ESP, foram:

[...] a defesa da supremacia do mercado, o capital humano, a ideologia meritocrática, a desconsideração das desigualdades de classe dos estudantes que estão no sistema educacional, o afastamento da escola das lutas sociais e sindicais e a despolitização da formação docente são pontos em comum, embora vistos sob prismas nem sempre coincidentes (Leher; Santos, 2023, p. 14).

A despeito das divergências, essas duas frentes representam organizações distintas, porém, todos são setores da classe dominante e constroem estratégias e ações que, apesar das diferenças, buscam determinar as políticas educacionais e redefinir o papel das escolas e universidades brasileiras de acordo com os interesses das frações de classe que as compõem. Acrescentando a essa análise, Leher e Santos (2023, p. 23) afirmam que o governo Bolsonaro

⁶⁸ A expressão “ideologia de gênero” aparece pela primeira vez em 1998, em um documento eclesiástico, em uma nota da Conferência Episcopal do Peru, intitulada *A ideologia de gênero: seus perigos e alcances*. Em 2000, novas menções surgem em registro da própria Cúria Romana, até que, em 2003, foi publicado o mais extenso documento católico sobre o tema, o Lexicon.

⁶⁹ Importante recordar que o ministro Vélez recebeu representantes do TPE ainda em janeiro de 2019, quando tomou conhecimento do documento “Educação Já!” (Todos pela Educação, 2019).

tentou abrir uma frente especificamente neofascista, por isso, ao contrário da economia, que foi entregue a um quadro orgânico ao capital, a educação ficou a cargo de um defensor do ESP, a despeito do que propunha o TPE, que havia sugerido um quadro orgânico ao capital, Mozart Ramos.

A educação, nas gestões de Ricardo Vélez Rodríguez e de Abraham Weintraub, teve dois defensores do ESP, tendo um papel central na implementação das ações do movimento. Sob o comando de Ricardo Vélez Rodríguez, que provém da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), da área de Ciências da Religião, e que foi colaborador da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Eceme), algumas ações impulsionadas pelo MEC foram: os estudantes foram incentivados a gravar as suas aulas para identificar professores esquerdistas; difundiu-se a ideia de que o revisionismo histórico fosse usado para reconceituar a ditadura empresarial-militar como um movimento cívico (“a posse de Castelo Branco foi institucional, não um golpe contra a Constituição da época); determinou-se que as escolas filmassem os estudantes cantando o hino e bradando o lema neofascista do governo “O Brasil acima de tudo. Deus acima de todos”; defendeu-se que a universidade para todos não existe, pois ela deve ser reservada para a elite intelectual; criou-se o modelo de escolas cívico-militares e adotou-se a nomeação ideológica de reitores, interditando os de esquerda; e defenderam-se mudanças no edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) para o segundo ciclo do Ensino Fundamental, retirando temas como os quilombolas e a violência contra a mulher.

As tensões e as lutas de resistência, entretanto, não permitiram ao ministro a coesão necessária entre as alas dos olavistas, militares tecnocráticos e militares da extrema-direita. As disputas pelo poder tornaram o MEC ingovernável e, quatro meses após a sua posse, o ministro foi demitido (Leher; Santos, 2023). O indicado por Bolsonaro para substituí-lo foi Abraham Weintraub, que ficou 14 meses à frente do Ministério. Weintraub, era um radical e consciente dos termos da guerra cultural. O novo ministro tinha vínculos mais orgânicos com a extrema-direita e havia ocupado cargo de Secretário Executivo da Casa Civil da Presidência da República no governo Bolsonaro. Olavo de Carvalho, um dos impulsionadores do ESP desde a sua criação, elogiou a escolha: “leu e entendeu minha obra”. Weintraub priorizou a guerra cultural nas universidades. Um de seus primeiros atos foi contingenciar o orçamento nas Universidades Federais em 30%, iniciando o corte pelas “universidades rebeldes”. Os impactos das reduções financeiras na Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (Capes) foram de tal magnitude que o número de bolsas de mestrado e de doutorado foram reduzidas em todo o país.

Em conformidade com o método da extrema-direita, baseado na propagação de

mentiras escabrosas, Weintraub denunciou que as Universidades Federais tinham laboratórios de drogas e extensivas plantações de maconha. Desarticulou o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem)⁷⁰ com falsas notícias de vazamento de gabarito, erros de correção de provas, tudo para abalar as de formas de recrutamento dos novos estudantes, afetando, nesse caso, toda o Ensino Superior.

O então ministro também defendeu intervenção policial nas universidades, medida rejeitada pelo STF, mas só o fato de encontrarem guarita no MEC, houve uma onda de ataques de grupos de extrema-direita nas universidades públicas. Como seu antecessor, solicitou que os estudantes filmassem seus professores, medida que levou o MPF a determinar que o MEC se abstivesse de cercear a liberdade de professores, de pais e de responsáveis. Weintraub foi um impulsionador do ESP, apesar de Miguel Nagib, ainda no primeiro semestre de 2019, ter anunciado o encerramento das atividades, o que de fato não aconteceu.

Hermida e Lira (2023) salientam que esse fato não significa que as ideias do movimento tenham perdido força. Por mais absurdas que pareçam as teses do ESP, do ponto de vista do debate público, a sua aceitação por parte da sociedade civil e de uma expressiva parcela da sociedade política foi notória, haja vista as reações observadas no dia a dia, que questionavam a capacidade e as “reais intenções” dos profissionais da educação, colocados em um permanente clima de suspeição. Weintraub, ao assumir o ministério em setembro de 2019, reafirmou o ESP, apesar de o projeto não ter prosperado na Câmara dos Deputados e ter sido arquivado em 2019. Ignorando esse fato, e confiante na iniciativa da deputada Bia Kicis (PSL-DF), que havia apresentado nova versão do ESP na Câmara Federal em 2019, o presidente Jair Bolsonaro determinou ao MEC a criação de um PL para proibir a abordagem de questões de gênero nas escolas de Ensino Fundamental. Em vista disso, Weintraub enviou um ofício às redes de ensino informando que retomava as diretrizes do ESP. Em dezembro, o presidente da República afirmou que o projeto estava em operação.

Nessa conjuntura em que o ESP tem iniciativas desde o governo federal, proliferam centenas de projetos por todo o país sem, contudo, ser transformado em uma lei nacional, conforme pretendiam seus criadores. Em 2019, o Movimento Professores Contra o Escola Sem

⁷⁰ Com relação ao sistema de avaliação de estudantes, o Inep publicou, em 20 de março de 2019, a Portaria n.º 244 (Brasil, 2019), que criou uma comissão composta por três membros, sendo eles: Marco Antônio Barroso Faria (representante do MEC), Antônio Maurício Castanheira das Neves (representante do Inep) e Gilberto Callado de Oliveira (procurador de justiça do Ministério Público de Santa Catarina, como representante da sociedade civil). Essa comissão teria um prazo de 10 dias para inspecionar os temas da prova do Enem que fizessem abordagens “ideológicas”.

Partido (MPCESP)⁷¹ identificou 245 PLs pelo Brasil com conteúdos similares, a fim de limitar o que o professor pode falar na sala de aula. Fortaleceu-se a desqualificação docente, sobretudo daqueles que se colocam ao lado de causas populares e que se recusam a seguir o ESP. Tais profissionais são criminalizados, denunciados por “fazer a cabeça dos educandos” na tentativa de formar cidadãos críticos e compromissados com a realidade em que vivem, exercem a profissão de forma equivocada, pois essa função, de acordo com o ESP, só deve ser exercida pela família (Miguel, 2016).

Contudo, vale destacar que o governo de Bolsonaro adotou o posicionamento geral do ESP, como a deslegitimação da qualidade das universidades federais e o asfixiamento financeiro da educação pública, mas não criou uma política com o nome do movimento, assim como Nagib acreditava que se daria. Mesmo sem aprovar uma lei nacional, o programa do ESP esteve plenamente representado e implementado no governo Bolsonaro. Os vários PLs aprovados nos estados e municípios começaram a sofrer reveses, quando, durante a pandemia da covid-19, no segundo semestre de 2020, o STF, por 9 x 1, declarou a inconstitucionalidade do ESP (Gaspar, 2020).

Coerente com esses objetivos, o Presidente e seu Ministro da Educação tentaram impor, no período da pandemia, reitores biônicos, de livre nomeação por Bolsonaro. Seguiram firmes na desconstituição do aparato de ciência e tecnologia, não apenas encolhendo seus recursos a um patamar que sequer permite o custeio mínimo, mas interferindo, aberta e explicitamente, nas prioridades de pesquisa.

O pastor evangélico Milton Ribeiro foi o terceiro Ministro da Educação do governo Bolsonaro. A sua nomeação foi considerada um aceno à base religiosa (evangélica) que apoiava o governo. Ele assumiu o MEC em julho de 2020 após Weintraub renunciar ameaçado de ser preso por ataque às instituições do Estado Democrático de Direito. O cientista social Josué de Souza, em seu artigo *O Escola Sem Partido foi pra cadeia*, referindo-se aos três Ministros da Educação de Bolsonaro, afirma:

Chegaram ao poder nas ondas do Movimento Escola sem Partido. Uma iniciativa que pretendia impor o controle dos conteúdos ensinados pelos professores. Os defensores da proposta justificavam que a iniciativa era uma tentativa de impedir que professores se utilizem da audiência cativa de seus estudantes para impor-lhes suas preferências políticas e ideológicas. O chamado ‘Escola Sem Partido’, virou ‘MEC e nossa igreja’ e agora nossa cadeia está sem partido. Tiveram tanto sucesso na empreitada que em 2019 o grupo suspendeu suas ações (Souza, 2022).

⁷¹ O MPCESP começou como uma página no Facebook e evoluiu para um observatório no qual os professores vítimas do ESP podem denunciar e encontrar apoio. Surgido em 2015, é um dos primeiros movimentos sociais de oposição direta às propostas do ESP e um dos principais divulgadores de notícias a respeito, além de criar análises e reflexões sobre o assunto e mobilizações. Disponível em: <https://profscontraoesp.org/sobre/>.

Souza (2022) se refere à prisão de três pastores evangélicos, sendo um deles o Ministro da Educação do governo Bolsonaro. Milton Ribeiro teve que renunciar ao cargo após ser preso, acusado de terceirizar o MEC para pastores evangélicos. Esses despachavam em um hotel em Brasília recebendo prefeitos do interior que, mediante o pagamento de propina aos religiosos, tinham liberado seus pedidos de investimento junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Segundo gravações vazadas na imprensa, o pedido de propina incluía até barras de ouro.

Em consonância com Souza (2022), a revista *Veja* publicou em março de 2022 que Milton Ribeiro conseguiu implantar, na prática, o “escola com partido” na pasta (Escola [...], 2022). Para a Revista, Ribeiro incluiu a ocupação de postos-chave por pessoas encarregadas de implantar a visão ideológica do ESP, como a pedagoga Sandra Ramos, nomeada para a Coordenação Geral de Materiais Didáticos, que já havia assinado documento defendendo o ensino do criacionismo em contraposição à teoria da evolução das espécies, de Charles Darwin. Também houve influência na compra de livros didáticos, ao deixar de excluir obras que expõem as mulheres sob uma ótica negativa e as que ignoram a agenda de não violência contra elas. Vocábulos como “respeito à diversidade” e “democrático” foram suprimidos, cedendo lugar à valorização de ideias mais vagas, como o “convívio social republicano”.

Segundo Leher (2023), a essência da política educacional do governo Bolsonaro foi uma combinação da aplicação da EC n.º 95/2016, a guerra cultural, incluindo o ESP, e as novas contrarreformas constitucionais. Para o autor, a partir da posse de Bolsonaro, em 2019, o neoliberalismo extremo assumiu plenamente as suas feições autocráticas. O governo empreendeu uma série de atos hostis à autonomia universitária, priorizou a nomeação de reitores que não foram legitimados por suas comunidades e mobilizou o MEC para atuar como uma das trincheiras da ‘guerra cultural’. Em poucos meses, já está evidente que as declarações de Bolsonaro contra a liberdade de cátedra não seriam proclamatórias (Leher, 2023).

Além das iniciativas inequivocamente ofensivas à autonomia científica das instituições e da mobilização do aparato do Estado para coibir a liberdade de cátedra, os operadores da área econômica, em fina confluência com a agenda do bloco no poder, encaminharam Propostas de Emenda Constitucional (PECs) que radicalizaram, ao extremo, a contrarreforma do Estado. A EC n.º 95/2016 segue sendo o fundamento dos cortes orçamentários, mas as demais PECs objetivam avançar, especificamente, sobre os gastos obrigatórios, principalmente com pessoal. É essa peculiar combinação de neoliberalismo extremo com os dispositivos da ‘guerra cultural’ que particulariza o terceiro período da redução

orçamentária das universidades e da área de ciência e tecnologia em geral.

Ainda conforme argumenta Leher (2023), a queda de 40% nos recursos de custeio, entre 2014 e 2020, em valores constantes, é muito grave, levando à situação do desmanche das universidades. Além da questão orçamentária, o autoritarismo se estabeleceu, isso porque, desde que Bolsonaro assumiu a presidência, o número de militares ocupando cargos civis cresceu 108% em relação a 2016 (Leher, 2023, p. 51). Fica evidente que a essência da política educacional durante o governo Bolsonaro foi a implementação das propostas contidas nos PLs do ESP, sem, contudo, aprovar o PL n.º 7.180/2014. A imagem criada pela extrema-direita sobre a educação foi de que as escolas precisavam neutralizar a ideologização e as universidades públicas deveriam ser combatidas porque eram tratadas pela ideologia da extrema-direita como instituições a serviço da grande conspiração esquerdista mundial para destruir os valores da família. Lastreado nessas formulações, o governo teve como tática desmoralizar a universidade pública e, com isso, atacar as suas contribuições, por meio da produção do conhecimento científico com engajamento social para as classes desfavorecidas.

Percebemos que, até seu último ano de governo, e apesar das críticas do próprio Nagib, Bolsonaro foi um garantidor da implementação das propostas do ESP, desde o MEC. É sintomático que tenha escolhido um ultraneoliberal para ser seu Ministro da Economia e que todos os seus Ministros da Educação, sem nenhuma objeção às políticas ultraneoliberais no setor educacional, tenham sido homens defensores do ESP.

4.4 ESP: concepção autoritária de educação em sintonia com a ideologia neofascista/bolsonarista

[...] pois todas as aparências de neutralidade ideológica só podem agravar nossos problemas quando a necessidade da ideologia é inevitável, como acontece hoje e deverá continuar no futuro previsível. Na verdade, inevitável enquanto continuar sendo necessário “vencer os conflitos” que continuam a surgir dos interesses inconciliáveis das forças hegemônicas alternativas que se enfrentam na nossa atual ordem social de dominação e subordinação estrutural (Mészáros, 2004, p. 13).

Nesta seção, debatemos o significado da proposta de **educação sob a perspectiva da neutralidade ideológica** defendida pelo MESP, dialogando com os principais eixos de sua proposta educacional, a saber, a precedência dos valores morais e religiosos sobre a educação escolar, o professor como inimigo e a negação ao estudo e aos debates sobre gênero, expressas do PL n.º 7.180/2014, seus apensados e o substitutivo. Nosso objetivo foi trazer a lume a concepção de educação subjacente à “neutralidade ideológica” defendida pelo ESP.

Aparamo-nos na concepção de ideologia de Marx e de Mészáros, fecundamente trabalhada no segundo e terceiro capítulos desta tese, para a abordagem acerca de uma educação sob a perspectiva da neutralidade ideológica. Tomamos como pressuposto de análise que a educação constitui uma condição geral para o processo de reprodução social. Nesse caso, a forma que a educação se estrutura estaria condicionada pelo modo como os homens se organizam para transformar a natureza, ou seja, pelo conjunto das relações sociais de produção. Não podemos deixar de considerar que essa “determinação” da sociedade sobre a educação é relativa e se dá na forma de ação recíproca. Consequentemente, como ressalta Saviani (2003, p. 92), “[...] a educação também interfere sobre a sociedade, podendo contribuir para a sua própria transformação”.

O MESP tenta se apresentar com base em uma “filosofia” e em uma “visão de mundo” que, não raro, negam a ciência, apoiando-se em pressupostos obscurantistas e retrógrados. Isso dito, não é nossa intenção subscrever o mero empirismo como método de tratamento dos materiais que, em regra, embasam a pesquisa que se encontra no íntimo do texto em tela. Nesses termos, é importante aprofundarmos os fundamentos da ideologia do ESP. Pegando-o pela palavra, indagamos: O que significa uma educação apartidária, sem doutrinação e sem ideologia? Entendemos que, a partir desses elementos, é possível avançar na dessacralização da ideologia que nutre o movimento político em exame.

De feito, as incertezas que cercam os indivíduos e os agrupamentos sociais a respeito da ciência nesse primeiro quarto de século não são apenas trabalhadas por ideologias como a do ESP, mas, em geral, também são reforçadas e dilatadas. As confusões que, em meio à pandemia da covid-19, quanto aos tratamentos, e, nomeadamente, ao tema da vacina, exemplificam como ideologias assentadas em prismas anticientíficos corroboram para produzir socialmente alvoroço e desorganização.

Ao desdenhar e desqualificar a ciência, os adeptos de movimentos, como o do ESP, valorizam formas primitivas de conceber o social, não somente menosprezando e rejeitando o uso da vacina com vistas a fortalecer o sistema imunológico, reduzindo o risco de adoecimento, mas também preterindo a escola como uma modalidade de formação de natureza visceralmente crítica, levando, em último caso, a uma defesa da educação domiciliar como contraponto ao sistema escolar. Todavia, ao preservar a escola como instituição de instrução-formação-emancipação, os integrantes do movimento em estudo consideram a urgência de modificá-la no sentido de nela vestir os trajes de uma visão profundamente acrítica, conservadora e obsoleta. É o retorno de uma visão que acredita que a educação é “[...] um fenômeno estritamente técnico-pedagógico, portanto, inteiramente autônomo e independente da questão política” (Saviani,

2007, p. 81).

Ademais, em seu ínterim, os defensores do ESP terminam por assumir uma concepção nitidamente unilateral e autoritária de educação que, em última hipótese, atravessa todo seu conteúdo ideológico. Penna (2016, p. 40) destaca que um dos aspectos que define esse projeto é a desvalorização do professor e uma perspectiva tecnicista do trabalho docente. Afirmar também que o ESP imputa ao professor ser o único profissional sem liberdade de expressão em seu trabalho no Brasil. Nessa perspectiva, o discurso contra a doutrinação desvela, de certa maneira, a natureza delirante da ideologia que anima o movimento e, muitas vezes, uma ignorância absurda acerca da realidade das instituições de ensino, que, segundo os defensores do ESP, são dominadas pelo monolitismo no campo do pensamento.

Quando tenta atribuir certo ar metodologicamente científico ao seu discurso, o movimento apresenta inclinações bem próximas das posições de importação positivista. Diríamos que, em tais momentos, o ESP se mostra ligeiramente prisioneiro do positivismo e do neopositivismo, conduzindo a perspectivas perigosamente estreitas para educação, sem esquecer das mistificações em torno da imediatividade petrificada de viés capitalista. Nesse caso, o movimento, mediante a sua ideologia retrógrada, nega a importância da educação articular a sua trajetória e os seus objetivos com um nível histórico-social mais geral.

Por outro lado, ao se constituir como parte de uma perspectiva ultraneoliberal na economia e acrítica e reacionária no âmbito do ensino, o MESP busca tornar a escola uma ferramenta de reprodução, *ipsis literis*, da dominação burguesa mais impiedosa, ao mesmo tempo em que deseja que o relógio da história recue no tempo. Não por acaso, o movimento criminaliza o pensamento crítico e defende amplamente a vigilância sobre o trabalho docente, haja vista que a escola constituiria um ambiente de doutrinação. Nessa direção, o professor é apresentado como um doutrinador perigoso, como um assediador, um abusador e um sequestrador intelectual. Disso decorre a defesa da lei mordaza, com direito a cartazes afixados nas portas das salas de aula, gritando em letras garrafais quais os deveres do professor.

Aqui, talvez já seja possível trazer à tona a dupla fisionomia do ESP: uma voltada ao presente, para defesa da ordem vigente, e outra ao resgate da velha natureza de instituições tradicionais, a exemplo da família e da igreja, resgatando postulados morais abstratos diante das demandas contemporâneas. A nosso ver, isso escancara a ideologia reacionária que orienta esse movimento, traduzida em noções toscas como a de que o professor quer destruir a família tradicional.

O que os apologistas da proposição em exame entendem por família? Exatamente o núcleo duro da instituição familiar de natureza patriarcal, com o pater família, a “dona de

casa” e os filhos necessariamente héteros. Mas não nos espantemos: ao levantarem os fantasmas como o da ideologia de gênero, os adeptos do ESP buscam rebaixar a discussão, levando-a ao rés do chão, à medida que inflamam um setor de massas da população que se embriaga dos efeitos produzidos por essas prédicas tradicionalistas e incondicionalmente enganosas. Ao defender um modelo de formação acrítico e obsoleto, de fato, o ESP, em última análise, se opõe à noção de uma escola pensada em uma perspectiva emancipatória. À primeira vista, às vezes, parece mais um movimento preventivo, uma vez que a escola que temos está longe de representar uma ferramenta habilitada a nutrir qualquer projeto genuinamente emancipatório.

No frigidar dos ovos, os defensores do ESP querem destruir a dimensão educacional da escola, acusando o professor de proselitismo e de dogmatismo e exigindo que ele não trabalhe conteúdos que entrem em rota de colisão com os valores e os ensinamentos da família tradicional e do pároco ou do pastor conservador. Em alguns momentos, a questão parece recuar no tempo para ressuscitar as disputas entre as vertentes religiosa e leiga no campo da Pedagogia, até porque o movimento valoriza mais as tradições religiosas do que as inovações que a ciência foi disponibilizando para humanidade, mediante incontáveis e necessárias pesquisas.

Nesse itinerário de reconstrução-reflexão que dimensionam o conteúdo mais profundo de nossa tese, chamaram a nossa atenção, durante os debates com os pares, a ideia de que o MESP não é um ponto isolado na realidade brasileira. O seu desenvolvimento vem acompanhado de outras iniciativas da direita e da extrema-direita, a exemplo dos projetos de *homeschooling* (a educação domiciliar), Escolas Cívico-Militares, bem como a criação do Brasil Paralelo em 2016⁷², engendrado no marco da ascensão do bolsonarismo, da denominada guerra cultural e de combate ao marxismo cultural, à luz da tríade nazista-integralista “deus-pátria-família”.

Tanto os seguidores da ideia do ESP como os do Brasil Paralelo, na maior parte dos casos, mostram-se politicamente inclinados a aceitar noções toscas como a de que o “nazismo é de esquerda”, que a “a ditadura não aconteceu” e um longo etecetera. Apesar do baixo valor específico dessas “teses”, o fato é que a ultradireita faz luta ideológica e a proposição da ESP é um momento dessa disputa ideológica. Isso ilustra bem que essa discussão sobre ideologia não está superada e, portanto, não estamos em uma sociedade pós-ideológica. Logo, o seu propósito não é extemporâneo. Longe disso!

⁷² Trata-se de uma empresa fundada em agosto de 2016, no Rio Grande do Sul, que cria conteúdos de vídeos e documentários, notadamente acerca da sociedade, da política e da história, traduzindo as concepções e as idiosincrasias dos agrupamentos conservadores e de ultradireita. Em regra, apresentam-se como produtores que criam conteúdos que enalteceriam “os bons valores”.

Por isso, é tão relevante trazer a lume a categoria de ideologia como campo de investigação em um curso de pós-graduação em educação, malgrado os diferentes entendimentos que se tenha acerca desse conceito-chave. Não acidentalmente, a ideologia é uma categoria essencial que faz companhia a todo esforço de elaboração que aqui desenvolvemos. Isso porque entendemos que desnudar a ideologia de um movimento que se propõe a dotar a educação de um projeto tão controverso, de feito, é uma questão que diz respeito à realidade escolar, às práticas de ensino e à educação como um projeto e uma ação de caráter sistemático e organizador.

Nesse sentido, as tentativas de substituir, no campo das Ciências Humanas, o estudo da problemática da ideologia pelo de cultura, a nosso ver, não se sustentam, até porque certas mudanças que se operam na sociedade e na história não são apenas de índole cultural, mas, nomeadamente, de feitio ideológico-cultural. Acompanhando Mészáros (2004), leríamos que o poder e o papel da ideologia seguem rigorosamente ativos. É por isso que os pós-modernos prestam um desserviço às Ciências Humanas quando insistem no suposto declínio – ou até mesmo no fim – da ideologia como conceito-chave para os estudos acerca da ciência, da educação e da sociedade contemporânea. É obviamente um absurdo afirmar que estamos dentro de uma sociedade terminantemente pós-ideológica. Aliás, estamos no bojo de novas e perigosas perspectivas ideológicas, que reclamam, não menos estudo, e sim mais investigações sobre o tema da ideologia.

Mészáros (2004, p. 65) definiu que “a ideologia não é ilusão, nem superstição religiosa de indivíduos mal-orientados, mas uma forma específica de consciência social, materialmente ancorada e sustentada [...]” que afeta tanto os que desejam negar a sua existência quanto aqueles que a reconhecem. Ela não é obra da mente do sujeito, e sim constituída objetivamente e constantemente reconstituída como consciência prática inevitável das sociedades de classe. Portanto, não é exagero inferir que os ideólogos do ESP expressam um tipo de consciência social em tempos de crise estrutural da sociabilidade do capital.

É aqui que podemos identificar nitidamente o lugar do nosso problema que nos remete a um estudo concreto da ideologia de um movimento de extrema-direita que intenta alterar a escola, o ensino e a educação, não com vistas a aperfeiçoar e a enriquecer esses elementos, mas, inversamente, a frear o seu livre desenvolvimento. Para tanto, o marxismo presta aqui um serviço precioso como instrumento para elevar o senso comum a esse respeito, a uma totalidade construída e enriquecida pela análise e pela síntese em torno dos materiais que serviram de ponto de vista para este estudo, de natureza sócio-histórica e pedagógico-filosófica.

Isso expresso, é possível que outras questões sejam descortinadas à luz do processo

de análise e síntese. Por exemplo: Por que questionar o caráter problemático do ESP e desmistificar a sua ideologia são relevantes para educação? Exatamente porque o êxito desse movimento, embasado em uma ideologia demasiadamente reacionária, implica admitir como natural o seu ingresso no universo escolar por meio de uma série de ferramentas que aprisionam o docente em uma jaula de ferro e atribuem à escola uma série de determinações que a empurram não para frente, mas bem ao contrário. Em tais condições, a educação objetivamente retrocede. Não se trata, evidentemente, de glorificar o existente, senão de partir dele com o intuito de dotá-lo de um horizonte emancipatório, quando, expressamente, o movimento em exame quer impedir que esse desiderato possa ser coletivamente abraçado e desenvolvido.

Seguramente, isso não resolve tudo, pois, em busca do rigor, há de se indagar: Por que os legados marxiano e marxista são úteis a esses empreendimentos de natureza científica? Precisamente porque os principais estudiosos do problema da ideologia se encontram no campo do marxismo, sabendo-se, desde já, que Marx e Engels, à luz de seus estudos, nos ofereceram um ponto de partida indiscutivelmente potente, considerando os limites da pesquisa histórica a esse respeito no século XIX. Logo, não é de forma inesperada e imprevista que buscamos nos apoiar nos ombros daqueles que, desde os postulados marxianos, buscaram ampliá-los e enriquecê-los. É a partir desse processo de ampliação e enriquecimento do conceito de ideologia que pautamos este nosso esforço no sentido de dissecar e examinar minuciosamente a tessitura ideológica que descobre e revela o significado mais tangível de um movimento que tenta moldar o ambiente escolar aos seus desígnios mais infames. Nesse devir, Marx e os que o aprofundaram são vitais relativamente ao desafio de deslindar e de solucionar o que se oculta por trás de uma retórica, às vezes, permeada de confusão deliberada e/ou enfoques mal-arranjados.

No fundo, o ESP, por meio de sua prática cotidiana, confirma as palavras do Carlos Nelson Coutinho (2010), que assegurava que a miséria da razão, inerente às correntes positivistas e neopositivistas, usualmente, está aprisionada na aparência reificada do real. Não por acaso, Marx (2013) esgrimia que toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem diretamente. Desse modo, precisamos retirar o véu da ordem dominante em suas diversas expressões, a exemplo do ESP.

Ao não desejar superar as condições sociais existentes, na perspectiva emancipatória, mas muito pelo contrário, o ESP se apoia no caráter supostamente sagrado de certas instituições (família, igreja etc.) e de certos valores (a hierarquia, o respeito às tradições etc.) com vistas a preservar os privilégios e a dominação de uns poucos. Essa é a base material da qual aflora a sua ideologia, e o nosso texto, de impoção marxista, é um esforço de responder crítica e decididamente a essa ideologia e às ideias que dela decorrem.

Quando examinamos o PL n.º 867/2015 (um dos 35 PLs apensados ao PL n.º 7.180/2014 dissecado na subseção 4.1.2), que trata do ESP, é perceptível a prevalência das noções de “doutrinação” (que é sempre do outro, isto é, da esquerda) e de defesa de uma atitude irrecusável no sentido de vedar atividades que possam entrar em contradição com valores e crenças da família. Ao explorar esse PL, não há como não trazer a lume o conteúdo ideológico que orienta o movimento. Como desconsiderar ou desdenhar a relevância do conceito de ideologia como ferramenta de análise sócio-histórica? Ao relutar ou subestimar essa ferramenta, certas correntes acadêmicas, notoriamente aquelas de matriz pós-moderna, depreciam um valioso artefato de análise e de condensação. É por meio desse artefato, por exemplo, que podemos desmistificar o PL n.º 246/2017, proposta que ressalta as proposições do movimento ESP, como vedar aos grêmios a realização de atividades político-partidárias, além de sacramentar o “direito” de os estudantes gravarem as aulas das e dos docentes. É nesse PL, aliás, que nos deparamos com o uso da noção de “técnicas de manipulação psicológica”, um outro modo de dizer que os estudantes são doutrinados pelos(as) docentes. Acerca do debate dos estudantes serem manipulados, e por isso haver a necessidade da desideologização dos professores manipuladores, recorremos a Lukács (2013) para refutar esse argumento (desenvolvido na subseção 4.1.3). Esse filósofo indica que

O sistema de manipulação se apoia ideologicamente de modo imediato na onipotência de um determinado método (neopositivista), declarado como o único científico – a ideologia da desideologização é a formulação mais estrita dessa situação”. O que nos leva a concluir que essa teoria da desideologização, é o fundamento do predomínio do neopositivismo na filosofia e na ciência contemporâneas, no consubstancia na compreensão (Lukács, 2013, p. 587).

Esses elementos, indubitavelmente, desvendam a natureza antipedagógica e retrógrada que dimensiona objetivamente a ideologia do movimento, que é intervencionista, antidemocrática e que localiza no(a) professor(a) um inimigo interno a ser abatido, em uma espécie de nova guerra fria contra os comunistas e em defesa do “mundo livre”.

Aqui cabem algumas considerações para ir caminhando para um necessário remate. Fica evidente que projetos como o ESP refletem as particularidades da luta de classes em um determinado momento do século XXI. Ele é a consciência prática de um projeto mais global que nega a admissibilidade ou a legitimidade da mudança social, ao passo que, implicitamente, sugere um verdadeiro estado de darwinismo social. Por isso, não nos surpreende que o ESP, já em uma simbiose com a ideologia bolsonarista, tenha se tornado um dos principais braços ideológicos do governo, comprovando absolutamente ser ele um porta-voz de uma ideologia burguesa decididamente reacionária. De feito, a suposta neutralidade ideológica “do ESP” foi

desmascarada quando, como um movimento e uma política estatal, tornou-se parte de um governo de natureza neofascista.

Aqui, precisamos rememorar: o Estado, para Marx e Mészáros, não é uma instituição neutra; ao contrário, serve aos interesses da classe dominante, e seu papel é o de manter a sociabilidade do capital. Ademais, é necessário destacar que o movimento em averiguação se tornou parte constitutiva de um governo que, em meio à pandemia, não se furtou a fomentar um verdadeiro genocídio da população, restando, oficialmente, o saldo de mais de 700 mil mortos pela covid-19. Diríamos que o obscurantismo/anticientificismo, peremptoriamente, tem um custo social em vidas perdidas.

Por fim, e não menos importante a vida prática, em sua socialização mais extrema, derrubou, uma vez mais, o mito da neutralidade científica. Não há neutralidade na não ciência do projeto do ESP. Dialogando com Marx, Mészáros, Lukács, Gramsci e Eagleton, o que constatamos ao longo dessa seção implica a admissibilidade de que o ESP não é outra coisa senão uma tradução da instrumentalização para fins de dominação, inclusive utilizando-se do Estado. Parafraseando Mészáros, compreendemos que esse movimento tem um forte viés ideológico conservador. Por isso, a tarefa de desmitificação ideológica é uma marca deste texto, que, em larga escala, buscou escancarar a reprodução da ordem que se oculta por trás de uma retórica assentada em uma metodologia neutra, como se essa pretensão não constituísse mais do que uma mera pretensão.

No fundo, trata-se de uma ideologia tendencialmente impotente, como tantas outras ensejadas pelos esforços das classes dirigentes e de seus ideólogos de oferecerem saídas miraculosas para os seus problemas, incluindo os que dizem respeito ao campo da educação. No entanto, esquecem-se que os problemas dessa ordem social “[...] só podem ser solucionados por uma reestruturação radical da própria ordem social, nas suas dimensões fundamentais” (Mészáros, 2004, p. 307).

A educação, sem dúvidas, é uma das dimensões fundamentais da ordem social burguesa, e foi nela que a extrema-direita focou uma de suas intervenções nesses difíceis últimos anos em que se sacode a sociedade brasileira. Coube ao ESP oferecer proposições que, em última instância, traduzissem não só os piores sentimentos e as mais prejudiciais atitudes com relação à educação brasileira, mas, principalmente, um compromisso ideológico com um projeto de fazer o Brasil retroceder à sua versão mais cruelmente extremada. Nesses termos, a proposta de uma educação apartidária, sem doutrinação e sem ideologia encontra seu correlato no programa geral da extrema-direita, constituindo-se mais em uma fraseologia do que propriamente em um quadro conceitual que possa ir além dos aspectos mais mezinhas do

senso comum.

Se, em Marx, como escreveu Mészáros (2004), há uma inextricável unidade da ciência e da ideologia, no MESP, o que se ofereceu não foi outra coisa senão a cisão entre ciência e ideologia, ao preço, forçosamente, da ruína da ciência, que desceu para o inferno sem passar pela mediação do purgatório.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há muito pouco a acrescentar ao que escrevemos ao longo de aproximadamente duas centenas de páginas. De qualquer modo, supomos que um arremate objetivo e conciso se faz necessário. Eis o sentido mais geral dessas considerações finais.

Seguramente, a categoria de ideologia é o elemento essencial que conduziu a investigação e a exposição desde o começo. Não que a ideologia em si constituísse o nosso objeto de pesquisa. Entretanto, sem esse marco categorial, esse trabalho não existiria. Durante muito tempo, não raro, atraíram-me a vontade de conhecer a fundo o movimento ESP e o discernimento em estabelecer um liame entre esse interesse e o arsenal teórico marxista. Decorreu disso a proposição de descortinar a ideologia desse movimento à luz do marxismo e do que esse produziu nessa seara ao longo de, aproximadamente, 180 anos.

A profunda tragédia de um pesquisador e de uma pesquisadora é chegar ao fim da jornada sem saber se conseguiu precisamente alcançar o seu desiderato inicial. Em todo caso, intentamos, ao longo de todo o nosso trajeto de pesquisa e elaboração, responder a algumas perguntas-chave: O que caracteriza a ideologia do movimento ESP? O que a categoria de ideologia ainda tem a nos oferecer ao fim e ao cabo do primeiro quartel do século XXI? E, particularmente, o que o marxismo pode nos oferecer com vistas a desvendar os segredos internos de uma determinada corrente ideológica?

Essas questões-chave nos inquietaram não só na gênese do trabalho persecutório, mas igualmente, e talvez até com maior intensidade, no vaguear e no girar da investigação, e posteriormente, da escrita. Consideramos que esse balanço é essencial tanto para o nosso autoesclarecimento quanto para ajudar no entendimento daqueles(as) que, porventura, venham a se debruçar sobre esse texto de entonação vigorosa e conscientemente marxista.

Há um paralelo final entre os estudos que desenvolvemos sobre a ideologia do MESP, em uma modulação mais empírica, e da laboração de Marx, de Engels, de Mészáros, de Gramsci, de Lukács, de Eagleton e de outros autores que enriqueceram as formulações inicialmente concebidas por Karl Marx e F. Engels. Nesse sentido, abordamos os discursos, os projetos e as afirmações dos defensores do MESP, confrontando-os com uma crítica rigorosa, em regra, apoiada no instrumental marxista, que, a nosso ver, se mostrou, do ponto de vista teórico-metodológico, plenamente congruente com as exigências da *démarche*. De feito, foi capturando as contradições da realidade que passamos a apanhar os segredos internos do ESP e, por essa via, ressaltar as suas contradições ideológicas.

No percurso investigativo, foi se afirmando a hipótese marxista de que, assim como

não há forças produtivas neutras, da mesma maneira, não há ideologias neutras. Em vista disso, se o marxismo nunca renunciou ao que lhe dera sentido e direção, e que diz respeito aos seus vínculos com o proletariado e com a transformação social, o ESP, abraçando o discurso da neutralidade axiológica, de fato, articulava o seu projeto aos ditames do capital em sua fisionomia mais medonha, calcada no conservadorismo, no tradicionalismo e, portanto, em uma perspectiva anticientífica e estritamente retrógrada.

Independentemente do que dizemos, estamos em uma sociedade de classe e, nela, não há discurso neutro: ou ele está a serviço da dominação ou corre na raia oposta. Ao ligar a sua verdade a um projeto político-pedagógico que despreza a justiça social e a necessidade de modificar a ordem vigente, o movimento que examinamos ao longo deste trabalho se mostrou completamente alinhado à lógica do capital, que necessita dessa “neutralidade” propugnada pelos representantes desse movimento, até para seguir espoliando as classes que vivem da venda de sua força de trabalho.

O fato é que o ESP buscou, em um contexto bastante favorável ao ideário da extrema-direita, efetivamente, criar uma vontade coletiva que pudesse colocar a escola na órbita ideológica dos que, em nome da neutralidade axiológica, intentam mover o mundo, paradoxalmente, em direção a uma posição de imobilidade. Em outras palavras, a educação, em lugar de ser uma ferramenta útil no processo de emancipação, deveria servir – sob essa ótica – para amordaçar e algemar docentes e discentes no interior de uma escola cuja fisionomia se tornaria refém de um passado perenemente repetido.

Naturalizando os seus próprios valores, o MESP empenhou-se em criminalizar docentes que propugnassem valores que, em sua argamassa ideológica, contrariassem esses preceitos cinicamente naturalizados. Essa foi uma característica de todo período que tomamos como baliza temporal. Nesse ínterim, a criminalização da prática docente crítica, supostamente manipuladora e doutrinária, converteu-se em um signo desses anos de precarização e de desumanização, cujos efeitos reverberam no interior das escolas.

Não há ideologia que não seja socialmente determinada. Nenhuma ideologia é um produto natural, e foi desse modo que buscamos dissecar e explicar a ideologia do ESP, desmistificando-a e, dessa forma, desnaturalizando-a. Para tanto, o concurso de Marx e dos marxistas foi certamente de vital importância. Em toda essa trajetória, foi o método que guia a concepção materialista da história que nos orientou, partindo dessa referência para submeter o nosso objeto, o ESP, a um estudo crítico e metódico, desvendando as suas contradições e, a partir disso, dessacralizando a essência de sua ideologia, marcada por uma linguagem de legitimação de uma ordem social injusta e ferozmente hierárquica. Sem dúvida, o seu projeto

de escola reflete, em última hipótese, essa ordem social injusta e ferozmente hierárquica.

Esse período parece já algo longínquo, porém, supor isso é um exercício ilusório. A extrema-direita segue muito viva e fazendo disputas ideológicas no cerne da sociedade. Ela baralha várias crenças e ideias e, indubitavelmente, o ESP, permeado de componentes ideológicos assaz úteis ao projeto neofascista, segue como uma ameaça à liberdade dos educadores e aos projetos que entendem que a educação é uma das ferramentas na luta pelas necessárias transformações sociais.

Vale a pena ficarmos atentos. O movimento em exame segue invocando as suas teses, movendo peças no tabuleiro e aperfeiçoando o eterno imperfeito de suas formulações áridas e, muitas vezes, obsoletas. Dessa maneira, essa tese de doutorado não se restringe a uma satisfação acadêmica, até porque articulamos ciência e militância crítica, pois acreditamos que os despossuídos, para mudar esse mundo, precisam da verdade histórica. Esperamos, assim, que esse texto seja lido não apenas pelos sujeitos que buscam capturar a dinâmica das produções no campo acadêmico, mas também pelos sujeitos que, dentro ou fora da academia, buscam se apoderar de um conhecimento sistematizado com o intuito de saber não só porque lutam, mas contra quem lutam.

REFERÊNCIAS

- A ESTRATÉGIA ‘invisível’ de Antonio Gramsci. **Brasil Paralelo**, 25 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/noticias/a-estrategia-invisivel-de-antonio-gramsci>. Acesso: 3 out. 2025.
- ALAGOAS (Estado). Assembleia Legislativa de Alagoas. **Lei Ordinária nº 7.800, de 5 de maio de 2016**. Institui, no âmbito do sistema estadual de ensino o programa "escola livre". Maceió: ALA, 2016. Disponível em: <https://sapl.al.al.br/norma/1195>. Acesso: 3 out. 2024.
- ALVES, Syntia Pereira. Mídia, democracia e a presença dos neopentecostais na política brasileira. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10., 2016, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ABCP, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/jSdpYx>. Acesso em: 20 jan. 2025.
- ANDRADE, Maria Carolina. **Base Nacional Comum Curricular e Novo Ensino Médio**: expressões do empresariamento da educação de novo tipo em meio à crise orgânica do capitalismo brasileiro. Orientadora: Vania Cardoso da Motta. 2020. 358f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.
- BEDINELLI, Talita. O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis. **El País**, São Paulo, 25 jun. 2016. Disponível em: brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html. Acesso em: 8 dez. 2019.
- BEHRING, Elaine Rossetti. **Brasil em contrarreforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOITO, Armando. A terra é redonda e o governo Bolsonaro é fascista. **A terra é redonda**, 17 de outubro de 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/a-terra-e-redonda-e-o-governo-bolsonaro-e-fascista/>. Acesso em: 8 dez. 2019.
- BRANDÃO, Raquel Araújo Monteiro. **Escola sem partido e o ataque à liberdade de ensino**: a expressão do pensamento reacionário da extrema direita na educação. Orientadora: Antônio Rozimar Machado e Rocha. 2021. 234f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.
- BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 20 jan. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1879078200/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional-de-1996-lei-9394-96>. Acesso em: 15 maio 2024.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 7.180, de 15 de outubro de 2014**. Altera o art. 3º da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Autor: deputado Erivelton Santana. Relator: deputado Allan Garcês. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>. Acesso em: 31 out. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei n.º 867, de 2015**. Inclui, entre as diretrizes e bases da educação nacional, o “Programa Escola sem Partido”. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1317168.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 11 out. 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Portaria nº 244, de 19 de março de 2019**. Constituir comissão com a finalidade de realizar leitura transversal dos itens disponíveis no Banco Nacional de Itens (BNI) para a montagem das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – edição 2019. Brasília, DF: Inep, 2019. Disponível em: <https://www.anfep.org.br/diariooficial-inep-cria-comissao-para-analise-do-enem-2019/>. Acesso em: 18 ago. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n.º 15.100, de 15 de janeiro de 2025**. Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/l15100.htm. Acesso em: 11 out. 2025.

CABRERA, Cristian González. Supremo impede intolerância nas escolas brasileiras. **Folha**, 15 maio de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2020/05/supremo-impede-intolerancia-nas-escolas-brasileiras.shtml>. Acesso em: 11 out. 2024.

CAFARDO, Renata; CASTRO, Giovanna. Governo atual é o que mais cortou em recursos de Educação e Ciência. **Uol**, 12 de setembro de 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2022/12/09/governo-atual-e-o-que-mais-cortou-em-recursos-de-educacao-e-ciencia.htm>. Acesso em: 9 out. 2024.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CARREIRA, Denise; LOPES, Bárbara (orgs.). **Gênero e educação: ofensivas reacionárias, resistências democráticas e anúncios pelo direito à educação** [recurso eletrônico]. São Paulo: Ação Educativa, 2022.

CHAGAS, Eduardo F. **O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto**. *Revista Síntese*, [s. l.], v. 38, n. 120, p. 55-70, 2011. DOI: <https://doi.org/10.20911/21769389v38n120p55-70/2011>. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/sintese/article/view/1036>. Acesso em: 9 out. 2024.

CHAGAS, Eduardo. F. **Subjetividade e Educação**. 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2012.

CHAUÍ, Marilena. Neoliberalismo: a nova forma do totalitarismo. **A terra redonda**, 6 de outubro de 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neoliberalismo-a-nova-forma-do-totalitarismo/>. Acesso em: 9 out. 2024.

CHAUÍ, Marilena. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2025.

DWECK, Esther. Por que é imprescindível revogar o teto de Gastos? *In*: DWECK, Esther; ROSSI, Pedro; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de (orgs.). **Economia pós-pandemia**: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

EAGLETON, Terry. **As ilusões do pós-modernismo**. Trad. de Elisabeth Barbosa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 1997.

ESCOBAR, Herton. Trump bloqueia verbas de pesquisa para pressionar universidades a acatar demandas da Casa Branca. **Jornal da USP**, 5 de maio de 2025. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/trump-bloqueia-verbas-de-pesquisa-para-pressionar-universidades/>. Acesso em: 8 de ago. 2025.

ESCOLA SEM PARTIDO. Apresentação. **Escola Sem Partido**, 2004. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20040923141248/http://www.escolasempartido.org/?id=38,1,topico,2,22,newtopic>. Acesso em: 20 mar. de 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. Quem Somos. **Escola Sem Partido**, 2019. Disponível em: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos>. Acesso em: 20 mar. de 2020.

ESCOLA SEM PARTIDO. Nota Técnica. **Escola Sem Partido**, 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/no/nota-tecnica-copia-parecer-escola.pdf>. Acesso em: 20 mar. de 2020.

ESCOLA sem Partido entra com ação contra lei que proíbe celular nas escolas de SP. **Uol**, 22 de maio de 2025. <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2025/05/22/escola-sem-partido-entra-com-acao-contra-lei-que-proibe-celular-nas-escolas-de-sp.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 20 mar. de 2020.

ESCOLA sem partido vira ‘escola com partido’ no MEC de Bolsonaro. **Veja**, 23 de março de 2022. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/escola-sem-partido-vira-escola-com-partido-no-mec-de-bolsonaro/>. Acesso em: 20 mar. de 2020.

ESPINOSA, Bety. R. Solano; QUEIROZ, Felipe B. Campanuci. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola ‘sem’ Partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. 1. ed. Rio de Janeiro: LPP/UERJ, 2017. p. 49-62.

FAGANELLO, Marco Antônio. A. Bancada da Bala: uma onda na maré conservadora. *In*: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, volver!:** o retorno da Direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 145- 161.

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça. O neoliberalismo neofascista do governo Bolsonaro e os desafios para a esquerda. **Marxismo** 21, 2019. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Luiz-Filgueiras-e-Gra%C3%A7a-Druck.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola sem Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2014. P. 17-34.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A disputa da educação democrática em sociedade antidemocrática. *In*: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação democrática: Antídoto ao Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2018. p. 15-32.

GARCÊS, Allan. Câmara dos Deputados. **Apresentação do PRL n. 1 CPASF (Parecer do Relator)**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2485086&filename=Tramitacao-PL%207180/2014. Acesso em: 21 out. 2024.

GASPAR, Beth. Escola sem Partido: STF declara inconstitucional por 9 a 1. **Fepesp**, 24 de agosto de 2020. Disponível em: <https://fepesp.org.br/noticia/escola-sem-partido-stf-declara-inconstitucional-por-9-a-1/>. Acesso em: abr. 2023.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRESPLAN, Carla Lisbôa; GOELLNER, Silvana Vilodre. “Querem, na escola, transformar seu filho de 6 a 8 anos em homossexual”: Sexualidade, educação e a potência do discurso heteronormativo. **FACED**, Salvador, n. 19, p.103-122, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://share.google/OV8W4fIOWNlmlCAey>. Acesso em: abr. 2023.

HERMIDA, Jorge Fernando; LIRA, Jailton Souza. Os fundamentos gerais do movimento escola sem partido. *In*: MOLINA, Rodrigo Sarruge; HERMIDA, Jorge Fernando (orgs.). **Escola sem partido e ultraliberalismo: reflexões críticas desde Brasil, Argentina e Uruguai**. Vitória: EDUFES, 2023. p. 67- 87.

IASI, Mauro Luis. **Processo de consciência**. São Paulo: CPV, 1999.

IASI, Mauro Luis. Alienação e ideologia: a carne real das abstrações ideais. *In*: ROIO, Marcos Deo (org.). **Marx e a Dialética da Sociedade Civil**. Marília: Editora Cultura Acadêmica, 2014. p. 95-124.

IASI, Mauro Luis. **Política, Estado e Ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

KONDER, Leandro. **A questão da ideologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

LEHER, Roberto. **Autoritarismo contra a universidade**: o desafio de popularizar a defesa da educação pública. 1. ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Expressão Popular, 2019.

LEHER, Roberto. Educação e neofascismo no governo Bolsonaro. *In*: REBUÁ, Eduardo; COSTA, Reginaldo; GOMES, Rodrigo Lima R; CHABALGOITY, Diego (orgs.). **Neofascismos e Educação**: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020. p. 47-83.

LEHER, Roberto (org.). **Educação no governo Bolsonaro**: inventário da devastação. São Paulo: Expressão Popular, 2023.

LEHER, Roberto; SANTOS, Maria Rosimary Soares dos. Governo Bolsonaro e autocracia burguesa: expressões neofascistas no capitalismo dependente. *In*: LEHER, Roberto (org.). **Educação no governo Bolsonaro**: inventário da devastação. São Paulo: Expressão Popular, 2023. p. 9-42.

LEIA todas as reportagens que o Intercept e parceiros produziram para a Vaza Jato. **Intercept**, 20 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2020/01/20/linha-do-tempo-vaza-jato/>. Acesso em: abr. 2023.

LÖWY, Michel. **Ideologias e ciência social**: elementos para uma análise marxista. 20. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LÖWY, Michel. Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil. *In*: JINKINGS, I; DORIA, K; CLETO, M (orgs). **Por que gritamos golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2016.

LÖWY, Michel. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. **A Terra é Redonda**, 24 de outubro de 2019. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neofascismo-um-fenomeno-planetario-o-caso-bolsonaro/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

LUKÁCS, George. **Para uma Ontologia do Ser Social II**. Tradução de Nélcio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

SAVIANI, Demerval. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O 18 brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Expressão popular, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Fredrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. São Paulo: Usina Editorial, 2020.

MAZZON, José Afonso. **Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas, a saber: étnico-racial, gênero, geracional, territorial, necessidades especiais, socioeconômicas e orientação sexual**. São Paulo: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2009.

MELO, Demian. O Bolsonarismo como fascismo do século XXI. *In*: REBUÁ, Eduardo; COSTA, Reginaldo; GOMES, Rodrigo Lima R; CHABALGOITY, Diego (orgs.). **Neofascismos e Educação: reflexões críticas sobre o avanço conservador no Brasil**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020. p. 12-46.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI**. Socialismo ou barbárie, v. 1, 2003.

MÉSZÁROS, István. **O Poder da ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MÉSZÁROS, István. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZÁROS, István. Transformações materiais e formas ideológicas. *In*: MÉSZÁROS, István. **Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história**. São Paulo: Boitempo, 2011. p. 105-176.

MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2015a.

MÉSZÁROS, István. Mészáros: A disputa pelo Estado. Entrevista cedida a Leonardo Cazes. **Blog Boitempo**, 24 de abril de 2015b. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/22/meszaros-a-disputa-pelo-estado/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

MÉSZÁROS, István. **A Teoria da alienação em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: o “Escola Sem Partido” e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 590-621, 2016. DOI: <https://doi.org/10.12957/dep.2016.25163>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 14 fev. 2024.

MOLINA, Rodrigo Sarruge; HERMIDA, Fernando Hermida (orgs.). **Escola sem partido e ultraliberalismo: reflexões críticas desde Brasil, Argentina e Uruguai**. Vitória: EDUFES, 2024. E-book.

MOURA, Fernanda Pereira de; SALLES, Diogo da Costa. O Escola Sem Partido e o ódio aos professores que formam crianças (des)viadas. **Periódicus**, Salvador, n. 9, v. 1, maio-out. 2018. Disponível em: <https://profscontraoesp.org/wp-content/uploads/2018/07/moura-e-salles-o-escola-sem-partido-e-o-c3b3dio-aos-professores.pdf>. Acesso em: 14 fev. 2024.

MOURA, Fernanda Pereira de; SILVA, Renata da C. A. da. **6 anos de projetos “Escola sem Partido” no Brasil: levantamento dos projetos de lei estaduais, municipais, distritais e federais que censuram a liberdade de aprender e ensinar**. Brasília: Frente Nacional Escola Sem Mordação, 2020.

PAULO NETTO, José. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

PENNA, Fernando de Araújo. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” Partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2016. p. 35-48.

PENNA, Fernando de Araújo. O ódio aos professores. In: AÇÃO EDUCATIVA ASSESSORIA, PESQUISA E INFORMACAO (org.). **A ideologia do movimento Escola Sem Partido: 20 autores desmontam o discurso**. São Paulo: Ação Educativa, 2017. p. 93-100.

PENNA, Fernando de Araújo. Construindo estratégias para uma luta pela educação democrática em tempos de retrocessos. In: PENNA, Fernando; QUEIROZ, Felipe; FRIGOTTO, Gaudêncio (orgs.). **Educação democrática: antídoto a o Escola sem Partido**. Rio de Janeiro: UERJ/LPP, 2018. p. 111-130.

PENNA, Fernando de Araújo. O discurso reacionário de defesa de uma “escola sem partido”. In: GALLEGOS, Esther S. (org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018. p. 109-114.

PENNA, Fernando de A.; SALLES, Diogo da C. A dupla certidão de nascimento do escola sem partido: analisando as referências intelectuais de uma retórica reacionária. In: MUNIZ, A. C.; LEAL, TITO B. (orgs.). **Arquivos, documentos e ensino de história: desafios contemporâneos**. Fortaleza: EdUECE, 2017. p. 19 - 20.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. Tradução de José Severo de Camargo Pereira. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

RANIERI, Jesus. **A câmara escura: alienação e estranhamento em Marx**. São Paulo: Boitempo, 2001.

RIO DE JANEIRO (Município). Câmara Municipal. **Projeto de Lei nº 867/2014**. Cria, no âmbito do sistema de ensino do município, o “programa escola sem partido”. Rio de Janeiro: Câmara Municipal, 2014. Disponível em: <https://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/scpro1316.nsf/f6d54a9bf09ac233032579de006bfef6/5573ae961660b4cd83257ceb006bc7d4?OpenDocument>. Acesso em: 9 set. 2025.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, mais Mises**. São Paulo: Todavia, 2021.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. 1. ed. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

SAAD FILHO, Alfredo; MORAIS, Lecio. **Brasil**: neoliberalismo versus democracia. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

SALDAÑA, Paulo. Pauta ideológica de Bolsonaro, 'ideologia de gênero' sofre derrotas em série no STF. **Folha**, 13 de julho de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/07/pauta-ideologica-de-bolsonaro-ideologia-de-genero-sofre-derrotas-em-serie-no-stf.shtml>. Acesso em: 9 set. 2025.

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, [s. l.], v. 12 n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2025.

SAVIANI, Dermeval. A Defesa da Escola Pública no Brasil: difícil, mas necessária. In: KRAWCZYK, Nora (org.) **Escola Pública, tempos difíceis, mas não impossíveis**. Campinas: Editora UNICAMP, 2018. p. 23-32.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. **Onde nascem os monstros**: extrema direita, bolsonarismo e performance fascista. Salvador: Quarteto, 2022.

SHIROMA, Eneita Otto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. **Novos estud. CEBRAP**, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/6WV7TBcKVrbZDdb7Y8mFVZp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2025.

SOUZA, Josué de. O escola sem partido foi pra cadeia. **Revista Fórum**, 22 de junho de 2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/debates/2022/6/22/escola-sem-partido-foi-para-cadeia-por-josue-de-souza-119097.html>. Acesso em: 9 set. 2025.

SUCHODOLSKI, Bogdan. **Teoria Marxista da Educação**. Lisboa: Estampa, 1976.

TERESINA (Município). Câmara de Vereadores. **Projeto de Lei 20, de 22 de março de 2016**. Veda (sic) a distribuição, exposição e divulgação de material didático contendo manifestações da ideologia de gênero nos estabelecimentos de ensino da rede pública municipal de Teresina. Teresinha: Câmara de Vereadores, 2016.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. v. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRACY, Antoine-Louis-Claude Destutt de. **Eléments d'ideologie**. Paris, J. Vrin, 1970.

TROTSKY, Leon. **A revolução traída**. O que é e para onde vai a URSS. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

VAIANO, Bruno. Não, Olavo: a água também não é plana. **Super Interessante**, 31 de maio de 2019. Disponível em: <https://super.abril.com.br/coluna/supernovas/nao-olavo-a-agua-tambem-nao-e-plana/>. Acesso em: 9 set. 2025

VAISMAN, Ester. A Ideologia e sua Determinação Ontológica. **Revista Verinotio**, São Paulo, Ano VI, n. 12, p. 40-64, out./ 2010. Disponível em: <https://www.verinotio.org/sistema/index.php/verinotio/article/view/100>. Acesso em: 17 mar. 2025.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vera (orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

VILLAZÓN, Julio Córdova Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político. *In*: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (orgs.). **Direita, volver!:** o retorno da Direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2015. p. 163-75.

XIMENES, Salomão. O que o direito à educação tem a dizer sobre “Escola Sem Partido?”. *In*: AÇÃO EDUCATIVA (org.) **A ideologia do Movimento Escola Sem Partido:** 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016. p. 50-58.